

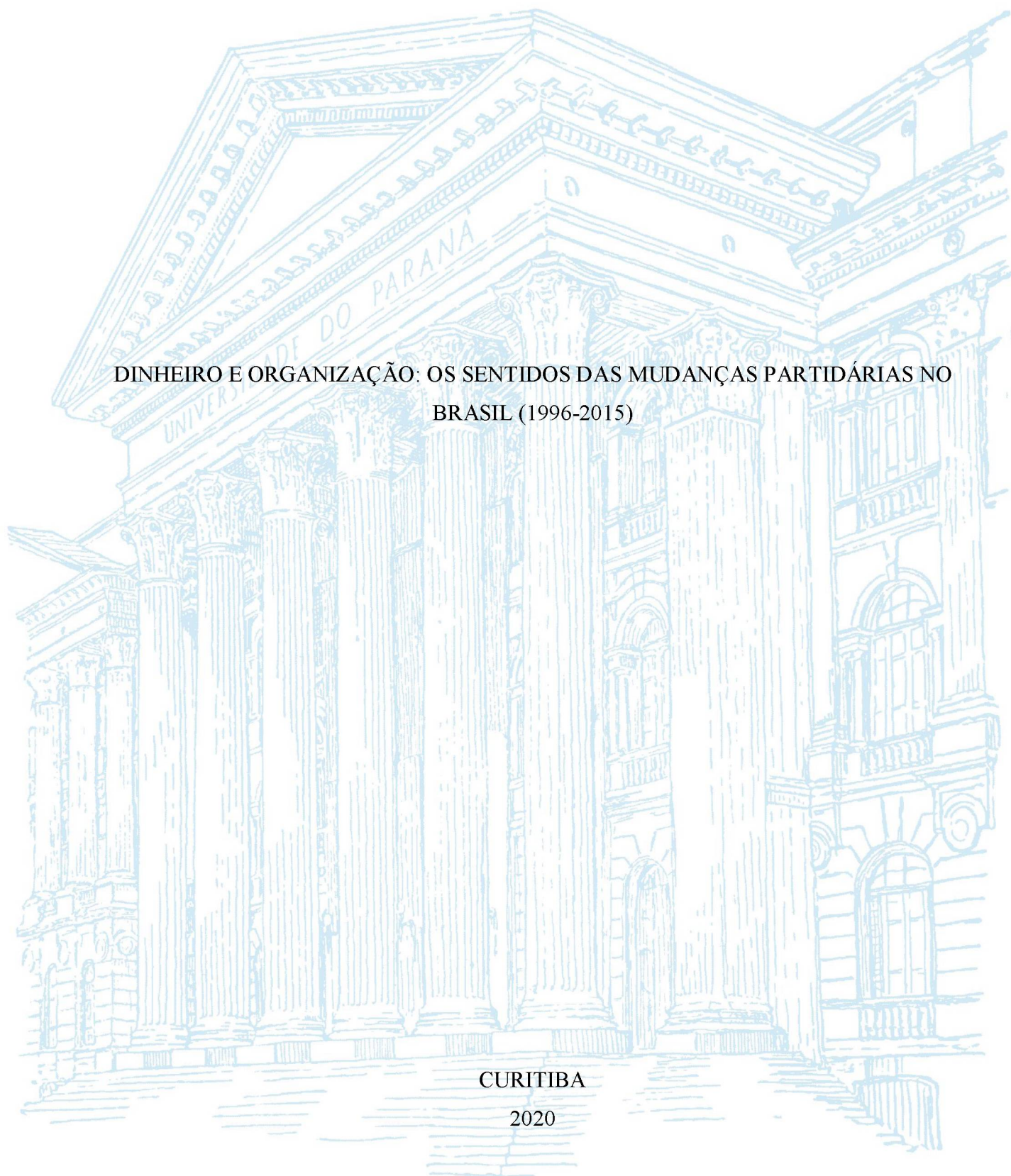
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

KAROLINA MATTOS ROEDER

DINHEIRO E ORGANIZAÇÃO: OS SENTIDOS DAS MUDANÇAS PARTIDÁRIAS NO
BRASIL (1996-2015)

CURITIBA

2020



KAROLINA MATTOS ROEDER

DINHEIRO E ORGANIZAÇÃO: OS SENTIDOS DAS MUDANÇAS PARTIDÁRIAS NO
BRASIL (1996-2015)

Tese apresentada ao curso de Pós-Graduação em
Ciência Política, Setor de Ciências Humanas,
Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial
à obtenção do título de Doutora em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Bruno Bolognesi

CURITIBA

2020

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS/UFPR –
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS COM OS DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607

Roeder, Karolina Mattos

Dinheiro e organização : os sentidos das mudanças partidárias no Brasil (1996-2015). / Karolina Mattos Roeder. – Curitiba, 2020.

Tese (Doutorado em Ciência Política) – Setor de Ciências Humanas da
Universidade Federal do Paraná.

Orientador : Prof. Dr. Bruno Bolognesi

1. Partidos políticos - Brasil. 2. Partidos políticos – Finanças públicas. 3. Despesa pública – Política governamental. I. Bolognesi, Bruno, 1982-. II. Título.

CDD – 324.20981

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em CIÊNCIA POLÍTICA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **KAROLINA MATTOS ROEDER** intitulada: **Dinheiro e organização: os sentidos das mudanças partidárias no Brasil (1996-2015)**, sob orientação do Prof. Dr. BRUNO BOLOGNESI, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de doutor está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 27 de Novembro de 2020.

Assinatura Eletrônica
02/12/2020 14:55:05.0
BRUNO BOLOGNESI

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica
02/12/2020 12:30:13.0

WAGNER PRALON MANCUSO

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO)

Assinatura Eletrônica
04/12/2020 16:39:46.0

DENISE PAIVA FERREIRA

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS)

Assinatura Eletrônica
02/12/2020 13:59:47.0

RODRIGO ROSSI HOROCHOVSKI

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica
02/12/2020 12:43:44.0

OSWALDO MARTINS ESTANISLAU DO AMARAL

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS)

AGRADECIMENTOS

O fim de ciclos sempre nos suscita reflexões sobre os caminhos, o tempo e as pessoas que passaram. Com a conclusão do doutorado, não podia ser diferente. O trabalho intelectual e científico é uma empreitada coletiva e as pessoas, o mais importante componente dessa construção. Pude contar com a generosidade de muitas pessoas ao longo desses mais de quatro anos, tanto na vida profissional como pessoal. Na tentativa de me precaver de qualquer injustiça ou equívoco, inicio aqui agradecendo antecipadamente todas as pessoas que não foram nominadas aqui, mas que de alguma forma contribuíram com o desenvolvimento dessa pesquisa. Qualquer omissão ou erro presente nela é de minha inteira responsabilidade.

Agradeço ao professor Bruno Bolognesi pelos mais de seis anos de orientação e colaborações. Ao seu incentivo e confiança, às oportunidades que me foram dadas em forma de trabalhos conjuntos, pesquisas, pelas críticas que me fizeram crescer como profissional e, pela sua generosidade, paciência e conhecimento compartilhado. Em seu nome também agradeço a todos os (as) integrantes e colegas do Laboratório de Análise dos Partidos Políticos e Sistemas Partidários (LAPeS/UFPR) pela colaboração nesses anos. A experiência e formação coletiva no grupo certamente foram importantes para a minha percepção sobre a ciência e a docência.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Ciência Política da UFPR, agradeço pelas contribuições, eventos, debates e aulas ministradas. A fama do PPGCP da Universidade Federal do Paraná como um local em que se trabalha duro não é sem motivo. Mesmo com poucos recursos, o PPGCP contribui de maneira expressiva para a Ciência Política brasileira. Tenho orgulho em ter feito parte dessa instituição. Agradeço também aos profissionais técnicos da universidade, sobretudo à Secretaria do PPGCP, na pessoa da Sílvia Sakalauskas, pela presteza e colaboração constantes no período em que fui representante discente. Agradeço à Revista de Sociologia e Política por todos esses anos e a oportunidade que tive de aprender sobre o trabalho editorial.

Agradeço às professoras Maria do Socorro Braga e Denise Paiva pelos importantes comentários na qualificação. Ao Rodrigo Horochovski, Grazielle Silotto, Vitor Sandes e Sérgio Simoni por terem gentilmente colaborado e respondido à consulta que realizamos e que serviu de subsídio para a validação das categorias de gastos partidários. A opinião de vocês foi fundamental para que pudéssemos seguir adiante nesse campo pouco conhecido.

Aos profissionais Leila Ferreira Santos e Jonatas Ferreira, da seção de Arquivo do Tribunal Superior Eleitoral, agradeço pelo atendimento solícito e todo auxílio desde a consulta inicial até a

disponibilização dos documentos. Sem essa disposição e profissionalismo, seria muito mais difícil o levantamento de tantos anos de dados partidários. Na coleta e tabulação dos dados, agradeço à Jaqueline Borges e à Priscila Sebadelhe, não é exagero dizer que a colaboração de ambas foi indispensável.

Agradeço à Escola de Gestão Pública, Política, Jurídica e Segurança do Centro Universitário Internacional Uninter, da qual há pouco mais de um ano faço parte do corpo docente. Poder contar com a gestão da Débora Veneral e coordenações da Caroline Cordeiro e Lucas Massimo nos bacharelados em Relações Internacionais e Ciência Política, torna o trabalho muito mais fácil. Vocês generosamente propiciam, além do incentivo à pesquisa com a liberação e auxílio à congressos, um ambiente de profissionalismo e seriedade sobre o qual me orgulho em fazer parte. A todos os (as) amigos (as) da vida profissional que tenho a alegria de conviver diariamente, o meu muito obrigada. Aprendi e aprendo todos os dias com vocês. Agradeço também aos nossos estudantes de Ciência Política e Relações Internacionais. Esse contato diário me faz uma profissional e ser humano melhor. Aos meus alunos do grupo de pesquisa de Gastos Partidários que coordeno: Ciro, Maurício, Isa e Karol, obrigada.

Às amigas da vida de Pós-Graduação, Flávia Babireski, Maria Cecília Eduardo, Ana Paula Brito Maciel e Giovanna Cruz, do LAPeS, agradeço pela parceria em aulas que ministramos, pelos comentários em pesquisas e debates promovidos. Também agradeço à turma de doutorado de 2016 pelos momentos felizes vivenciados, além do Luiz Domingos Costa, Alessandro Tokumoto e Paulo Franz pelas conversas sobre a política nacional e parceria em viagens a congressos.

Ter vindo para Curitiba me fez manter apenas algumas amizades em minha cidade natal, mas são daquelas que duram uma vida toda. Agradeço à Luana Passos Aires, Eduardo Amaral e meu afilhado Miguel, pela amizade sincera e verdadeira. À Marina Giacomini, por ser essa amiga especial e presente. À Elisa Garcia de França, pela irmandade e carinho nesses mais de quinze anos de amizade. À Marian Salles Gomes Bellamy, que também se encontrou em outra cidade, agradeço pela sua generosidade em ter sido essa amiga-irmã desde a infância. Tenho muito de vocês em mim.

Às/aos minhas amigas (os) de Curitiba, agradeço a acolhida e afeto. Vocês tornam a vida mais leve. Carolina Dias e Guilherme Bertassoni por compartilharem anseios e reflexões. À Raíza Wallace, Irma Catalina Salazar Bay pela presença iluminada de vocês duas em minha vida. À Lara Taline dos Santos por partilhar a família e a amizade. À Natali Hoff pela sincera amizade e o convívio leve no trabalho. Na conexão João Pessoa – Curitiba, agradeço à Priscilla, Thiago e Rafinha por estarem sempre presentes. À Bruna Grasielle, Marcelino e Teresa, pelo carinho.

À minha mãe, Adelaide Machado Mattos (em memória), tenho sentimentos de gratidão que ultrapassam qualquer possibilidade de transpor em palavras. Mesmo passando apenas dez anos ao lado dela, pude receber valores sólidos, força, amor e exemplo de resiliência que levarei comigo para o resto da vida.

Agradeço ao meu pai pela herança em forma de aprendizados, sobretudo sobre não titubear diante de um problema. Agradeço o seu amor e carinho. À Jane, agradeço pelo papel que sempre desempenhou como segunda mãe e amiga. À minha irmã Karina, agradeço a amizade, apoio, pelo zelo e preocupação. Agradeço aos meus irmãos Thomas, Dimitri, Victória e Karolzinha, minha cunhada Simone e meu afilhado e sobrinho Augusto, pelo carinho.

Há mais de seis anos tive a felicidade em ganhar mais uma família, da qual me orgulho em fazer parte. À minha sogra e sogro, Maria de Fátima Gil Dantas e João Carlos Dantas, o meu agradecimento por todo o carinho, amor e dedicação. Ao Yuri Gil Dantas, Isadora Aguiar, Sheldon Miriel Gil Dantas e Welligton Dantas agradeço a amizade e o apoio. Agradeço à vó Egiza e sr. Manoel, pelo afeto.

Ao meu marido, Eric Gil Dantas, a quem dedico esta tese, dificilmente conseguirei expressar em palavras o que você significou nesse processo. O seu carinho, amor, cuidado e persistência diária em me fazer lembrar da minha capacidade e força, fez com que eu me encontrasse comigo mesma e, transformou o cotidiano pesado de 14 horas diárias de trabalho, em dias mais leves e felizes. Compartilhar a vida com você e te amar é um presente diário, obrigada por isso.

“Ever since political parties began to compete for a mass electorate, they have relied on goods and services provided by both volunteers and markets. The combination has been changing with parties, countries and periods of time. Even during the 19th century, parties needed some cash to pay for certain goods. Over time such need has increased, as parties started to step up their advertising effort, to employ full-time staff, to require professional services and to order printed matter on a large scale” (Nassmacher, 2009, p. 60).

RESUMO

É consenso entre os estudiosos de partidos que o dinheiro é um importante recurso de poder na política. No entanto, pouco se sabe sobre como esse recurso é alocado no interior das organizações partidárias para a manutenção de suas estruturas, rotina e campanhas eleitorais, e há, ao mesmo tempo, um constante debate na mídia e no Legislativo, sobre como, supostamente, os partidos são custosos. A literatura comparada de finanças políticas identifica que os partidos europeus tendem a gastar mais recursos com a estrutura partidária e pagamento de funcionários em período integral enquanto norte-americanos privilegiam os gastos com campanhas eleitorais. As pesquisas existentes sobre o Brasil costumam correlacionar gastos eleitorais e desempenho eleitoral, aprovação de políticas, e focar nos recursos de candidatos, e frequentemente sobre eleições. A presente tese busca colaborar com a agenda de pesquisa de finanças partidárias no Brasil sobre gastos e a literatura de partidos políticos, especificamente sobre organização partidária, a partir do debate que tem surgido nos últimos anos sobre os partidos europeus como uma vertente dos estudos sobre custos da política, e a utilização do gasto como uma medida da dinâmica organizacional dos partidos. Para tanto, analisamos as receitas e os gastos realizados por dez partidos políticos brasileiros declarados em suas prestações de contas anuais. São eles: PT, PSB, PDT, PSDB, PFL/DEM, PRONA/PL/PR, PMDB/MDB, PPS, PV e PSOL, de 1996 a 2015. Temos como objetivo identificar como os partidos compuseram as suas receitas ao longo do período, quanto e como eles gastaram seus recursos, a fim de conhecermos a sua dinâmica organizacional. Desenvolvemos o modelo de análise a partir das tipologias partidárias clássicas (de quadros, massas, *catch-all*, profissional-eleitoral e cartel) para análise das receitas e tipos de gastos. Além disso, aplicamos o *Index of Political Spending* de Nassmacher (2009) para a identificação no nível de gastos e criamos um índice próprio de análise de gastos partidários. Fundamentados na teoria das tipologias, analisamos o comportamento dos partidos ao longo do tempo. Os partidos brasileiros não tiveram um aumento da dependência estatal ao longo dos vinte anos, mas sim um crescimento da importância do financiamento privado, de pessoa jurídica. Além disso, encontramos um crescimento exponencial nos gastos partidários, principalmente a partir de 2010 e em anos eleitorais. Quanto aos gastos, os partidos brasileiros não se aproximam aos partidos estadunidenses nem aos europeus, uma vez que há investimento em estrutura partidária entre eleições e de forma estável ao longo do tempo, mas também baixa participação de contribuição de filiados. Assim como em outros países latino-americanos, o Fundo Partidário foi um importante fator para a presença de estrutura partidária nacional e formação das agremiações brasileiras. Além disso, não identificamos o aumento do uso de profissionais especialistas nos partidos. Quando ponderados pela ideologia, os partidos de esquerda e centro investiram mais recursos em estrutura partidária que os de direita, enquanto os partidos de direita alocaram mais recursos em formação política. Em eleições, os partidos desse espectro passaram a investir esses recursos apenas em 2008, dada a descentralização organizacional e o desenho institucional brasileiro. As tipologias partidárias cânones da literatura, eurocentradas, demonstram limites em sua transposição para os casos brasileiros, dada as diferenças da origem dos partidos e desenho institucional brasileiro.

Palavras-chave: partidos políticos; organização partidária; finanças partidárias; gastos partidários; estrutura partidária.

ABSTRACT

It is a consensus among party scholars that money is an important resource of power in politics. Yet, little is known about how this resource is allocated within party organizations to maintain their structures, routine and electoral campaigns, and there is, at the same time, a constant debate in the media and in the Legislative, about how, supposedly, parties are costly. The comparative political finance literature identifies that European parties tend to spend more resources on party structure and full-time employee pay while Americans favor spending on election campaigns. Existing research on Brazil often correlates electoral spending and electoral performance, approving policies, and focusing on candidate resources, and often on elections. The present thesis seeks to collaborate with the party finance research agenda in Brazil on spending and the literature of political parties, specifically on party organization, based on the debate that has emerged in recent years about European parties as an aspect of studies on costs of politics, and the use of spending as a measure of the parties' organizational dynamics. To this end, we collected and analyzed the revenues and expenditures made by ten Brazilian political parties declared in their annual accounts. We collected such data from 1996 to 2015 from the following parties: PT, PSB, PDT, PSDB, PFL/DEM, PRONA/PL/PR, PMDB/MDB, PPS, PV and PSOL. We aim to identify how the parties formed their revenues over that time frame, how much and how they spent their resources, in order to know their organizational dynamics. We developed the analysis model based on the classic party typologies (of cadres, masses, catch-all, professional-electoral and cartel) for analyzing revenues and types of expenses. In addition, we applied Nassmacher's Index of Political Spending (2009) to identify the level of spending and created an own party spending analysis index. Based on the theory of typologies, we analyze the behavior of parties over time. Brazilian parties did not experience an increase in state dependence over the past twenty years, but an increase in the importance of private, corporate finance. In addition, we found an exponential growth in party spending, mainly from 2010 and during election years. Regarding spending, Brazilian parties do not come close to American or European parties, since there is investment in party structure between elections and steadily over time, but also low participation of affiliated contributions. As in other Latin American countries, the Party Fund was an important factor in the presence of a national party structure and the formation of Brazilian associations. Furthermore, we have not identified an increase in the use of professional specialists in the parties. When weighted by ideology, the left and center parties invested more resources in party structure than those on the right, while the right parties allocated more resources in political formation. In elections, parties on this spectrum began to invest these resources only in 2008, given the organizational decentralization and the Brazilian institutional design. The canonical typologies of literature, Eurocentered, show limits in their transposition to Brazilian cases, given the differences in the origin of the parties and the Brazilian institutional design.

Keywords: political parties; party organization; party finance; party spending; party structure.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Composição das receitas partidárias no Brasil (1996-2015)	47
Gráfico 2. Composição receitas PDT	47
Gráfico 3. Composição receitas PFL/DEM.....	48
Gráfico 4. Composição receitas PL-PRONA-PR.....	48
Gráfico 5. Composição receitas PMDB.....	48
Gráfico 6. Composição receitas PSDB	49
Gráfico 7. Composição receitas PSOL	50
Gráfico 8. Despesas partidárias em anos eleitorais (em milhões de Reais)	68
Gráfico 9. Despesas partidárias em anos não eleitorais (em milhões de Reais)	69
Gráfico 10. Despesas partidárias nacionais por partido 1996-2015 (valores reais em julho de 2020)	70
Gráfico 11. Index of Political Spending do conjunto de partidos analisados (1996-2015)	72
Gráfico 12. Índice de gastos dos partidos políticos IGPP do conjunto de partidos analisados (1996- 2015).....	73
Gráfico 13. Média de gasto dos partidos políticos por tipo	93
Gráfico 14. Média de gasto partidário por tipo	93
Gráfico 15. Média de gastos com estrutura dos partidos políticos por ideologia	95
Gráfico 16. Média de gastos técnicos e profissionais dos partidos políticos por ideologia	96
Gráfico 17. Média de gasto dos partidos em formação política por ideologia.....	97
Gráfico 18. Média de gasto dos partidos em eleições por ideologia	98
Gráfico 19. Composição receitas PT (1996 a 2015)	110
Gráfico 20. Composição receitas PPS (1996 a 2015)	110
Gráfico 21. Composição receitas PSB (1996 a 2015)	111
Gráfico 22. Composição receitas PV (1996 a 2015)	111
Gráfico 23. Fundo Partidário por partidos políticos de 1996 a 2015 (em milhões de Reais deflacionados para julho de 2020).....	112
Gráfico 24. Outros recursos recebidos pelos partidos políticos em anos eleitorais (em milhões de Reais deflacionados para julho de 2020)	112
Gráfico 25. Outros recursos recebidos pelos partidos políticos em anos não eleitorais (em milhões de Reais deflacionados para julho de 2020)	113
Gráfico 26. Gastos partidários dos partidos dependentes do Fundo Partidário (em %)	145
Gráfico 27. Gastos partidários dos partidos menos dependentes do Fundo Partidário (em %) .	145

Gráfico 28. Gastos partidários dos partidos que recebem a maior parte do Fundo Partidário (em %)	146
Gráfico 29. Gastos partidários dos demais partidos (em %)	146

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Origem dos recursos e nível de dependência do financiamento público nas tipologias partidárias	38
Quadro 2. Gastos partidários a partir da tipologia de partidos	87
Quadro 3. Categorização das despesas dos partidos políticos no Brasil (1996-2015)	90
Quadro 4. Proporção de receitas dos Outros Recursos – PSOL.....	109

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Receitas da sede nacional dos partidos de 1996 a 2015	46
Tabela 2. Contribuição de filiados (em %) do total (PT, PPS, PSB e PV)	51
Tabela 3. Contribuição de parlamentares (em %) do total (PT, PPS, PSB e PV)	52
Tabela 4. Doação de Pessoa Física (em %) do total (PT, PPS, PSB e PV)	52
Tabela 5. Doação de Pessoa Jurídica (em %) do total (PT, PPS, PSB e PV)	53
Tabela 6. Outras fontes de recursos (em %) do total (PT, PPS, PSB e PV)	54
Tabela 7. Despesas das sedes nacionais dos partidos agregadas (valores reais em julho de 2020) .	67
Tabela 8. Composição das receitas do PSOL (2005-2015).....	109

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PT	- Partido dos Trabalhadores
PDT	- Partido Democrático Trabalhista
PSB	- Partido Socialista Brasileiro
PPS	- Partido Popular Socialista
PMDB	- Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PL	- Partido Liberal
PR	- Partido da República
PSDB	- Partido da Social Democracia Brasileira
PFL	- Partido da Frente Liberal
DEM	- Democratas
PRONA	- Partido de Reedificação da Ordem Nacional
PV	- Partido Verde
PSOL	- Partido Socialismo e Liberdade
FP	- Fundo Partidário, Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos
FEFC	- Fundo Especial de Financiamento de Campanha
TSE	- Tribunal Superior Eleitoral

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	16
1.1 FINANÇAS POLÍTICAS E PARTIDÁRIAS	20
1.2 OBJETIVOS, PROBLEMAS E HIPÓTESES	22
1.3 RECORTE DO OBJETO	24
1.4 MATERIAIS E RECORTE TEMPORAL	27
2 A TRANSFORMAÇÃO DO FINANCIAMENTO PARTIDÁRIO BRASILEIRO	30
2.1 A LITERATURA SOBRE ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA E RECEITAS FINANCEIRAS.....	32
2.1.1 Os partidos de quadros	32
2.1.2 Os partidos de massas	33
2.1.3 Os partidos <i>catch-all</i>	34
2.1.4 Os partidos profissionais-eleitorais.....	35
2.1.5 Os partidos carteis.....	37
2.1.6 Diversificação de receitas e dependência estatal	38
2.2 A LEGISLAÇÃO SOBRE FORMAÇÃO DE RECEITAS E CRITÉRIOS DE ALOCAÇÃO ENTRE PARTIDOS	43
2.3 AS RECEITAS DOS PARTIDOS BRASILEIROS DE 1996 A 2015	45
CONCLUSÕES.....	56
3 OS NÍVEIS DE GASTOS PARTIDÁRIOS.....	59
3.1 A LITERATURA SOBRE NÍVEL DE GASTOS POLÍTICOS	60
3.2 O NÍVEL DE GASTOS PARTIDÁRIOS BRASILEIROS (1996-2015).....	67
3.2.1 Aplicação do IPS e IGPP.....	71
CONCLUSÕES.....	73
4 AS TRANSFORMAÇÕES DOS PARTIDOS POLÍTICOS BRASILEIROS A PARTIR DAS ESTRATÉGIAS DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS	74
4.1 A LITERATURA SOBRE GASTOS PARTIDÁRIOS	75
4.2 A LITERATURA SOBRE A TRANSFORMAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA.....	80
4.3 REGULAÇÃO DE GASTOS PARTIDÁRIOS NO BRASIL	87
4.4 OS GASTOS DOS PARTIDOS BRASILEIROS (1996 A 2015).....	91
4.4.1 Os tipos gastos dos partidos políticos brasileiros	92
4.4.2 Ideologia e alocação de recursos.....	94

CONCLUSÕES.....	99
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	101
APÊNDICE 1 – Categorização das despesas partidárias sintetizadas a partir do demonstrativo de receitas e despesas dos Planos de Contas de 1996, 1997, 2011 e 2015 (anexos 3 ao 6).....	104
ANEXO 1 – Tabelas e Gráficos adicionais do Capítulo 2.....	109
ANEXO 2 – Gráficos adicionais do Capítulo 3	112
ANEXO 3 – Demonstrativo de receitas e despesas no Plano de Contas publicado na Resolução do TSE nº 19.768, de 17 de dezembro de 1996	114
ANEXO 4 – Demonstrativo de receitas e despesas no Plano de Contas publicado na Instrução Normativa do TSE, nº 04, de 07 de julho de 1997	116
ANEXO 5 – Demonstrativo de receitas e despesas no Plano de Contas publicado na Portaria do TSE nº 521, de 18 de outubro de 2011	127
ANEXO 6 – Demonstrativo de receitas e despesas no Plano de Contas publicado na Portaria do TSE nº 28, de 26 de janeiro de 2015.....	136
ANEXO 7 – Gráficos adicionais do Capítulo 4	145
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	147

1 INTRODUÇÃO

Dinheiro é um importante recurso de poder na política. Embora haja consenso sobre essa afirmação, estudos empíricos sobre o uso dos recursos financeiros pelos partidos políticos são escassos. As pesquisas sobre partidos costumam ignorar que os recursos financeiros são a base da atividade partidária (NASSMACHER, 2009). Sem dinheiro não se mantém o escritório partidário com funcionários, burocratas e militantes profissionais, computadores, telefones, salários, mesas, cadeiras, materiais de divulgação, especialistas em mídias sociais, técnicos, líderes, ou; uma modesta e jovem organização voluntariosa tampouco se paga as custas para o registro legal de uma legenda.

De um lado, os objetos dos estudos na teoria partidária têm privilegiado as dinâmicas de poder e a morfologia das legendas desaguando em análises sobre a democracia interna, a ideologia partidária, a ligação com seus membros, as estratégias eleitorais, o recrutamento e a relação com o Estado e com as elites. Do outro, os estudos de finanças políticas costumam ter como foco a arena eleitoral, analisando dados eleitorais dos candidatos em campanhas, conferindo o desempenho do dinheiro na competição partidária, nas tomadas de decisão, ou analisando os níveis de gastos com a democracia, com dados agregados de partidos e candidatos (NASSMACHER 2009, pp. 22-24). Em resumo: as pesquisas têm ignorado sistematicamente o uso do dinheiro na dinâmica da organização dos partidos (SMULDERS & MADDENS, 2017, p. 2).

Os partidos são organizações que concedem aos seus membros recursos ideais e materiais, os incentivos coletivos e seletivos, conforme Panebianco (2005). Apesar do objetivo comum dessas organizações ser a obtenção de votos nas eleições para cargos eletivos, elas podem ser dirigidas por interesses e benefícios de seus próprios quadros ou de grupos específicos. O financiamento de partidos e candidatos, nesse expediente, é uma questão central, segundo já afirmavam Weber e Panebianco, para determinar a direção da conduta do partido e como sua influência econômica se estabelece – se é por meio de várias contribuições de membros ou por um número menor de financiadores preocupados em comprar interesses, direta ou indiretamente (WEBER, 2000, p. 190; PANEBIANCO, 2005, p. 69). Além disso, Panebianco (2005, p. 87) alerta para o objetivo comum entre todos os líderes dos partidos: a manutenção da estabilidade organizativa, i.e., o controle das zonas de incerteza, dentre elas, dependência do *staff* especializado e da comunicação, para um desequilíbrio estável e favorável aos líderes nos jogos de poder intrapartidários. Embora conformem um dos mais importantes aspectos da história dos partidos, as finanças partidárias, como Weber expõe, também são um capítulo obscuro para os pesquisadores da área (WEBER, 2000, P. 190).

O primeiro autor que menciona e operacionaliza as finanças políticas na teoria partidária é Duverger (1970). Ao analisar as formas distintas de financiamento, estabelecendo diferenças entre os partidos de quadros e de massas, o primeiro financiado pelas elites e o segundo, por filiados, a partir de pagamento de cotas. Já Janda (1980) mobiliza financiamento como indicador de autonomia e centralização de poder na organização partidária. Kirchheimer (1966) alerta sobre a abertura dos partidos pós Segunda Guerra a outros grupos, inclusive do ponto de vista do recebimento de recursos. Katz & Mair (1995) criam o conceito de cartelização do sistema partidário, fenômeno que indicaria o comportamento em conluio dos atores políticos em busca dos recursos estatais. O debate sobre a presença e importância do dinheiro nas agremiações, na teoria partidária, costuma estar presente sobre a entrada dos recursos e menos sobre a saída.

Na literatura, os gastos partidários normalmente estão presentes em estudos de financiamento, sobre o seu volume em candidaturas e como ele impacta no sucesso eleitoral (JACOBSON, 2010), ou para calcular o custo da competição política, inserindo-se aí em um conjunto de gastos possíveis de serem realizados em ciclos eleitorais (HEIDENHEIMER, 1963; NASSMACHER, 2009; PINTO-DUSCHINSKY, 1981).

Recentemente, com a intenção de explorar esse aspecto partidário, Jef Smulders e Bart Maddens (2017; 2018), propõem uma análise longitudinal do volume de gastos partidários utilizados para a manutenção da organização, isto é, pagamento de pessoal, publicidade e comunicação, comparando os níveis de partidos de nove países da Europa ocidental e, sugerem que passemos a considerar a variável “*gastos partidários*” na discussão de futuras tipologias partidárias. Os autores identificam diferenças entre os partidos a partir de seus padrões de gastos, partindo de uma tipologia sugerida por Manuela Blumenberg (2015), que divide os partidos entre aqueles focados em manutenção da organização e em eleições. Além disso, esses autores identificam uma estabilização nos níveis de gastos partidários e quais as variáveis impactam em tais níveis, afirmando que em países com maior tradição de financiamento público, os partidos tendem a ser mais dispendiosos, assim como partidos mais antigos e consolidados. Outros autores já encontraram também padrões por tradição democrática: democracias mais recentes ainda estão em um alto nível de gastos, enquanto países de democracia consolidada tiveram uma queda e estabilização recente (HEIDENHEIMER, 1963; NASSMACHER, 2009).

Um desses autores, Nassmacher (2009), identifica também diferenças entre países pelos comportamento de gastos. As despesas dos partidos na Austrália e nos Estados Unidos são voltadas predominantemente para eleições, enquanto os gastos com a manutenção da organização entre eleições são irrisórios. Não se mantém, por exemplo, pagamento de funcionários em tempo integral na organização. Outros países anglo-saxões, como Inglaterra e Canadá gastam altos valores

em campanhas, mas também em organizações partidárias permanentes. Já os partidos europeus são os que mais gastam com a rotina partidária, quando comparados com as despesas com campanhas eleitorais. Esse dado nos remete à teoria de partidos, que confere distinção entre os partidos norte-americanos e europeus, os primeiros retratados pela teoria clássica como um quase subdesenvolvimento partidário, ou próximos de partidos *catch-all* (DUVERGER, 1970; KIRCHHEIMER, 1966). Desde Weber, a literatura é consensual em afirmar que as agremiações nos Estados Unidos possuem uma característica distintiva em relação aos partidos europeus¹, marcada pela sua fraqueza organizacional e o foco em eleições. Já os partidos da Europa ocidental são dotados de maior complexidade e com a presença de organizações permanentes (DUVERGER, 1970; PANEBIANCO, 2005; NASSMACHER, 2009). Os gastos, nesse sentido, mostram-se úteis para análise da dinâmica organizacional dos partidos.

Em outras palavras, as formas de seleção de candidatos, recrutamento, ideologia, relações com o ambiente são temáticas importantes para o estudo de partidos, mas essas áreas pouco se concretizam se não há investimento financeiro. Os gastos partidários são capazes de revelar modos de organizações nos partidos políticos, dialogando com as tipologias partidárias (DUVERGER, 1970; KATZ; MAIR, 1995; KIRCHHEIMER, 1966; PANEBIANCO, 2005).

Sobre os partidos brasileiros, não podemos afirmar que há consenso sobre a sua organização, tampouco a respeito de suas transformações ao longo do tempo. Quando comparados com os partidos europeus, valendo-se da literatura tradicional, assentada na experiência dos partidos da Europa ocidental, apenas o Partido dos Trabalhadores aproxima-se ao modelo de massas (AMARAL, 2011; KECK, 1991; MENEGUELLO, 1989; RIBEIRO, 2008). Além disso, há afirmações sobre as agremiações brasileiras serem majoritariamente do tipo “*catch-all*” (MAINWARING, 2001; KRAUSE; REBELLO; SILVA, 2015), debilmente organizados, restritos a momentos eleitorais, com vínculos frouxos com a sociedade, servindo apenas como “*agências formais de obtenção de mandatos*” (RIBEIRO, 2013a) e, ao mesmo tempo, que o sistema partidário estaria cartelizado (RIBEIRO, 2013b). Não sabemos empiricamente se os partidos brasileiros passaram pelas transformações descritas pela “*evolução natural*” dos partidos – de quadros, massas, *catch-all* e cartel – tampouco se houve o contágio pela esquerda, sugerido por Duverger.

¹ Janda (1980) alerta que os partidos nos Estados Unidos possuem tanta estrutura formal quanto os Europeus, no que diz respeito à articulação (quantidade de órgãos nacionais), intensidade (unidades da organização), extensividade da organização, frequência de reuniões locais, manutenção dos registros. No entanto, os partidos estadunidenses são mais descentralizados, menos coerentes e com menos envolvimento de ativistas partidários. Existe a presença de uma organização partidária, mas serviria para fins distintos dos partidos europeus focados em mobilização constante para formação de programas de políticas públicas enquanto os primeiros centrados na profissionalização e tecnicidade para amealhar votos.

Os diagnósticos a respeito dos partidos brasileiros formam dois grupos: os pessimistas e os otimistas. Integrantes do primeiro, consideram que os partidos aqui são caracterizados pela sua ligação ao Estado desde a sua origem (KINZO, 1988), com fraco enraizamento na sociedade (AMES, 2003; MAINWARING, 1993), formação de uma organização tardia e desvinculada de grupos sociais bem definidos, com exceção do PT. Carentes de uma estrutura partidária complexa e voltada para uma atuação permanente capaz de organizar as massas, de investimento em formação política, imprensa partidária, como era comum nos partidos modernos europeus, os partidos brasileiros teriam a marca da debilidade em seu código genético, segundo Lamounier & Meneguello (1986, p. 49 e 118). Os partidos nascidos no século XX, no Brasil, eram de “notáveis”, comandados por caciques populistas a quem não interessava uma organização forte.

Nos últimos trinta anos, a literatura brasileira tem realizado um diagnóstico mais otimista acerca dos partidos: diante de evidências empíricas, essas organizações apresentam um nível de disciplina e coesão altos no Congresso, com centralização nas mãos dos líderes partidários (FIGUEIREDO; LIMONGI, 1999a). A aparente estabilização da volatilidade eleitoral e a eficácia na condução de suas funções governativas e decisórias tiraram o rótulo de partidos ineficazes (FIGUEIREDO; LIMONGI, 1999b; BRAGA, 2008; FIGUEIREDO FILHO, 2002; BRAGA, 2008; RIBEIRO, 2013a; GUARNIERI, 2011). No entanto, o aumento da volatilidade eleitoral em 2018, a alta fragmentação partidária e ascensão de um partido irrelevante à cena política nos levam à reflexão acerca desses diagnósticos.

Quando unimos os aspectos financeiros e a organização dos partidos, podemos notar que as pesquisas que focam no gasto interno dos partidos não abundam no cenário internacional, mas no Brasil há um deserto a ser explorado. Pouco sabemos sobre como os partidos brasileiros alocam os seus recursos e se eles possuem algum padrão ao longo do tempo quanto ao que se gasta e quanto. Como recurso partidário, o dinheiro pode ser convertido em vários tipos de atividades políticas ao comprar bens e serviços, pagar mão de obra especializada, agentes políticos, jornalistas, atores que podem reverberar os interesses dessas organizações, além de colaborar para treinar pessoal na forma de compensar deficiências existentes nas organizações ou candidatos (MICHELS, 2001, p. 35; NASSMACHER, 2009).

A importância da análise dos fluxos financeiros dos partidos se torna evidente diante da maior dependência estatal dessas organizações, com a inserção do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) em 2017, além do já conhecido Fundo Partidário, que somados alcançam quase 2,7 bilhões de reais em um único ano. Considerando que não há consenso sobre a transformação dos partidos brasileiros acerca de como e para onde caminhará a

organização partidária, tampouco sobre a relação entre ela e os recursos financeiros, é onde essa pesquisa se assenta, e pretende colaborar com a área de estudos partidários.

Dessa forma, a presente tese busca identificar como os partidos brasileiros compuseram a sua receita e alocaram os seus recursos financeiros em nível nacional, de 1996 a 2015. Analisamos as receitas e despesas declaradas pelos partidos em sua prestação de contas anual enviada ao Tribunal Superior Eleitoral, ao longo do período. Além disso, observamos se houve aumento dos gastos partidários como ocorreu com os eleitorais (FISCH, 2019) e como a literatura estrangeira aponta para democracias recentes (NASSMACHER, 2009). Por fim, como os partidos gastaram seus recursos, propondo a utilização do gasto partidário como um *proxy* de organização partidária, testando a tese de tipologias partidárias aplicada a receitas e gastos realizados pelos partidos. Antes de prosseguirmos, esclarecemos termos que serão utilizados e o desenho da presente pesquisa.

1.1 Finanças Políticas e Partidárias

Alguns termos serão repetidos ao longo do texto e necessitam de definição prévia. O **Financiamento político** diz respeito à entrada de recursos para partidos políticos e candidatos seja em ano eleitoral ou não, isto é, o financiamento da atividade política de forma global (BOURDOUKAN, 2009). O financiamento pode aparecer como partidário ou eleitoral na literatura, a depender da ênfase em um ou outro aspecto em um determinado contexto (NASSMACHER, 2009, p. 32). Em países como Estados Unidos, em que há menos atividades partidárias, a ênfase é eleitoral e fundamentada em recursos para eleições em detrimento da organização, sendo assim, o termo utilizado é **Financiamento Eleitoral**. Já nos países da Europa Ocidental o termo mais comumente utilizado é o **Financiamento Partidário**, uma vez que nesses países os recursos passam pelos partidos e são eles que promovem as atividades rotineiras e eleitorais (NASSMACHER, 2009). No Brasil, geralmente é retratado o financiamento eleitoral, uma vez que as pesquisas costumam analisar os dados de candidatos e recursos recebidos de diversas origens, inclusive dos partidos, para a realização de campanhas eleitorais (MANCUSO, 2011).

A classificação do financiamento também pode ser estabelecida nos termos das origens de recursos (BOURDOUKAN, 2009): público, quando os recursos são provenientes do Estado, privados, quando da sociedade, e misto, quando há a possibilidade de origem dessas duas fontes. Definir nesses termos, para nós, é pouco preciso e se faz necessária uma melhor demarcação. Embora os **gastos** realizados pelos candidatos e partidos costumem estar subjacentes ao conceito de financiamento na literatura brasileira, aqui decidimos pela sua separação e redefinição. Na literatura estrangeira, os termos *political finance* e *party finance* se aplicam tanto à *financiamento* como

finanças políticas/partidárias, a depender do contexto. Na presente tese utilizaremos o termo **Finanças Políticas** e **Finanças Partidárias**, por tratarmos do fluxo de atividades financeiras que englobam a captação de recursos e, também, a gestão e despesas. Fazendo uma analogia aos estudos de Finanças Públicas, “*finanças*” referem-se a todas as atividades financeiras do Estado [aqui, da política ou do partido] (GIAMBIAGI; ALÉM, 2011), que abrangem entrada e saída de recursos. Nesse aspecto, a lei 9.096 de 1995, Lei dos Partidos Políticos, estabelece regulações a respeito das “*Finanças e Contabilidade dos Partidos*” dos Artigos 30 ao 37, em que define parâmetros da escrituração contábil de suas receitas e despesas e sobre a sua situação patrimonial.

Consideramos que os partidos são atores diretamente envolvidos na competição partidária. São eles que moldam o sistema, fornecem candidatos para os cargos públicos, *labels* aos eleitores e podem ter estratégia de atuarem mais ou menos nas disputas eleitorais. Independente da estratégia, seja ela focada na organização ou em eleições, eles necessariamente necessitam de algum recurso para operar (NASSMACHER, 2009, p. 32). No Brasil, para o período analisado (1996 a 2015), há a garantia de ao menos um recurso estável e periódico, oriundo do Fundo Partidário para os partidos colocarem em prática as operações de rotina e/ou campanhas eleitorais, além dos recursos próprios, formados por doações de detentores de cargos públicos, lucros com a comercialização de produtos, contribuição de filiados, parlamentares, sobras de campanhas, doações de pessoas físicas e, até 2015, de pessoas jurídicas.

O nosso objetivo é analisar a receita e a despesa geridas exclusivamente pelo partido político, o que chamamos de **Finanças Partidárias**, por conformar diferentes fontes de recursos, que são geridos **exclusivamente** pelo partido e não por candidatos. Dentro do fluxo das finanças partidárias, a entrada é a **Receita Partidária**, que pode ser do Fundo Partidário, doações de pessoa física, jurídica, de membros, parlamentares e venda de produtos (BRASIL, 1995). E a saída é o **Gasto Partidário**, que pode ser realizado na manutenção e rotina da organização, formação política e campanhas eleitorais realizadas pelo partido político e que eventualmente também chamaremos de “despesas partidárias” e trata-se da mesma coisa. Já quando citarmos **Finanças Políticas**, essas dizem respeito aos mesmos fluxos, mas geridos por vários locais, como partidos, comitês, candidatos, parlamentares em anos eleitorais e não eleitorais (NASSMACHER, 2009). Dentro das Finanças Políticas estão os **Gastos Políticos**, relativos aos gastos totais da atividade política, durante e entre eleições.

São exemplos de estudos que analisam as finanças políticas, aqueles que buscam identificar os níveis de gastos globais da democracia, sobretudo se há um aumento do custo da competição política ao longo do tempo e suas causas (HEARD, 1960; NASSMACHER, 1989, 2009; PINTO-DUSCHINSKY, 1981) e os que analisam como os gastos eleitorais ocorrem, de partidos e

candidatos (MARCELINO, 2010; SPECK; MANCUSO, 2013; FISCH, 2016; HEILER; VIANA; SANTOS, 2016). Já aqueles que tratam sobre finanças partidárias, estão analisando como os partidos gerem seus recursos, quanto ao **nível de gastos partidários**, se há um aumento dos gastos dos partidos e o que vêm ocasionando (SMULDERS; MADDENS, 2017), e ao **tipo de gasto**, como os partidos estão gastando os seus recursos financeiros, isto é, quais estratégias são tomadas quanto à alocação de recursos financeiros em atividades partidárias, manutenção de sedes, formação política, eleições, publicidade, propaganda (BLUMENBERG, 2013, 2015; SMULDERS; MADDENS, 2018), a partir dos recursos diversos que financiam essas organizações. Esses recursos não são carimbados, não possuem definições prévias para a sua destinação, ou seja, não é um financiamento destinado especificamente para financiar (e então, gastar recursos) com eleições, como no caso do financiamento de campanhas a comitês e candidatos, mas sim, distintos financiamentos ao partido, e essa organização define como irá gastar. Consideramos este um assunto de finanças partidárias.

Os fundos arrecadados e gastos pelos partidos ainda são um tema controverso nas democracias. Não há consenso sobre qual é o valor razoável ou suficiente para a competição partidária e manutenção dos partidos. É comum no Brasil e nos demais países os meios de comunicação, juristas, pesquisadores e comentaristas políticos alertarem para os altos valores gastos, que fariam parte de uma corrida armamentista dos partidos em busca de recursos financeiros. Ao mesmo tempo, essas organizações precisam de mais recursos do que bens fornecidos voluntariamente por seus filiados. Identificar um padrão nas receitas, nível e tipos de gastos ao longo do tempo, pode colaborar com o entendimento da organização dos partidos no Brasil. Além do debate da teoria partidária a respeito das receitas e a sua relação com a organização partidária, as despesas também podem ser úteis para a compreensão das estratégias organizacionais dos partidos. Em alguns países, os partidos podem gastar predominantemente com despesas de campanha, enquanto em outros há maior ênfase em operações de rotina, funcionários efetivos, formação política entre eleições (NASSMACHER, 2009, p. 39) e isso exprime a organização partidária. Pretendemos assim estabelecer uma ponte entre a teoria de partidos e de finanças políticas para a análise das receitas e despesas dos partidos brasileiros.

1.2 Objetivos, problemas e hipóteses

Tendo em vista a ausência de informações e pesquisas sobre finanças partidárias no país que não sejam sobre eleições e vistas sob a ótica dos candidatos, esse é um primeiro passo para sistematizar o uso do dinheiro no interior das organizações partidárias brasileiras. Com o objetivo

de identificar como os partidos políticos se transformaram ao longo do tempo, no que diz respeito à receita e aos gastos dessas organizações em nível nacional, analisamos as receitas e despesas de dez partidos brasileiros (PT, PSB, PDT, PSDB, DEM, PMDB, PR, PPS, PV e PSOL) ao longo de vinte anos (1996-2015) mostrando como o principal *asset* político se relaciona com a teoria e os modelos de partidos (DUVERGER, 1970; KATZ; MAIR, 1995; KIRCHHEIMER, 1966; PANEBIANCO, 2005). Em seguida, debruçamo-nos sobre o desenvolvimento democrático apontando como o nível de gastos partidários reflete os estágios da democracia representativa brasileira e sua relação com a competição entre os partidos políticos (HEIDENHEIMER, 1963; NASSMACHER, 2009; PINTO-DUSCHINSKY, 1981; SMULDERS; MADDENS, 2017).

Nosso interesse aqui é saber se assim como em outros países, há um padrão de receitas e gastos entre os partidos, e identificar a transformação dos mesmos a partir de quatro categorias de despesas: *gastos com estrutura*, *gastos com serviços técnicos*, *gastos com formação político-ideológica e doutrinária* e *gastos eleitorais*. A partir dessa categorização, analisamos o comportamento dos partidos e procuramos estabelecer um padrão quanto ao nível e tipos de gastos. Além disso, verificaremos se há, como nos demais países, uma maior dependência dos partidos políticos com relação aos recursos públicos ao longo do tempo (KATZ; MAIR, 1996, 2009; NASSMACHER, 2009; SMULDERS; MADDENS, 2017).

A presente tese busca responder as seguintes questões de pesquisa:

- a) Os partidos políticos brasileiros, na composição de suas receitas e gastos, acompanham a transformação seguindo o previsto pela *life-cycle* dos partidos políticos, de partidos de quadros, massas, *catch-all*, profissional-eleitoral e cartel (DUVERGER, 1970; KATZ; MAIR, 1995; KIRCHHEIMER, 1966; PANEBIANCO, 2005)?
- b) Há no Brasil um aumento de gastos partidários, como é encontrado em outros países de democracia recente e diferente de países de democracia longa, em que os níveis de gastos partidários caíram e se estabilizaram? (HEIDENHEIMER, 1963; NASSMACHER, 2009)?

Partimos de hipóteses expostas na literatura de finanças políticas e da teoria de partidos, buscando unir essas duas perspectivas a respeito do nosso objeto de análise, buscando criar e inserir novos dados – aqui no caso, as despesas dos partidos – para o teste da teoria partidária (JANDA, 1984).

Considerando a literatura de partidos e de finanças políticas, estabelecemos as seguintes hipóteses, apresentadas pelos temas em que as desenvolvemos:

Receitas partidárias:

- H1. Os partidos políticos se tornaram mais dependentes do Estado ao longo do tempo, sendo essa a sua principal fonte de recursos (KATZ; MAIR, 1995);
- H2. O modelo de partido eurocentrado é insuficiente e inadequado para entender a dinâmica da relação dos partidos com suas fontes de receita no Brasil;

Níveis de gastos partidários:

- H3. No Brasil os níveis de gastos partidários aumentaram ao longo do tempo, não havendo a sua diminuição ou estabilidade como em países de democracia longevas e de partidos consolidados, e sim, se aproximam dos níveis de democracias de terceira onda (NASSMACHER, 2009);

Gastos partidários:

- H4. Os gastos com formação política e estrutura caminham em uma curva decrescente, enquanto os gastos com serviços técnicos e profissionais e eleições aumentam conforme aumenta a dependência estatal;
- H5. A ideologia é variável interveniente nos gastos partidários, partidos à esquerda necessitam da organização e doutrina para compensar a falta de capital de seus indivíduos, enquanto partidos à direita focam em eleições e serviços técnicos profissionais (SMULDERS; MADDENS, 2017).

A nossa hipótese alternativa, é a H0: os padrões de gastos no Brasil se aproximam aos casos estadunidenses, onde a máquina partidária serve para gerir as eleições e não para a manutenção de uma organização permanente e atuante entre eleições (NASSMACHER, 2009).

1.3 Recorte do objeto

Os líderes dos partidos podem definir as estratégias de emprego de recursos para execução de seus fins. A mobilização de recursos organizacionais muda entre os partidos, que podem tomar decisões estratégicas de adaptação e mudança organizacional temporária para perseguir seus objetivos (BORZ; JANDA, 2018). Estratégias distintas podem ser aplicadas pelos partidos, aquelas mais imediatas, como eleitorais, ou as de longo prazo, com a manutenção de uma organização permanente e com formação política de seus filiados.

Quando olhamos para o sistema partidário, fica evidente a desigualdade em termos de recursos entre os partidos. Como coloca Adam Przeworski:

“Numa democracia, várias forças políticas competem entre si dentro de estruturas institucionais. Os participantes da competição democrática

investem recursos econômicos, organizacionais e ideológicos desiguais na disputa. Alguns grupos têm mais dinheiro do que outros para gastar na política. Alguns dispõem de mais competência e vantagens organizacionais do que outros. Uns possuem recursos ideológicos melhores, isto é, argumentos mais convincentes. Se as instituições democráticas são universalistas – isto é, neutras em relação à identidade dos participantes – os que detêm maiores somas de recursos têm mais probabilidades de sair vencedores nos conflitos submetidos ao processo democrático. Tenciono defender a tese de que os resultados desse processo são determinados conjuntamente pelos recursos e pelas instituições e, portanto, a probabilidade de um grupo qualquer, identificado por sua posição na sociedade civil, chegar a realizar seus interesses de uma determinada forma e dentro de um determinado grau é, de um modo geral, distinta a de outros grupos (PRZEWORSKI, 1994, pp. 26-27).”

O dinheiro é um dos recursos que possuem potencialidade para alterar resultados eleitorais. Outros recursos seriam os organizacionais, como máquina partidária e de governo, seguindo a concepção de Przeworski. Contudo, o provimento da organização partidária, exceto pelo trabalho voluntário de militantes, é realizado a partir da transformação de recursos financeiros em organizacionais, evidência que a literatura costuma ignorar (NASSMACHER, 2009; SMULDERS; MADDENS, 2017).

Considerando que a desigualdade é latente entre os partidos e que essa variação parece importar mais em nível de país e não necessariamente entre famílias partidárias (WEBB & KEITH, 2017), selecionamos aqueles partidos que permaneceram no sistema político com certa estabilidade, que possuem maior capacidade de institucionalização. Esses partidos resistiram às mudanças ambientais ao longo dos anos e nos interessa compreender quais foram as suas estratégias organizacionais no recebimento e alocação de recursos financeiros.

Selecionamos, para tanto, dez partidos brasileiros por esses possuírem um traço institucional em comum: são organizações que persistiram ao longo do tempo. Como o nosso objetivo é analisar longitudinalmente e conferir se houve mudanças nos padrões de gastos dos partidos, não faria sentido optarmos por organizações recém-criadas ou já extintas, que não sobreviveram no sistema ou ainda que não realizam seu papel como partidos, se mostrando minimamente exequíveis na função de lançar candidatos ao Executivo nacional. Portanto, utilizamos o critério de disposição eleitoral e disposição para institucionalização de Rose & Mackie (1988) que mede o esforço do partido em criar presença no sistema lançando candidatos ao cargo máximo no país, neste caso, a presidência da república. Segundo esses autores:

Parties must necessarily adapt to changes in the larger social environment if they are to sustain electoral support. Parties do not exist in vacuo, but represent groups and interests in society. The longer the time span observed, the greater

the pressures on parties to adapt, as groups and interests alter through the process of societal change (ROSE & MACKIE, 1988, p. 534).

Em um ambiente político dinâmico, os partidos devem mudar para conseguirem se adaptar ao ambiente. As agremiações que não o fazem, estão sujeitas ao fracasso eleitoral e a obsolescência. A persistência dos partidos nesse contexto se dá enquanto organizações, as quais podem ter modificado muito ou pouco a sua forma de funcionamento e estrutura, mas que tiveram sucesso em sua adaptação. Dessa forma, optamos pelo critério desses autores. Foram selecionados os partidos que estiveram em ao menos três eleições ao cargo máximo do país, de 1989 a 2014, com o mínimo de 1% dos votos, em ao menos um pleito.

A manutenção dos partidos ao longo do tempo depende dos líderes em manter o *trade-off* entre as pressões internas e externas ao partido. A primeira refere-se a coesão interna e a segunda, a manutenção de alguma relevância eleitoral no sistema (ROSE; MACKIE, 1988). Nesse sentido, o partido que compete por pelo menos três eleições presidenciais está preocupado em manter uma organização para disputar o cargo máximo, e não se trata, assim, de uma organização que serviu apenas para o uso de um eventual líder oportunista eleitoral, ou uma organização que tem as eleições e a disputa por recursos como algo secundário, como os partidos antissistemas (SARTORI, 1982). Permanecer ao longo do tempo lançando candidatos reifica a organização dos partidos independente de sua estratégia, e esse critério nos dá uma garantia de que estamos tratando de partidos que sejam representativos do sistema partidário, uma vez que as eleições presidenciais são as mais competitivas e o prêmio máximo que o partido pode conquistar em um sistema presidencialista.

A literatura de partidos políticos costuma analisar as transformações de suas organizações a partir da criação de tipos ideais e o seu desenvolvimento ao longo do tempo, desaguando em um novo modelo frequentemente a partir dos casos da Europa ocidental, como veremos no próximo capítulo. Há indícios de que a transposição do uso de tipologias, ou seja, do enquadramento das características organizacionais dos partidos europeus para a análise dos partidos no Brasil, mesmo que para identificar tendências, é limitada (MAYER, 2018). Além disso, não há consenso se os partidos brasileiros se aproximam ou não do desenvolvimento posto pela literatura tradicional, se eles são mais próximos de um modelo *catch-all* (MAINWARING, 2001; SANTOS, 2020) ou ao cartel, tendo pesquisas que afirmam uma tendência de cartelização (RIBEIRO, 2013b; MELO, 2013) e outras não (SANTOS, 2020; SPECK; CAMPOS, 2014; KRAUSE; REBELLO; SILVA, 2015). A partir da análise dos recursos financeiros exclusivos dos partidos por vinte anos, temos como objetivo identificar uma tendência de recebimento e gastos de recursos financeiros e sua relação com a transformação organizacional na teoria partidária.

Portanto, analisamos os resultados eleitorais divulgados no sítio do TSE dos pleitos presidenciais de 1989 a 2014². Seguindo o critério de Rose e Mackie (1988), os partidos devem ter participado de ao menos três eleições com no mínimo 1% de votos em pelo menos um pleito. Os partidos selecionados foram: Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Partido da Frente Liberal/Democratas (PFL/DEM), Partido de Reedificação da Ordem Nacional/Partido Liberal/Partido da República (PRONA/PL/PR), Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB/MDB), Partido Popular Socialista (PPS), Partido Verde (PV) e Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)³.

1.4 Materiais e recorte temporal

Diferente das finanças eleitorais, ou seja, das receitas e despesas de comitês de partidos e candidatos realizadas exclusivamente em eleições, as prestações de contas dos partidos políticos não ficam disponibilizadas no Repositório de Dados Eleitorais do TSE, base de dados tão conhecida dos cientistas políticos. Os dados partidários referentes os anos de 1996 a 2015 são apresentados na escrituração contábil dos partidos, em uma peça chamada “*Demonstrativo de receitas e despesas*” no interior de um processo em papel que pode chegar a ter mais de mil páginas, de cada partido. Esse relatório contábil era entregue em formato físico anualmente ao TSE até abril de cada

² Consideramos a chapa de presidente e vice-presidente, entendendo a importância também do partido da vice-presidência no que diz respeito ao empenho partidário despendido. Além disso, selecionamos o período de 1989 por se tratar da primeira eleição direta do país no pós-redemocratização e 2014, o último que compreende o mandato do período dos dados disponíveis, de 1996 a 2015.

³ Participaram de sete eleições presidenciais o PT (1989 com 17,18% dos votos; 1994, 39,97%; 1998, 31,71%; 2002, 46,44%; 2006, 48,61%; 2010, 46,91%; e 2014, 41,59%) e o PSDB (1989 com 11,51% dos votos; 1994, 55,22%; 1998, 53,06%; 2002, 23,19%; 2006, 41,64%; 2010, 32,61%; e 2014, 33,55%) todas com mais de 1% de votos. De cinco eleições, o MDB, com todas acima de 1% dos votos (1989 com 4,73%; 1994, 1,24%; 2002, 23,19%; 2010, 46,91%; e 2014, 41,59%) e PRONA/PL/PR, dessas, quatro acima de 1% (1989 com 0,53% dos votos; 1994, 2,10%; 1998, 2,14%; 2002, 46,44%; e 2006, 48,61%), e o PFL/DEM, também com quatro acima (1989 com 0,88% dos votos; 1994, 55,22%; 1998, 53,06%; 2006, 41,64%; e 2010, 32,61%). O PDT e o PV competiram quatro eleições, o primeiro, todas acima de 1% (1989 com 16,51% dos votos; 1994, 2,06%; 1998, 31,71%; e 2006, 2,6%) e o segundo, com um pleito acima de 1% dos votos (1989 com 0,18% dos votos; 1998, 0,31%; 2010, 19,33%; 2014, 0,61%). E, por fim, participaram de três eleições, o PPS e o PSOL, o primeiro, todas acima de 1% (1989 com 1,13% dos votos com Roberto Freire no PCB; 1998, 10,97%; e 2002, 11,97%) e o segundo, com duas acima desse percentual (2006 com 6,85% dos votos; 2010, 0,87%; e 2014, 1,55%). Sobre o PPS, após a queda do muro de Berlim, no X Congresso do Partido Comunista Brasileiro, em janeiro de 1992, a agremiação foi rebatizada como Partido Popular Socialista e foi então escolhido como presidente o então deputado federal Roberto Freire. A única eleição em que o PCB obteve mais de 1% foi a de 1989, quando Roberto Freire foi candidato. O processo de revisão do conteúdo do partido, pós Congresso de 1991, sofreu oposição e de um setor minoritário que, discordando das alterações realizadas, negou-se a permanecer no partido, então PPS, e formaram uma dissidência que recuperou a sigla PCB (cf. CPDOC/FGV <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-popular-socialista-pps>). Consideramos portanto, no caso do PPS, três eleições com a primeira no PCB por se tratar do mesmo grupo político que virá se tornar o PPS em 1992. O PPS portanto entra na lista dos partidos selecionados e o Partido Comunista Brasileiro (PCB), que neste caso virou a dissidência, não.

ano relativo ao exercício anterior (janeiro a dezembro do ano que passou). Dentro desses balanços deve haver a i) discriminação dos valores e destinação dos recursos oriundos do fundo partidário e de outros recursos; ii) origem e valor das contribuições e doações; iii) despesas de caráter eleitoral; iv) discriminação detalhada das receitas e despesas, de acordo com os modelos disponibilizados pelo TSE⁴.

Por muito tempo as prestações de contas dos partidos permaneceram distantes da população e dos pesquisadores, uma vez que só recentemente, em 2017⁵ que o Tribunal Superior Eleitoral disponibilizou na internet parte dos processos⁶. E, nesse mesmo ano, o tribunal tornou obrigatório o uso do Sistema de Prestação de Contas Anuais (SPCA)⁷ aos partidos políticos para a realização da prestação de contas a partir daquele ano, referente 2016, tornando o processo menos burocrático, online, e conseqüentemente, as informações mais acessíveis. De 1996 a 2015 as prestações de contas foram entregues fisicamente ao TSE⁸.

A obrigatoriedade aos partidos de prestarem suas contas anualmente à Justiça Eleitoral é colocada na Constituição Federal de 1988, em seu Art. 17, inciso III, e regulada pela Lei dos Partidos Políticos (nº 9.096/1995), Art. 30. Essa prestação é realizada uma vez ao ano, até o mês de abril do ano posterior ao exercício referente a ele. A não apresentação de suas contas pode levar o partido a ficar sem receber o Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos. O Fundo Partidário é um recurso existente no Brasil desde 1965, originada na Lei Orgânica dos Partidos Políticos (LOPP) e desde 1995 é regulado também pela Lei dos Partidos Políticos. Esse recurso tem como objetivo assegurar a manutenção dos partidos políticos e é constituído por recursos do orçamento, multas, penalidades e doações.

Definimos o ano de 1996 como início do período analisado por esse ter sido o primeiro ano com regulação das prestações de contas, após a promulgação da Lei dos Partidos Políticos (9.096/1995) e ano final como 2015 por esse ser o último ano que a prestação de contas partidária foi entregue no formato físico ao TSE e ter sido também o último ano em que as doações de pessoas jurídicas foram permitidas (Lei nº 13.165/2015). O período é o mais homogêneo no que diz respeito às regras. Além disso, definimos vinte anos por compreender a maior parte do atual

⁴ Caso seja constatada a violação dessas normas, pode haver a suspensão do recebimento das quotas do Fundo Partidário (BRASIL, 1995, Art. 36).

⁵ Apenas em 2017 que os processos de prestações de contas anuais dos partidos são divulgados no site do TSE: <https://www.conjur.com.br/2017-abr-12/tse-disponibiliza-integra-prestacoes-contas-anuais-partidos>

⁶ Estão disponibilizadas no site do Tribunal Superior Eleitoral as prestações de contas dos partidos políticos digitalizadas apenas a partir de 2007. Dos anos anteriores, no Arquivo do Tribunal Superior Eleitoral em Brasília - DF.

⁷ Regulamentada pela Resolução nº 23.604 de 17 de dezembro de 2019.

sistema partidário brasileiro, o que é relevante, uma vez que buscamos encontrar padrões de receitas e despesas.

Após a definição dos partidos, realizamos o levantamento com a seção de Arquivo do Tribunal Superior Eleitoral em Brasília sobre os relatórios de prestações de contas do PT, PSB, PDT, PSDB, DEM, PMDB, PR, PPS, PV e PSOL, de 1996 a 2015. De 2007 a 2015 estavam disponíveis no sítio do tribunal, os demais, parte foi disponibilizada por e-mail após cerca de doze meses do primeiro contato e parte copiamos fisicamente no TSE em Brasília. A demora do Tribunal se deu pelo fato dos profissionais desse setor estarem executando a demanda de digitalização desses documentos no período que os contactamos. Como dissemos, são documentos extensos, dezenas de milhares de páginas a cada ano.

Munidos com as prestações de contas dos partidos, realizamos a seleção do demonstrativo de receitas e despesas em cada um dos relatórios. Após isso, passamos os dados para o Excel, tabulando os dados manualmente, uma vez que estavam todos em formato pdf. e os *softwares* que fazem conversão desses documentos para o formato xls., não realizaram adequadamente, havendo erro em mais de 50% dos documentos, possivelmente por conta do desenho do arquivo, predominantemente formado por números e por se tratar da digitalização de um documento já desgastado com a ação do tempo. Assim, foi realizada a tabulação das receitas e despesas no Excel e posteriormente a conferência de todos os valores, em dupla checagem, por duas pessoas⁹. Após a tabulação de 196 demonstrativos de receitas e despesas¹⁰, iniciamos a categorização das despesas, que trataremos no capítulo 4.

A presente tese está estruturada da seguinte forma: no próximo capítulo analisamos as transformações dos partidos brasileiros sob a ótica do financiamento partidário, no terceiro, tratamos sobre o nível dos gastos partidários a partir da literatura sobre o desenvolvimento das despesas partidárias no mundo. E, por fim, no penúltimo capítulo, analisamos a transformação dos partidos políticos pelos padrões de gastos partidários. Ao fim, expomos as conclusões da presente pesquisa.

⁹ Agradeço a colaboração da Priscila Sebadelhe nessa etapa da pesquisa.

¹⁰ Estão ausentes os valores do PPS 2003; PDT 2004, 2005 e 2007 pois essas prestações de contas estavam indisponíveis no Arquivo do TSE. As despesas foram tabuladas na íntegra, as receitas, com a divisão “Fundo Partidário” e “outros recursos”.

2 A TRANSFORMAÇÃO DO FINANCIAMENTO PARTIDÁRIO BRASILEIRO

A criação e manutenção dos partidos, sejam eles voltados para uma atividade sazonal, eleitoral, ou permanente, ativos também entre eleições, demanda a entrada de recursos financeiros. A origem desses recursos impacta tanto na organização dos partidos quanto na competição entre eles (DUVERGER, 1970; WEBER, 2000b). Essas origens do dinheiro, podem ser: de filiados, que surgem com os partidos de massas, os de ordem privada, de pessoa física e jurídica, comum aos partidos de quadros e *catch-all*, e o financiamento público, que nasceu em alguns contextos com a crise dos partidos políticos e passou a ser objeto de estudos na literatura de partidos e financiamento, por conta da dependência dos partidos nesses recursos (DUVERGER, 1970; KIRCHHEIMER, 1966; KATZ; MAIR, 1995).

Em nível de partido, essas organizações de uma forma geral enfrentaram o seguinte dilema: enquanto o número de membros cai, ou a participação dos filiados do ponto de vista da contribuição financeira não é mais a mesma que antigamente, as demandas aumentam, com campanhas eleitorais mais caras, modernas, profissionais, com técnicas mais arrojadas e custosas (CORDES, 1966; PANEBIANCO, 2005). Em um estudo comparado sobre o financiamento político, Paltiel (1980) observa o movimento dos países rumo a esse tipo de financiamento, que pode ser atribuído, segundo o autor, além da profissionalização, também ao progressivo desenvolvimento socioeconômico, experiências eleitorais recentes nos estados, e também como uma resposta à influência dos financiadores privados nas eleições, rechaçada pela opinião pública após escândalos de corrupção virem à tona. Um debate presente desde então na literatura, é se a entrada do financiamento público está ou não promovendo a ossificação do sistema partidário, limitando a inserção de novos concorrentes e partidos no sistema e impactando no engajamento político das pessoas, a partir da queda na filiação.

Essas duas problemáticas que surgem a partir da presença do financiamento público é ainda debatida, (CLIFT; FISHER, 2004; GEYIKÇI, 2015; MENDILOW; PHÉLIPPEAU, 2018; TALJAARD, 2010; WILLIAMS, 2000), assim como a da cartelização na literatura partidária (KATZ; MAIR, 1995, 2009), como elemento capaz de gerar mudanças na organização partidária, com o declínio da filiação e abandono das bases dos partidos e, em nível de sistema, em que as organizações trabalhariam em conluio para acessar os recursos do Estado, dificultando a entrada de novos atores. Contudo, está longe de haver consenso na literatura sobre esses dois diagnósticos (BIEZEN; KOPECKY, 2014; CASAS-ZAMORA, 2008; NASSMACHER, 2009; SCARROW, 2006; VAN BIEZEN; KOPECKÝ, 2017). Susan Scarrow (2006), por exemplo, identificou que o financiamento público impacta de forma diferente nos sistemas partidários e não produzem

necessariamente a cartelização. Os subsídios públicos sozinhos não parecem impactar na competição partidária, uma vez que os maiores partidos são aqueles que mais recebem recursos também de fontes privadas. Ao contrário, assim como também aponta Casas-Zamora (2005), os subsídios públicos podem estar sendo um instrumento para diminuir o impacto do dinheiro privado sobre a política, auxiliando a estruturação dos partidos, ao invés de miná-los. Scarrow conclui que é mais fácil encontrar indícios dos subsídios públicos promoverem a fragmentação partidária que o oposto, o sugerido por Katz e Mair (1995) (SCARROW, 2006). Van Biezen e Kopecký (2017) também demonstram que a dependência estatal não leva necessariamente a uma fraca presença dos partidos nas bases. Esses autores encontraram uma relação positiva entre subsídios estatais e filiação partidária. Os recursos parecem estar auxiliando na manutenção de uma organização institucionalizada e, de quebra, na sua relação com filiados.

A respeito do financiamento estatal no Brasil, os partidos políticos brasileiros têm acesso ao financiamento público direto e anual, desde 1965, originado na Lei Orgânica dos Partidos Políticos (LOPP – lei n. 4.740, de 1965, posteriormente substituída pela Lei. N. 5.682, de 1971), legislação criada no regime militar e rígida, que concedia pouca autonomia aos partidos brasileiros para a definição de sua estrutura e organização, que muda em 1995, com a promulgação da Lei dos Partidos Políticos (nº 9.096/1995). Este financiamento estatal direto, o Fundo de Assistência Especial aos Partidos Políticos (Fundo Partidário) tem como objetivo assegurar a manutenção dos partidos políticos e é constituído por recursos do orçamento, multas, penalidades e doações. Esse financiamento é constante desde 1965, mas os partidos também podem receber recursos de doações de filiados, vendas de produtos, doações privadas, de pessoa jurídica (até 2015), física, e de parlamentares. Assim como não há um consenso sobre a possível cartelização e congelamento do sistema partidário nos países europeus e impactos na organização dos partidos, não há também para os casos brasileiros, em que são retratados como possíveis partidos carteis (RIBEIRO, 2013b), e em outras pesquisas, mais próximos do tipo *catch-all*, no que diz respeito ao financiamento dessas organizações, regras formais e comportamento legislativo (KRAUSE; REBELLO; SILVA, 2015; MAINWARING, 2001b; SANTOS, 2020). Nesse capítulo, analisaremos as receitas dos partidos ao longo de vinte anos, a partir das tipologias de partidos – quadros, massas, *catch-all*, profissional-eleitoral e cartel – para identificar se há alguma aproximação desses tipos ideais de partidos ao caso brasileiro, no que diz respeito da composição de suas receitas. E, no caso do partido cartel, se podemos falar em maior dependência estatal e tendências de congelamento do sistema.

Para isso, na próxima seção abordamos a discussão da literatura a respeito das transformações dos partidos políticos com foco nas receitas, em seguida elencamos as mudanças

na legislação a respeito do financiamento no Brasil, e, por fim, analisamos os dados das receitas da sede nacional dos partidos políticos de 1996 a 2015.

2.1 A literatura sobre organização partidária e receitas financeiras

É consenso na literatura que os recursos financeiros que mantêm os partidos variam e impactam em sua organização. As tipologias partidárias se desenvolveram ao longo do século XX e, nelas, podemos conferir formas distintas do financiamento dos partidos, no que diz respeito a diversificação de suas fontes de receitas e dependência estatal. Vejamos, a partir dos diferentes tipos, como há o desenvolvimento das fontes de receitas partidárias.

2.1.1 Os partidos de quadros

Os partidos de quadros, criados dentro do parlamento na Europa ocidental do século XIX, são financiados por poucos indivíduos que doam a maior parte dos recursos, pelos próprios parlamentares aristocratas, os fundadores desse tipo de partido (Duverger, 1970). Esses partidos, os burgueses daquele século, e depois liberais e conservadores, costumavam inicialmente ter comitês pouco amplos e organizações voltadas às eleições.

Os partidos de quadros, que são de origem interna ao parlamento, são aqueles que possuem mais influência dos parlamentares, uma vez que são formados por eles. O objetivo deste partido e sua razão de ser é a conquista de cadeiras no parlamento. Eles são descentralizados, uma vez que as organizações locais vêm antes, nos núcleos de deputados, da reunião parlamentar nos comitês parlamentares que posteriormente forjam o partido. O organismo central aqui não possui autonomia, que está nas mãos dos parlamentares, estes sim autônomos.

Segundo Duverger, a ideologia é uma preocupação secundária no partido de quadros. Neles não há profissionalização partidária e o autofinanciamento é alto, surgido em um contexto de democracia censitária. Além disso, os custos das campanhas eram mais baixos do que viriam a ser no futuro. Pensando em uma sumarização do que Maurice Duverger coloca em seu clássico “*Les Partis Politiques*”, publicado em 1951, os partidos políticos de quadros possuem uma diversificação baixa de receitas, majoritariamente de pessoas físicas, empresários e autodoação, o financiamento público era inexistente e os valores devem ser concentrados em nível local, em comitês independentes, e não no escritório central do partido.

2.1.2 Os partidos de massas

Repetindo a máxima de Weber (2000b), os partidos políticos de massas são produtos do sufrágio universal. Esses partidos de origem externa ao parlamento, geralmente são provenientes de uma organização preexistente, como sindicatos, clubes de intelectuais e organizações religiosas. Por conta disso, ao nascer de uma cúpula, os partidos de massas são mais centralizados e seus comitês e seções locais surgem por impulso de um centro preexistente, diferente dos partidos de quadros. Nos partidos de massas a organização une todas as suas células (ou seções e comitês, a depender da família partidária – comunista, socialista) de base, e, essas células, possuem menos autonomia, sendo mais centralizados, além de coerentes do ponto de vista ideológico e disciplinados. Por ter sido criado longe da influência de parlamentares, esses partidos são mais autônomos e as eleições acabam sendo um meio para atingir seus objetivos maiores, ideológicos.

Os partidos de massas foram formados por quase a sua totalidade de trabalhadores, e, nessas organizações, a base e a direção partidária se desenvolveram primeiro, como dissemos acima. Há a formação de uma organização nacional e ampla em serviços aos filiados, financiada predominantemente por eles mesmos, através de cotizações. Nesses partidos a organização é, portanto, majoritariamente centrada no escritório central (DUVERGER, 1970; KATZ; MAIR, 1995). Como aqui os apoiadores e membros não são abastados, o que lhes restam é uma organização forte e eficaz, e para mantê-la, é necessário a obtenção de muitas cotas de filiados, a fim de promover a sua causa política (NASSMACHER, 2009, pp. 242).

Dessa forma, nos partidos de massas, os modernos segundo literatura, o arcabouço organizacional possui considerável importância, e é na “*infra-estrutura social e política*” onde repousa a distinção entre esses e os partidos de quadros. É em sua estrutura que ocorrem as atividades partidárias, a forma imposta à sua solidariedade, e também onde se determina quais os mecanismos de seleção dos dirigentes e seus poderes. É o arcabouço institucional que explica, para Duverger, a eficácia de certos partidos e fraqueza de outros. Ainda, a origem dos partidos acaba por definir o comportamento posterior dos mesmos para Duverger. O seu código genético – origem externa e interna – modela o comportamento dessas organizações ao longo do tempo.

Inicialmente, os partidos de massas eram financiados por seus filiados, a partir do pagamento de cotas, como o Partido Socialista Francês, em que os filiados pagavam uma cota mensal e participavam regularmente das reuniões de sua seção local (DUVERGER, 1970, pp. 40); o Partido Socialista belga, que possuía sete taxas diferentes de contribuição para filiados, a depender de suas possibilidades financeiras; o Partido Social-Democrata alemão, que possuía doze faixas de contribuição; o Partido Comunista francês, que diferenciava pela situação laboral do adepto, se empregado ou não, entre outros exemplos (DUVERGER, 1970, pp. 110). Essa contribuição de

filiados tinha uma natureza própria, como Duverger assinala. Ela se traduz em um elemento psicológico da adesão e da participação, mais do que o próprio financiamento da organização. Esse ato manifesta “*a força dos laços que prendem o adepto ao partido*” (DUVERGER, 1970, pp. 112).

Há também entre os partidos de massas o partido de tipo indireto, em que a base de sustentação eram os sindicatos de trabalhadores cooperativas, associações operárias, como alguns partidos socialistas e católicos. Partidos que surgiram de uma organização preexistente, como colocamos acima. Nesses casos, essas organizações externas passam a aderir ao partido e seus filiados passam a ser cotizados, em uma adesão indireta, via sindicato, como foi o caso do Partido Trabalhista inglês e o Partido Católico belga. Podemos considerar que as fontes de recursos dos partidos de massas não são muito diversificadas, mas diferentes dos partidos de quadros. No partido de massas as receitas são provenientes de filiados e/ou organizações de origem (como os sindicatos), e aqui ainda não havia o financiamento público.

2.1.3 Os partidos *catch-all*

Seguindo a evolução dos partidos, a mudança ambiental resultante da melhora da condição material de vida das pessoas, o arrefecimento das ideologias após segunda guerra mundial e a inclusão da televisão como um fator importante na propaganda política, agora com a comunicação massificada, há o surgimento de um novo tipo, o *catch-all*.

O partido *catch-all*, surgido no pós-guerra, busca ampliar a sua base de apoio, agora não restrita apenas a um ou poucos grupos, como os trabalhadores, no caso dos antigos de massas. Esse tipo de partido busca direcionar sua mensagem à sociedade como um todo e não mais a segmentos específicos. Kirchheimer (1966) o teorizou após constatar, analisando o sistema político alemão, que os eleitores preferiam votar em partidos menos ideológicos, *catch-all*, mesmo que fossem conservadores, e com isso o Partido Social-Democrata alemão, para se tornar competitivo, acabou também se transformando em um deles, a fim de ter mais chances eleitorais na competição.

Nem todos os partidos burgueses se tornaram partidos de massas, mas sim seguiam como clubes para representação parlamentar, já que havia um incentivo limitado para a organização desses partidos: o acesso ao Estado. Após a segunda guerra, os países da Europa ocidental acabaram por acatar a lei do mercado político e isso produziu consequências na organização dos partidos. No pós-1945, aquele partido de quadros, burguês, tornou-se exceção. O partido de massas, produto de uma divisão clara de clivagens sociais, estava se transformando em um partido popular *catch-all*, para Kirchheimer, se concentrando no cenário eleitoral, trocando o debate aprofundado por uma audiência ampla e estratégias de curto prazo, pelo sucesso eleitoral imediato. As preocupações anteriores, de classe, se tornaram ideias pouco prudentes, uma vez que afastam

outros segmentos importantes do ponto de vista eleitoral aos ex-partidos de massas. O objetivo primordial agora é ampliar a sua base e atrair uma maior variedade de eleitores.

Essa mudança se dá em um contexto de sociedades que já haviam conhecido políticas voltadas a defesa de trabalhadores e em um contexto de mudanças de prioridades. A análise das ofertas postas pela classe política passa a ser dada a partir da análise da habilidade política dos líderes e menos por interesses ideológicos. A ideologia nesse tipo de partido deve ser tão ampla a ponto de não ser um aspecto de distinção, se tornando pouco específica. É o processo de desideologização do campo político citado por Kirchheimer, onde as metas políticas são muito diversificadas e há redução da bagagem ideológica dos partidos. Ao mesmo tempo, há a aproximação entre os grupos de líderes no topo dessas organizações, o rebaixamento do papel do membro filiado, da ênfase a uma classe específica e a garantia do acesso a uma variedade de grupos de interesse, e aqui para o financiamento do partido, preocupado com a disputa eleitoral.

A transformação para o tipo *catch-all* tanto dos partidos de massas quanto os de quadros diz respeito sobretudo à competição. Os partidos aumentam o seu campo de atuação e também flexibilizam os filtros no recrutamento, focando nas eleições e, com isso, cobrindo financeiramente o aumento de seus custos. Há uma substituição de trabalho voluntário para o profissional pago, e o crescimento desses custos pressiona os partidos a procurarem diferentes fontes de financiamento, abrindo para novos financiadores, por exemplo, empresários. O financiamento do funcionamento partidário deixa de ser um canal privilegiado para a troca de interesses e passa a ser misto, multidirecional, atendendo demandas amplas (KIRCHHEIMER, 2012; KROUWEL, 1990). A entrada de recursos nesse tipo de partido é mais diversificada que nos anteriores, centralização média no escritório central do partido e, nesse período, iniciam as primeiras experiências de financiamento público direto a eles (CASAS-ZAMORA, 2005)

2.1.4 Os partidos profissionais-eleitorais

Panbianco confere mudanças no partido *catch-all* de Otto Kirchheimer. Os partidos de massas e os demais haviam se transformado, para Panbianco, realmente em partidos com menos peso ideológico, abertos a uma maior influência de grupos de interesse, com menos influência dos filiados, declínio do papel dos militantes e com relações mais fracas e descontinuadas com a sociedade. Mas, além disso, esse autor elenca outros traços organizativos fundamentais que são próprios desse partido, e que tinham ficado implícitos em Kirchheimer. O principal deles é a profissionalização das organizações partidárias. Para Panbianco, o partido de massa desempenha um papel essencial que é exercido pela burocracia representativa do partido, com as quais os líderes mantêm as ligações com os filiados. Já os profissionais

“desempenham um papel cada vez mais central no novo partido (os ‘especialistas’, os técnicos dotados de conhecimentos especializados), muito úteis quando a organização desloca o seu centro de gravidade dos filiados para os eleitores”(PANEBIANCO, 2005, pp. 513).

A burocracia dos partidos refere-se, segundo Panebianco, ao corpo de funcionários pagos em tempo integral pela organização, àquela que resulta em instituições fortes e fracas, como colocamos acima. Um partido institucionalizado e forte seria um partido com um alto número de funcionários pagos pelo escritório central no partido. Já os profissionais seriam aqueles especialistas, técnicos que prestam serviços ao partido sem aquele vínculo identitário dos funcionários permanentes. A “profissionalização” é, para este autor, “acompanhada do declínio do aparato burocrático tradicional” (PANEBIANCO, 2005, pp. 458), ou seja, favorece os processos de enfraquecimento da institucionalização dos partidos.

Com isso, Panebianco define o tipo de partido Profissional-eleitoral, que é o modelo *catch-all* com algumas especificidades. Nele há a centralização dos profissionais técnicos, com competências especializadas, as ligações organizativas verticais são fracas, com apelo ao eleitorado, predominância dos representantes em cargos eletivos e públicos, e as direções são personalizadas. A ênfase está nas características das lideranças e menos em sua ideologia. No partido Profissional-eleitoral, as receitas dos partidos vêm majoritariamente de grupos de interesse e fundos públicos. A transformação dos partidos é tanto mais rápida, segundo Panebianco, quanto mais fraco o seu grau de institucionalização. Tanto Kirchheimer como Panebianco relacionam também as transformações entre esses tipos de partidos com a fragmentação do sistema partidário. Os maiores partidos são os mais influenciados a mudar e quando maior a fragmentação partidária, mais demorada é e essa transformação. Outro catalisador dessas transformações é o avanço tecnológico, que já expusemos acima. As evoluções nos meios de comunicação de massas influenciam de maneira crucial a organização dos partidos. A burocracia vai perdendo espaço enquanto aumenta a importância do papel dos técnicos. As campanhas dos partidos tornam-se mais personalizadas, centradas nos candidatos, em temas específicos e com maior nível de expertise técnica, sendo realizadas por profissionais específicos da área de comunicação política. Os partidos profissionais-eleitorais, são, assim, organizações fracas, desinstitucionalizadas, com pouca coerência estrutural da organização, com o declínio da centralidade do aparato burocrático e maior nos representantes eleitos e profissionais técnicos.

2.1.5 Os partidos cartéis

Por fim, no modelo de partido cartel, o mais recente do ponto de vista cronológico na evolução dos partidos, é resultado de fenômenos ocorridos a partir do final da década de 1970 na Europa ocidental. Esse tipo de partido surge em um contexto em que há menor diferenciação entre essas organizações e a dinâmica de financiamento partidário é meio de autopreservação, através da formulação de regulações estatais e garantia de acesso ao financiamento público pelos partidos existentes no sistema. O monopólio dos partidos estabelecidos sob o financiamento público teria como principal consequência a entrada de novos atores para dividirem o 'bolo'. Esse modelo surge com a crise de filiação nos partidos políticos e aumento da dependência estatal dessas organizações, levando para uma dependência do financiamento público e retroalimentação do distanciamento com a base (KATZ; MAIR, 1995, 2009).

Nessa condição de democracia de baixa intensidade, há um esfumaçamento ideológico entre os partidos, que se tornam mais parecidos entre si, ao mesmo tempo em que ocorre um declínio eleitoral de novas agremiações que têm menor acesso aos recursos diretos do Estado (KATZ; MAIR, 1994, 2009). De acordo com Katz & Mair (1996a, 2009) os partidos se distanciaram da sociedade civil, fenômeno manifestado no declínio da filiação partidária entre os cidadãos, e também porque o custo dos profissionais do partido pagos para a sua organização e eleições ultrapassa o que os membros do partido podem pagar. As taxas de filiação cobrem uma parte cada vez menor das despesas do partido em nível nacional, e, ao mesmo tempo, o financiamento público estaria aumentando continuamente. Além desses autores, é correto afirmar que há um custo crescente das campanhas eleitorais que extrapolam aquilo que os partidos conseguiam arrecadar (NASSMACHER, 2009; OVERACKER, 1932; PINTO-DUSCHINSKY, 2002; SMULDERS; MADDENS, 2017).

E ainda, o surgimento do partido cartel implica em uma mudança na organização e no poder intrapartidário, diminuindo a importância do partido no escritório central e na base, e aumentando do partido no parlamento, uma vez que agora são agora financiados não mais por taxas de filiados, mas sim por dinheiro público, e essas decisões vêm dos próprios partidos, por meio de seus parlamentares. A face do partido no governo estaria mais independente do escritório central e um dos sintomas desse novo padrão de equilíbrio interno seria a distribuição dos recursos no interior dos partidos (KROUWEL, 1990; VAN BIEZEN; KOPECKÝ, 2017).

Todavia, não há suporte empírico para afirmar que o declínio na filiação partidária se confirma e se deve ao aumento dos subsídios partidários ou vice-versa (CASAS-ZAMORA, 2008; VAN BIEZEN; KOPECKÝ, 2017), tampouco sobre a atuação em conluio entre partidos estabelecidos frente à tentativa de barrar a entrada de novos competidores, como expusemos no

início desse capítulo (BIEZEN; KOPECKY, 2014; CASAS-ZAMORA, 2008; NASSMACHER, 2009; SCARROW, 2006; VAN BIEZEN; KOPECKÝ, 2017).

Sumarizamos as informações das subseções acima, que serão úteis à análise dos dados e que podem ser conferidos no quadro abaixo:

Quadro 1. Origem dos recursos e nível de dependência do financiamento público nas tipologias partidárias

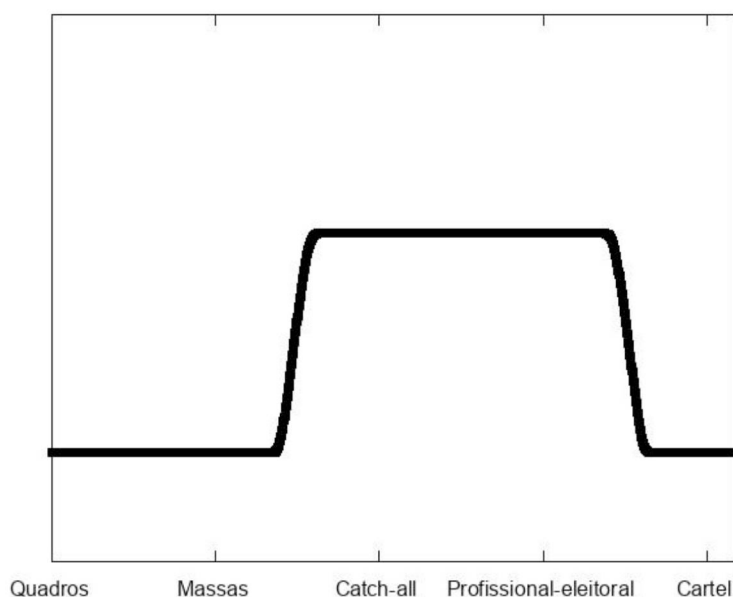
	Partido de quadros	Partido de massa	Partido <i>catch-all</i>	Partido profissional-eleitoral	Partido Cartel
Origem dos recursos	Dependência de poucos financiadores (autodoação e empresários) e altos valores. Bens pessoais de candidatos e doações de aristocratas.	Dependência de pequenas doações de filiados, taxas de filiação e de doações de grupos que origem, quando houver, como cooperativas e sindicatos.	Alta diversificação de fontes, inclusão novamente de empresários na doação e grupos de pressão. Além disso, também há a inclusão do financiamento público.	Financiamento promovido por grupos de interesses e aumento de profissionais técnicos, enquanto há uma menor importância da burocracia do partido e ideologia.	Uso substancial de dinheiro público para financiar organizações partidárias e os partidos no parlamento. Há uma maior dependência dos partidos aos recursos estatais
Diversificação de receitas	Baixa	Baixa - Média	Alta	Alta	Média-baixa
Nível de dependência dos recursos públicos	Baixa	Baixa	Média	Média	Alta

Fonte: elaboração própria.

2.1.6 Diversificação de receitas e dependência estatal

Na figura a seguir demonstramos graficamente a diversificação da origem das receitas dos partidos clássicos da literatura, comparando-os entre si.

Figura 1. Diversificação de receitas nos partidos dos tipos de Quadros, massas, *catch-all*, profissional-eleitoral e cartel



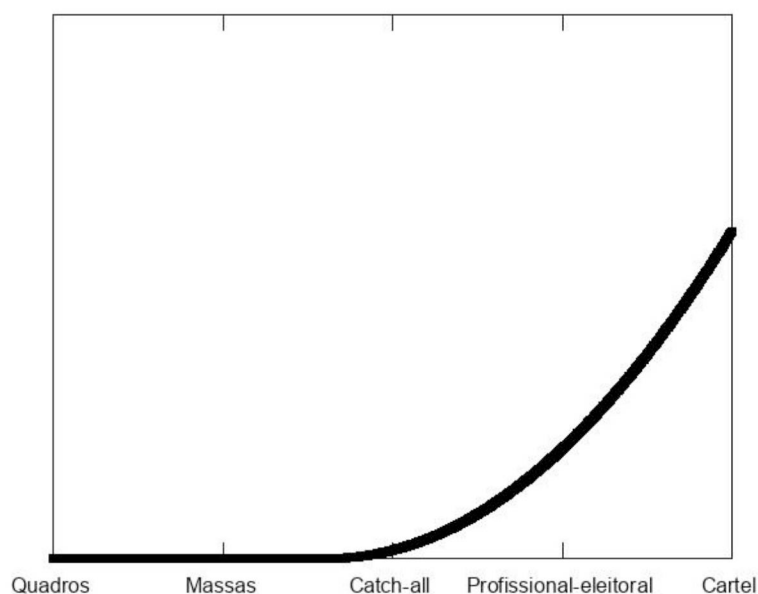
Fonte: elaboração própria a partir de Duverger (1970); Katz; Mair (1995, 2009); Kirchheimer (1966) e Panebianco (2005).

Os partidos políticos seguem um desenvolvimento de recebimento de recursos monetários, nas democracias da Europa ocidental, que pode ser resumido da seguinte forma: inicialmente são dependentes de poucos financiadores que doavam altos valores e os parlamentares que se autofinanciam, inexistindo o financiamento público e doações de filiados. Depois, com a universalização do sufrágio, a industrialização e urbanização, os partidos surgidos nesse contexto cobram taxas regulares dos filiados, além de dependerem dos repasses de organizações externas, como sindicatos, mantendo o nível de diversificação de receitas. Após o sucesso dos partidos de massa e mudanças ambientais, esses partidos ampliaram o seu território de caça, bem como a origem de suas receitas, abrangendo a partir de então empresários e grupos de pressão.

Com o aumento dos custos das atividades partidárias e campanhas eleitorais, agora realizadas com uso de técnicas audiovisuais e por profissionais especializados pagos pelo partido, há a mudança também nas origens das receitas. No partido profissional-eleitoral, assim como no *catch-all*, a diversificação de receitas é a mais alta do período, uma vez que os partidos se abrem para outros doadores para se manterem mais competitivos. E, em seguida, a necessidade contínua de recursos além do que os financiadores podem pagar, faz com que os partidos se aproximem do Estado, em busca de recursos. A diversificação diminui nesse momento, uma vez que a doação de filiados já é insignificante e a doação de pessoa jurídica, não predomina mais.

A seguir, representamos graficamente o desenvolvimento da dependência dos partidos aos recursos estatais:

Figura 2. Desenvolvimento da dependência estatal nos tipos de partidos



Fonte: elaboração própria a partir de Duverger (1970); Katz; Mair (1995, 2009); Kirchheimer (1966).

Se considerarmos o desenvolvimento ao longo do tempo dos tipos de partidos, nos períodos dos partidos de quadros e massas não havia financiamento estatal e, assim, qualquer dependência deste recurso. O financiamento público direto surge no mesmo período que o partido *catch-all* e profissional-eleitoral, ampliando a sua adoção na Europa (CASAS-ZAMORA, 2005), com maior nível de dependência a partir de 1970, com os partidos cartéis. Nesses partidos a dependência dos recursos públicos é alta e a diversidade na fonte de custeio, reduzida. A curva de dependência do financiamento público pelos partidos é ascendente a partir de 1950, enquanto a diversificação de doadores cai, tornando o financiamento público a principal origem de recursos dos partidos.

Do ponto de vista do partido, Panebianco coloca o financiamento como uma das zonas de incerteza caras a essas organizações e há diferenças na origem do dinheiro. Quando há apenas um ou poucos financiadores, são eles que controlam essa zona de incerteza. Já em casos de financiamento pulverizado em muitos doadores, como filiados, nenhum deles controla os recursos, mas sim, os agentes internos que gerenciam a coleta das receitas, i.e., o partido, em última instância. Esses são dois extremos, como coloca Panebianco, e geralmente os partidos se encontram em um meio termo entre eles e o controle sobre ele se dá sobre as relações entre a organização e o ambiente (PANEBIANCO, 2005, pp. 70).

O financiamento seria também, para Panebianco, um dos indicadores de institucionalização partidária:

“Quanto maior a institucionalização, maior a probabilidade de que a organização disponha de um sistema de entradas baseado em contribuições que afluem com regularidade para os cofres do partido e que provêm de uma pluralidade de fontes. Quanto menor a institucionalização, mais descontínuo e irregular o afluxo de fundos e menos diversificadas as fontes de financiamento. A regularidade é indispensável para a manutenção da estrutura burocrática que preside a coerência estrutural do partido, que mantém elevado o seu grau de sistematicidade. A pluralidade das fontes garante, por sua vez, a autonomia do partido em relação ao controle externo. (Panebianco, 2005, pp 109-110)”.

Ou seja, para que os partidos tenham condições de manter a sua estrutura burocrática de forma permanente, é necessário que haja uma regularidade de entrada de recursos advindos de uma pluralidade de fontes, para que não ocorra uma dependência de uma apenas e risco em sua autonomia (PANEBIANCO, 2005). Além disso, o ato de doar para uma organização política é uma forma de vínculo dos partidos com a sociedade civil, em termos financeiros (NASSMACHER, 2009, pp. 242). Os partidos, ao longo do tempo, tornaram-se dependentes do financiamento público, e isso implica em mudanças em nível de partido e de sistema.

Esse tipo de financiamento, como já colocamos anteriormente, é o mais estudado na ciência política e na teoria de partidos. O financiamento público é o apoio monetário do Estado concedido aos partidos para que estes possam financiar as suas atividades. Este financiamento pode ser de três tipos: financiamento direto; indireto e; subsídios (CASAS-ZAMORA, 2008). O primeiro é a transferência de recursos financeiros para partidos e/ou candidatos de acordo com uma norma prevista em lei. O segundo, formado por subvenções como o acesso a emissoras de televisão e rádio, edifícios ou materiais impressos, regidos por lei, derivados de incentivos fiscais para contribuintes ou pagas diretamente pelo tesouro. Já o terceiro refere-se ao subsídio destinado aos partidos ou organizações que seja controlado pelo partido como grupos parlamentares ou auxiliares, de jovens, mulheres, jornais e instituto de pesquisa (CASAS-ZAMORA, 2008, p. 9).

Na maioria dos casos, o financiamento direto do Estado compreende grande parte dos recursos estabelecidos por lei para sustentar atividades políticas. Essa é uma receita primária que beneficia diretamente os partidos e foi, como coloca Casas-Zamora (2008), a tendência que dominou o debate contemporâneo de finanças políticas. Desde a sua introdução no Uruguai em 1928, esse financiamento direto foi adotado em mais de 50 países. Além disso, não há outra regulação partidária que seja tão difundida em todo mundo quanto a ligada à inclusão do financiamento público aos partidos. Essas legislações costumam ter especificações a respeito do

controle financeiro dos mesmos, regras de divulgação de prestação de contas, limites de gastos e restrições ao financiamento vindo de origem privada.

A adoção do financiamento tem impactos na democracia dos países, no que diz respeito à autonomia dos atores políticos ao financiamento empresarial, aqueles poucos doadores muito ricos, que demonstraram relações corruptivas em muitos casos. O financiamento público pode auxiliar a equilibrar a competição política e afastar o risco de tornar uma plutocracia (CASAS-ZAMORA, 2005; NASSMACHER, 2009). O financiamento público pode auxiliar na igualdade política e maior equidade na competição eleitoral e também na organização e institucionalização dos partidos (CASAS-ZAMORA, 2008).

Sobre esse último, o financiamento público advindo do Estado forneceria recursos adequados para as atividades democráticas mais essenciais, aumentando assim a estabilidade e institucionalização dos partidos. As fontes tradicionais de financiamento não são mais capazes de financiar um nível adequado das atividades partidárias. Assim, o amparo estatal cobre o custo de campanhas cada vez mais caras e profissionalizadas concede ao partido uma renda estável, diminuindo o risco dessas organizações buscarem esses recursos em fontes privadas, que representaram, em algumas situações, trocas escusas e corrupção (CASAS-ZAMORA, 2008)..

Na maioria dos países os partidos políticos são os principais destinatários dos recursos diretos do Estado. Somente alguns países como os Estados Unidos e Bélgica optam por não subsidiar o escritório central dos partidos, embora alguns estados nos Estados Unidos o façam nesse nível. Países como Alemanha, Canadá, Austrália, Noruega, Áustria e Suécia também financiam as sedes dos partidos em nível estadual/regional além do central. Já o apoio direto a candidatos são menos comuns (CASAS-ZAMORA, 2008).

Os subsídios podem ser permanentes e/ou eleitorais. Os primeiros são normalmente anuais, pagos somente aos partidos e direcionado para atividades além de campanhas, como a construção e gestão do cotidiano das organizações partidárias (CASAS-ZAMORA, 2008). Praticamente todas as democracias da Europa ocidental fornecem o financiamento permanente aos partidos. Na América do Sul e do Norte o mais difundido é o financiamento público eleitoral e isso reflete a concepção da natureza e função dos partidos nesses países. Na América Latina, em particular, a orientação das organizações partidárias costuma ser eleitoral, mesmo em sistemas mais institucionalizados. No Brasil, o financiamento público eleitoral surge somente em 2017, com o Fundo Especial de Financiamento de Campanha e, desde 1965, o destinado à manutenção dos partidos políticos. Nos Estados Unidos, é clara a função do partido como uma organização que serve exclusivamente para travar batalhas eleitorais. Já na Europa ocidental, a função do partido é mais abrangente, e as suas organizações são permanentes e em parte pelo fato dos governos se

apoiarem em partidos nos sistemas parlamentaristas, tradição distinta dos países presidencialistas das Américas (CASAS-ZAMORA, 2008). Além do incentivo dado pelo sistema de governo, há o contexto distinto de formação partidária e função mobilizadora dessas organizações na formação política e organização de filiados ao longo do século XIX na Europa, como vimos acima.

Sobre o caso brasileiro, nos interessa saber a composição das receitas dos partidos, sua diversificação e dependência dos recursos estatais. Nessa seção, analisaremos se há elementos para aproximarmos os partidos brasileiros aos tipos clássicos de partidos e à cartelização do sistema partidário, a partir das receitas. Vimos brevemente como são tratadas as receitas partidárias na transformação dos partidos políticos na literatura e também como a variedade de fontes, volume e fluxo de recursos podem impactar na dinâmica interna da organização e na competição política. Analisamos no próximo ponto a regulação brasileira sobre as receitas partidárias e, dentro disto, os critérios de alocação do Fundo Partidário, tipo de financiamento que costuma se sobrepôr na regulação dos partidos.

2.2 A legislação sobre formação de receitas e critérios de alocação entre partidos

A atividade partidária no período analisado é regida pela Constituição Federal de 1988 e regulada pela lei n. 9.096 de 1995, a Lei dos Partidos Políticos (LPP). Essa legislação, diferente da anterior (LOPP), concede autonomia aos partidos políticos para que eles definam a sua estrutura, organização e funcionamento interno. Além disso, obriga que essas organizações apresentem as contas à Justiça Eleitoral regularmente e estabelece critérios para o recebimento de recursos do Fundo Especial de Assistência aos Partidos Políticos (Fundo Partidário).

A respeito da composição das receitas dos partidos brasileiros, além do Fundo Partidário, de 1996 a 2015 os partidos políticos podem receber doações de pessoas jurídicas, o que se torna proibido em 2015¹¹. Os partidos do período analisado podem conformar os seus caixas com doações de pessoa jurídica e física com exceção de recursos de origem: entidade/governo estrangeiros, autoridade ou órgão público, autarquias e empresas públicas ou concessionárias de serviços públicos, e entidades de classe ou sindical (BRASIL, 1995).

As doações podem ocorrer na forma de financiamento partidário-eleitoral a qualquer tempo, mesmo em anos não eleitorais. E os limites em anos eleitorais são: i) em caso de pessoa

¹¹ Em 17 de setembro de 2015 o Supremo Tribunal Federal aprovou a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4.650, proposta pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e declarou a inconstitucionalidade dos trechos legais que autorizavam as contribuições de pessoas jurídicas aos partidos. Essa alteração vem em um momento de desconfiança acerca das relações entre grandes empresários e partidos expostas após a Lava Jato, além de um evidente abuso de poder econômico explicitado em altas doações empresariais para candidatos e partidos.

física, 10% dos rendimentos brutos do ano anterior à eleição; ii) no caso de recursos próprios do partido, fica limitado ao valor definido pelo partido; iii) em caso de pessoa jurídica, a 2% da receita operacional bruta do ano anterior (BRASIL, 1965).

Sem o estabelecimento de teto para a doação aos partidos, pessoas jurídicas podem efetuar doações diretamente a essas organizações que, por sua vez, podiam repassar aos candidatos mais bem posicionados nas pesquisas, ou àqueles indicados pelos doadores. Além disso, as doações de pessoa jurídica, em anos eleitorais, podiam ser realizadas diretamente aos candidatos, sem intermédio dos partidos, o que aumentam os incentivos para uma representação centrada nos candidatos em detrimento de partidos, em um sistema de lista aberta que já gera esse tipo de incentivo personalista (SAMUELS, 1999).

Em períodos não eleitorais, é definido em resolução do TSE de 1996 (Resolução n. 19.768, de 17 de dezembro de 1996), que pessoa jurídica só pode efetuar doações aos partidos políticos observando como limite o valor do Fundo Partidário recebido por eles no ano. Até 2% (dois por cento) para órgãos da direção nacional e 0,2% para direção estadual e municipal. Em 2004 (lei n. 21.841, de 22 de junho de 1996) esses limites foram revogados, inexistindo a partir de então limites às doações privadas para partidos. No período analisado, as doações diretas a partidos poderiam ser destinadas a candidaturas específicas e a legislação, nesse caso, não previa limites quanto ao montante, como ocorria em anos eleitorais, tampouco estabelecia sanções, diferente da distribuição do Fundo Partidário.

Até 2017¹², o Fundo Partidário foi distribuído entre aqueles partidos que tinham o seu estatuto registrado no Tribunal Superior Eleitoral (BRASIL, 1988), com diferenças na proporção alocada. A Lei dos Partidos Políticos, em seu Art. 13, estabeleceu em seu texto original uma cláusula de desempenho para funcionamento parlamentar e acesso gratuito de rádio, televisão e a distribuição do Fundo Partidário que seria aplicada em 2007 e possuía disposições transitórias, uma cobrança gradual dos critérios até o estabelecimento integral naquele ano. Segundo essa norma, apenas teriam direito aqueles que obtivessem 5% dos votos válidos, distribuídos em pelo menos 1/3 dos estados, com um mínimo de 2% do total de cada um deles. Para a distribuição do Fundo Partidário, disposto no Art. 41, estabelecia que 1% do total seria dividido, em partes iguais, a todos os partidos registrados no TSE, e 99% do total, distribuído àqueles que preenchiam os critérios

¹² A partir da Emenda Constitucional n. 97 de 2017 ficou estabelecida uma cláusula de desempenho aos partidos para a obtenção de recursos do Fundo Partidário, rádio e televisão. Dada de forma gradual, ela fixará em 2030 os critérios: somente os partidos que obtiverem no mínimo 3% (três por cento) dos votos válidos, distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação, com um mínimo de 2% (dois por cento) dos votos válidos em cada uma delas; ou tiverem eleito pelo menos quinze deputados federais distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação terão direito aos recursos dos fundos partidário e eleitoral, bem como dos subsídios em rádio e televisão (BRASIL, 1988, Art. 17).

postos no Art. 13, na proporção dos votos obtidos na última eleição geral para a Câmara dos Deputados.

Foram postas em prática as disposições transitórias, divididas em duas etapas intermediárias, até 2007. Na primeira, de 1996 a 02/1999, 71% do Fundo Partidário foi alocado de acordo com os critérios estabelecidos na Lei dos Partidos Políticos exposto acima, enquanto 29% foi distribuído a todos os partidos com representação na Câmara em 1995, na proporção de votos recebidos (BRASIL, 1995, Art. 56 alterado pela Lei n. 11.459/2007 e Resolução n. 19.768/1996 do TSE, Art. 19). Na segunda etapa, de 1999 a 2007, a distribuição de 29% do Fundo Partidário foi realizada aos partidos na proporção do número de votos obtidos para a Câmara dos Deputados, com o acréscimo de uma barreira: deveriam ter ao menos 1% de votos válidos no país, elegendo um deputado federal em ao menos cinco estados. E os 71% de acordo com o critério mais rígido da LPP, 1% entre todos os registrados, e 99% entre os que superaram a cláusula. Próximo de se tornar plenamente aplicável a cláusula de desempenho da LPP, em dezembro de 2006, o Superior Tribunal Federal (STF) derrubou essa cláusula acolhendo as ADIs 1.351 e 1.354, protocoladas pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e o Partido Socialista Cristão (PSC), a declarando inconstitucional. Em seguida, o TSE definiu que 29% do FP seria distribuído aos partidos registrados no TSE, na proporção da representação parlamentar; 29% com registro e com pelo menos 1% dos votos válidos no país, nas eleições para a Câmara dos Deputados, e 42% distribuído igualmente entre todos os partidos com registro no TSE.

A regra estabelecida pelo TSE foi aplicada até março de 2007, data em que os parlamentares aprovaram a Lei n. 11.459, de 21 de março de 2007 que definiu, por fim, que 5% do total do Fundo Partidário deve ser dividido, em partes iguais, a todos os partidos que tenham seus estatutos registrados no Tribunal Superior Eleitoral e 95% do total do Fundo Partidário distribuído na proporção dos votos obtidos na última eleição geral para a Câmara dos Deputados. Assim, vimos de 2007 a 2017 os critérios favorecerem os maiores partidos, mas também, em certa medida, os partidos pequenos que não possuem representação, pois bastava ter o estatuto registrado na Justiça Eleitoral para poder se beneficiar do recurso estatal.

2.3 As receitas dos partidos brasileiros de 1996 a 2015

De 1996 a 2015, os partidos receberam, em valores atualizados para julho de 2020¹³, o total de R\$ 9.404.524.907,07 (nove bilhões, quatrocentos e quatro milhões, quinhentos e vinte e quatro mil, novecentos e sete reais e sete centavos), exposto na Tabela 1, abaixo. Esses são os valores

¹³ Valores atualizados a partir do IPCA para julho de 2020.

recebidos referentes às doações de pessoa jurídica, física, parlamentares, filiados e do Fundo Partidário pela sede nacional do partido ao total de vinte anos.

Tabela 1. Receitas da sede nacional dos partidos de 1996 a 2015

	Fundo Partidário	Outros Recursos	total
1996	134.140.074,65	17.079.775,05	151.219.849,70
1997	124.839.683,69	14.862.259,96	139.701.943,65
1998	123.425.114,07	33.327.667,56	156.752.781,63
1999	137.495.039,92	23.702.844,78	161.197.884,70
2000	179.692.688,80	25.840.441,04	205.533.129,84
2001	207.043.315,90	20.501.374,78	227.544.690,68
2002	197.213.822,39	60.235.867,42	257.449.689,81
2003	240.401.618,31	30.577.924,40	270.979.542,71
2004	216.340.661,24	68.313.691,18	284.654.352,42
2005	186.998.955,33	30.687.951,42	217.686.906,75
2006	245.553.418,86	166.468.053,74	412.021.472,60
2007	223.855.840,34	47.411.224,03	271.267.064,37
2008	253.074.082,31	312.532.699,56	565.606.781,88
2009	259.300.017,16	46.506.450,39	305.806.467,55
2010	254.937.696,35	845.065.869,33	1.100.003.565,68
2011	359.185.096,10	110.883.152,11	470.068.248,21
2012	372.496.543,25	947.812.805,13	1.320.309.348,38
2013	355.330.618,09	246.890.268,28	602.220.886,37
2014	332.060.979,43	1.254.906.130,57	1.586.967.110,00
2015	633.035.766,63	64.497.423,51	697.533.190,14
total	5.036.421.032,82	4.368.103.874,24	9.404.524.907,07

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da prestação de contas anual dos partidos/Arquivo TSE.

Nota: PDT, PFL/DEM, PSB, PSDB, PL/PRONA/PR, PMDB/MDB, PPS, PT, PV, PSOL.

Estão ausentes os valores do PPS 2003; PDT 2004, 2005 e 2007 por não estarem disponíveis no Arquivo do TSE.

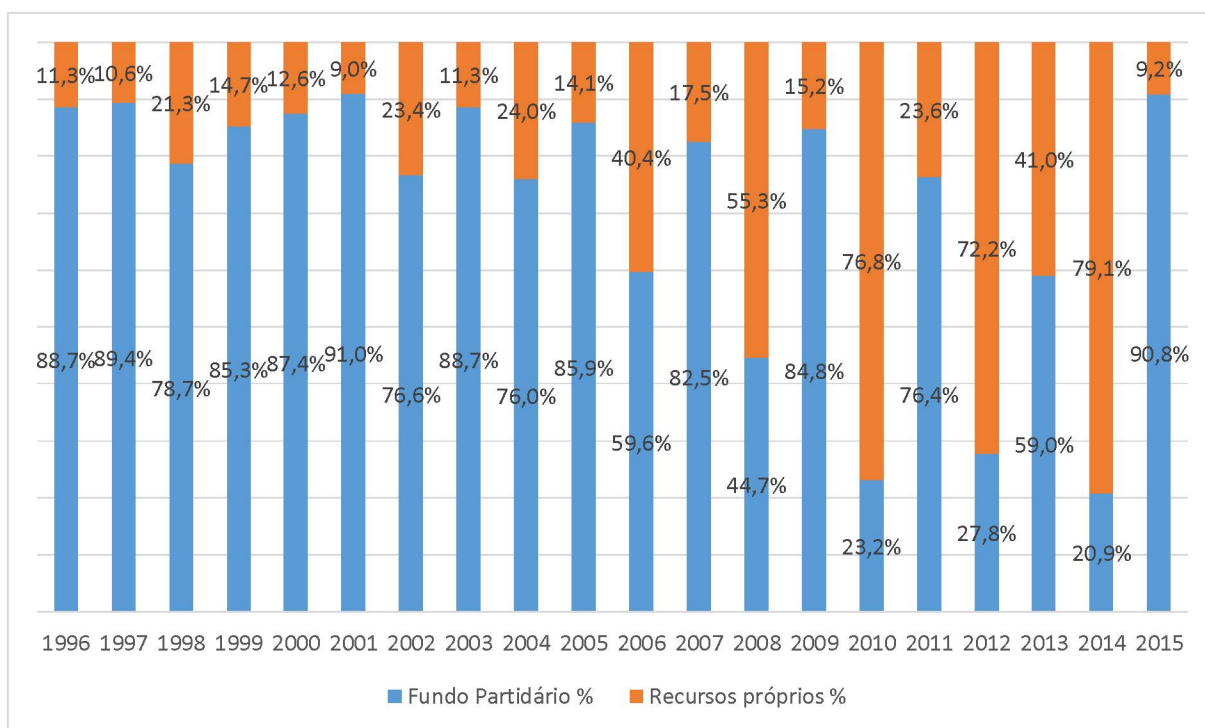
À título de ilustração, esse total equivale a 3,5 vezes o valor dos recursos estatais destinados aos partidos em 2020¹⁴, ou 0,3% do orçamento da União para 2020¹⁵. Quando observamos o total, os valores do Fundo Partidário e Outros recursos ficam próximos, dando a impressão de que os partidos recebem fatias equilibradas desses recursos. Contudo, quando analisamos as proporções

¹⁴ Considerando a soma do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC), calculado pelo TSE em R\$ 2.034.954.823,96 (TSE, 2020) e R\$ 599.487.197,87 do Fundo Partidário, distribuído até agosto de 2020 (TSE, 2020b).

¹⁵ Cujo valor é de R\$ 3,5 trilhões de reais (BRASIL, 2020).

ao longo dos vinte anos, no gráfico 1 abaixo, identificamos a alta dependência dos partidos políticos desde 1996, em que 88,7% das suas receitas eram provenientes do Estado e voltando a aumentar exponencialmente em 2015, com 90,8% (Gráfico 1). A média do período é de 70,9% de receita do Fundo Partidário e 29,1% de outros recursos.

Gráfico 1. Composição das receitas partidárias no Brasil (1996-2015)



Fonte: elaboração própria a partir dos dados da prestação de contas anual dos partidos/Arquivo TSE.

Nota: PDT, PFL/DEM, PSB, PSDB, PL/PRONA/PR, PMDB/MDB, PPS, PT, PV, PSOL.

Estão ausentes os valores do PPS 2003; PDT 2004, 2005 e 2007 por não estarem disponíveis no Arquivo do TSE.

Diferente da trajetória dos partidos da Europa ocidental, não há no Brasil um aumento gradual da dependência do financiamento estatal ao longo do tempo (VAN BIEZEN; KOPECKÝ, 2017), mas sim, com os dados apresentados, podemos confirmar essa dependência desde 1996, com 88,7% do caixa dos partidos no início do período compostos pelos recursos diretos do Estado, chegando a 91% em 2001, diminuindo em 2006 e 2010, mas ainda majoritário em anos não eleitorais. Diferente da literatura sobre o desenvolvimento natural dos partidos e os estudos empíricos (KATZ; MAIR, 1995; VAN BIEZEN; KOPECKÝ, 2017), no Brasil a dependência dos recursos estatais sempre existiu e diminuiu ao longo do tempo, acentuando essa tendência em anos eleitorais, como o gráfico acima mostra (2006, 2008, 2010, 2012, 2014), que pode ser explicada pela sobreposição dos recursos privados, de pessoas jurídicas, no financiamento das campanhas eleitorais. Contudo, essa dependência volta a crescer em 2015, possivelmente por conta do movimento de contestação aos financiamentos de pessoa jurídica após a Lava Jato. De toda forma,

o financiamento público sempre esteve presente no cotidiano dos partidos políticos em seu escritório central, como nos demais partidos latino-americanos (BRUHN, 2019), existente desde a sua origem, o que pode ter possibilitado a formação e fortalecimento desses partidos.

Quando analisamos os partidos de forma desagregada, identificamos que o PDT, PFL/DEM, PSDB, PL/PRONA/PR e PMDB já iniciam o período com menos de 10% de receitas de outros recursos, e com o financiamento majoritariamente (acima de 90%) do Fundo Partidário, denotando a ausência de financiamento de outras fontes da máquina partidária, possivelmente porque as campanhas, o foco desses partidos, ocorressem no âmbito dos candidatos, sem passar pelos partidos. Vejamos os dados desses cinco partidos abaixo:

Gráfico 2. Composição receitas PDT

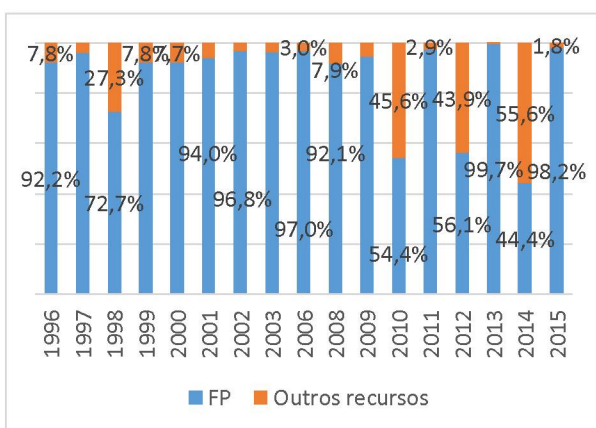


Gráfico 3. Composição receitas PFL/DEM

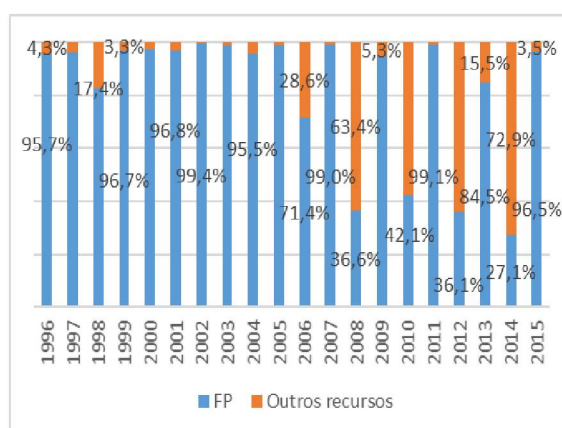


Gráfico 4. Composição receitas PL-PRONA-PR

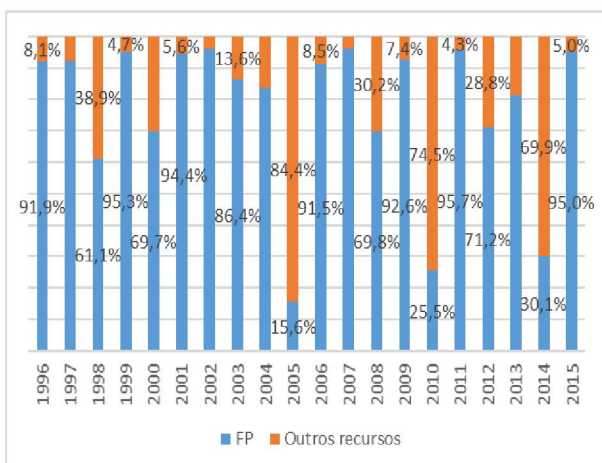


Gráfico 5. Composição receitas PMDB

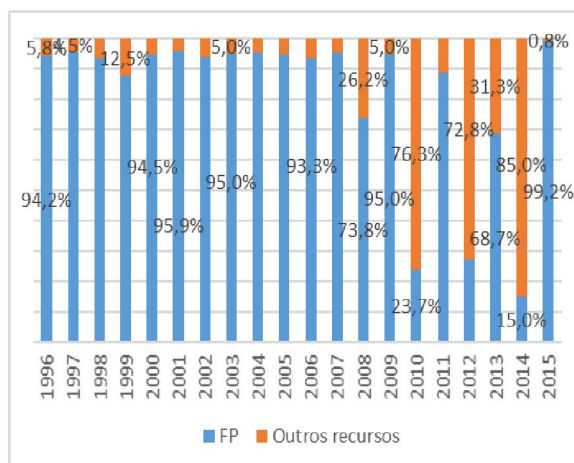
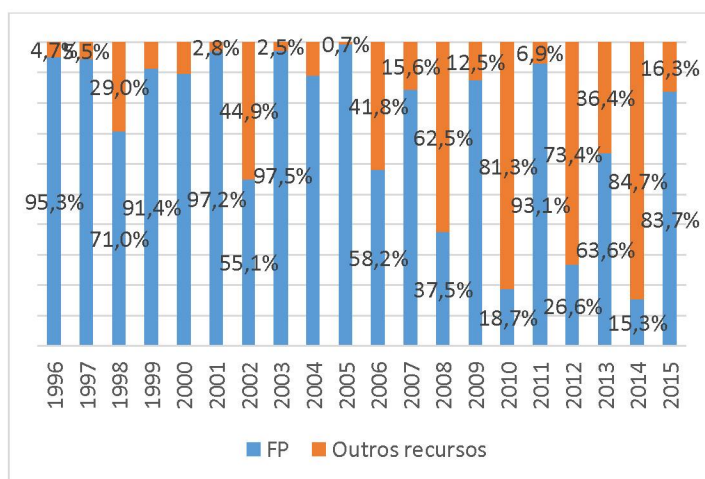


Gráfico 6. Composição receitas PSDB

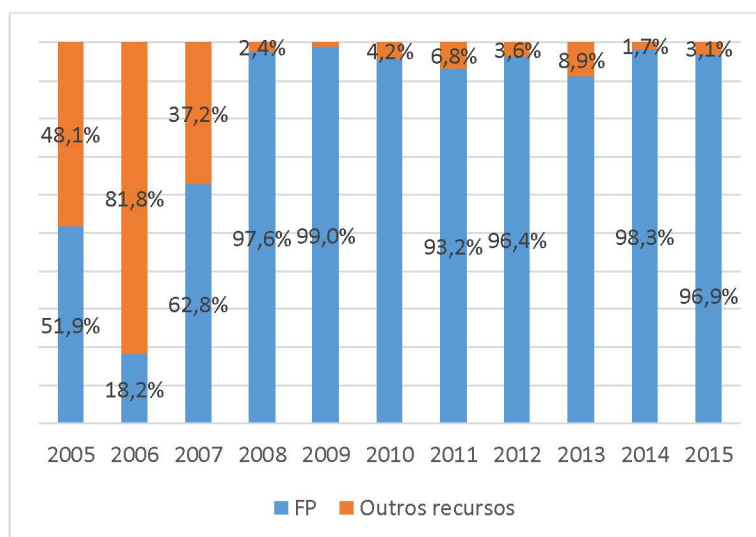


Fonte: elaboração própria com dados do TSE.

As direções nacionais dos partidos acima iniciam o período com uma dependência alta do Fundo Partidário, quase não havendo entrada de recursos de outras fontes inicialmente, e diversificando a sua fonte ao longo do tempo, principalmente em anos eleitorais. A alta dependência inicialmente e quase ausência de financiamento de outras fontes pode ilustrar a baixa participação de outros atores para além do Estado na formação e manutenção nesses partidos políticos. E também uma menor mediação da sede nacional em campanhas eleitorais, já que o financiamento privado era permitido, mas inicialmente irrisório ao partido, o que muda posteriormente, com doações recebidas de outras fontes em anos eleitorais, como o PDT e PL/PRONA/PR a partir de 2010; PMDB em 1998, PFL/DEM a partir de 2006; e o PSDB também gradativamente e ao longo do tempo. O financiamento do Estado parece ter servido como um elemento estruturante a esses partidos, diante da importância que ele tem para estes e a baixa presença de outras fontes. As médias de recursos próprios desses partidos de 1996 a 2015, são: PDT (13,8%), PFL/DEM (17,8%), PSDB (27,6%), PL/PRONA/PR (23,2%) e PMDB (19,0%). Já as médias que receitas provenientes do Fundo Partidário, são: PDT (86,2%), PFL/DEM (82,2%), PSDB (72,4%), PL/PRONA/PR (76,8%), PMDB (81%).

Outro partido com alta dependência estatal é o PSOL. Apesar de não ter dependência na sua origem, não demorou muito para que o Fundo Partidário figurasse para a sede nacional como a principal fonte de seus recursos financeiros, conforme podemos ver no gráfico 7.

Gráfico 7. Composição receitas PSOL



Fonte: elaboração própria com dados do TSE.

Embora o PSOL tenha iniciado seu funcionamento com quase metade do total de receitas de outras fontes, 48,1% de outros recursos, e dentro disto 43% de contribuições de filiados em 2005, em 2008 já passa a funcionar apenas com o Fundo Partidário. Em 2006, 81,8% de suas receitas foi resultante de outras fontes, sendo 61% de pessoa física, 33% de parlamentares e apenas 2,7% de filiados. Em 2007, de todos os outros recursos (37,2%), 86,6% deles era originado de transferências dos estados para a nacional e vendas de materiais, 8,2% de filiados e 4% de parlamentares. Em 2008 o partido passa a funcionar majoritariamente com o Fundo Partidário. Com uma média de 81,9% de receitas do Fundo Partidário e 18,1% de outros recursos no período, o PSOL pode ser considerado um partido dependente do Estado. Os gráficos com os dados de diversidade das receitas dentro dos “outros recursos”, no Anexo 1.

Já o PT, PPS, PSB e PV foram os partidos com maior diversificação de receitas, considerando a média alta de outros recursos. As receitas do PT foram compostas por uma média de 54,5% de Fundo Partidário, e 45,5% de outros recursos, enquanto o PPS 61,2%/39,3%, o PSB 66,2%/33,8% e o PV, 68,1%/31,9%. Para entendermos como esses partidos compuseram os seus caixas, nós desagregamos os ‘outros recursos’ (recursos próprios do partido) e analisamos as suas proporções diante do total de receitas do partido. O nosso objetivo é compreender e conhecer a diversidade das fontes de receitas desses partidos menos dependentes do Estado. Nas próximas cinco tabelas encontram-se os dados de cinco diferentes fontes de recursos: filiados, parlamentares, pessoa física, pessoa jurídica e outras. Essa última é composta por transferências dos diretórios estaduais para o nacional, vendas de produtos, recebimento de aluguéis e cobrança de inscrições para palestras e cursos.

Sobre as contribuições dos filiados a esses partidos, os valores são muito abaixo do padrão dos partidos europeus. Indo contra o esperado, o PT, partido mais próximo ao modelo de massas (AMARAL, 2013; MENEGUELLO, 1989; RIBEIRO, 2013a), tem uma média de financiamento de membros de 4,2%, iniciando o período com um pouco menos que 2% aumentando ao longo do tempo, chegando ao máximo em 2015, com 18,7%.

Tabela 2. Contribuição de filiados (em %) do total (PT, PPS, PSB e PV)

	PT	PPS	PSB	PV
1996	1,8%	8,9%	31,8%	14,3%
1997	2,1%	33,0%	5,3%	14,9%
1998	1,6%	9,0%	15,4%	0,9%
1999	2,3%	22,5%	33,9%	43,8%
2000	2,0%	27,1%	19,6%	56,7%
2001	2,1%	15,0%	40,2%	55,6%
2002	1,9%	17,1%	13,6%	0,0%
2003	3,9%		13,6%	0,0%
2004	6,9%	1,9%	7,2%	0,0%
2005	8,7%	2,1%	8,6%	0,0%
2006	3,7%	3,7%	0,3%	0,0%
2007	8,6%	0,0%	6,3%	0,0%
2008	2,2%	0,0%	0,5%	0,0%
2009	3,9%	6,1%	0,0%	0,3%
2010	0,8%	0,9%	0,0%	0,2%
2011	1,3%	11,9%	1,3%	0,0%
2012	0,7%	3,3%	0,0%	0,0%
2013	9,2%	3,5%	0,0%	0,1%
2014	2,4%	0,5%	0,0%	0,0%
2015	18,7%	1,1%	0,6%	0,0%
média	4,2%	8,8%	9,9%	9,3%

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da prestação de contas anual dos partidos/Arquivo TSE.

O PV e o PSB apresentaram médias próximas, com 9,3% e 9,9% de recursos de membros filiados, variando consideravelmente ao longo do tempo. Inicialmente esses partidos, assim como o PPS (média 8,8%), contaram com arrecadações importantes por filiados nos primeiros anos do período, diminuindo mais recentemente, como ocorre em outros países.

Para termos parâmetros, estudos empíricos mostram que em países de democracia consolidada, os partidos socialistas de esquerda apresentam uma média de doação de filiados de 22,6%, enquanto os verdes 20% e sociais democratas próximos de 15% (NASSMACHER, 2009), muito acima da média do PT, de 4,2% no período, como vimos acima. Em nível de país, os dados do *Political Party Database – PPDB* de 1990-2012 (VAN BIEZEN; KOPECKÝ, 2017), mostram os

seguintes níveis de doação de filiados: na Alemanha houve o aumento de 16,3% para 41,7% de 1990-2012 do financiamento de filiados, na Dinamarca, esse tipo de doação caiu de 57,5% a 10,6%, na Áustria, de 27,5% para 12,2%, na Irlanda de 29,2% para 5,9% e na Itália, de 48,6% para 21,1% (VAN BIEZEN; KOPECKÝ, 2017, pp. 89). Já no caso brasileiro ocorre o oposto desses últimos, há um aumento, mas ainda em proporções muito baixas comparativamente ao padrão europeu.

A segunda fonte de renda privada, a de parlamentares, é irrisório no PV, só representando importância no ano de 1996. Já no PSB e PT a média é de 5,2% e 6,4%, baixo, e no PPS esse recurso se mostrou mais importante, principalmente nos primeiros 10 anos do período.

Tabela 3. Contribuição de parlamentares (em %) do total (PT, PPS, PSB e PV)

	PT	PPS	PSB	PV
1996	12,8%	30,3%	15,4%	12,5%
1997	15,8%	24,4%	20,2%	0,0%
1998	11,8%	28,1%	15,2%	0,0%
1999	7,9%	59,8%	10,0%	0,0%
2000	5,1%	58,3%	9,9%	0,0%
2001	4,1%	59,7%	7,7%	0,0%
2002	3,2%	49,6%	11,2%	0,0%
2003	7,4%		1,8%	0,0%
2004	6,2%	12,9%	2,9%	0,0%
2005	7,7%	9,1%	2,2%	0,0%
2006	3,4%	9,2%	2,2%	0,0%
2007	6,7%	0,3%	1,4%	0,0%
2008	3,5%	0,0%	0,7%	0,0%
2009	7,5%	0,0%	1,3%	0,0%
2010	1,7%	0,0%	0,2%	0,0%
2011	5,1%	0,0%	0,8%	0,0%
2012	2,5%	0,0%	0,2%	0,1%
2013	9,3%	0,0%	0,5%	0,0%
2014	6,7%	0,0%	0,1%	0,5%
2015	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
média	6,4%	18,0%	5,2%	0,7%

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da prestação de contas anual dos partidos/Arquivo TSE.

As doações de pessoa física aos partidos são irrelevantes nos quatro partidos, como podemos ver na tabela a seguir.

Tabela 4. Doação de Pessoa Física (em %) do total (PT, PPS, PSB e PV)

	PT	PPS	PSB	PV
1996	1,6%	0,0%	0,0%	14,9%
1997	0,1%	0,0%	0,0%	5,2%

1998	0,7%	0,0%	0,0%	0,0%
1999	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%
2000	0,2%	0,0%	0,0%	0,0%
2001	1,0%	0,0%	0,0%	0,0%
2002	3,2%	0,0%	0,0%	0,0%
2003	1,5%		0,0%	0,0%
2004	2,7%	0,0%	0,0%	0,0%
2005	2,4%	0,0%	0,6%	0,0%
2006	1,2%	0,0%	2,7%	0,0%
2007	0,4%	0,0%	0,0%	0,0%
2008	0,9%	3,0%	0,0%	0,0%
2009	0,7%	1,4%	0,0%	0,0%
2010	0,8%	1,0%	2,5%	29,3%
2011	1,6%	0,0%	0,0%	0,5%
2012	1,1%	0,0%	2,5%	0,0%
2013	0,0%	0,0%	0,0%	0,2%
2014	0,6%	0,6%	0,2%	0,8%
2015	0,1%	0,1%	0,4%	0,0%
média	1,0%	0,3%	0,4%	2,5%

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da prestação de contas anual dos partidos/Arquivo TSE.

Em todos os partidos esse tipo de doação, de pessoa física (que não filiadas) direto aos partidos políticos foi irrelevante, com a média mais alta no PV, com 2,5%. Podemos afirmar que as pessoas não contribuem com a manutenção e organização dos partidos políticos, e que desde o início do período os valores foram ínfimos, com a exceção do PV em 1996. Ademais, não houve colaboração no que diz respeito à remuneração dos partidos por pessoa física.

Já as doações de pessoa jurídica, embora não fossem inicialmente uma fonte de renda dos partidos, como podemos ver na tabela abaixo, ao longo do tempo esse tipo de contribuição vai se tornando importante, chegando a 54,8% do total de receitas do PT em 2006, 64,8% em 2008, 82,5% em 2010, 79% em 2012 e 72,2%, no último ano eleitoral permitido, 2014. A diversidade de receitas do PT é, na verdade, uma alta dependência de recursos de pessoa jurídica e do Estado. O PT possuía pouco financiamento de filiados, foi sempre dependente do Fundo Partidário e abriu a organização aos empresários. É forçoso, assim, afirmar que há uma cartelização nesse partido, estando mais próximo do partido *catch-all* na diversificação das receitas.

Tabela 5. Doação de Pessoa Jurídica (em %) do total (PT, PPS, PSB e PV)

	PT	PPS	PSB	PV
1996	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%
1997	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
1998	0,1%	0,0%	0,0%	0,0%
1999	0,0%	0,0%	0,0%	2,3%

2000	13,4%	0,0%	0,0%	0,0%
2001	4,0%	0,0%	0,0%	0,0%
2002	17,3%	0,0%	0,0%	0,0%
2003	3,4%		0,0%	0,0%
2004	26,9%	0,0%	0,0%	0,0%
2005	7,0%	0,0%	0,0%	0,0%
2006	54,8%	0,0%	25,4%	0,0%
2007	21,7%	0,0%	0,0%	0,0%
2008	64,8%	24,6%	50,8%	11,5%
2009	24,2%	1,4%	0,0%	0,0%
2010	82,5%	4,0%	73,1%	29,5%
2011	44,6%	0,0%	0,0%	0,0%
2012	79,0%	0,0%	71,3%	26,8%
2013	46,7%	0,0%	25,0%	0,0%
2014	72,2%	22,9%	34,0%	9,6%
2015	0,7%	0,2%	0,0%	0,0%
média	28,2%	2,8%	14,0%	4,0%

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da prestação de contas anual dos partidos/Arquivo TSE.

Os demais partidos, PPS, PSB e PV praticamente não possuem financiamento de pessoa jurídica até 2006 e 2008, possivelmente não porque esses recursos não estavam acessíveis, mas sim porque não passavam pelos partidos. É importante ponderarmos esse aspecto. Esses partidos, os mais independentes do Estado do nosso conjunto, comparativamente, são aqueles que possuíam doações de pessoa física e jurídica e não coordenavam esses recursos nas campanhas eleitorais, que muito provavelmente iam diretamente para os comitês de campanha e candidatos sem qualquer mediação dos partidos.

Por fim, a última possibilidade de composição de receitas partidárias são as “outras fontes de recursos” que podem vir de descontos, rendimentos, receitas de aluguéis, venda de materiais de divulgação, taxas de inscrição e outras. Na tabela abaixo podemos ver que apenas no PV ela parece ser mais significativa, com 15,4% de média e sem um padrão definido. Já no PT podemos ver que há uma diminuição dessas outras fontes diante das demais, ao longo do tempo.

Tabela 6. Outras fontes de recursos (em %) do total (PT, PPS, PSB e PV)

	PT	PPS	PSB	PV
1996	11,6%	0,0%	2,4%	0,0%
1997	10,8%	1,1%	11,0%	0,6%
1998	14,6%	33,8%	12,9%	0,0%
1999	22,3%	1,8%	2,5%	10,8%
2000	7,7%	7,8%	2,1%	5,7%
2001	10,7%	19,0%	0,2%	8,0%
2002	4,6%	19,7%	0,4%	82,6%

2003	9,9%		0,0%	69,9%
2004	5,4%	26,7%	0,0%	31,0%
2005	5,6%	23,4%	1,4%	6,9%
2006	0,9%	5,6%	2,9%	58,8%
2007	2,9%	4,7%	1,3%	2,9%
2008	1,3%	0,0%	1,8%	4,4%
2009	2,6%	0,2%	0,8%	4,6%
2010	0,9%	0,2%	1,0%	1,5%
2011	0,9%	0,3%	6,2%	3,1%
2012	0,0%	30,1%	1,2%	3,4%
2013	0,6%	0,0%	1,3%	5,3%
2014	0,3%	2,8%	39,2%	4,8%
2015	0,0%	1,2%	0,3%	3,2%
média	5,7%	9,4%	4,5%	15,4%

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da prestação de contas anual dos partidos/Arquivo TSE.

O PT e o PSB possuíam médias próximas, de 5,7 e 4,5% de outros recursos e o PPS, 9,4% no período. Podemos afirmar que nesses partidos em que a participação dos recursos próprios é maior, eles são sobretudo de empresários, depois de parlamentares, outras, filiados e pessoa física.

Embora as contribuições dos membros dos partidos dificilmente tenham sido a principal fonte de receita dessas organizações em outros países (KROUWEL, 1990), eles figuraram algo próximo a 50% de seus recursos nos partidos europeus, segundo pesquisas (CASAS-ZAMORA, 2005; KROUWEL, 1990; NASSMACHER, 2009; VAN BIEZEN; KOPECKÝ, 2017). Sobre o aspecto das receitas, não podemos afirmar que há partidos do tipo de massas – ao menos se dinheiro puder ser entendido como central para a organização – em nosso conjunto de dados, com os filiados construindo e mantendo os partidos políticos. Os partidos brasileiros foram desde 1996 próximos ao Estado e, posteriormente, dos recursos de empresas. Nos países europeus, como vimos na teoria e também podemos conferir nos dados empíricos, há uma aumento da importância do fundo público ao longo do tempo em países europeus, de 1990 a 2012: 38,2% para 73,8% na Áustria, de 5% para 73,2% na Irlanda, de 37,2% a 74,3% na Itália, de 0 para 11,3% no Reino Unido (VAN BIEZEN; KOPECKÝ, 2017), já no Brasil, a dependência é maior que 90% para a maioria dos partidos.

Em todos os casos europeus, a importância do financiamento privado é menor que o Brasil, com uma média de 14,7% desse tipo de doação (Áustria com 2,5%, Dinamarca 38%, Alemanha, 12%). E o financiamento público, a principal fonte de receita da maioria dos partidos, representa uma média de 52,5% do total das receitas, com casos desviantes, como UK com 11,3% e Itália, com 74,2%, Áustria com 73,8% e Irlanda, 73,2% (VAN BIEZEN; KOPECKÝ, 2017, pp. 96). Ademais, mesmo em anos não eleitorais o financiamento de pessoa jurídica de partidos como o

PT e PSB aumentou, só diminuindo em 2015, ano em que o primeiro já tivera sido alvo da operação Lava Jato e em virtude disso houve um esvaziamento desse tipo de doação e aumento de contribuição de filiados.

O caso brasileiro se aproxima a outras democracias recentes de terceira onda, como Portugal, Grécia, Espanha e do leste Europeu. Nesses países, os partidos têm dificuldade em gerar receitas a partir de suas organizações e filiados. Além disso, o apoio estatal aos partidos foi geralmente introduzido em um estágio inicial da transição para a democracia, tornando o Estado um ator importante, mas também “*potentially also removing a key incentive for the parties to establish other structural linkages and mechanisms for raising funds, especially those with societal organizations*” (VAN BIEZEN; KOPECKÝ, 2017, pp. 91).

Em democracias consolidadas e seus partidos mais tradicionais, a importância financeira dos filiados é maior do que em democracias mais recentes, além desses partidos serem mais capazes de diversificar as fontes de financiamento, como de contribuições privadas, uma vez que os partidos dependentes do Estado têm pouco incentivo em buscar outras fontes de recursos. As taxas de doação de filiados são baixas no Brasil e no PPS, PSB e PV elas diminuíram ao longo do tempo a ponto de não existirem mais. Já no PT encontramos um aumento da participação de filiados, com 18,7% em 2015, em um contexto de contestação do partido diante da opinião pública. Van Biezen e Kopecký (2017, pp. 98) encontram também que a capacidade de financiamento por filiados populistas de extrema direita é baixa, com alta dependência do financiamento público (85% do total das receitas) e arriscam dizer que esses partidos não funcionariam não fossem os recursos do Estado. Países consolidados e partidos novos, populistas, ambos pouco institucionalizados são mais dependentes dos recursos estatais e com menos diversidade de recursos, como vimos nessa seção e tal como Panebianco já colocava, a respeito dos partidos menos institucionalizados.

Conclusões

Não é uma novidade a alta dependência dos partidos em relação ao Estado no Brasil. Diferente da formação dos partidos da Europa ocidental, aqui os próprios direitos políticos e criação de partidos vieram depois dos direitos civis e sociais, com flagrante ausência de participação popular (CARVALHO, 2001). Tampouco o sistema partidário pós redemocratização surgido em fins da década de 1970 e início de 1980, se apresenta como resultado de uma mudança estrutural da sociedade, como ocorrido no caso europeu. A relação do sistema partidário com a consolidação democrática não apresentava um avanço considerável, no sentido normativo, tendo como parâmetro o caso dos partidos modernos. Aqui, parecia haver uma situação paradoxal: “*consolidar instituições partidárias que, a despeito do papel fundamental que desempenharam na consolidação das democracias*

ocidentais, deixaram de ocupar a posição central que ocupavam no sistema político” (KINZO, 2004, p. 36)”. Embora os partidos não desempenhassem o mesmo papel nas democracias avançadas, eles teriam que ser forçados nas jovens democracias os atribuindo a mesma importância. No caso brasileiro e latino americano de uma forma geral (BRUHN, 2019; ANDRÉ et al., 2017), é evidente que o desenvolvimento dos partidos não se aproxima dos casos europeus em sua constituição e importância na mobilização social, não havendo, entre outros aspectos, a contribuição de filiados para a construção da organização política em nenhum momento.

Em nível de organização, podemos afirmar no que diz respeito às receitas, que os partidos tendem a não ter autonomia, nos termos de Panebianco (2005), e a baixa diversidade da origem dos recursos pode impactar na baixa institucionalização dos partidos. Apesar dos partidos políticos terem à disposição o financiamento público de forma estável ao longo do tempo – que buscou forjá-los, como coloca Kinzo – precisamente isso gerou também um desincentivo à busca de outros recursos, exceto de empresários. Cria-se um paradoxo, o Estado concede recursos para que os partidos existam e isso faz com que eles não busquem a sociedade para que eles continuem existindo enquanto organização.

Mesmo para a América Latina o desenvolvimento do sistema partidário brasileiro se mostrou atípico. O Brasil fora o único caso que o regime militar incentivou a criação de sistema partidário (KINZO, 1988), esses partidos surgiram sob o regramento anterior, do período ditatorial (com a lei orgânica dos partidos políticos), mas com novas disposições para a criação, colocadas na reforma partidária de 1979, na lei n. 6.767. A transição controlada pelas Forças Armadas, situação que não ocorreu em outros países como Uruguai, Espanha e Argentina, ocorreu também de forma incompleta, a princípio sem nova constituição e eleições diretas (SOUZA, 1988). A influência estatal, nesse caso, dos militares, se deu também no sentido de dividir oposições, manter a hegemonia da Arena e enfraquecer o MDB.

A nova república surge assim com um sistema partidário frágil, com domínio do populismo e clientelismo estatal, desmobilização dos movimentos sociais, com exceção dos sindicatos, e tutela militar na arena política (SOUZA, 1988). A transição democrática se deu sobre os alicerces institucionais do regime anterior, como coloca Campello de Souza (1988) e Kinzo (1988), e não sobre os “seus escombros”. A transição negociada pode trazer riscos para a consolidação democrática posterior e, dentro disto, um sistema partidário consolidado.

Campello de Souza (1988) cita a necessidade do clientelismo estatal para a sobrevivência partidária, característica histórica do sistema partidário brasileiro desde 1946, que podemos considerar para o caso pós 1988:

“Deixar de lado o exame da relação entre partidos e Estado, das características da estrutura de competição inter e intrapartidária e da variável regional como um critério central na formação de alianças parlamentares significa deixar de apreender os conflitos mais básicos do debate constitucional ou dos cortes centrais que os caracterizam” (SOUZA, 1988).

Além disso, a autora enfatiza que a fragilidade da organização do sistema partidário brasileiro é um dos mais graves impedimentos para a estabilidade democrática, na representação de interesses e na função governamental. Os partidos já surgem no Brasil com baixa fidelidade partidária, um caráter acentuadamente regional do sistema político com constantes mudanças no sistema partidário, que dificultam a identificação político ideológica do eleitorado. Além disso, o desarranjo partidário seria causado pela relação desequilibrada entre Estado e partidos, com os segundos destituídos de poder no processo decisório, e com poder na competição eleitoral oriundo do acesso às benesses estatais. Apesar de possuírem aparente poder na arena eleitoral, as negociações são realizadas à margem dos partidos. O sistema partidário teria se consolidado, assim, em torno da montagem de máquinas eleitorais alimentadas pela patronagem estatal e dos recursos clientelísticos delas derivados. A centralização burocrática do poder decisório e o patrimonialismo dificultam assim o desenvolvimento do sistema partidário, isolado nas disputas de poder da arena clientelista (SOUZA, 1988).

A legislação criada em 1995 conferiu autonomia organizacional aos partidos políticos, contudo, no que diz respeito à configuração das receitas, eles continuam sendo dependentes do Estado, isso contando apenas a face pública do partido e excetuando outras faces, como a no governo, em que o Estado disponibiliza cargos em quantidades consideráveis para os partidos distribuírem aos seus membros.

Com a ausência de cláusula de barreira a partir de 2007, e a disponibilidade de 5% dos recursos do Fundo Partidário a qualquer partido registrado no TSE, mesmo aqueles sem representação popular, não houve constrangimento para o surgimento de novos partidos, mas o contrário, incentivo a sua criação. Nem mesmo em 1995 os critérios foram no sentido de fechar o sistema, uma vez que havia ainda uma distribuição aos partidos menores. Com isso, não é possível afirmarmos que houve cartelização do sistema partidário ou que os partidos brasileiros são próximos do tipo cartel. Aqui ocorre uma aproximação ao Estado mais precocemente e de forma diferente do contexto Europeu, sendo equivocado transpor os tipos clássicos de partidos ao Brasil.

Ademais, Casas-Zamora alerta sobre a relação simplista estabelecida na literatura, a respeito dos impactos do fundo público no sistema partidário, que poderíamos aplicar ao caso brasileiro:

“Ultimately, the dynamics of the party system is too complex a phenomenon for it to be uniformly affected by State funding. However, the available research tends to disprove the critics’ case: State funding can be, and frequently is, an egalitarian instrument; by allocating money to minor parties and challengers it may enhance, and often does, electoral competition (CASAS-ZAMORA, 2008, pp.22).

É difícil de sustentar as hipóteses de Katz e Mair sobre a cartelização financeira mesmo para países da Europa ocidental, quiçá aos da América Latina, em que a constituição dos partidos se opõe ao modelo de transformação partidária eurocêntrico. O tipo de sistema de governo, as regras eleitorais, possibilitando coalizões são variáveis muitas vezes não discutidas na teoria de partidos e que auxiliariam em sua explicação. No caso brasileiro, devemos considerar que além da ausência de barreiras para o surgimento de um novo partido, a presença de recursos do FP, mas também outros fatores, como sistema de governo e possibilidade de coalizões, incentivos da burocracia do Estado disponibilizadas em cargos, fazem com que surjam partidos no período como o Partido Social Democrata (PSD) em 2011, liderado pelo Gilberto Kassab e o Solidariedade, do sindicalista Paulinho da Força, em 2012, para ficarmos nesses dois exemplos. Não apenas o Fundo Partidário é um incentivo à formação ou não de partidos, mas o desenho das instituições brasileiras incrementa a fragmentação partidária, sendo forçada a transposição das tipologias aos casos brasileiros, mesmo para aproximação.

3 OS NÍVEIS DE GASTOS PARTIDÁRIOS

É comum ouvirmos hoje o diagnóstico de explosão de gastos políticos, que haveria uma suposta corrida armamentista dos partidos políticos por recursos financeiros.

Os níveis de gastos políticos estiveram, na literatura, relacionados aos estudos que buscam medir os custos da democracia e explorar uma questão presente nelas: a possível explosão do custo da competição partidária. O possível aumento gradativo nos gastos políticos é comumente apontado por formuladores de políticas, pesquisadores, comentaristas políticos (SMULDERS & MADDENS, 2017, p. 2). Na Ciência Política, as pesquisas inicialmente buscaram analisar os custos globais da política (HEARD, 1960; HEIDENHEIMER, 1963; PALTIEL, 1980; PINTO-DUSCHINSKY, 1986; NASSMACHER, 2009) e, mais recentemente, os níveis de gastos estritamente partidários (BLUMENBERG, 2015; SMULDERS & MADDENS, 2017), que buscam mostrar o desempenho dos partidos quanto ao volume dos gastos e as despesas privilegiadas por essas organizações.

Neste capítulo passamos por uma breve revisão da literatura acerca dos níveis de gastos políticos e depois analisamos os dados empíricos sobre nível de gastos partidários brasileiros, de 1996 a 2015.

3.1 A literatura sobre nível de gastos políticos

Os precursores do estudo de finanças políticas com foco em níveis de gastos datam do início do século XX e podem ser caracterizados por análises mais descritivas das receitas e gastos políticos de democracias consolidadas. Nesse período, James K. Pollock (1926) e Louise Overacker (1937), analisaram os fluxos dos recursos financeiros nas eleições nos Estados Unidos, sua regulação, e seus estudos costumavam ter um maior impacto e diálogo na formulação da legislação que na academia. Overacker (1937) compara a fonte de recursos e destinação das despesas dos Partidos Republicano e Democrata no pós-*crash* da bolsa em 1929 e implementação do *New Deal*. Os dados, restritos a esse período, são explorados de forma descritiva, com foco nas campanhas eleitorais para a presidência entre as décadas de 1920 a 1940, e a distribuição de dinheiro entre os comitês, estados, relacionando com a legislação em cada pleito e as comparando. A autora sugere naquele momento melhorias na legislação que restringia demasiadamente os gastos, o que fazia, segundo a autora, os partidos burlarem a lei, atuando com menos transparência (OVERACKER, 1932, 1937, 1939, 1941).

Alexander Heard (1960) também descreve as finanças dos partidos nos Estados Unidos, e identifica a relação entre a doação de recursos por empresários e a atuação dos mesmos na seleção de candidatos. Esse autor dá início a uma corrente de estudos sobre a influência do dinheiro no sucesso eleitoral. Além disso, identifica picos de aumento pontuais nas despesas estadunidenses na primeira metade do século XX e semelhanças entre os dois grandes partidos no que diz respeito a receitas e gastos. Embora a análise desse autor tenha sido só sobre os USA, houve uma tentativa, ainda que pouco sistematizada, em comparar com outros países. Heard é o primeiro a tratar despesas como “custos da democracia”, no qual, atores extrapartidários e partidários estão envolvidos.

Nesse sentido, Arnold Heidenheimer (1963), entre os precursores do estudo de níveis de gastos, dá sequência à discussão sobre custos da democracia e organiza, em um artigo publicado na *The Journal of Politics*, em 1963, conceitos unificadores de finanças partidárias para fins comparativos. Além disso, cria o *Index of Expenditure*¹⁶, para comparação entre países. A partir de

¹⁶ O índice é composto pelo total de gastos dividido pelo número de votos e, no denominador, o salário médio por hora de trabalhadores industriais.

dados oficiais e partidários, de todos os níveis, Heidenheimer inaugura a análise comparada de níveis gastos políticos buscando identificar, ao mesmo tempo, o custo da democracia e os níveis de gastos dos Estados Unidos, Israel, Alemanha, Filipinas, Itália, Japão, Austrália, Índia, Reino Unido.

O autor identifica diferenças entre os países e sugere que a transformação do nível e tipo de gastos tem relação com a origem e volume de receitas e das fases de desenvolvimento das democracias. Além disso, se os partidos estivessem sendo contagiados pela esquerda, à época dos partidos de massas (DUVERGER, 1970), suas fontes de recursos estariam mais diversificadas, como demonstramos no capítulo anterior, e as diferenças nos padrões de financiamento entre os partidos de quadros estariam diminuindo. De fato, é notada uma diminuição da importância de doação de empresários nos partidos de centro e de esquerda e um padrão de crescimento da dependência financeira dos partidos em relação ao Estado, como exposto anos depois por Katz & Mair (1994, 1996, 2009). O autor demonstra um padrão geral da diminuição das diferenças entre os partidos ao longo do tempo, com o aumento do gasto com campanhas e mudança na estrutura de financiamento, menos dependente de filiados (HEIDENHEIMER, 1963).

Heidenheimer (1963) sugere que há fatores estruturais comuns entre os países que ajudam a explicar os níveis de gastos. São eles: a) *partisan politicization*, diz respeito ao grau de importância que os partidos possuem frente às demais instituições políticas. Um país como a Alemanha e a Inglaterra, onde a influência partidária é grande e presente na administração, nos meios universitários, em grupos de interesses, diferente dos Estados Unidos, onde não há especificidade da atividade partidária, partidos que não possuem essa característica de penetração social podem ter maiores gastos que em sistemas com enraizamento partidário; b) *party loyalties*, a mudança do grau de lealdade partidária entre o eleitor e os partidos, que pode afetar a competição política e, com isso, os gastos, e é afetada pelo contexto e variáveis nacionais; c) *electorate and constituencies*, o tamanho do eleitorado e facilidade/dificuldade em acessá-los, que pode demandar mais gastos, por exemplo, por dispersão geográfica, heterogeneidade cultural e ideológica ou características das regras eleitorais, e, por fim; d) *public funds and controls*, o grau em que os fundos públicos são fornecidos também são um fator que afetam os níveis de despesas dos partidos. Países como os USA, onde o modelo *laissez-faire* predomina, os gastos tendem a ser mais altos que em países onde são oferecidos horário eleitoral gratuito aos partidos, por exemplo. Além disso, onde há controle e estabelecem-se limites, pode ter como resultado menos gastos políticos.

Ainda, segundo Heidenheimer, há o fator desenvolvimento político comum entre os países que podem impactar nos níveis de gastos:

“A developmental approach to political finance may help us understand more of the dynamics making for changes in style of campaigning, and allow more basis for judging whether certain kinds of political finance controls, which prove workable in one country, may be adjusted to the condition of another system. Such an approach to the problem may be facilitated by recourse to "ideal type" constructs which will encompass common experiences with mass electorates under situations of competitive politics by extrapolating syndromes identified with the process of political persuasion and activation at certain stages of economic, social, and political development (HEIDENHEIMER, 1963, p. 808)”.

Nesse sentido, a referência aplicada aos países em processo de industrialização e democratização é a modernização. Tendo em vista a heterogeneidade das variáveis e trajetórias políticas que impactaram os aumentos ou quedas acentuadas nas taxas de gastos políticos verificadas por Heidenheimer na primeira metade do século XX, define-se um tipo ideal de trajetória de gastos que engloba características comuns do desenvolvimento da política partidária nas democracias, ao longo do tempo, e que refletem as tipologias partidárias que abordamos no capítulo anterior (DUVERGER, 1970; KIRCHHEIMER, 1966; KATZ; MAIR, 1995;).

Países que passam pelo processo de modernização econômico e político, passariam, em tese, por quatro fases que compõem o seu modelo de análise (HEIDENHEIMER, 1963, pp. 808):

1) A primeira fase é caracterizada pelo baixo nível econômico, politização limitada do eleitorado, o comportamento político orientado pela forma tradicional de fazer política, oligarquizada e ausência de técnicas de comunicação de massas e em nível local. Os gastos partidários per capita nessa fase seriam *baixos*;

2) Na segunda fase há o desenvolvimento da alfabetização, comunicação, e um lastro de técnicas competitivas, eleitores que reconhecem as regras do jogo, mas que ainda possuem baixos níveis educacionais e de renda. Não há nessa fase produção de interesses de classe reconhecidos ou ideologias de massas para que o eleitor se identifique. Assim, as técnicas de convencimento do eleitor podem ter características clientelistas, como troca de favores e compras de voto realizadas de forma direta e disseminada. Em virtude disso, aqui os gastos políticos tendem ser mais *altos*.

3) Na seguinte é quando ocorre no ocidente a conformação da sociedade moderna industrial capitalista. Caracterizada pelo desenvolvimento econômico junto a uma mobilização política do eleitorado e lealdades determinadas por identificação e ideologia de classe. Por conta disso, os partidos têm nesse período mais oportunidades em adquirir trabalho voluntário e de propaganda dos filiados. Apesar das campanhas serem aqui mais competitivas e intensivas por conta da alta competição ideológica, os gastos seriam mais *baixos* que o período anterior por conta do voluntarismo. Caso as clivagens se estabilizem, o autor coloca a possibilidade das organizações

se institucionalizarem, fazendo com que o apoio financeiro necessário para os partidos se sustentarem, diminua.

4) Por fim, na última fase há uma diminuição do voluntariado, diminuição da participação de membros filiados e redução de incentivos à participação partidária em uma sociedade pluralista. Os partidos, nesse contexto, já não podem contar com esse tipo de apoio. Ao mesmo tempo, os custos de convencimento político aumentam, e a comunicação mais econômica, como a imprensa partidária, panfletagem e propaganda subsidiada, não se sustenta mais. Nessa fase, com o aumento da competição e baixo voluntarismo há uma tendência de *aumento* das despesas políticas.

Poucos países chegariam na última fase. Além disso, o autor deixa claro que outras variáveis podem interferir nesse desenvolvimento. Os países podem sofrer, por exemplo, com interferências de autoritarismo, conflitos regionais ou religiosos, e domínio burocrático de um sistema que retarde a interação de incentivos (HEIDENHEIMER, 1963). Contudo, o modelo se revela útil para compreendermos a dinâmica de desenvolvimento das finanças nos países e nos partidos ao longo do tempo, para custos com democracia, ou sobre os gastos partidários, como realizaremos a seguir.

Pinto-Duschinsky (1986) aplica a teoria do desenvolvimento de Heidenheimer ao Reino Unido. Com isso, identifica três estágios evolutivos: a fase aristocrática, plutocrática e moderna. Na primeira, há prática de compras de elementos que aproximem o eleitor no dia da eleição ou que o auxilie, uma forma mais próxima de clientelismo. No segundo, há o desenvolvimento de partidos coesos, no final do século XIX, e uma busca dos partidos por recursos financeiros. E, no moderno, a partir de 1920, os desafios enfrentados fizeram com que os conservadores investissem em técnicas de publicidade que geraram mais despesas ao partido nacional. E era mais esperado, portanto, que em países em desenvolvimento o dinheiro seja empregado para fins políticos.

Karl-Heinz Nassmacher (2009) dá continuidade às pesquisas sobre níveis de gastos e amplia o escopo, comparando as finanças políticas de dezoito países a fim de superar os achados do século XX, ampliando-os para os anos 1990 à metade da década de 2000. Seu objetivo é testar se há de fato uma explosão dos gastos políticos como era esperado, com o valor global da atividade política. Para tanto, Nassmacher compara os níveis de gastos entre os países, de forma estática e ao longo do tempo. O autor tem como unidade de análise os partidos e, a partir de dados secundários e próprios, propõe um novo indicador de gastos partidários. Reformulando aquele de Heidenheimer (1963), Nassmacher propõe o IPS - *Index of Political Spending*, captando de forma mais acurada a realidade atual, acompanhado pelo desempenho econômico dos países, o salário médio do trabalhador, e possibilitando assim a replicabilidade.

A equação para o cálculo do IPS de Nassmacher é a seguinte:

$$IPS_i = \frac{\frac{GT_i}{ER_i}}{\frac{PPC_i}{2.000}}$$

Onde o GT_i são os gastos totais da atividade política, o ER_i os eleitores registrados e o PPC_i , o Produto Interno Bruto per capita.

Divide-se o total de gastos pelo número registrado de eleitores para obter as despesas relativas, a fim de controlar pelo tamanho da população. E realiza a divisão do PIB per capita (para considerar diferenças no desempenho econômico) por 2.000, para obter uma renda média, pois o autor parte do suposto que um ano consiste em 50 semanas de trabalho com 40 horas. O denominador representa, portanto, a taxa horária da renda nacional por pessoa. Assim, é possível comparar entre países considerando o desempenho econômico deles e a renda média da indústria. Esses dados devem ser relativos ao ano de análise e podem ser comparados entre países.

Nassmacher compara o nível dos gastos partidários dos países para identificar a diferença entre os custos com a democracia. O gasto aqui é o político com base na atividade partidária, ou seja, os organizativos, de manutenção da estrutura partidária e os eleitorais em todos os locais possíveis (parlamentares, estrutura partidária, organizações auxiliares), em todos os níveis do sistema político (nacional, estadual e local). Nassmacher identifica que não há uma explosão de gastos e seus achados vão de encontro com os de Pollock, Overacker e Heard. Como Nassmacher chama atenção,

“To a prudent observer such remarks indicate that systematic analysis requires more details than just a list of increasing dollar amounts. Time series data cannot stand alone. A sound interpretation has to link political spending data to concurrent economic indicators, e.g. inflation or average income” (NASSMACHER, 2009, p. 154).

São identificadas diferenças entre países, Áustria, Israel, Itália, Japão e México estão entre os gastadores excessivos, marcados, portanto, por uma forma antiga de atuação. Canadá, França, Alemanha, Irlanda, Polônia, Espanha, Suécia, Suíça, USA, intermediários e são formados por democracias estabelecidas. E Austrália, Reino Unido, Dinamarca, Holanda, baixos, teriam uma característica de nova política, baseados em mídia. Os países no campo intermediário e baixo fariam uso de um estilo de política menos tradicional (orientado para patronagem) e se apoiariam em meios modernos de comunicação de massa (NASSMACHER, 2009, p. 110). O autor alerta para uma aparente estabilização no nível de gastos, uma vez que não houve aumento per capita nesses países nos últimos cinquenta anos, quando comparados com estudos anteriores. Além disso, cita casos de estudos que analisam países como Venezuela e Filipinas e, comparativamente, os gastos

desses países são mais altos que os citados acima. Os gastos em nações pouco desenvolvidas parecem ser, nesse sentido, altamente dispendiosos.

Reformulando os conceitos de Heidenheimer (1963) e Pinto-Duschinsky (1981), Nassmacher (2009) aplica e comprova a tese do desenvolvimento das finanças políticas, considerando que quanto mais desenvolvidas as democracias, com mais dinheiro para investir em campanhas e partidos, e tradição democrática, maturidade das instituições, menor a probabilidade de gastar exaustivamente com a democracia. As democracias consolidadas, de primeira onda, cf. Huntington (1975), são menos dispendiosas, pois já passaram pela fase aristocrática e plutocrática e se encontram na fase moderna. Já as novas democracias (democracias de segunda e terceira onda) se mostraram mais onerosas, com maiores níveis de gastos comparativamente, uma que vez que ainda se encontram nas primeiras fases.

De acordo com seus achados, os níveis de aumento de gastos não foram ocasionados por fatores inerentes à atividade política, como a competição. A publicidade paga pode ser um sintoma da mudança na competição, mas não é causa inevitável de demanda de gastos, tampouco o pagamento de pessoal em tempo integral e investimento na organização partidária. O ritmo dos gastos não está em dissonância com o padrão de vida das pessoas. Segundo Nassmacher, os partidos gastam mais quando há dinheiro, em momentos de maior financiamento, não por motivos de competição política. Os partidos aproveitam o crescimento de seus financiamentos e empregam mais pessoas em suas estruturas, compensando a diminuição de voluntariado, e sofre com a diminuição quando não há recursos disponíveis. É o potencial das receitas que determina, segundo Nassmacher, o custo da democracia:

“Neither is new campaign technology, which is applied - wherever the funds to pay for it are at hand. Nor is the growing party apparatus staffed with highly skilled professionals and full-time personnel. Into both areas competing parties sink lots of money but this happens because - due to citizens' generosity, public subsidies or corrupt exchanges - parties can afford to do so (NASSMACHER, 2009, p. 192)”.

Recentemente, Smulders & Maddens (2017) dão sequência à pesquisa de níveis de gastos de Nassmacher (2009) e analisam os gastos partidários pós-2004, ano máximo do período coberto por aquele autor. Diferente dos estudos supracitados, estes cientistas políticos têm como foco não o custo da democracia nem os gastos dos candidatos, mas sim aquele realizado pelo partido, as despesas com rotina (funcionários, aluguel, reuniões, administrativos, impostos, taxas bancárias) e eleitorais realizadas pela organização (publicidade e comunicação), nacionais, declaradas pelos partidos em seus relatórios oficiais. Os autores analisam um conjunto de dados com 1.317 observações de 99 partidos em 9 democracias parlamentares europeias (Áustria, Bélgica,

Dinamarca, Finlândia, Alemanha, Itália, Luxemburgo, Portugal e Espanha), e buscam mostrar quais características os partidos e países possuem os países com determinados níveis de gastos.

Smulders e Maddens analisam a média de gastos dos partidos aplicando o IPS de Nassmacher (2009), variável dependente dos autores. Na análise sobre os níveis, dos seis países para dos quais possuem dados do período de dez anos, os autores não encontram a propagada explosão de gastos:

[...] despite popular assumptions regarding a cost explosion or an arms race in politics, the spending levels of parties have not increased over the past decade. Several studies have already shown that there has been no increase of campaign spending levels and of the aggregate expenses of parties and candidates at the country level. Additionally, our findings show that annual spending levels of individual political parties have not been rising either (SMULDERS & MADDENS, 2017, p. 14 e 15).

Não há, da metade da década de 2000 para cá, portanto, um aumento de despesas partidárias nos países e partidos europeus, de democracia avançada, permanecendo, ao invés disso, uma estabilidade.

Além disso, na análise multivariada em nível de sistema e partido, os autores identificaram que as despesas dos partidos políticos são significativamente maiores em anos eleitorais, mas o efeito se modera quando há a aplicação de limites de gastos para campanhas. Também, quanto mais fortes os partidos, maior o nível de gastos. Já a ideologia não mostrou significância, mas pode haver sobre o com que se gasta (SMULDERS; MADDENS, 2018). No que diz respeito à presença no governo, na maioria dos casos, os partidos tendem a gastar mais quando estão nessa posição por um longo período. Países com tradição de financiamento público tendem a gastar mais, aqueles com longa tradição democrática, têm uma redução dos níveis de gastos e, os com menor tradição, gastam mais, em consonância com os achados anteriores (HEIDENHEIMER, 1963; NASSMACHER, 2009; PINTO-DUSCHINSKY, 1981).

Enquanto há material sobre partidos políticos na Europa Ocidental, Estados Unidos e algumas democracias avançadas, o estudo de nível de gastos partidários no Brasil é incipiente. Em um dos poucos estudos, Campos (2009) elenca todas as variáveis de custeio da democracia no Brasil, contudo, seus dados são de apenas um ano, 2006. O total despendido em uma eleição geral, com todos os recursos diretos e indiretos é de R\$ 6,2 bilhões de reais. Há pouco diálogo com os autores sobre custos de democracia, contudo, este autor faz um esforço em identificar o custeio da competição política no país. Ademais, os estudos que costumam alertar sobre a possível explosão de gastos o fazem a partir de dados eleitorais e sobre uma eleição ou no máximo um ciclo eleitoral.

O período mais extenso sobre os níveis de gastos no Brasil analisa a partir do dado eleitoral declarado por candidatos, levantado por Fisch (2018), os níveis de gastos eleitorais de 2002 a 2014, do valor declarado pelos candidatos nas eleições do período, e demonstra que o montante total passou de R\$ 436 milhões para R\$ 1,3 bi, um aumento de cerca de 200%. O autor sugere ter havido, de 2002 a 2014 uma corrida dos partidos por recursos no Brasil que inflacionou os gastos. Além disso, também sugere que o mesmo tenha ocorrido por conta do crescimento econômico do período e uma maior disposição dos doadores em financiar os candidatos.

Considerando os achados e desenvolvimento dos níveis de gastos para democracias de terceira onda e com longa tradição de financiamento público, espera-se que os gastos partidários no Brasil tenham aumentado ao longo do tempo, longe ainda de uma estabilização (HEIDENHEIMER, 1963; NASSMACHER, 2009).

3.2 O nível de gastos partidários brasileiros (1996-2015)

Considerando os gastos realizados pelas sedes nacionais dos dez partidos políticos ao longo de vinte anos, podemos identificar o aumento alertado pela literatura estrangeira para democracias de terceira onda (HEIDENHEIMER, 1963; NASSMACHER, 2009; PINTO-DUSCHINSKY, 1981; SMULDERS; MADDENS, 2017) como expõe a tabela abaixo:

Tabela 7. Despesas das sedes nacionais dos partidos agregadas (valores reais em julho de 2020)

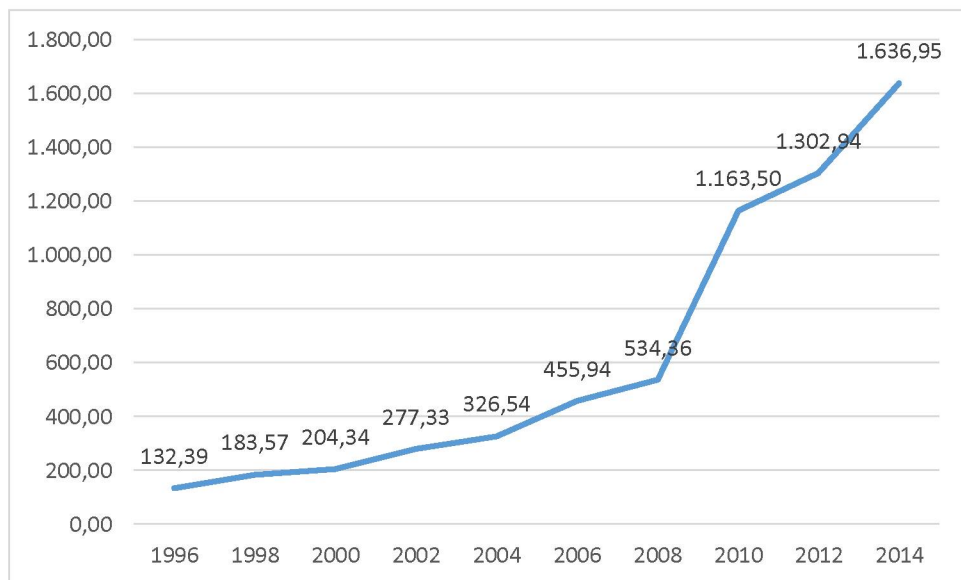
	Valor total (em milhões de Reais)	Coefficiente de variação
1996	132,39	
1997	130,71	-1%
1998	183,57	40%
1999	137,45	-25%
2000	204,34	49%
2001	220,45	8%
2002	277,33	26%
2003	256,81	-7%
2004	326,54	27%
2005	219,14	-33%
2006	455,94	108%
2007	245,06	-46%
2008	534,36	118%
2009	270,94	-49%
2010	1.163,50	329%
2011	373,35	-68%
2012	1.302,94	249%
2013	560,54	-57%
2014	1.636,95	192%

Fonte: elaboração própria a partir dos dados da prestação de contas anual dos partidos/Arquivo TSE. Valores deflacionados pelo IPCA para julho de 2020.

Acompanhando os achados da literatura a qual afirma que os partidos de países de terceira onda viram crescer as suas despesas, os gastos da sede nacional dos partidos brasileiros aumentaram ao longo de vinte anos, com, inicialmente, aumento de 108% em 2006, 118% em 2008 para então crescer 323% em 2010, 249% em 2012 e 192% em 2014. O aumento dos gastos partidários também acompanha o crescimento dos gastos com campanhas eleitorais realizadas pelos candidatos no Brasil (FISCH, 2019).

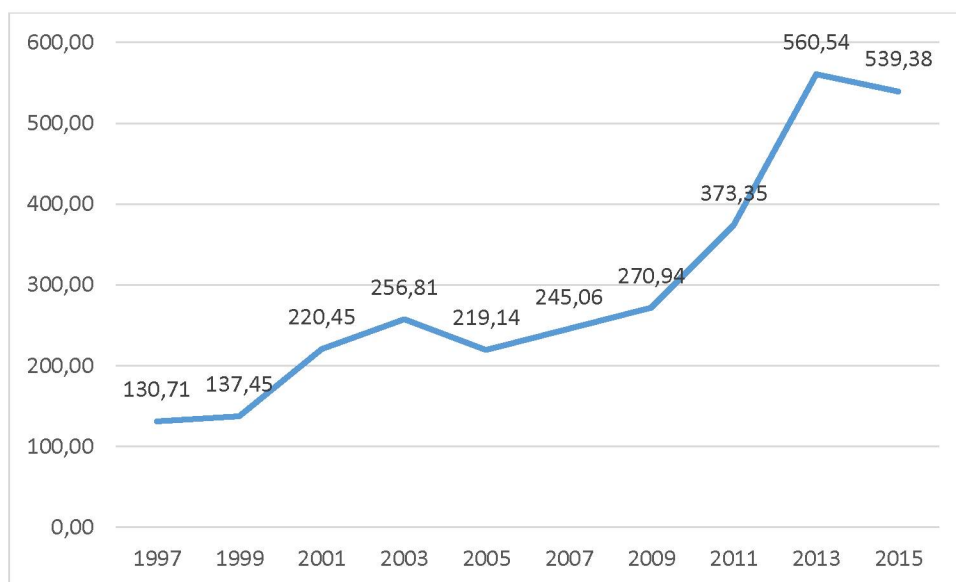
Embora tenham crescido em proporções diferentes, havendo gastos na casa do 1 bilhão em anos eleitorais e metade disso em anos não eleitorais, como demonstramos graficamente abaixo (gráficos 8 e 9), em anos não eleitorais os partidos brasileiros também aumentaram as suas despesas, havendo um crescimento geral dos gastos partidários ao longo dos 20 anos.

Gráfico 8. Despesas partidárias em anos eleitorais (em milhões de Reais)



Fonte: elaboração própria a partir dos dados da prestação de contas anual dos partidos/Arquivo TSE. Valores deflacionados pelo IPCA para julho de 2020.

Gráfico 9. Despesas partidárias em anos não eleitorais (em milhões de Reais)

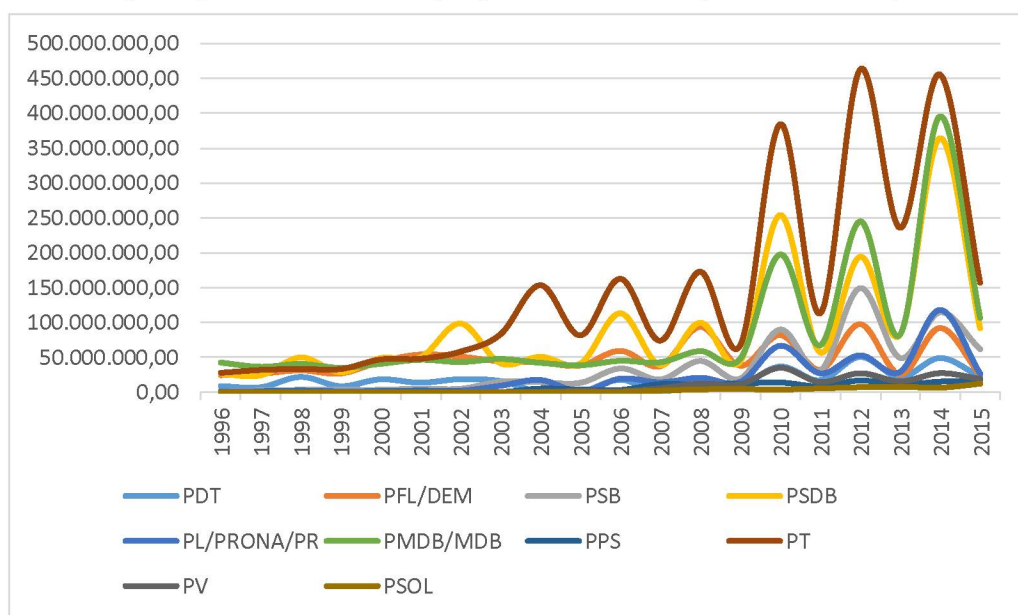


Fonte: elaboração própria a partir dos dados da prestação de contas anual dos partidos/Arquivo TSE. Valores deflacionados pelo IPCA para julho de 2020.

Há um crescimento exponencial no nível de gastos da sede nacional dos partidos ao longo de vinte anos, não ocorrendo a sua diminuição ou estabilidade, como em países de democracia longa. O que ocorre é o esperado e a nossa hipótese se confirma, os gastos dos partidos brasileiros cresceram ao longo do tempo, ainda sem encontrar um platô e/ou diminuir. Ainda em um estágio sem limitações claras ou um contexto que gera mais altos custos no funcionamento de partidos, como a ausência de voluntários, maior profissionalização da política ou, como colocam Nassmacher (2009) e Smulders; Maddens (2017), isso pode estar ocorrendo em virtude de uma maior generosidade do Estado e empresários em conceder recursos para que essas organizações gastem nesses níveis.

Os partidos gastam em níveis diferentes, é esperado que partidos maiores e mais estruturados gastem mais (SMULDERS; MADDENS, 2017). Abaixo, expomos os níveis de gastos por partidos políticos do período:

Gráfico 10. Despesas partidárias nacionais por partido 1996-2015 (valores reais em julho de 2020)



Fonte: elaboração própria a partir dos dados da prestação de contas anual dos partidos/Arquivo TSE.

Os partidos com maiores níveis de gastos são o PT, PSDB e PMDB, o que era esperado, tendo em vista que são as maiores agremiações do conjunto de partidos analisados. Em segundo lugar, ficam o PSB, o PFL/DEM e o PL/PRONA/PR, indo ao encontro com seu perfil de partidos de estrutura e tamanho médio. Por fim, comparativamente, os partidos com menores níveis de gastos partidários são o PV, PDT, PPS e PSOL.

Podemos supor que o aumento dos gastos do PT, o maior de todos os partidos, se deu pelo fato de sua estrutura organizacional ser a mais forte (BOLOGNESI et al., 2020), por ocupar o governo federal desde 2003 e a própria disponibilidade de recursos que desaguou nos partidos de origem privada e pública de forma gradual até 2015, como vimos no capítulo anterior. Embora a cláusula de barreira tenha sido retirada em 2007, a alteração na lei que distribuiu 95% do Fundo Partidário de acordo com o desempenho eleitoral, privilegiou os maiores partidos enquanto distribuiu também recursos para os partidos menores. Embora não tenha congelado ou cartelizado o sistema, esses recursos beneficiaram os partidos maiores, como o PT, MDB e PSDB. E também o PSDB e PPS, mesmo não fazendo parte da base governista do Executivo nacional. Além disso, os gastos partidários podem estar acompanhando a maior oferta de fundo público e de pessoa jurídica aos partidos. Para compararmos o período, aplicamos, a seguir, o IPS de Nassmacher e propomos o Índice de gastos partidários para analisar comparativamente, ao longo do tempo, se os gastos partidários seguem o nível de crescimento econômico e arrecadação do Estado.

3.2.1 Aplicação do IPS e IGPP

Nessa seção analisamos os valores gastos pelos partidos de forma agregada, a partir do cálculo e análise do IPS de Nassmacher (2009) e também criamos, a partir dele, um índice para análise dos gastos dos partidos políticos (IGPP) ponderado pelo crescimento da arrecadação do Estado. Esse é um fator relevante exposto na literatura, a partir de dados empíricos a respeito da maior oferta de recursos financeiros, em que afirma que quanto mais o Estado pode oferecer recursos, mais essas organizações irão gastar (SMULDERS; MADDENS, 2017).

A equação para calcular o índice de gastos partidários que propomos, é a seguinte:

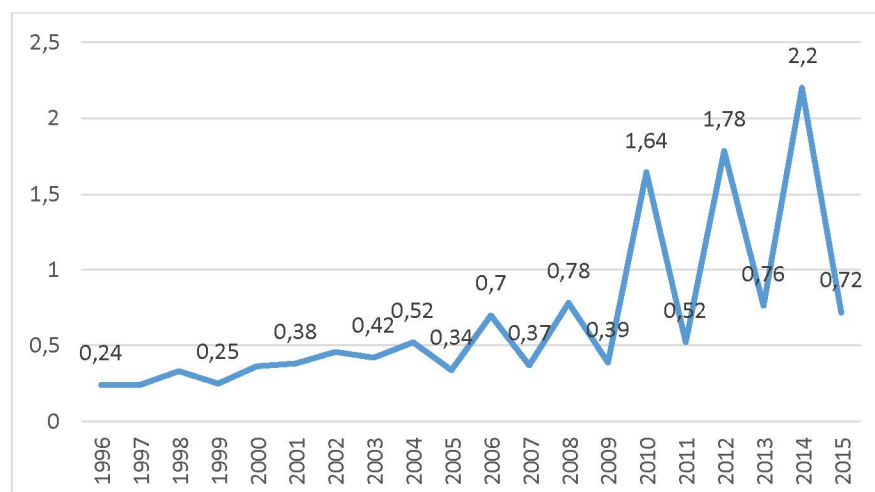
$$\text{Índice de gastos dos partidos políticos} = \frac{\frac{GT_i}{ER_i}}{RO_i}$$

Em que GT_i são os gastos totais partidários totais agregados, o ER_i , a quantidade de eleitores registrados do país e o RO_i , a receitas orçamentárias da União. Nos interessa saber se os gastos partidários agregados, ponderados pela população de eleitores, acompanha o crescimento da receita do Estado brasileiro. Caso os gastos partidários per capita subam acima das receitas orçamentárias da União teremos um aumento do índice, isto é, os gastos partidários cresceram mais que a arrecadação da União. Nosso objetivo é identificar se há tendências de aumento ou queda ao longo do tempo.

Os dados sobre eleitores registrados retiramos do site do Tribunal Superior Eleitoral. Sobre as receitas estatais, consideramos as receitas orçamentárias da União que são as receitas correntes e as receitas de capital anuais, extraídas das séries temporais do Tesouro Nacional. É importante pontuar que tanto os gastos partidários totais e as receitas orçamentárias são em valores correntes. Além disso, a unidade de medida das receitas orçamentárias está em trilhões de reais a fim de proporcionar uma melhor visualização do índice.

Em primeiro lugar, aplicamos o *Index of Political Spending* de Nassmacher ao caso brasileiro, para identificarmos se há um aumento ao longo do tempo nos gastos partidários em relação ao PIB per capita do país. Podemos afirmar que o gasto que os partidos promoveram são maiores que o crescimento econômico per capita do período, principalmente em anos eleitorais, como podemos ver em 2006, 2008, 2010, 2012 e 2014, no gráfico a seguir.

Gráfico 11. Index of Political Spending do conjunto de partidos analisados (1996-2015)

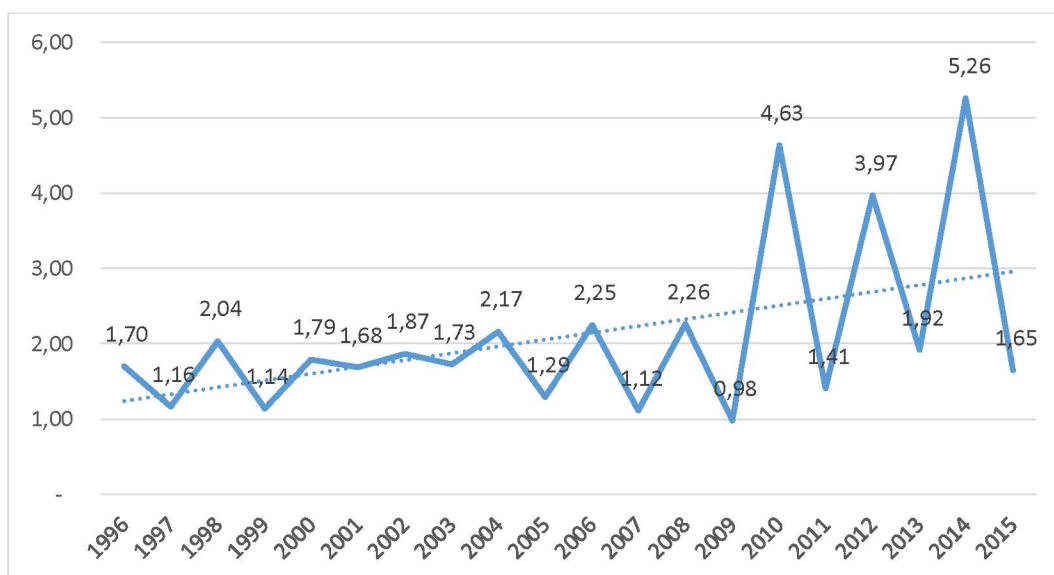


Fonte: elaboração própria a partir dos dados da prestação de contas anual dos partidos/Arquivo TSE.

Os partidos brasileiros analisados tiveram um aumento de gastos ao longo do tempo maior do que o crescimento econômico em termos de PIB per capita do mesmo período. O Brasil se enquadra, dessa forma, a desempenhos – de crescimento gradual – de países de terceira onda, como colocam Nassmacher (2009) e Heidenheimer (1963), com picos em anos eleitorais. A título de comparação, o IPS encontrado por Nassmacher em 2002, foi, para o México, 2,99, Polônia, 1,46, Espanha, 1,10, Alemanha, 0,86, França, 0,76, Canadá, 0,49, USA, 0,46, Reino Unido, 0,28, Holanda, 0,23, com diferenças entre países de democracia recente diante das mais consolidadas (NASSMACHER, 2009, pp. 109). Os gastos partidários no Brasil aumentam continuamente e possuem alta importância como em outros países democratizados recentemente.

Ao longo do tempo, no Brasil, há maior oferta de recursos públicos aos partidos, como vimos na tabela 1, e possivelmente o crescimento do nível de gastos pode ter ocorrido em virtude dessa maior oferta de recursos, tanto públicos como próprios, como afirmam Nassmacher (2009) e Smulders; Maddens (2017) para os países europeus. Além dos partidos gastarem acima do crescimento econômico do período, nos interessa saber também se os gastos caminham com a arrecadação do Estado, a sua maior ou menor disponibilidade de recursos. Para isso, propusemos e aplicamos o *Índice de gastos dos partidos políticos* ao nosso conjunto de dados, e os resultados podemos conferir no gráfico a seguir:

Gráfico 12. Índice de gastos dos partidos políticos IGPP do conjunto de partidos analisados (1996-2015)



Fonte: elaboração própria a partir dos dados da prestação de contas anual dos partidos/Arquivo TSE.

Como podemos ver a partir da aplicação do índice, há um aumento dos gastos dos partidos políticos relativamente às receitas da União. No entanto, isso é mais acentuado nos três últimos anos eleitorais: 2010, 2012 e 2014, onde está a maior discrepância. Enquanto há um grande aumento quando comparamos os anos 1996 e 2014, entre o primeiro e o último ano eleitoral do período, a variação é menor quando comparamos 1997 com 2015. Em anos não eleitorais, como podemos ver acima, não há uma tendência clara de aumento de gastos, mas sim em anos eleitorais, como 1998, 2004, 2006, 2008 e aumentando essa variação em 2010, 2012 e 2014. Fica evidente o exorbitante aumento de gastos em anos eleitorais a partir de 2010, acima da arrecadação do Estado.

Conclusões

Podemos confirmar a hipótese que houve aumento das despesas partidárias no Brasil de 1996 a 2015, como sugere a literatura de finanças políticas para democracias recentes (NASSMACHER, 2009; SMULDERS; MADDENS, 2017). O índice de gastos políticos da sede nacional dos dez partidos analisados é maior que países de democracia avançada como Estados Unidos, França, Alemanha, Holanda, Reino Unido e aumentou ao longo do tempo. O gasto parece estar relacionado, como coloca esses autores, com a disponibilidade de recursos. Quanto maior a disponibilidade, maior os gastos.

Há de fato um crescimento da oferta do Fundo Partidário e de recursos privados aos partidos políticos brasileiros ao longo dos vinte anos, como podemos conferir na tabela 1, no capítulo anterior. O Fundo Partidário é um recurso estável aos cofres dos partidos, que possibilita

o seu funcionamento ao longo do tempo. Partidos que não faziam parte da base aliada, como o PSDB e PPS, não foram afetados pela disponibilidade de recursos públicos (gráfico disponível no Anexo 2).

O tamanho do partido importa, e isso já era esperado, tendo em vista a forma com que os recursos são distribuídos, privilegiando os partidos com maior representação na Câmara dos Deputados. Ao mesmo tempo em que há o aumento dos recursos públicos diretos, há também o crescimento dos recursos de outras origens aos partidos políticos. Os partidos maiores – PT, PSDB e PMDB são também aqueles que receberam a maior proporção do Fundo Partidário e recursos de pessoa jurídica e física (dado disponível no Anexo 2). Além disso, podemos conferir o seu auge em 2014, caindo consideravelmente em 2015, o último ano em que as doações de pessoas jurídicas foram permitidas. A proibição de doação de pessoa jurídica ocorre como uma resposta às relações escusas entre partidos e empresários revelados em 2014. No período atual, que não faz parte da análise dessa tese, os partidos possivelmente se tornarão mais dependentes do Estado, com a criação de outro fundo público direto em 2017, próprio para eleições, e com valores potencialmente mais altos do que os apresentados aqui.

Ao aplicarmos o *Index of Political Spending*, constatamos o seu aumento ao longo dos anos para o caso dos partidos brasileiros analisados. Os gastos das sedes nacionais dos partidos aumentam ao longo do tempo e acima do crescimento econômico do período, se aproximando a níveis de democracias de terceira onda.

Por fim propomos e aplicamos o Índice de gastos dos partidos políticos para identificarmos se os gastos acompanham as arrecadações do Estado brasileiro, e o resultado do índice nos mostrou uma tendência de crescimento clara com uma alta variação nos últimos dez anos, sobretudo em anos eleitorais, com estes muito acima da arrecadação do Estado. Para o caso brasileiro, o aumento dos gastos partidários não é exagero retórico ou ficção.

4 AS TRANSFORMAÇÕES DOS PARTIDOS POLÍTICOS BRASILEIROS A PARTIR DAS ESTRATÉGIAS DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS

Nossa análise sobre gastos partidários centra-se no que a literatura tem considerado como a organização partidária propriamente dita, a *regular party structure* (NASSMACHER, 2009, p. 50), especificamente do nível nacional, como outros investigadores de despesas partidárias vêm analisando (BLUMENBERG, 2013, 2015; SMULDERS; MADDENS, 2017, 2018). A estrutura partidária regular pode ser influenciada pela necessidade organizacional que o partido apresenta e

pela legislação que define limites, dessa forma, consideramos gasto como *proxy* de dinâmica organizacional.

As organizações extraparlamentares dos partidos políticos assumiram importantes papéis na democracia liberal do século XX. Elas auxiliam como canais de transmissão para organizar a representação, na tradução de demandas da população, e definem quais candidatos participarão das eleições. Além disso, os partidos não são organizações homogêneas e modificam a sua forma de operar ao longo do tempo. Eles podem utilizar estruturas mais ou menos complexas, possuírem mais ou menos profissionais no partido, por exemplo (SCARROW; WEBB; POGUNTKE, 2017).

A organização é condição necessária à mobilização política e, organizações requerem recursos para o seu funcionamento, independente de qual a sua estratégia, uma organização sem recursos é algo vazio (WEBB; KEITH, 2017). Na pesquisa realizada por Webb e Keith (2017), esses autores analisam quatro tipos de recursos organizacionais: membros, dinheiro, funcionários e agências locais. Focaremos aqui no segundo. Consideramos que o dinheiro paga funcionários, sede do partido, aluguel, congressos, viagens, publicidade, campanhas etc. É o recurso que pode ser transformado em muitos usos, e aí reside a sua importância como recurso organizacional.

Neste capítulo propomos um modelo de análise de gastos partidários e analisamos as despesas realizadas pela esfera nacional do partido, o *party central office*, de 1996 a 2015, a fim de identificarmos as estratégias organizacionais dos dez partidos selecionados. Utilizaremos novamente a literatura partidária acerca das tipologias e os estudos empíricos que tratam de gastos partidários. Iniciamos com uma breve revisão sobre os gastos partidários na literatura de finanças políticas, em seguida, passamos pela literatura partidária a respeito das transformações dos partidos a partir das tipologias. Em sequência, apresentamos na metodologia, a categorização que realizamos para a análise das despesas partidárias, e, por fim, analisamos os dados dos gastos partidários brasileiros.

4.1 A literatura sobre gastos partidários

Tipos de gastos são as diferentes despesas que os partidos e candidatos realizam. Saber os diferentes tipos de gastos dos candidatos e partidos nos ajuda a identificar as diferentes estratégias partidárias sobre a dimensão organizacional. As despesas são classificadas de formas diferentes na literatura e, podem ser resumidas como aqueles recursos sacrificados para alcançar um objetivo específico. De forma sintetizada, podemos definir despesas, como o dinheiro revertido em bens e serviços dentro de um núcleo organizacional específico (comitê do candidato, do parlamentar, fundações e, no nosso caso, partido) (NASSMACHER, 2009, p. 47). Os tipos de gastos servem

para identificar quais as prioridades no uso de recursos a partir de uma distribuição destes ao longo do tempo.

Nessa subárea dos estudos de finanças políticas, ainda não exaustivamente explorada, destaca-se a obra de Nassmacher (2009), na qual o autor propõe uma categorização sistemática das despesas para o entendimento das possibilidades de alocação e geração de custos da atividade política. Esse *framework* de análise de gastos partidários condensa e unifica as diversas formas de declarações formais e informais de gastos existentes no mundo e realizados por partidos, candidatos e participação de outros atores extrapartidários. O modelo é formado por três unidades de custos, termo emprestado da Contabilidade que pode ser resumido como “as atividades” com as quais o dinheiro é gasto: campanha eleitoral, manutenção da organização e desenvolvimento político (pesquisa e treinamento). Dentro de cada uma dessas duas dimensões, os tipos de gastos possíveis podem ser: i) pessoal; ii) escritórios; iii) comunicação e iv) publicidade. Em três centros de custos distintos: organização partidária (a estrutura regular do partido); sombra partidária (organizações auxiliares do partido muitas vezes difíceis de identificar); e partido parlamentar (grupos parlamentares e locais). Ou seja: é possível que haja gasto para campanhas eleitorais (unidade de custo), com *staff* (tipo de custo), feitos pela organização partidária (centro de custo), ou, por exemplo, gastos para formação política (unidade de custo), com comunicação (tipo de custo), feitos pelo grupo parlamentar (centro de custos) (NASSMACHER, 2009, pp. 48).

Como Nassmacher está preocupado em analisar o custo da democracia, ou seja, todos os custos gerados na competição partidária, ele busca identificar todos lugares possíveis que os gastos podem ocorrer. Por isso, são mobilizadas, como expomos acima, todas as atividades políticas passíveis de custos, diferente do que faremos. Focaremos no gasto realizado pela sede nacional dos dez partidos selecionados, o gasto realizado pela organização partidária em nível nacional.

Considerando os tipos, as formas que os partidos podem gastar os seus recursos, o gasto com salários de funcionários em tempo integral é considerado o mais importante tipo de gasto de um aparato partidário. Ele se tornou proeminente a partir da profissionalização dos partidos no século XX, com a substituição de trabalho voluntário por profissional (NASSMACHER, 2009, p. 61). Dentro dessa rubrica estariam, segundo Nassmacher, todos os salários a funcionários permanentes que estão na folha de pagamento do partido, como também os valores pagos em honorários de advogados, consultores políticos, contadores, pesquisadores e outros profissionais.

Os partidos de massas surgidos no final do século XIX na Europa, iniciaram com uma organização permanente sustentada pelas cotas pagas pelos seus filiados. A partir de então, os demais passaram a copiar esse tipo de organização, o contágio colocado por Duverger (1970). Nesse sentido, a sede e uma equipe permanente do partido se tornam padrão organizacional. Os

partidos políticos necessitam de profissionais que se dediquem às atividades da organização de forma permanente e contínua. Assim, os profissionais precisam de habilidades diferentes para o trabalho administrativo e político.

Nassmacher (2009) identifica que em anos eleitorais o gasto com pessoal é menor que em anos não eleitorais, comparando com os demais gastos. Além disso, em média os salários correspondem entre 20 a 50% dos gastos totais e, de 1970 a 1990, as sedes nacionais dos principais partidos de 9 países analisados¹⁷ se mostraram estáveis nas despesas com pessoal (NASSMACHER, 2009, pp. 63).

Há trabalhadores dos partidos que não estão em sua folha de pagamento e prestam serviços pontuais, cobrando honorários, como consultores, contadores e advogados. Aqui podemos caracterizá-los como prestadores de serviços especializados. Eles surgem a partir da demanda da legislação que define a participação contador nas finanças partidárias, a consultoria de advogados como operadores das leis eleitorais e, em campanhas profissionais surge a demanda de consultores de mídia, que irão a princípio conduzir produções áudio visuais e, mais recentemente, as mídias sociais. Para os casos que o autor possui dados, há o aumento do gasto com serviços técnicos, como advogados (NASSMACHER, 2009, pp. 63-67).

Os gastos com escritórios dizem respeito às sedes dos partidos. Elas dependem de recursos financeiros disponíveis para o seu funcionamento permanente. O pagamento de energia, água, aluguel, material de escritório, papelaria, telefone, internet, móveis, computadores, softwares e manutenção fazem parte desse tipo de custo. No século XX era comum o gasto com fotocopiadoras, aparelhos de fax, impressoras (NASSMACHER, 2009), no entanto, hoje, podemos supor que são menos aparelhos e mais recursos digitais. Para os dois países que Nassmacher possui dados, esses gastos tendem a ocupar de 5 a 10% dos gastos totais dos partidos.

Podemos entender a comunicação do partido como aquela que a organização realiza com grupos e indivíduos. Ela pode ser intrapartidária ou para o público externo, como um elemento de marketing político, que consideraremos de acordo com Nassmacher (2009), como “publicidade”. A comunicação intrapartidária se dá desde o tradicional corpo a corpo, a partir de reuniões que geram gastos com viagens, hotéis, aluguel de espaços, de carros, equipamentos de conferência, e de postagens, internet, impressão, telefone, celulares.

Já os gastos com publicidade são caracterizados pela compra de meios de comunicação que se dirigem ao público geral sem identificar o objetivo específico, diferente de um gasto com

¹⁷ Áustria, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Irlanda, Itália, Holanda, Polônia, Suécia, Suíça, Reino Unido.

campanha eleitoral, que busca influenciar o resultado eleitoral. Publicidade seria dividida em quatro grandes categorias: impressão, propaganda, radiodifusão e marketing direto. O primeiro inclui impressão de panfletos, folhetos, livros, jornais, produção de cartazes. A propaganda pode ser interpretada como publicidade do partido ou como mídia impressa de terceiros, como outdoors, anúncios pagos em jornais e revistas. Radiodifusão geram custos com transmissão e produção. E, marketing direto, são utilizados recursos como mala direta e compras de bancos de dados para uso telefônico e na internet. Nassmacher possui dados apenas sobre a França e encontra um aumento geral em publicidade nos partidos franceses.

Já a categoria *outros gastos* que não entram nas demais, o autor categoriza como “outros bens e serviços” inserindo nessa rubrica os gastos com pesquisa, pagamento de dívidas, juros, taxas bancárias, e custos de captação de recursos comuns em alguns países como os USA.

De acordo com a análise comparada de Nassmacher (2009), a combinação desses gastos vem mudando ao longo do tempo entre os partidos. Na medida em que há maior exigência de profissionalização política, mais os partidos vêm gerando custos em *staff* remunerado, da mesma forma com os custos com publicidade. As despesas totais com campanhas eleitorais estão aumentando com o tempo. Em anos eleitorais, as sedes dos partidos gastam mais em operações de rotina.

O autor ainda chama a atenção para as diferenças de estratégias e funcionamento de partidos a partir do tipo de gasto entre alguns países, principalmente na díade partidos norte-americanos *versus* europeus ocidentais:

“In (continental) western Europe the term political finance is often used as a synonym for party financing, emphasising the funding of inter-election routine activities. In Europe campaigns are run predominantly by parties, in America by candidates (and their specific committees). These candidates rely heavily on paid media advertising in their effort to reach the voting public. European parties face a financial burden unknown to their American counterparts: a permanent field organisation with full-time party agents at the grassroots (on the ground). In addition, European parties have to cope with a party press, which has been increasingly unable to maintain itself sales in the newspaper market (NASSMACHER, 2009, p. 32).”

As finanças políticas na América do Norte podem ser caracterizadas pelo seu foco em campanhas eleitorais, altos valores destinados às mídias pagas, enquanto os países da Europa ocidental pelo uso de recursos centrados em partidos e organização permanente, com gastos na manutenção e rotina dos partidos e suas atividades. Embora a análise comparada por tipo de gastos não seja o foco do autor, e sim a estimativa desses gastos para medir o custo da democracia, ele identifica para as décadas de 1990 e 2000 que os partidos britânicos (tanto o *Labour Party* quanto o

Conservative Party) mantiveram altas médias de gastos com organização partidária, o que indica continuidade organizacional. A Espanha, Itália e Alemanha também demonstraram gastar elevados valores com rotina partidária. Já nos Estados Unidos os gastos rotineiros entre eleições são quase inexistentes e as despesas são centradas em campanhas eleitorais. No Canadá, por sua vez, os partidos vão aumentando seus gastos com rotina nos ciclos eleitorais, alcançando valores altos e com aumento em anos eleitorais (NASSMACHER, 2009, p. 81 e 82).

Smulders & Maddens (2017) analisam os níveis de gastos partidários de 99 partidos europeus de nove democracias parlamentares. Esses autores agregam gastos com a rotina partidária (pessoal, habitação e administração) e campanhas eleitorais declarados pelos partidos, em nível nacional, no entanto, não analisam o padrão de tipos de gastos dos partidos, mas sim, seus níveis agregados.

Já em outro artigo, esses autores analisam as despesas relativas a pagamento de funcionários de cinquenta e dois partidos políticos de sete países europeus ocidentais, declarados nas prestações de contas anuais oficiais dessas organizações (SMULDERS; MADDENS, 2018). A média de gastos desses países foi de 26,3% com esse tipo de gasto e os achados convergem com os de Nassmacher (2009): entre 20 a 50% da despesa anual total dos partidos. Embora tenha ocorrido uma profissionalização partidária na segunda metade do século XX, o aumento dos gastos com pessoal parece ter estabilizado nos últimos quinze anos. Quanto a diferença entre partidos, os mais antigos e de esquerda que operam em um sistema com poucos partidos, tendem a ter altos níveis de gastos com pessoal. Por outro lado, legendas mais jovens e de direita, em um sistema mais fragmentado, gastam menos com pessoal. Os partidos poderiam ser divididos, utilizando a sugestão de Manuela Blumenberg (2015), como partidos *apparatus-oriented* e os *election-oriented*, onde:

[...] the first category mainly spends money on the development and maintenance of the party organisation, including staff, the second type is characterised by high expenditure levels on communication and marketing. (SMULDERS & MADDENS, 2018, p. 12).

Essa autora sugere uma classificação dos partidos a partir da estrutura de gastos das sedes nacionais da Alemanha, Áustria, Dinamarca e Reino Unido. Os partidos orientados para o aparato (máquina partidária), devem possuir maior força organizacional e centralização na sede nacional para manter a coesão dos candidatos, uma vez que o incentivo para que fique na organização é alto. As estratégias aqui são de longo prazo, preocupadas com a sobrevivência organizacional do partido. Já os partidos orientados para as eleições tendem a aplicar uma estratégia de curto prazo, visando um sucesso eleitoral imediato (BLUMENBERG, 2015; SMULDERS & MADDENS, 2018).

Na literatura brasileira, os tipos de gastos partidários são pouco explorados e as análises existentes criam tipologias dos eleitorais realizados predominantemente por candidatos. Nessa esteira, Speck & Mancuso (2017) analisam gastos eleitorais de candidatos para cargos majoritários e proporcionais e criam uma tipologia de despesas com três categorias, os gastos organizacionais, tradicionais e modernos. O primeiro refere-se à manutenção de infraestrutura, aluguel e comitê; o segundo, materiais para abordagem corpo-a-corpo, locação de carros, impressão de materiais, mobilização de rua, comícios; e o terceiro, gastos destinados a exploração da imagem do candidato em mídia paga e serviços. Os autores se fundamentam no pressuposto que as campanhas eleitorais têm sofrido transformações, e inicialmente elas contavam com voluntários, na fase tradicional, com uma estratégia porta-a-porta e comícios de rua, para uma fase moderna de profissionalização, com assessoria especializada e uso de comunicação de massa, e, mais recentemente, caminhou para uma fase pós-moderna, com uma estratégia focada em canais de comunicação interativos e uso de redes de apoio.

Mais recentemente, Fisch (2018) analisa a alocação de recursos de campanha para deputado federal e como elas evoluíram de 2002 a 2014 no país, por região e partidos diferenciando os tipos de gastos. O autor parte da tipologia elaborada por Heiler et al (2016) dividida em cinco blocos: i) comunicação e publicidade; ii) infraestrutura; iii) gastos com pessoal; iv) doações a outros candidatos e partidos; v) outros gastos não especificados, e a resume em cinco categorias: operações, publicidade, pessoal, doações e outros, e identifica o aumento global das despesas ao longo do tempo, e especialmente com publicidade e pagamento de pessoal, diferente de Smulders & Maddens (2018) para o caso dos partidos europeus.

A análise de despesas com funcionários pode colaborar, como Smulders & Maddens (2018) e Blumenberg (2015) sugerem, com a distinção de tipos de partidos. Além disso, fica evidente, a partir dos estudos comparados sobre gastos, que há padrões definidos entre partidos e países distintos, como aquele verificado na Europa ocidental que por sua vez é distinto da América do Norte. Nesse sentido, é necessário um parâmetro de comparação para a análise do caso brasileiro. Utilizaremos a teoria de tipologias de partidos para a definição de um desenvolvimento ideal de gastos partidários, para assim, compararmos com o caso brasileiro e identificarmos se há semelhanças com aqueles países trazidos nesse subcapítulo e, conseqüentemente, com a teoria clássica de partidos.

4.2 A literatura sobre a transformação da organização partidária

A função dos partidos muda a depender do país em que ele atua. De uma forma geral eles são utilizados para organizar a representação, traduzir demandas da população em iniciativas

legislativas, mobilizar eleitores, candidatos, definir quem irá ocupar os cargos públicos, distribuir recursos e conhecimento especializado (WEBB; KEITH, 2017). Em alguns países, eles promovem atividades entre eleições, de forma permanente, em outros, possuem uma função mais próxima dos termos de Downs (1999), como nos Estados Unidos, organizações que buscam ocupar cargos eletivos (JANDA, 1970). A organização do partido, a sua face extraparlamentar, sede, diretório e executiva, configuram arenas de disputas internas sobre quais líderes que irão controlar os recursos (WEBB; KEITH, 2017). É a organização que define a lista de candidatos, o programa partidário, diretrizes de comportamento legislativo e, também, a destinação de seus recursos, sejam eles financeiros ou de outros tipos. Por conseguinte, as organizações dos partidos não são uniformes e elas mudam ao longo do tempo (WEBB; KEITH, 2017, pp. 2-7).

Nessa esteira, há na literatura tradicional a compreensão acerca do desenvolvimento dos partidos a partir da demonstração por tipos, de quadros, do século XIX na Europa, até o momento mais atual, cartel. Desde então pesquisas vêm testando quanto os casos concretos se aproximam desses tipos ideais (BIEZEN; KOPECKY, 2014; HAGEVI, 2018; KATZ; MAIR, 1996; KROUWEL, 1990; PIZZIMENTI, 2017; SANTOS, 2020; SCARROW, 2006). Não há, como colocam Katz e Mair (1996a), partidos totalmente de massas, ou totalmente *catch-all*, no entanto, é possível uma aproximação a esses modelos para compreendermos as transformações na organização dos partidos políticos ao longo do tempo. Desenvolvemos abaixo pressupostos a respeito da estratégia de gastos do *central office* do partido a partir de cada tipo ideal, para assim desenvolvermos uma trajetória de gastos partidários.

Em um partido de quadros, há pouca necessidade ou desejo de uma sede nacional estruturada. As campanhas são assuntos locais, centradas na mobilização da clientela pessoal e local, além da existência de poucos, mas relevantes doadores. Segundo Duverger (1970), os partidos dessa espécie nascem inicialmente de grupos parlamentares, posteriormente com a criação de comitês eleitorais e, em seguida, a ligação entre esses dois elementos. Não há a necessidade de uma estrutura organizada entre eleições e há pouca distinção entre líderes e seguidores. Nesse expediente, há pouco peso da estrutura partidária na organização e candidatura de seus filiados e baixa importância da ideologia, que só veio depois da concepção do partido (DUVERGER, 1970). Os gastos partidários seriam então individualizados e não formariam parte de um corpo central que gere a organização. Esses partidos, os burgueses da Europa ocidental do século 19 e os conservadores e liberais dos USA (DUVERGER, 1970, pp. 19-96) não têm como objetivo arregimentar o maior número de pessoas, mas sim, agrupar personalidades. A vida do partido de quadros é centrada na rivalidade entre grupos em torno dos líderes parlamentares e dispunha de comitês pouco amplos, independentes. São partidos que não procuram filiar o maior número de pessoas e a atividade é

orientada internamente para as eleições e os parlamentares. Por isso, do ponto de vista institucional, esse tipo de partido possui um caráter semi-sazonal e seu arcabouço administrativo é embrionário (DUVERGER, 1970, pp. 19-96). Neles há sobretudo gastos com eleições, pouco investimento em estrutura partidária e formação política. As eleições são sua razão de ser (DUVERGER, 1970, pp. 19-96).

Desde que os partidos começaram a competir por um eleitorado de massa após a universalização do sufrágio, eles contam com bens e serviços fornecidos por voluntários, no entanto, essa combinação tem mudado entre partidos, países e períodos de tempo (NASSMACHER, 2009, pp. 60). Com o tempo, a necessidade de pagar por bens e serviços aumenta, com a intensificação da publicidade, profissionalização política e serviços em grande escala para alcançar os eleitores.

Os partidos de massas são originados fora do parlamento e possuem características distintas daqueles criados no ciclo eleitoral. Neles a integração entre filiados e a estrutura organizacional é constante, os grupos que os criam – de forma indireta ou direta – formam uma sede nacional, e depois então vão em busca de outras estratégias, como a ocupação de cargos no governo e a ampliação de sua base. As eleições nesses partidos inicialmente representam uma forma de divulgar a sua ideologia, que veio antes de sua criação. Os partidos de massas surgem com a ampliação do sufrágio nas democracias e, para compensar o que lhe faltava em recursos financeiros e influência de membros, eles desenvolveram uma organização robusta em formação, com imprensa partidária, canais de comunicação e centralização na organização, uma vez que nasce dessa cúpula (DUVERGER, 1970).

A base é fundamental nesses partidos, seus candidatos são parte da organização, e se comprometem a apoiar e competir para colocar o projeto político em ação. Nesse sentido, a campanha do partido é nacional, e isso requer organização. Aqui há a necessidade de um escritório central forte e estruturado a fim de desempenhar as diversas funções organizacionais e de coordenação do partido de massa. A sede nacional seria coordenadora da base do partido e inicialmente mais forte, em comparação com os partidos de quadros (DUVERGER, 1970; KATZ; MAIR, 1993). Nesse partido é o arcabouço institucional que define o quadro geral da atividade partidária. Criados fora do parlamento, a sua origem se dá em uma organização central forte. A integração entre filiados é alta, assim como a preocupação com a educação política, já que a ideologia deu origem ao partido, e não o oposto. São exemplos de partidos de massas, os socialistas e sociais democratas e partidos de origem externa da Europa ocidental, a partir de 1900 (DUVERGER, 1970, pp. 19-96).

Os partidos de massas possuem um sistema de filiação preciso, que busca a integração e filiação das massas, e para sustentar as suas atividades necessita de um mecanismo de cotizações individuais igualmente rigoroso. Os partidos desse tipo possuem uma estrutura complexa, com comitês divididos em seções e investimento em estrutura partidária. Os grupos de trabalho nos comitês são permanentes, amplos e a educação política assume lugar relevante. Há a criação de uma administração e a formação de funcionários permanentes do partido em grande número (DUVERGER, 1970, pp. 19-96). Os gastos nos partidos de massas, os classificados como modernos pela literatura, seriam então centralizados, investidos no apelo coletivo, na construção do programa, doutrina, com importância da formação ideológica, estrutura, propaganda do partido e com menos foco em eleições (DUVERGER, 1970, pp. 19-96).

Já o terceiro tipo partido, o modelo *catch-all*, surge como uma resposta às transformações ocorridas na sociedade, o aumento dos níveis educacionais, da classe média e diminuição das diferenças ideológicas entre os grupos. Ao mesmo tempo, na arena política há o aumento da competição eleitoral e dos meios de comunicação de massa. Após o sucesso eleitoral dos partidos de massas, esses abriram para o eleitorado em geral, a fim de disputá-lo, com sua máquina organizada, algo que os partidos de quadros não possuíam. A partir de então passa a haver uma menor diferenciação entre os partidos. Os partidos de massas, resultado de clivagens sociais, se transformam em partidos *catch-all*, de Kirchheimer (2012), assim como os partidos de quadros, que já haviam se tornado exceção. Os partidos *catch-all* são resultado do abandono de

“seus esforços antes voltados para o enquadramento intelectual e moral das massas, esse partido está se concentrando mais completamente no cenário eleitoral, na tentativa de trocar a efetividade do debate mais aprofundado por uma audiência mais ampla e pelo sucesso eleitoral mais imediato. Essa tarefa política mais estreita e esse objetivo eleitoral imediato diferem agudamente daquelas preocupações anteriores mais abrangentes; hoje tais preocupações são vistas como contraproducentes porque afastam segmentos de uma clientela potencialmente mais nacional (KIRCHHEIMER, 2012, pp. 362).”

Assim, os partidos modificam seu caráter organizacional e estratégico, havendo uma redução da bagagem ideológica em um contexto de maior competição partidária e mudanças na prioridade dos eleitores, já atendidos pelo Estado. Há maior estreitamento entre grupos de lideranças do topo das organizações e a diminuição da importância do filiado. A formação política, nesse sentido, possui menos importância e é retirada a ênfase à classe ou categoria específica para o recrutamento partidário. A definição de apoiadores se dá eleitoralmente, e não mais social ou culturalmente. As campanhas inicialmente continuam sendo um trabalho importante e intensivo no partido recém-saído do tipo de massas e as contribuições dos membros permanecem como um recurso importante. No entanto, ao mesmo tempo há uma forte pressão do partido que ocupa os

cargos públicos em domesticar a organização para servi-los. As escolhas no partido *catch-all* são de curto prazo e a ação é determinada segundo a preferência e suas chances de se realizarem. As propostas passam a ser mais genéricas, que envolvem uma multiplicidade de interesses em busca de consenso e de sucesso na arena eleitoral (KIRCHHEIMER, 2012).

O objetivo do partido *catch-all* é atrair o maior número de eleitores, se adequar ao mercado político e convencer o maior número de mentes, como uma marca conhecida. Partidos de massas e partidos burgueses de representação individual se transformam, assim, em partidos populares *catch-all*. Essa mudança, como coloca Kirchheimer, encontra eco na “*mutante estrutura dos partidos políticos*” (KIRCHHEIMER, 2012, pp. 361), os partidos mudariam a sua estrutura organizacional para acompanhar essa dinâmica. Este autor menciona também as razões financeiras da mudança partidária, principalmente em lugares em que o financiamento público indireto não é viável e acessível. Os partidos, na necessidade de competir pelo eleitor, garantem o suporte financeiro eleitoral a partir dos grupos de interesses e financiamentos diretos e indiretos do Estado. Podemos resumir que os gastos nesses partidos são focados em eleições, serviços técnicos e profissionais com o incremento na competição partidária e o desenvolvimento e emprego de métodos modernos de campanha, levando a uma profissionalização crescente. A estrutura partidária com gastos com pessoal e sedes é também importante e agora há menos despesas com formação política, investimento menos importante para esses partidos, que se preocupam menos em formar politicamente os seus filiados e mais com as suas lideranças políticas (KIRCHHEIMER, 2012; KROUWEL, 1990, pp. 56-57).

Panebianco (2005, p. 513) acrescenta ao modelo de Kirchheimer a progressiva profissionalização das organizações partidárias. Esse autor faz uma diferenciação entre o burocrata do partido e o especialista. O burocrata é o profissional da máquina partidária, que possui laços de identidade com o partido e trabalha em seu aparato. Já o profissional especialista é o que possui competências especializadas extrapolíticas e extrapartidárias. A burocracia seria assim representada pelos funcionários pagos de forma permanente pelos partidos. Ela é o componente administrativo, “*o conjunto de funcionários destinados a funções de manutenção da organização*” (PANEBIANCO, 2005, pp. 440). As características são próprias ao tipo weberiano de burocracia: divisão do trabalho, hierarquia, padronização das tarefas e procedimentos. São os funcionários que se dedicam à manutenção da máquina partidária. No partido de massas o aparato da burocracia do partido era um instrumento fundamental na ligação entre líderes e filiados. Os primeiros, eram responsáveis pela sua liderança. Com o tempo, o profissional especialista, como advogados, contadores, jornalistas, passam a ter mais importância que os burocratas do partido e o seu aumento é

provocado pela progressiva profissionalização da organização. Este autor define assim o partido profissional-eleitoral, com o incremento do aspecto da profissionalização ao partido *catch-all*.

O partido profissional-eleitoral é centralizado em profissionais com competências especializadas e eleições, e há também nesses partidos a predominância dos representantes públicos, assim como no *catch-all*, e como a ênfase do financiamento por meio de grupos de interesses e fundos públicos. O foco dos partidos não é mais, como era no de massas, na ideologia, mas sim, nas características das lideranças e a representação de uma ampla gama de interesses. Os partidos profissionais-eleitorais possuem ligações organizativas fracas, as direções são personalizadas, descentralizadas e há um processo de desinstitucionalização do partido, com o aumento dos profissionais e diminuição da burocracia. Os avanços tecnológicos fazem com que sejam modificadas as técnicas de propaganda e com isso há a demanda de profissionais especializados. Os filiados e funcionários do partido têm menos importância tanto do ponto de vista organizacional e financeiro, enquanto cresce o peso dos representantes públicos e profissionais especializados. O profissional especialista, diferente do burocrata do partido, tem mais possibilidades de trabalhar no mercado externo ao partido e com isso é menos manipulável, estável e possui muito menos incentivos de identidade com o partido, havendo uma menor autonomia dos partidos com relação ao ambiente. Podemos afirmar que nesse tipo de partido deve haver um maior gasto com serviços técnicos especializados e de eleições, uma estabilidade ou diminuição dos gastos com estrutura, e queda da importância dos gastos com formação política.

O último e atual estágio dos partidos políticos é o cartel, o qual evidencia a forte relação entre os partidos e o Estado (KATZ; MAIR, 1994). Há aqui uma mudança de função dos partidos políticos, de representação para procedimental na democracia liberal. Com o aumento da volatilidade eleitoral e o favorecimento da entrada de novos competidores na arena política, em detrimento de atores tradicionais, além da emergência de novos atores políticos disputando com os partidos, há uma reação das organizações partidárias em restringir o acesso aos recursos públicos.

As atividades passam a ser reguladas pelo Estado, por meio de constituições nacionais, regulamentos específicos e os partidos acabam se tornando assim semi-agências estatais. O elo entre os filiados e os partidos se afrouxa enquanto com o Estado se estreita. Nesse sentido, há a formação de um cartel na disputa pelos recursos do Estado a fim de garantir recursos financeiros para a manutenção dos partidos e competição eleitoral. Isso ocorre por conta da escassez ou instabilidade dos recursos dos partidos e sua necessidade crescente, por conta do aumento dos custos das campanhas eleitorais e do próprio partido na manutenção de sua organização (KATZ; MAIR, 1994).

A cartelização é um fenômeno que ocorre em nível sistêmico e organizacional. Além da atuação em conluio entre partidos, internamente essas organizações focam seus esforços e estratégias sobre o Estado, e com isso correm o risco de negligenciar as conexões com a sociedade. Em estudos mais recentes, os autores reafirmaram a tese do partido cartel e que os laços entre membros e partidos se enfraqueceram até mesmo em casos em que eles nunca foram particularmente fortes. Para terem acesso ao financiamento do Estado, os partidos também aceitam a construção da regulação que limita as suas atividades e estruturas, regulamentos que eles próprios formam como legisladores. Com isso, os partidos vão além da função e utilidade pública para se tornarem parte do Estado. Assim, há um movimento de maior influência da justiça eleitoral para a alocação dos recursos do Estado aos partidos, regulação a respeito, que pode eventualmente restringir a cartelização (KATZ; MAIR, 2009).

No entanto, a alteração do equilíbrio de recursos financeiros significa dizer que os partidos não são mais impactados com a distância entre membros e os partidos (KATZ; MAIR, 1996). Os recursos materiais dedicados aos esforços de campanha tendem a aumentar, se tornam estáveis, vindos do Estado, e os partidos estabelecidos configuram entre os maiores beneficiários. Pode haver um processo de limitação da inclusão de novos partidos, ao invés de a sua simples exclusão. E, quando novos partidos surgem, eles são incorporados ao cartel. Na concepção desses autores, na medida em que o partido no cargo público ganha importância, seus interesses particulares são considerados como interesses do partido. Dessa forma, e na intenção de reduzir os custos de derrotas eleitorais, os partidos acabam por encorajar uma cooperação mútua que levará a um equilíbrio no sistema, em que nenhum participante terá incentivo para desertar. Além disso, os partidos estão cada vez mais parecidos uns com os outros, do ponto de vista do seu eleitorado, objetivos, políticas, estilos e interesses (como a diminuição dos custos da derrota), o que auxilia o ambiente de cooperação (KATZ; MAIR, 1993, 2009).

Os partidos políticos funcionariam cada vez mais como carteis, empregando os recursos do Estado para limitar a competição política e garantir o seu próprio sustento eleitoral em um contexto de despolitização e afastamento dos partidos e suas bases. Os objetivos da política, com o desenvolvimento do partido cartel, tornaram referenciais para si mesmos, profissionais e tecnocráticos. As campanhas eleitorais são intensivas em capital, profissionalizadas, organizadas com base em uma forte dependência do Estado às subvenções financeiras e para outros benefícios e privilégios (KATZ; MAIR, 2009). Ao invés do trabalho em troca de incentivos coletivos como ideologia ou lealdade, é mais comum a terceirização do trabalho do escritório do partido e das campanhas. Há uma maior especialização do trabalho, com altos gastos em eleições, estrutura e serviços técnicos, enquanto há uma baixa importância da formação política.

Em síntese, os gastos dos partidos se comportariam da seguinte forma:

Quadro 2. Gastos partidários a partir da tipologia de partidos

	Partido de quadros	Partido de massas	Partido <i>catch-all</i>	Partido profissional-eleitoral	Partido Cartel
Alocação de recursos financeiros	Eleições (+) Formação (-) Estrutura (-) Técnicos (-)	Eleições (-) Formação (+) Estrutura (+) Técnicos (-)	Eleições (+) Formação (-) Estrutura (+) Técnicos (+-)	Eleições (+) Formação (-) Estrutura (+-) Técnicos (+)	Eleições (+) Formação (-) Estrutura (+) Técnicos (+)

Fonte: elaboração própria

Dessa forma, os partidos políticos inicialmente necessitavam de recursos eleitorais, no entanto, eles não dispunham de organização e gastavam pouco com isso. Já os partidos de massas, embora possuíssem muitas vezes um braço organizacional como o sindicato, eles se estruturam em nível local, com recursos de manutenção da estrutura, como pagamento de aluguel, água, luz, telefone e pessoal. Além disso, como nos partidos de massas a ideologia vem primeiro, espera-se que esses partidos gastassem recursos com impressão de materiais para formação política, pagamento de aluguéis de locais para reuniões, seminários, congressos, e menos com eleições e gastos técnicos. Os gastos técnicos surgem em um contexto de maior profissionalização da política, nos partidos *catch-all*, bem como o aumento de gastos com eleições, onde os partidos, em um contexto de desideologização e aumento da importância da campanha na televisão, passam a disputar o eleitorado mais fortemente. Esse padrão segue sendo realidade no partido profissional-eleitoral, só que agora com menos importância do aparato burocrático e maior importância aos técnicos. Por fim, no sistema cartelizado, os partidos carteis, em um contexto de dependência estatal, gastam seus recursos majoritariamente com eleições, uma vez que o dinheiro não abunda mais nos cofres dos partidos. Em segundo lugar, ficam as estruturas partidárias e os gastos técnicos, tendo em vista que os partidos não possuem mais membros voluntários como no passado, são mais dependentes dos profissionais do partido. Nessa conjuntura, a formação política passa a ser preterida em um contexto que já não era privilegiada.

4.3 Regulação de gastos partidários no Brasil

Após a revisão de estudos empíricos sobre gastos partidários nas democracias, vimos que há diferenças entre os partidos da Europa ocidental e da América do Norte no que se refere ao padrão de gastos. Os achados empíricos acompanham a literatura de tipologias partidárias, que estabelece um determinado desenvolvimento dos partidos ao longo do século XX na Europa ocidental, com o aumento da profissionalização e gastos eleições nos partidos, os quais se modificam ao longo do tempo e mudam também a dinâmica de gastos. Utilizamos esses recursos teóricos e empíricos como fundamento para a categorização dos gastos e a análise do desenvolvimento dos partidos brasileiros.

Ao longo do período estudado, o TSE editou quatro instruções¹⁸ definindo o “Plano de Contas” que os partidos políticos deviam seguir, isto é, o modelo do relatório contábil de prestação de contas a ser entregue pelos diretórios nacionais, estaduais e municipais anualmente à Justiça Eleitoral. A partir deles, mais especificamente da peça “*Demonstrativos de receitas e despesas*”, que disponibilizamos nos anexos 1 ao 4, condensamos as categorias dadas pelo TSE em uma, disponível no Apêndice 1.

As contas que os partidos prestam ao TSE em nível nacional possuem três categorias macros: *i) despesas administrativas, de manutenção da organização; ii) despesas com fins doutrinários e políticos; e iii) despesas com campanhas eleitorais*. Embora haja essas categorias bem definidas, que Nassmacher (2009) já atribuía como os locais em que os partidos podiam gastar seus recursos, dentro de cada há uma variedade de subcategorias definidas pelo Tribunal em que os partidos podem alocar recursos que podem ser classificadas de forma mais refinada, como o caso de “*serviços judiciais*”, em que é considerada no Plano de Contas como “*despesas gerais*”, mas que tem um valor analítico importante, como indicador de serviços técnicos, relevante para a teoria partidária, como vimos no subitem anterior, como um indicativo de partido *catch-all* e profissionais-eleitorais.

A partir do padrão de desenvolvimento dos partidos na teoria e as análises empíricas de gastos partidários, criamos as seguintes categorias: (i) gastos com estrutura partidária, (ii) gastos com técnicos e profissionais, (iii) gastos com formação político-ideológica; e (iv) gastos eleitorais.

Os gastos com estrutura partidária referem-se àqueles realizados na manutenção da organização ou sua ampliação. Essa categoria é formada por despesas com pessoal permanente da organização, gastos com salários e ordenados, férias, 13º salário, previdência social, FGTS, PIS, auxílio transporte, alimentação e estagiários; aluguéis e condomínios, locação de móveis e imóveis; despesas com transportes e viagens, combustíveis, passagens aéreas, fretes; material de consumo

¹⁸ Resolução do TSE nº 19.768, de 1996, Instrução Normativa nº 04, de 1997, Portaria nº 521, de 2011, Portaria do TSE nº 28, de 2015.

que inclui material de expediente, escritório, informática, copa e cozinha, material de limpeza, de higiene; serviços e utilidades como energia elétrica, água, esgoto, telecomunicações, serviços de limpeza, cópias, encadernações, serviços de cartório e taxa de limpeza pública; transferências a outros diretórios, como estaduais e municipais; despesas bancárias com juros, amortização; e com alistamento de filiados. Três exemplos de gastos com estruturas partidárias, à título de ilustração, são: o estabelecimento de sede com empregados que respondem pela organização em horário comercial; o encontro de filiados na sede do partido, ou outro local alugado por ele, para discussões políticas; viagens de líderes partidários, integrantes do diretório nacional do partido, para encontrar suas bases e/ou membros nos estados. Os partidos, ao longo do tempo, buscam profissionalizar as suas estruturas, não dependendo mais de trabalho voluntário.

Já os gastos com serviços técnicos e profissionais são aqueles específicos, realizados não por trabalhadores permanentes dos partidos (os burocratas), mas sim por aqueles que recebem honorários por isso e prestam serviços especializados. Como contadores, advogados, além de serviços técnicos como de informática, consultoria, segurança e vigilância e de produção audiovisual. Essa é a despesa que indica a profissionalização técnica da qual menciona Panebianco (2005, pp. 510-514), diferente do aparato da burocracia do partido, existente já no partido de massas, e que era responsável pela mediação dos líderes com os filiados. Os profissionais especializados são úteis quando, cita Panebianco, a organização partidária desloca o seu centro gravitacional dos filiados para os eleitores. Isso distingue o partido de massas do profissional-eleitoral, em que neste último há a centralização dos profissionais técnicos, as ligações organizativas são fracas, predominância dos representantes públicos, direções personalizadas, e a ênfase não mais na ideologia, mas sim, na liderança.

Os gastos com formação político-ideológica são aqueles que a própria categorização do TSE já define, tais como despesas com rádio e televisão em propaganda partidária não eleitoral, eventos, ambos de propaganda doutrinária da agremiação; também definimos pela comercialização ou distribuição de produtos como revistas e jornais do partido; seminários e congressos partidários; e as despesas com criação ou manutenção de instituto e fundação de pesquisa ou de doutrinação e educação política. Essas despesas são aquelas realizadas para formação político-ideológico dos membros do partido e, são casos exemplares a Fundação Perseu Abramo ligada ao Partido dos Trabalhadores, a Fundação Ulysses Guimarães do MDB que possuem publicações próprias e promovem cursos e formações. Outros exemplos são congressos partidários para definição de suas políticas e propaganda regular do partido na televisão.

Por fim, os gastos eleitorais são aqueles que o Plano de Contas assinala como campanhas eleitorais, que vão de gasto com pessoal, aluguel de imóveis, rádio e televisão, pesquisas,

propaganda e publicidade, transporte e viagens, material de consumo, serviços e utilidades com campanhas eleitorais; gastos com convenções partidárias para a discussão de lista de candidatos; transferências à comitês eleitorais, candidatos ou a outros diretórios, com fins eleitorais. Esses gastos referem-se àqueles destinados diretamente para eleições. Eles podem ser diretos, como realização de campanha paga pela sede ou indireta, a partir de transferências a outras sedes ou comitês para esse fim.

Sintetizamos no quadro 3 a categorização que realizamos das despesas definidas pelos Planos de Contas do TSE de 1996 a 2015:

Quadro 3. Categorização das despesas dos partidos políticos no Brasil (1996-2015)

Descrição no Plano de Contas	Categoria
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	
DESPESAS COM PESSOAL	Gastos com estrutura partidária
ALUGUEIS E CONDOMÍNIOS	Gastos com estrutura partidária
DESPESAS COM TRANSPORTES E VIAGENS	Gastos com estrutura partidária
SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS	Gastos técnicos e profissionais
MATERIAL DE CONSUMO	Gastos com estrutura partidária
MATERIAIS PARA COMERCIALIZAÇÃO/DISTRIBUIÇÃO	Gastos com formação político-ideológica e doutrinária
SERVIÇOS E UTILIDADES	Gastos com estrutura partidária
TRIBUTOS	Gastos com estrutura partidária
DESPESAS GERAIS	Gastos com estrutura partidária
exceto: despesas Judiciais	Gastos técnicos e profissionais
TRANSFERÊNCIAS EFETUADAS	
Transferência Efetuada - a Direção Nacional	Gastos com estrutura partidária
Transferência Efetuada - a Direção Estadual	Gastos com estrutura partidária
Transferência Efetuada - a Direção Municipal	Gastos com estrutura partidária
Transferência Efetuada - a Candidato	Gastos eleitorais
Transferência Efetuada - a Comitês Financeiros	Gastos eleitorais
DESPESAS COM DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	Gastos com estrutura partidária
DESPESAS COM FINS DOCTRINÁRIOS E/OU POLÍTICOS	
PROPAGANDA DOCTRINÁRIA E POLÍTICA	
Despesas com Rádio e Televisão	Gastos com formação político-ideológica e doutrinária
Despesas com Eventos Promocionais	Gastos com formação político-ideológica e doutrinária
Despesas com Produções de Audiovisuais	Gastos técnicos e profissionais
Despesas com Pesquisas de Opinião Pública	Gastos eleitorais
Outros (especificar)	Gastos com formação político-ideológica e doutrinária
DESPESAS COM CRIAÇÃO OU MANUTENÇÃO DE INSTITUTO OU FUNDAÇÃO DE PESQUISA OU DE DOCTRINAÇÃO E EDUCAÇÃO POLÍTICA	Gastos com formação político-ideológica e doutrinária
DESPESAS COM ALISTAMENTO	Gastos eleitorais

DESPESAS COM SEMINÁRIOS E CONVENÇÕES	
Despesas com Seminários	Gastos com formação político-ideológica e doutrinária
Despesas com Congressos	Gastos com formação político-ideológica e doutrinária
Despesas com Convenções Partidárias	Gastos eleitorais

DESPESAS COM CAMPANHAS ELEITORAIS

Despesas de Rádio e Televisão	Gastos eleitorais
Despesas com Comitês Financeiros	Gastos eleitorais
Despesas com Comícios	Gastos eleitorais
Despesas com Eventos Promocionais	Gastos eleitorais
Pesquisas e Testes Pré-eleitorais	Gastos eleitorais
Propaganda e Publicidade	Gastos eleitorais
Cachês de Artistas ou Animadores	Gastos eleitorais
Exposições, Convenções, Conferências e Congressos	Gastos eleitorais
Produção de Audiovisuais	Gastos eleitorais
DESPESAS COM PESSOAL	Gastos eleitorais
ALUGUÉIS E CONDOMÍNIOS	Gastos eleitorais
DESPESAS COM TRANSPORTES E VIAGENS	Gastos eleitorais
SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS	Gastos eleitorais
MATERIAL DE CONSUMO	Gastos eleitorais
SERVIÇOS E UTILIDADES	Gastos eleitorais
IMPOSTOS E TAXAS	Gastos eleitorais
IPTU	Gastos eleitorais
DESPESAS GERAIS	Gastos eleitorais
ENCARGOS FINANCEIROS	Gastos eleitorais
DESPESAS FINANCEIRAS	Gastos eleitorais

Fonte: elaboração própria a partir dos Planos de Contas partidários (1996-2015).

Notas: a categorização foi realizada por nós e validada após a consulta a pares. Agradecemos à Grazielle Silotto, Vitor Sandes, Rodrigo Horochovski, Sergio Simoni Jr e Eric Gil Dantas pelos comentários e por terem gentilmente respondido a consulta sobre a categorização dos gastos partidários. Além disso, agradecemos também o SPG de Partidos e Eleições do 43º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS) ocorrido em 2019 na cidade de Caxambu-MG, pelos comentários ao trabalho com a proposta de categorização dos dados apresentados naquela ocasião. Qualquer erro ou inconsistência é de nossa inteira responsabilidade.

Ao mesmo tempo em que há uma maior profissionalização política, podemos supor um desenvolvimento na alocação de recursos da forma colocada acima para os partidos europeus, uma vez que as atividades dos partidos não são em grande parte realizadas por voluntários e podemos encontrar, segundo a literatura (NASSMACHER, 2009; BLUMENBERG, 2015; SMULDERS; MADDENS, 2017, 2018), padrões no comportamento dos gastos dos partidos que refletem a sua organização. No próximo subitem analisamos o desenvolvimento dos gastos dos partidos brasileiros e se há aproximação ao modelo teórico de transformação dos partidos políticos.

4.4 Os gastos dos partidos brasileiros (1996 a 2015)

A prestação de contas anual dos partidos brasileiros é um documento único que cobre as despesas realizadas pelos partidos com todas as receitas: doações de pessoa jurídica, física, filiados, parlamentares, vendas de produtos, recebimento de inscrições e com os recursos do Fundo Partidário. Elas são detalhadas separadamente, os gastos realizados com o Fundo Partidário e Outros Recursos, para fins de conferência da Justiça Eleitoral das despesas realizadas com os recursos do Fundo Partidário¹⁹. As alocações realizadas com outros recursos, não possuem limitações ou exigência mínima de gastos – como no caso do FP, em que há o limite de 50% de gasto com pessoal e mínimo de 20% com formação política, respeitando assim a autonomia dos partidos em definirem sua forma de atuação. As despesas com outros recursos também têm que ser realizadas para as mesmas rubricas que as com o FP. Como nosso interesse não é comparar os gastos de origem das receitas, mas sim as dinâmicas organizacionais do diretório nacional do partido, analisamos ambos os gastos somados, agregados e por partidos.

4.4.1 Os tipos gastos dos partidos políticos brasileiros

Consideramos que os partidos brasileiros possam ter padrões de gastos que se aproximam aos tipos de partidos, inicialmente com maior investimento em estrutura, e depois maior foco em eleições e serviços profissionais especializados. Ao analisar a média do percentual de gastos dos partidos por categoria, identificamos diferenças no padrão de gastos em anos eleitorais e não eleitorais. Não houve, como prevíamos, um aumento gradual de gastos com estrutura. Os partidos inicialmente já alocavam mais de 50% dos seus recursos em estrutura, em 1996. O que ocorre no Brasil é o oposto, a diminuição do investimento em estrutura ao longo do tempo, com ênfase em anos eleitorais. Os partidos, em anos eleitorais, diminuem as despesas com estrutura enquanto aumentam com eleições, como expõem os gráficos abaixo:

¹⁹ Os partidos podem gastar os recursos do Fundo Partidário, segundo o Art. 44 daquela lei, da seguinte forma: i) na manutenção das sedes e serviços do partido, permitido o pagamento de pessoal, a qualquer título, com o limite atual de 50% para o órgão nacional; ii) na propaganda doutrinária e política; iii) no alistamento e campanhas eleitorais; iv) na criação e manutenção de instituto ou fundação de pesquisa e de doutrinação política, no mínimo 20% do total recebido; e, desde 2009, v) na criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres, no mínimo 5% do total (Inciso acrescido pela Lei nº 12.034, de 29/9/2009); vi) pagamento de mensalidades e anuidades de organismos internacionais ligados a doutrina política, os quais o partido seja vinculado; vii) na compra ou locação de bens móveis e imóveis, bem como na edificação ou construção de sedes e afins (Art. 44 da Lei nº 9.096 de 1995 até 2015).

Gráfico 13. Média de gasto partidário por tipo
(em anos eleitorais)

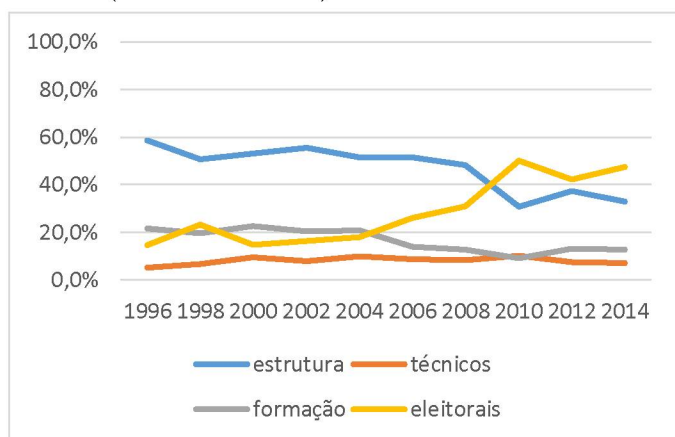
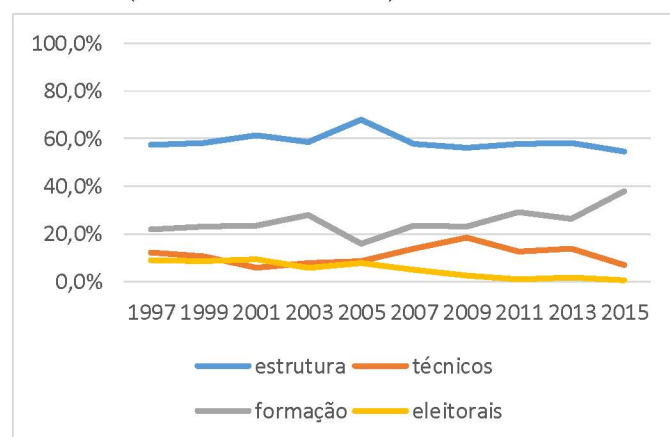


Gráfico 14. Média de gasto dos partidos políticos por tipo
(em anos não eleitorais)



Fonte: elaboração própria a partir dos dados da prestação de contas anual dos partidos/Arquivo TSE.

Podemos conferir a diminuição da importância da estrutura partidária em anos eleitorais, no primeiro gráfico. Os partidos políticos analisados gastaram em média proporcionalmente menos em estrutura – como pagamento de sedes, água, luz, telefone, burocracia do partido e transferências para outros diretórios para esse tipo de atividade ao longo do tempo, e principalmente a partir de 2010, ano em que vimos, no capítulo anterior, que as eleições passam a dispendir valores proporcionalmente mais altos.

Os gastos eleitorais, como podemos ver no gráfico 13, aumentaram a sua importância ao longo do período, como era esperado. Há, ainda em anos eleitorais, também a diminuição da formação política, e os achados que vão ao encontro do que a literatura de partidos coloca, sobre a desideologização dos partidos (KIRCHHEIMER, 1966), e o aumento de gastos com eleições em anos eleitorais (NASSMACHER, 2009; SMULDERS; MADDENS, 2017). É importante frisar que os candidatos também realizam no Brasil captações de recursos em eleições de forma direta, portanto, se fossemos considerar os valores gastos em eleições pelos candidatos (FISCH, 2019), a variável “gasto eleitoral” seria ainda maior diante dos demais.

E ainda, os gastos com serviços técnicos e profissionais mantiveram uma constante em anos eleitorais, dado que vai contra a ideia de uma maior profissionalização dos partidos políticos e eleições, como no partido *catch-all* e profissional-eleitoral. Por outro lado, esse tipo de gasto aumenta em anos não eleitorais, como podemos ver no gráfico 14, em 2009 e 2013. Apesar disso, a sua proporção permaneceu como a menos importante frente as demais.

Não há um padrão, na média dos partidos, de um gasto menor com estrutura partidária inicialmente e seu aumento gradativo, que representam as despesas com a burocracia do partido,

ao longo do tempo. Essa categoria inicialmente já se mostrou estável e alta, como visualizamos no gráfico 14, e diminui em anos eleitorais (gráfico 13), ou seja, desde 1996 há investimento em estrutura nos partidos. A média do período (1996-2015) foi de 52,9%. Isso pode ser explicado por estarmos tratando com ao menos 16 anos depois do surgimento da maioria desses partidos (considerando 1979-1980) ou pelo fato de haver financiamento estatal desde o início de sua formação, que pôde garantir essa estrutura inicial. Do mesmo modo que a existência do gasto com formação política desde 1996 pode ser explicada pela exigência de alocação de no mínimo 20% do FP na criação e manutenção de instituto ou fundação de pesquisa e de doutrinação política. A média de gastos com formação política para o período foi de 20,9%. Os gastos com eleições tiveram uma média de 28,4% em anos eleitorais e aumentaram em anos eleitorais, como esperávamos.

Não encontramos para os dez partidos estudados uma preferência deles a gastos eleitorais inicialmente e, com aumento em estrutura, como partidos de quadros e massas. Possivelmente por conta de no Brasil as campanhas eleitorais poderem ser realizadas sem qualquer mediação da organização central dos partidos políticos. Poderia haver, como coloca Duverger para os partidos de quadros, uma descentralização e maior importância dos líderes em detrimento da organização partidária.

Contudo, ao mesmo tempo, os gastos com estrutura se mantiveram na casa dos 50 pontos percentuais em quase todo o período, em anos não eleitorais. Nos anos eleitorais baixam a ponto de chegar próximo aos 40%. Os partidos no Brasil mantêm sua estrutura funcionando entre eleições, diferente dos partidos nos Estados Unidos, possivelmente incentivada pela oferta de recursos ao longo do tempo, como ocorre em outros países (NASSMACHER, 2009; SMULDERS; MADDENS, 2017, 2018).

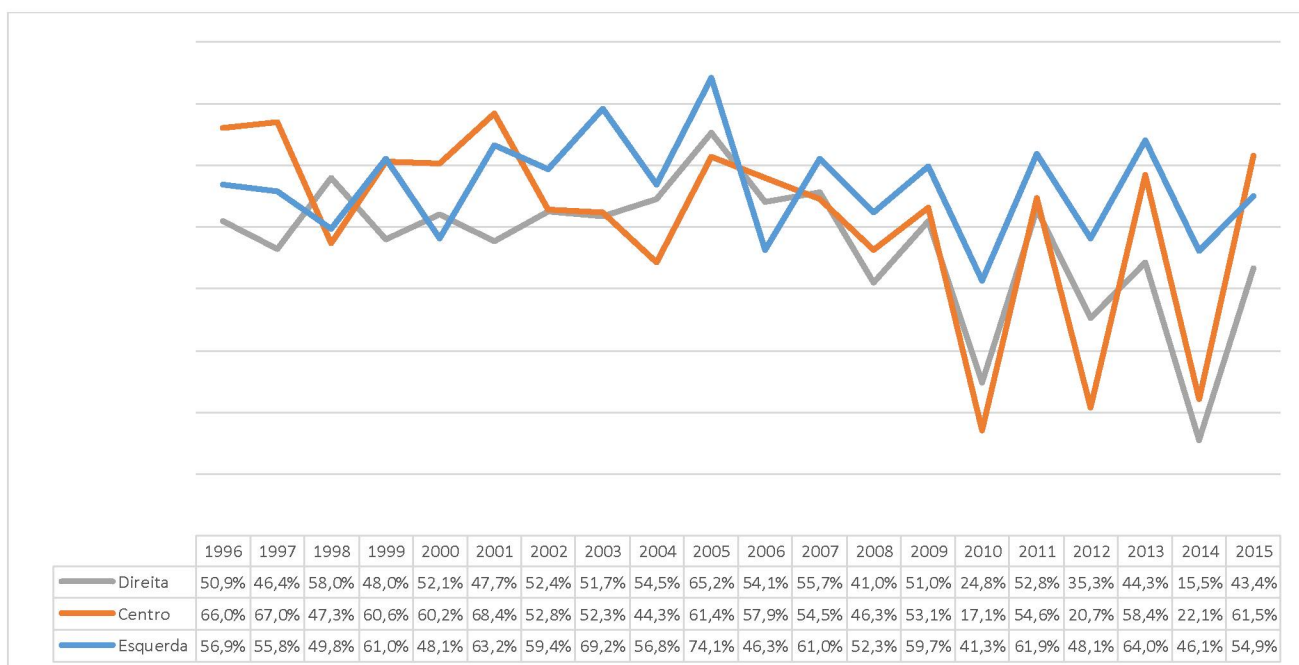
4.4.2 Ideologia e alocação de recursos

O desenvolvimento da organização dos partidos considerado por tipologias partidárias, encontra relação com a sua origem e ideologia (DUVERGER, 1970). Partidos de esquerda, majoritariamente de massa, teriam a transformação partidária com foco no desenvolvimento de sua estrutura, com manutenção de sedes com funcionários permanentes, enquanto partidos de direita possuem um perfil de estratégias imediatas, eleitorais e pouco apegada à formação política. Considerando essa relação que a teoria propõe, analisamos as despesas dos partidos, comparando a média de gastos de partidos de esquerda, centro e direita.

Classificamos os partidos a partir de Codato et al (2015); Power; Zucco Jr. (2011); Tarouco; Madeira (2015). A esquerda é composta por: PDT, PSB, PPS, PT e PSOL; o centro: PSDB, PMDB/MDB, PV; e a direita: PFL/DEM e PL/PRONA/PR.

No que diz respeito aos gastos com estrutura, que indicam a burocratização dos partidos, as agremiações de esquerda e centro alocam proporcionalmente mais recursos nessa categoria que os de direita, como mostra o gráfico abaixo. No entanto, essa diferença é sutil, havendo uma leve diminuição entre o centro e a direita entre os anos de 2010 e 2014, e um aumento ao longo do tempo entre a esquerda. De uma forma geral os valores são altos nos três conjuntos de dados ao longo dos vinte anos, com uma média de 47,2% entre os partidos de direita, 51,3% nos de centro, e 56,5% nos partidos de esquerda.

Gráfico 15. Média de gastos com estrutura partidária dos partidos políticos por ideologia



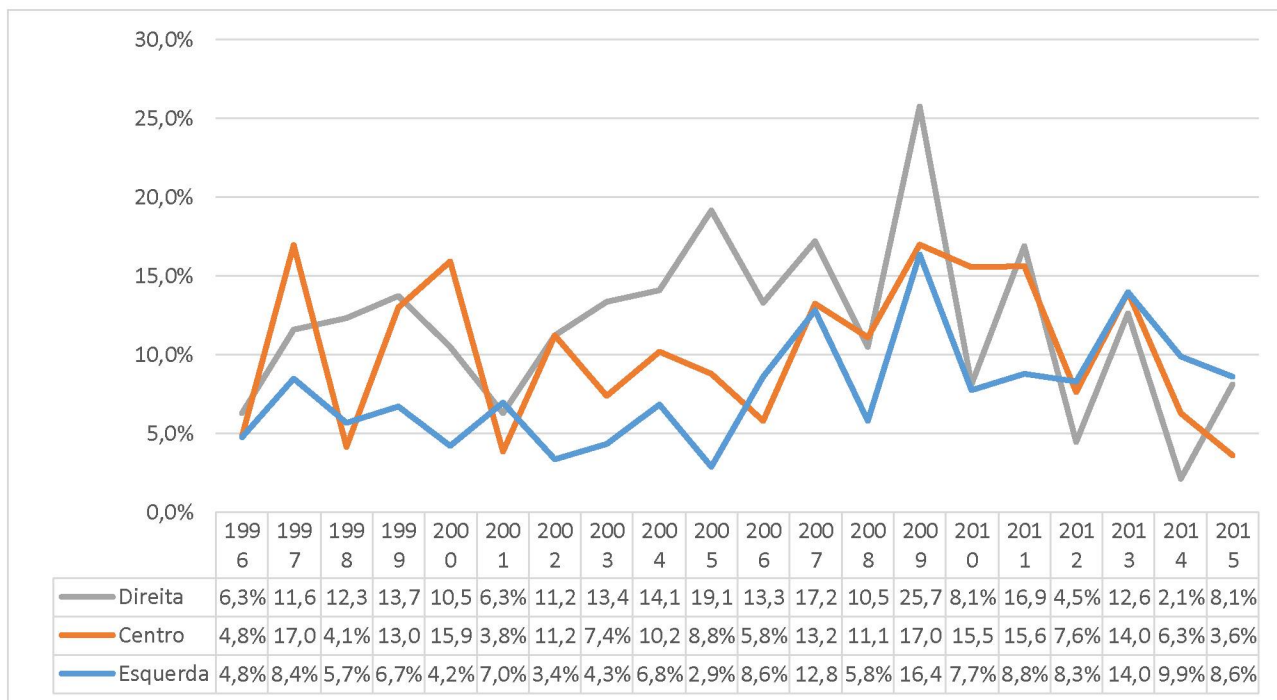
Fonte: elaboração própria a partir dos dados da prestação de contas anual dos partidos/Arquivo TSE.

O custo com *staff* entre os partidos sociais democratas europeus costuma variar de 24-52% na Áustria, 26-37% no Canadá, 31% na Dinamarca, 53-56% no Reino Unido, 12-18% na Itália, 31-33% do total na Alemanha. Nesses países, os partidos conservadores e populistas também apresentam valores altos com pessoal. Esse valor se mostrou estável ao longo do tempo, nesses países, assim como encontramos no caso brasileiro, com variações em anos eleitorais a partir de 2010, em que os gastos com estrutura partidária caem. Contudo, os partidos de centro e esquerda gastam proporções maiores de recursos com estrutura partidária que os de direita. Os nossos dados estão em consonância com os de Nassmacher (2009) e Smulder & Maddens (2018) encontram para outras democracias do mundo, entre 20 a 50% do gasto com rotina e pagamento de pessoal.

A respeito dos gastos com serviços técnicos e profissionais, em que o dinheiro é destinado ao pagamento de advogados, contadores, produtores de vídeos e técnicos de dados e informática e produção audiovisual, encontramos diferenças entre a distribuição, havendo maior concentração

deste gasto entre os partidos de direita e centro. Comparativamente, os partidos de esquerda utilizam menos esse recurso, no entanto, ele vem aumentando a partir de 2012.

Gráfico 16. Média de gastos técnicos e profissionais dos partidos políticos por ideologia

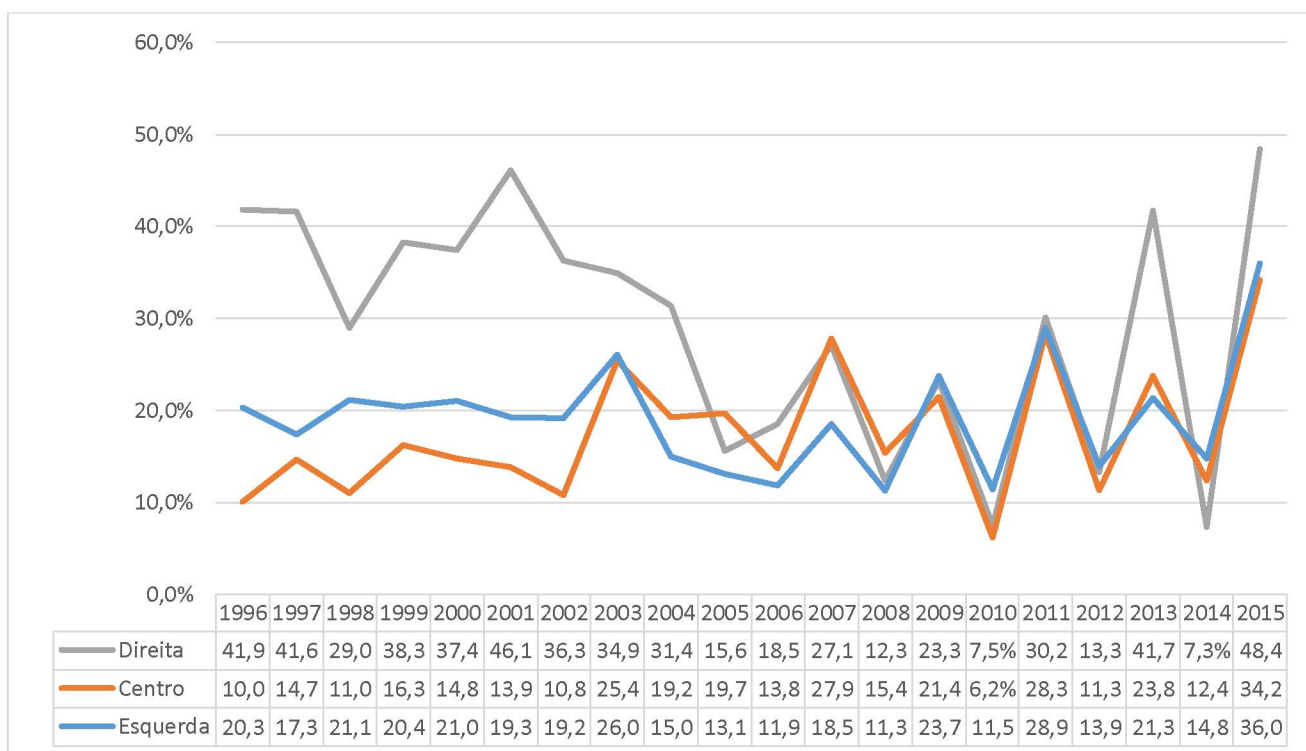


Fonte: elaboração própria a partir dos dados da prestação de contas anual dos partidos/Arquivo TSE.

Apesar de não haver um padrão de ausência de gastos técnicos inicialmente com o seu progressivo aparecimento, acompanhando as mudanças na comunicação política, os partidos de direita alocam proporcionalmente mais esses recursos que os de esquerda, talvez, por estes ainda contarem com profissionais do partido com essas posições, diferente do centro e direita.

No gráfico abaixo podemos ver os gastos com formação política, onde entram aqueles destinados à criação e manutenção de instituições, fundações de formação política, seminários, congressos, rádio e televisão destinados à divulgação da ideologia do partido. Os dados por ideologia se apresentam contra intuitivos. Os partidos de direita inicialmente possuíam maior investimento à formação que os partidos de esquerda e de centro. E isso se perdura ao longo do tempo, até haver uma diminuição posterior, sobretudo em anos eleitorais. Os partidos de esquerda iniciam investindo menos, comparativamente aos de direita, mas aumentam a proporção destinada a esse gasto ao longo do tempo em comparação com os demais espectros ideológicos. No entanto, os partidos de direita alocam proporcionalmente mais que os demais em formação política, contrariando a nossa hipótese de que haveria um padrão de partidos de direita investiriam menos em formação política que os de esquerda.

Gráfico 17. Média de gasto dos partidos em formação política por ideologia

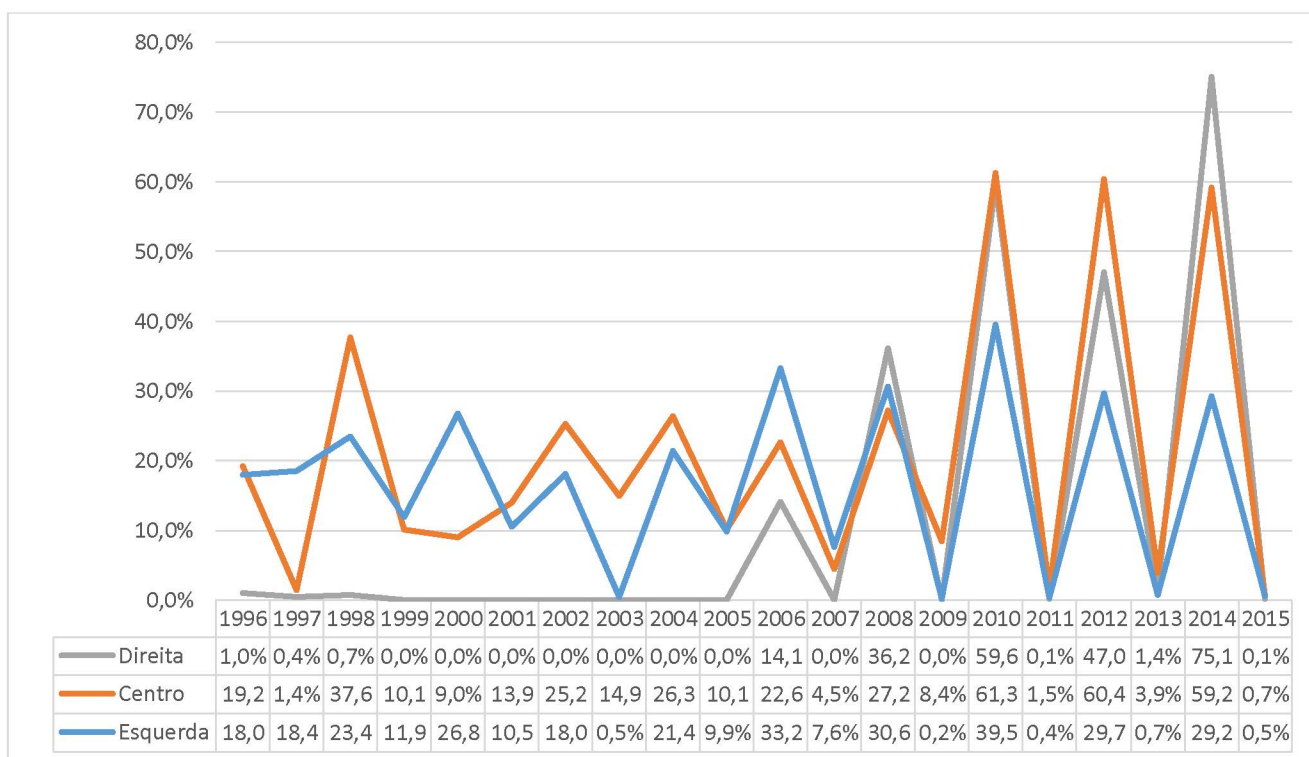


Fonte: elaboração própria a partir dos dados da prestação de contas anual dos partidos/Arquivo TSE.

Ainda podemos identificar uma aproximação a partir de 2009, em que os partidos passam a ter a mesma tendência de gastos com formação política, com aumentos em anos não eleitorais, como em 2011 e 2013.

Por fim, os gastos eleitorais, destinados às campanhas, nos traz informações curiosas no gráfico abaixo. Este gasto é sobretudo realizado pelo centro e esquerda, quando comparados. As despesas eleitorais nos partidos de direita aparecem somente a partir de 2007, contradizendo a literatura de tipologias e, podemos então afirmar com segurança que elas não são adequadas para analisar a transformação organizacional dos partidos brasileiros. Os partidos de esquerda investem seus recursos com eleições desde 1996 proporcionalmente como os de centro, o que pode denotar também uma participação maior dos partidos nas eleições. Podemos supor, que os partidos de direita não organizam as suas campanhas eleitorais através do partido, mas sim, apenas em nível de candidato e localmente, podendo não passar pelo partido político a gerência das campanhas eleitorais nesse período.

Gráfico 18. Média de gasto dos partidos em eleições por ideologia



Fonte: elaboração própria a partir dos dados da prestação de contas anual dos partidos/Arquivo TSE.

Os partidos de direita, a saber: o PFL/DEM e PL/PRONA/PR, não investiram em eleições de 1996 a 2005. Ainda que a transformação dos partidos brasileiros não tenha ocorrido aos moldes europeus, podemos afirmar a descentralização e esvaziamento da sede nacional dos partidos para a organização de eleições nesses partidos, algo próximo aos partidos de quadros, em virtude do surgimento dos partidos de forma descentralizada. E, como supomos acima, o sistema eleitoral proporcional, o presidencialismo e o federalismo no Brasil geram incentivos a uma coordenação eleitoral descentralizada, sendo assim pouco viável a comparação com partidos europeus, que se desenvolveram em países unitários e parlamentaristas. O escritório central nos partidos de direita passa a gerir eleições a partir de 2006, os de centro e de esquerda desde 1996.

Podemos identificar também que há uma proporção maior de gastos eleitorais em anos eleitorais, o que foi encontrado pela literatura a respeito dos casos europeus e norte-americanos. Em 2006 os partidos de esquerda alocaram 33,2% dos seus recursos em eleições, enquanto os de centro 22,6% e de direita, 14,1%, primeira vez que esses partidos possuem valores acima de 1%. A partir de então essas proporções aumentam em anos eleitorais, indo para 30,6%/27,2%/36,2% em 2008, 39,5%/61,3%/59,6% em 2010, 29,7%/60,4%/47% em 2012 e 29,2%/59,2%/75,1% em 2014, ocorrendo uma mudança significativa na dinâmica dos partidos de direita, sobretudo, em gerir os recursos eleitorais.

Por fim, analisamos também o comportamento dos partidos considerando a dependência e a disponibilidade de recursos do Fundo Partido. No caso da dependência, consideramos os partidos que possuem na maior parte do período ao menos 85% (ou mais) de FP relativo aos recursos uma alta dependência estatal, são eles: PFL/DEM, PSDB, PDT, PL/PRONA/PR, PMDB/MDB. Já os partidos menos dependentes de recursos públicos, comparativamente, são o PT e o PPS. Não há diferença no que diz respeito ao comportamento de gastos nesses dois conjuntos de partidos. Os dados estão disponíveis para consulta no Anexo 7. Não houve também quando dividimos pelos partidos que recebem a maior parte do FP (PFL/DEM, PSDB, PT e PMDB/MDB) com os demais. O padrão de gastos entre os partidos é o mesmo: alta despesa com estrutura, estável em formação política e técnicos, e crescente em eleitorais. Entretanto, os partidos que recebem a maior parte dos recursos do Fundo Partidário são aqueles que gastam em maior proporção em estrutura e eleições. Em anos eleitorais, os partidos com maior disponibilidade de recursos do FP são aqueles que gastam mais com eleições a partir de 2006. A disponibilidade de recursos, em formato de doações privadas e públicas caminham junto com o aumento dos gastos eleitorais. Quanto mais aumentam os recursos, mais os partidos gastaram com eleições.

Conclusões

Inicialmente, a média dos gastos com estrutura dos partidos brasileiros foi de 58,6% em 1996, mantiveram-se na casa dos 50 pontos percentuais ao longo da década de 2000, até diminuir em 2008, para 48,3%, e então 30,7% em 2010, 37,3% em 2012 e 32,8% em 2014. Ao mesmo tempo, há um aumento do investimento em eleições, de 14,6% em 1996, para 50,1% em 2010. Nesse aspecto, ocorre o que está na literatura clássica de partidos, mais especificamente o que define o partido *catch-all*. Os partidos brasileiros deixaram de investir em formação política e estrutura ao longo do tempo, para alocar mais recursos em eleições. Em anos não eleitorais os valores foram estáveis ao longo dos dez anos não eleitorais (1997-2015), e os partidos mantiveram o gasto com estrutura na casa dos cinquenta pontos percentuais. A alocação de dinheiro para formação política, serviços técnicos e profissionais se manteve igualmente estável ao longo do tempo, de 21,8-37,9% no primeiro e 5,8-18,4% no segundo. Não houve um padrão próximo de partidos de quadros, no período, por haver recursos do Fundo Partidário destinados à manutenção dos partidos desde a sua gênese. A garantia de recursos estáveis, nesse caso, fez com que os partidos investissem em estrutura partidária, sedes, pessoal, serviços técnicos de forma estável, ao longo do tempo. Nesse sentido, o financiamento público direto desde o surgimento dos partidos parece ter auxiliado na estruturação dos mesmos (CASAS-ZAMORA, 2008), visando a estabilidade organizativa (PANEBIANCO, 2005), mas ao contrário dos casos europeus, com os recursos do Estado.

Os partidos mantiveram níveis consideráveis de gastos com estrutura em todo o período, bem como com serviços técnicos e profissionais e de formação política. Podemos conferir apenas a queda de investimento em formação e aumento em eleições, em anos eleitorais, de forma gradativa a partir de 2008, o que aproxima do movimento do partido *catch-all*. As demais tipologias se mostraram pouco eficientes para a identificação da mudança dos partidos brasileiros, uma vez que o investimento em estrutura e formação iniciou junto com a sua própria formação. Mesmo se os partidos não tivessem claro a sua ideologia, programa e objetivos, eles teriam que investir nesses aspectos obrigatoriamente, por receberem recursos públicos. Não é possível afirmar, portanto, que os gastos partidários se aproximam aos modelos de partidos de quadros, massas e cartel.

Não houve diferenças consideráveis quando comparados os partidos que recebem mais recursos públicos dos que menos recebem, exceto que os primeiros gastam maiores proporções em eleições. Quando analisamos as diferenças entre os partidos mais dependentes do Estado com os menos, também não foram identificadas diferenças nos padrões de gastos. Já com relação à ideologia, os partidos de esquerda gastam mais com estrutura, em consonância com os achados de outros países (SMULDERS; MADDENS, 2018). Os partidos de direita gastam menores proporções em estrutura que os partidos de centro e de esquerda e maiores proporções com serviços técnicos e profissionais e formação política, enquanto os partidos de esquerda e centro gastam mais recursos, quando comparados, em eleições e estrutura.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim como em outros países da América Latina (CASAS-ZAMORA, 2005), não houve o congelamento do sistema partidário brasileiro ao longo de 1996 a 2015, mas sim o oposto, o fundo público direto aumentou, como também aumentou o número de atores políticos relevantes no sistema. Diferente do descrito pela teoria do partido cartel (KATZ; MAIR, 1995), o fundo público não entra no Brasil em um momento de declínio da filiação partidária, como uma resposta a essa crise, mas sim desde a fundação do novo sistema partidário, a fim de auxiliar na estruturação dos novos partidos, comum em países democratizados recentemente (BRUHN, 2019; CASAS-ZAMORA, 2005; NASSMACHER, 2009). O financiamento público, nesse sentido, pode colaborar para o sucesso da construção de partidos e com a possibilidade de persistirem ao longo do tempo. Os partidos recebem assim um incentivo para que se invista em organização, construindo estruturas partidárias (BRUHN, 2019), no entanto, paradoxalmente, isso parece ter feito com que eles tivessem menos incentivos para buscar atuar como um partido estruturado e com laços com a sociedade, contribuições de filiados para a manutenção de sua organização.

A alta dependência de financiamento público dos partidos em um contexto em que a população não se sente representada por eles, como no Brasil, em que a identificação partidária é baixa e a desconfiança aos partidos é alta, pode figurar um desafio para a própria democracia, uma vez que os partidos possuem pouco incentivo para mudar sua organização e buscar recursos de filiados. Os partidos no Brasil possuem capacidade de financiamento estável desde o início do período, não havendo aqui a inclusão em momento de crise, até 2015. Não houve a cartelização do sistema e os partidos estão mais próximos de um modelo *catch-all*, mas híbrido, com dependência também de recursos estatais.

Do ponto de vista das receitas, as tipologias cânones da teoria partidária não auxiliam na análise dos partidos brasileiros, assim como ocorre em outros países com trajetórias distintas de democracia, como os de terceira onda (HELLMANN, 2011), exceto pela entrada de financiamento empresarial de forma maciça e do aumento dos gastos com eleições, algo que se aproxima ao *catch-all*. Contudo, é simplista a aproximação e, para maior rendimento, é importante considerarmos aspectos relevantes do caso brasileiro, como o clientelismo estatal (SOUZA, 1988) e variáveis do sistema presidencialista que gera incentivos distintos dos casos europeus. O financiamento, nessa esteira, deve ser olhado como uma das variáveis como coloca Casas-Zamora (2005), mas não a que possui capacidade de impactar sozinho em um congelamento do sistema partidário.

A nossa primeira hipótese, a respeito do aumento da dependência estatal foi refutada, pois a sede nacional dos dez partidos analisados é dependente dos recursos estatais desde 1996, não havendo um aumento ao longo do período, mas sim, a diminuição, com a entrada de financiamento privado, sobretudo de empresários. Além disso, nos partidos em que a dependência é menor, a doação de filiados não passou dos 20%, proporção abaixo da metade de partidos europeus, excluindo, assim, a possibilidade de falarmos em uma aproximação aos partidos de massas.

Sobre os níveis de gastos partidários, nossos achados vão ao encontro da literatura de finanças políticas e nossa hipótese é confirmada. O *Index of political spending* aplicado aos dez partidos brasileiros mostrou a tendência de crescimento acima do PIB per capita do período, próximo a níveis de democracia de terceira onda. Os gastos partidários cresceram ao longo do tempo, com elevados picos em eleições após 2010.

Propomos e aplicamos também o Índice de Gastos dos Partidos Políticos, e identificamos que os gastos dos partidos brasileiros crescem mais que a arrecadação da União, com um acentuado aumento do nível de gastos, sobretudo em anos eleitorais. Podemos concluir que há de fato um aumento dos gastos partidários ao longo dos vinte anos, de 1996 a 2015, tal como identificado nos países de democracia recente (NASSMACHER, 2009). Os gastos partidários devem diminuir e estabilizar em um nível menor, caso o desenvolvimento dos níveis continue seguindo o que a literatura de finanças políticas aponta. Essa diminuição pode ocorrer a partir de limites estabelecidos pela justiça ou proibição de doações de pessoa jurídica, como ocorreu no Brasil em 2015 e 2017. Além disso, identificamos que os níveis de gastos aumentam na medida em que aumenta a oferta de dinheiro, embora não acompanhando a arrecadação da União. Sendo possível ou não, quanto mais generosos com os partidos forem o Estado e os doadores, mais eles irão gastar.

Com relação às despesas partidárias por tipos, os partidos brasileiros sempre investiram em estrutura partidária, diferente dos partidos de quadros. Em anos eleitorais houve a sua diminuição e aumento com eleições, indo ao encontro do tipo *catch-all* e cartel nesse aspecto (KATZ; MAIR, 1995, 2009; KIRCHHEIMER, 1966). Contudo, os partidos também mantiveram desde 1996 despesas, além de estrutura, com serviços técnicos e profissionais e formação política, em anos não eleitorais.

Dessa forma, a nossa hipótese que os partidos investiram de forma decrescente em estrutura partidária e formação política foi refutada, os gastos com estrutura partidária sofreram uma leve queda em anos eleitorais, mas se mantiveram altos e constantes em anos não eleitorais. A utilização das tipologias para a análise dos partidos brasileiros demonstrou limitada, uma vez que os

incentivos ambientais para mudanças dos partidos e o seu desenvolvimento são distintos dos partidos europeus.

Quando analisamos os partidos por ideologia, notamos que a proporção de gastos com estrutura partidária esteve presente em todos os partidos desde o início do período, 1996, e passa a cair de forma mais acentuada em partidos de esquerda e centro a partir de 2010. Contudo, na média os partidos de esquerda investem mais em estrutura que os partidos de direita, como já identificado em outros países (SMULDERS; MADDENS, 2018). Além disso, os partidos de direita gastam mais com serviços técnicos e profissionais que os partidos de esquerda. Já o investimento em formação política, a proporção desse tipo de gasto é maior nos partidos de direita que os de esquerda e centro, dados que vão contra o que esperávamos, refutando a nossa quinta hipótese.

A respeito dos gastos eleitorais, os partidos de direita não investiram nesse tipo de gasto de 1996 a 2006. Podemos supor que o esvaziamento da sede nacional do partido é provocado por conta do tipo de partido, mais próximo a um modelo de quadros, nos termos de Duverger, em que as eleições ocorrem em nível local e a descentralização da organização é tanta a ponto da sede nacional não servir para organizar as eleições e os candidatos. Somente a partir de 2006 que esses partidos de direita vão procurar utilizar a sede nacional para estratégias eleitorais. Também podemos supor que as tipologias de partidos, clássicas na teoria partidária, são limitadas para explicar a transformação dos partidos de países com configurações institucionais diferentes do caso europeu (unitário e parlamentarista). O Brasil, além de ser federalista e presidencialista, possui uma formação partidária ligada ao Estado, com alta dependência de recursos estatais para sobreviver e se estruturar. Esses recursos, diferente dos países da Europa ocidental, ao invés de promover o fechamento do sistema, possibilitaram de fato a estruturação dos partidos políticos brasileiros.

Ademais, não podemos afirmar que houve um aumento da profissionalização partidária nos termos de Panebianco. Mas sim, uma estruturação e estabilidade da burocracia do partido ao longo do tempo e com isso, nossa última hipótese também é refutada. Embora os partidos brasileiros pouco se aproximem do desenvolvimento dos partidos da Europa ocidental, eles também não são como os norte-americanos, com uma máquina voltada para eleições, com atividades sazonais. Ao menos no que diz respeito à sede nacional dos dez partidos analisados, isso não se confirma.

Podemos assim considerar que a existência de circunstâncias particulares, como colocam Katz & Mair (1996), como financiamento estatal, eleitorado recém emancipado e outras, podem favorecer a adoção de um modelo de partido ao invés de outro, mas, mais do que isso, que há impactos importantes do sistema político e da origem das receitas dos partidos políticos brasileiros que fazem a sua dinâmica e transformação organizacional ao longo do tempo serem distintas de outros países.

**APÊNDICE 1 – Categorização das despesas partidárias sintetizadas a partir do
demonstrativo de receitas e despesas dos Planos de Contas de 1996, 1997, 2011 e 2015
(anexos 3 ao 6)**

DESPESAS ADMINISTRATIVAS

DESPESAS COM PESSOAL	Gastos com estrutura partidária
Salários e Ordenados	Gastos com estrutura partidária
Férias	Gastos com estrutura partidária
13º Salário	Gastos com estrutura partidária
Previdência Social	Gastos com estrutura partidária
FGTS	Gastos com estrutura partidária
Pis s/ folha de pagamento	Gastos com estrutura partidária
Seguro de Vida de Empregados	Gastos com estrutura partidária
Auxílio-alimentação	Gastos com estrutura partidária
Auxílio-transporte	Gastos com estrutura partidária
Assistência Médica e Social	Gastos com estrutura partidária
Recisão de Contrato de Trabalho	Gastos com estrutura partidária
Treinamentos e cursos	Gastos com estrutura partidária
Lanches e Refeições	Gastos com estrutura partidária
Estagiários	Gastos com estrutura partidária
Outras despesas com Pessoal (especificar)	Gastos com estrutura partidária
ALUGUEIS E CONDOMÍNIOS	
Locação de Bens Móveis	Gastos com estrutura partidária
Locação de Bens Imóveis	Gastos com estrutura partidária
Taxas de Condomínios	Gastos com estrutura partidária
DESPESAS COM TRANSPORTES E VIAGENS	
Passagens e Conduções	Gastos com estrutura partidária
Passagens aéreas	Gastos com estrutura partidária
Fretes e Carretos	Gastos com estrutura partidária
Fretamento de Aeronaves	Gastos com estrutura partidária
Combustíveis, óleos e Lubrificantes	Gastos com estrutura partidária
Transportes de Passageiros (Urbanos, Interestaduais e Intermunicipais)	Gastos com estrutura partidária
Pedágios e Serviços de táxi	Gastos com estrutura partidária
Diárias	Gastos com estrutura partidária
Outras Despesas com Transportes e Viagens	Gastos com estrutura partidária
SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS	
Serviços Contábeis	Gastos técnicos e profissionais
Serviços de Processamento de dados	Gastos técnicos e profissionais
Serviços de Informática	Gastos técnicos e profissionais
Serviços de Consultoria Jurídica	Gastos técnicos e profissionais
Segurança e Vigilância	Gastos técnicos e profissionais

Outros Serviços Técnicos e Profissionais (especificar)
Encargos Sociais (especificar)

Gastos técnicos e profissionais
Gastos técnicos e profissionais

MATERIAL DE CONSUMO

Material de Expediente
Materiais Impressos
Material de Processamento de Dados
Material de Informática
Material de Copa e Cozinha
Material de Limpeza e Produtos e Higiene
Outros Materiais de Consumo (especificar)

Gastos com estrutura partidária
Gastos com estrutura partidária
Gastos com estrutura partidária
Gastos com estrutura partidária
Gastos com estrutura partidária
Gastos com estrutura partidária
Gastos com estrutura partidária

MATERIAIS PARA COMERCIALIZAÇÃO/DISTRIBUIÇÃO

Materiais de Divulgação destinados à comercialização
Outros Materiais (especificar, criando subcontas)

Gastos com formação político-ideológica e doutrinária
Gastos com formação político-ideológica e doutrinária

SERVIÇOS E UTILIDADES

Energia Elétrica
Água e Esgoto
Telecomunicações
Despesas Postais
Serviços de Limpeza
Cópias, encadernações e serviços similares
Serviços cartorários
Taxa de Limpeza Pública
Outros Serviços e Utilidades (especificar)

Gastos com estrutura partidária
Gastos com estrutura partidária
Gastos com estrutura partidária
Gastos com estrutura partidária
Gastos com estrutura partidária
Gastos com estrutura partidária
Gastos com estrutura partidária
Gastos com estrutura partidária
Gastos com estrutura partidária

TRIBUTOS

IPTU
IPVA
Taxas Municipais
Outros Impostos e Taxas (especificar)

Gastos com estrutura partidária
Gastos com estrutura partidária
Gastos com estrutura partidária
Gastos com estrutura partidária

DESPESAS GERAIS

Fotocópias, Reprografias, Autenticações e Encadernações
Revistas, Jornais, Editais, Publicações e Registros
Seguros
Manutenção, Conservação e Reparos de Bens
Despesas Judiciais
Donativos e Contribuições
Combustíveis, Óleos e Lubrificantes
Medicamentos
Depreciação
Amortização
Outras Despesas Gerais (especificar)

Gastos com estrutura partidária
Gastos com estrutura partidária
Gastos com estrutura partidária
Gastos com estrutura partidária
Gastos técnicos e profissionais
Gastos com estrutura partidária
Gastos com estrutura partidária
Gastos com estrutura partidária
Gastos com estrutura partidária
Gastos com estrutura partidária
Gastos com estrutura partidária

TRANSFERÊNCIAS EFETUADAS

Transferência Efetuada - a Direção Nacional
Transferência Efetuada - a Direção Estadual
Transferência Efetuada - a Direção Municipal
Transferência Efetuada - a Candidato
Transferência Efetuada - a Comitês Financeiros

Gastos com estrutura partidária
Gastos com estrutura partidária
Gastos com estrutura partidária
Gastos eleitorais
Gastos eleitorais

DESPESAS COM DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO

Depreciação
Amortização

Gastos com estrutura partidária
Gastos com estrutura partidária

DESPESAS COM FINS DOUTRINÁRIOS E/OU POLÍTICOS

PROPAGANDA DOUTRINÁRIA E POLÍTICA

Despesas com Rádio e Televisão
Despesas com Eventos Promocionais
Despesas com Produções de Audiovisuais
Despesas com Pesquisas de Opinião Pública
Outros (especificar)

Gastos com formação político-ideológica e doutrinária
Gastos com formação político-ideológica e doutrinária
Gastos técnicos e profissionais
Gastos eleitorais
Gastos com formação político-ideológica e doutrinária

DESPESAS COM CRIAÇÃO OU MANUTENÇÃO DE INSTITUTO OU FUNDAÇÃO DE PESQUISA OU DE DOUTRINAÇÃO E EDUCAÇÃO POLÍTICA

Gastos com formação político-ideológica e doutrinária

DESPESAS COM ALISTAMENTO

Gastos com estrutura partidária

DESPESAS COM SEMINÁRIOS E CONVENÇÕES

Despesas com Seminários
Despesas com Congressos
Despesas com Convenções Partidárias

Gastos com formação político-ideológica e doutrinária
Gastos com formação político-ideológica e doutrinária
Gastos eleitorais

DESPESAS COM CAMPANHAS ELEITORAIS

DESPESAS COM CAMPANHAS ELEITORAIS

Despesas de Rádio e Televisão
Despesas com Comitês Financeiros
Despesas com Comícios
Despesas com Eventos Promocionais
Pesquisas e Testes Pré-eleitorais
Propaganda e Publicidade
Cachês de Artistas ou Animadores
Exposições, Convenções, Conferências e Congressos
Produção de Audiovisuais

Gastos eleitorais
Gastos eleitorais
Gastos eleitorais
Gastos eleitorais
Gastos eleitorais
Gastos eleitorais
Gastos eleitorais
Gastos eleitorais
Gastos eleitorais
Gastos eleitorais

DESPESAS COM PESSOAL

Salários e Ordenados

Gastos eleitorais

Férias	Gastos eleitorais
13º Salário	Gastos eleitorais
Previdência Social	Gastos eleitorais
FGTS	Gastos eleitorais
Pis s/ folha de pagamento	Gastos eleitorais
Seguro de Vida de Empregados	Gastos eleitorais
Auxílio-alimentação	Gastos eleitorais
Auxílio-transporte	Gastos eleitorais
Assistência Médica e Social	Gastos eleitorais
Recisão de Contrato de Trabalho	Gastos eleitorais
Treinamentos e cursos	Gastos eleitorais
Lanches e Refeições	Gastos eleitorais
Outras despesas com Pessoal (especificar)	Gastos eleitorais
ALUGUÉIS E CONDOMÍNIOS	
Locação de Bens Móveis	Gastos eleitorais
Locação de Bens Imóveis	Gastos eleitorais
Taxas de Condomínios	Gastos eleitorais
DESPESAS COM TRANSPORTES E VIAGENS	
Passagens e Conduções	Gastos eleitorais
Diárias	Gastos eleitorais
Fretes e Carretos	Gastos eleitorais
Outras Despesas com Transportes e Viagens	Gastos eleitorais
SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS	
Serviços Contábeis	Gastos eleitorais
Serviços de Processamento de dados	Gastos eleitorais
Consultoria Jurídica	Gastos eleitorais
Segurança e Vigilância	Gastos eleitorais
Outros Serviços Técnicos e Profissionais (especificar)	Gastos eleitorais
Encargos Sociais (especificar)	Gastos eleitorais
MATERIAL DE CONSUMO	
Material de Expediente	Gastos eleitorais
Materiais Impressos	Gastos eleitorais
Material de Processamento de Dados	Gastos eleitorais
Material de Copa e Cozinha	Gastos eleitorais
Material de Limpeza e Produtos e Higiene	Gastos eleitorais
Outros Materiais de Consumo (especificar)	Gastos eleitorais
SERVIÇOS E UTILIDADES	
Energia Elétrica	Gastos eleitorais
Água e Esgoto	Gastos eleitorais
Telecomunicações	Gastos eleitorais
Despesas Postais	Gastos eleitorais

Taxa de Limpeza Pública	Gastos eleitorais
Outros Serviços e Utilidades (especificar)	Gastos eleitorais
IMPOSTOS E TAXAS	
IPTU	Gastos eleitorais
IPVA	Gastos eleitorais
Taxas Municipais	Gastos eleitorais
Outros Impostos e Taxas (especificar)	Gastos eleitorais
DESPESAS GERAIS	
Fotocópias, Reprografias, Autenticações e Encadernações	Gastos eleitorais
Revistas, Jornais, Editais, Publicações e Registros	Gastos eleitorais
Seguros	Gastos eleitorais
Manutenção, Conservação e Reparos de Bens	Gastos eleitorais
Despesas Judiciais	Gastos eleitorais
Donativos e Contribuições	Gastos eleitorais
Combustíveis, Óleos e Lubrificantes	Gastos eleitorais
Medicamentos	Gastos eleitorais
Depreciação	Gastos eleitorais
Amortização	Gastos eleitorais
Outras Despesas Gerais (especificar)	Gastos eleitorais
ENCARGOS FINANCEIROS	
DESPESAS FINANCEIRAS	
Juros Pagos	Gastos eleitorais
Multas Pagas	Gastos eleitorais
Descontos Concedidos	Gastos eleitorais
Comissões e Taxas Bancárias	Gastos eleitorais
Correção Monetária de Obrigações	Gastos eleitorais
Outras Despesas Financeiras (especificar)	Gastos eleitorais

ANEXO 1 – Tabelas e Gráficos adicionais do Capítulo 2

Tabela 8. Composição das receitas do PSOL (2005-2015)

	FP	Outros recursos
2005	51,9%	48,1%
2006	18,2%	81,8%
2007	62,8%	37,2%
2008	97,6%	2,4%
2009	99,0%	1,0%
2010	95,8%	4,2%
2011	93,2%	6,8%
2012	96,4%	3,6%
2013	91,1%	8,9%
2014	98,3%	1,7%
2015	96,9%	3,1%

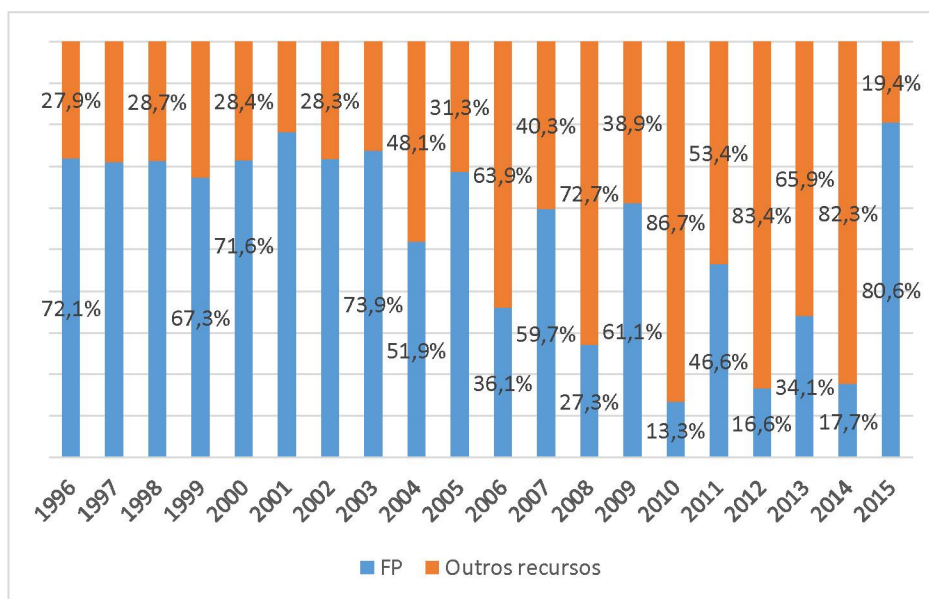
Fonte: elaboração própria a partir do TSE.

Quadro 4. Proporção de receitas dos Outros Recursos – PSOL

	Filiados	Parlamentares	Pessoa Física	Pessoa Jurídica	Outros
2005	43,8%	0,0%	0,9%	0,0%	55,3%
2006	2,7%	33,7%	61,7%	0,6%	1,4%
2007	8,2%	4,1%	1,0%	0,0%	86,6%
2008	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%
2009	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
2010	78,5%	0,0%	0,0%	0,0%	21,4%
2011	67,5%	0,0%	0,0%	0,0%	32,5%
2012	96,3%	0,0%	0,0%	0,0%	3,7%
2013	60,2%	0,0%	0,0%	0,7%	39,2%
2014	75,0%	0,0%	24,0%	0,0%	1,1%
2015	64,0%	0,0%	0,0%	0,0%	36,0%

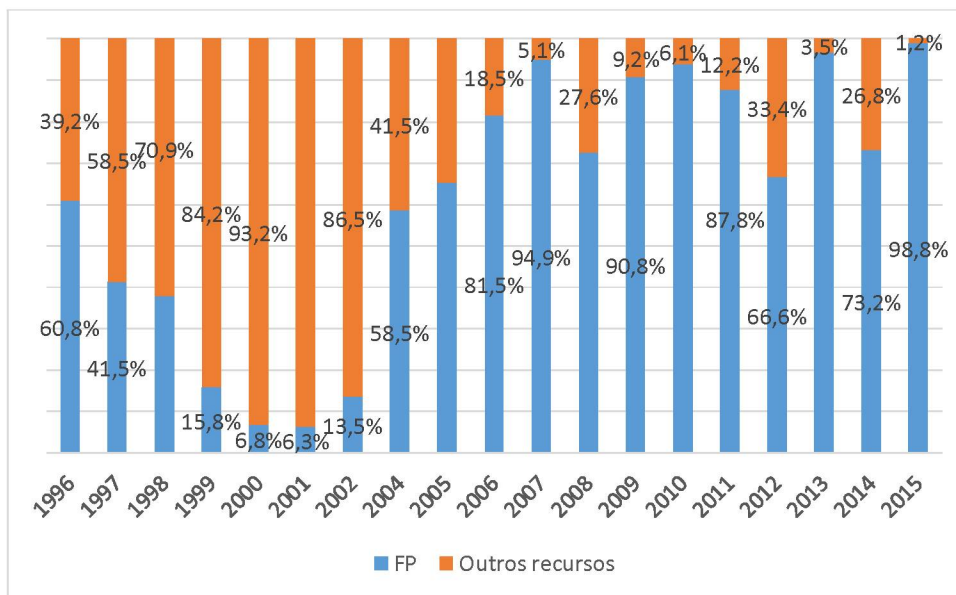
Fonte: elaboração própria a partir do TSE.

Gráfico 19. Composição receitas PT (1996 a 2015)



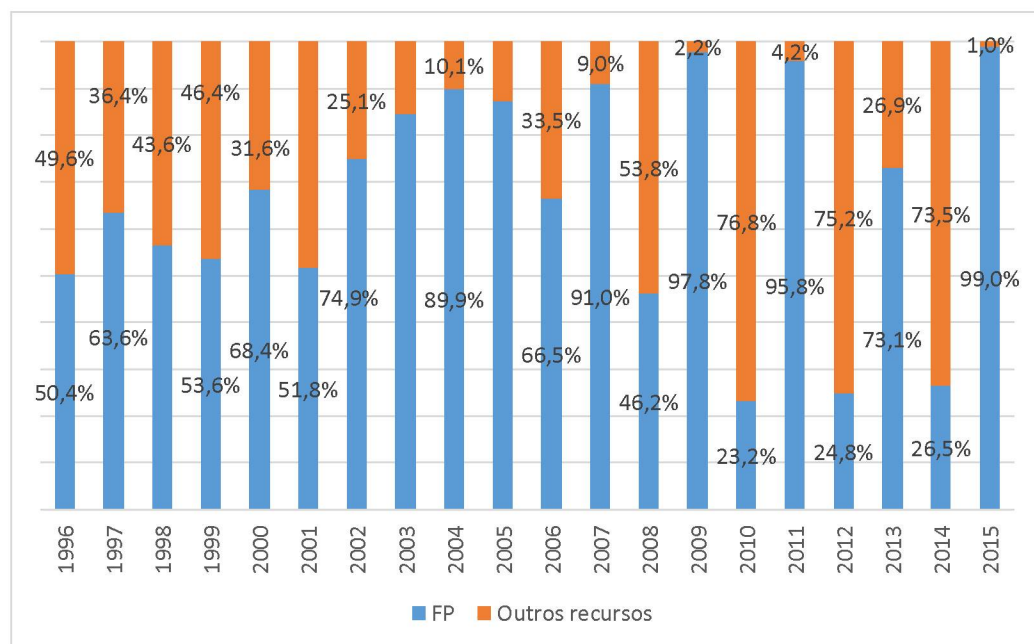
Fonte: elaboração própria a partir do TSE.

Gráfico 20. Composição receitas PPS (1996 a 2015)



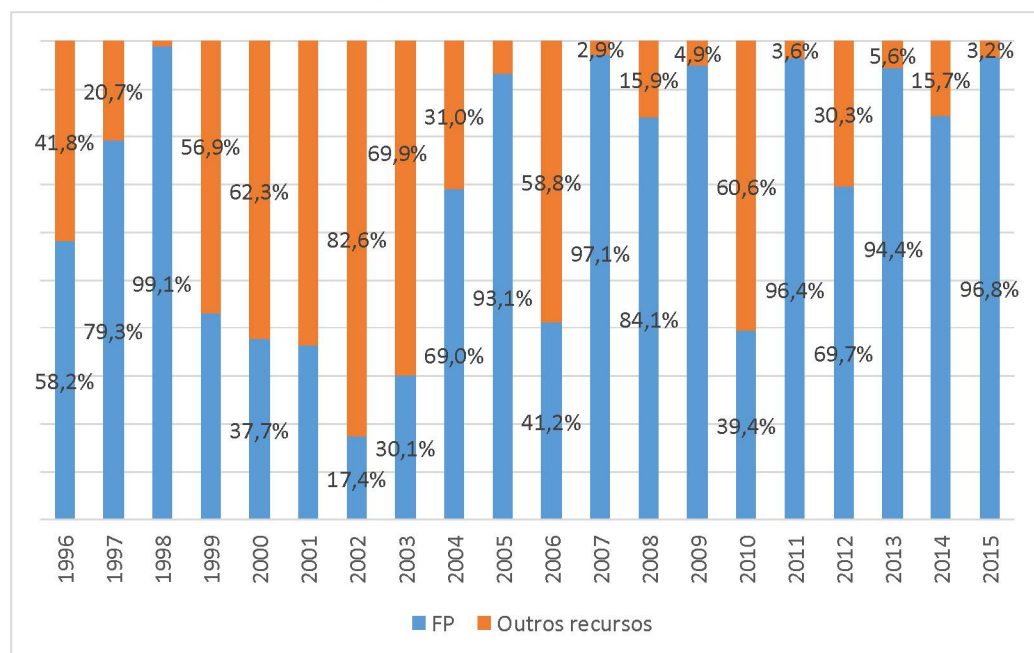
Fonte: elaboração própria a partir do TSE.

Gráfico 21. Composição receitas PSB (1996 a 2015)



Fonte: elaboração própria a partir do TSE.

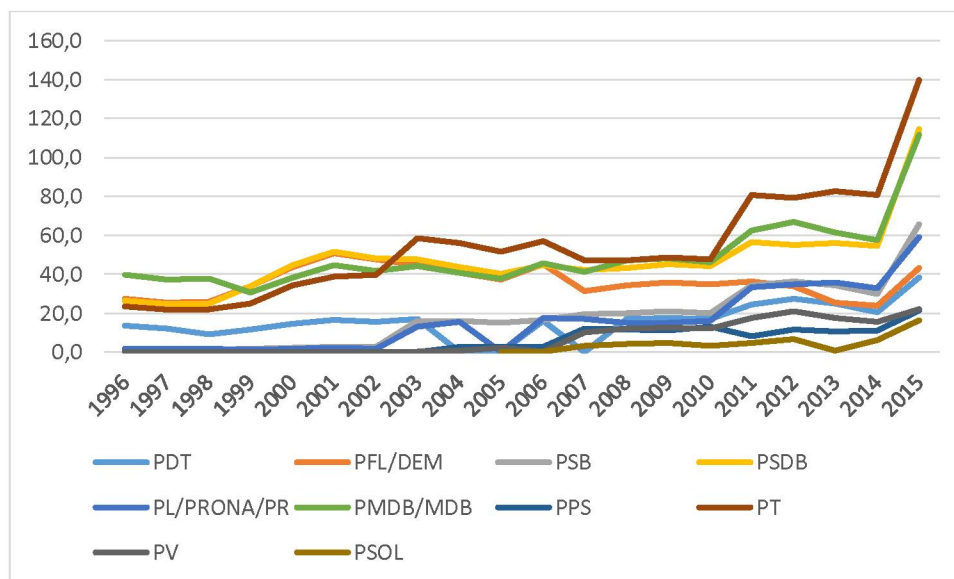
Gráfico 22. Composição receitas PV (1996 a 2015)



Fonte: elaboração própria a partir do TSE.

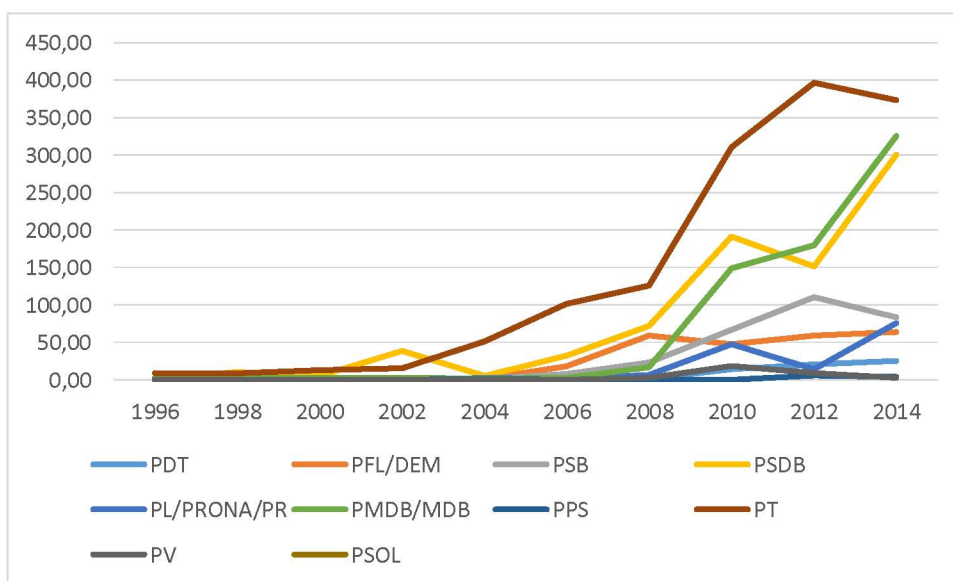
ANEXO 2 – Gráficos adicionais do Capítulo 3

Gráfico 23. Fundo Partidário por partidos políticos de 1996 a 2015 (em milhões de Reais deflacionados para julho de 2020)



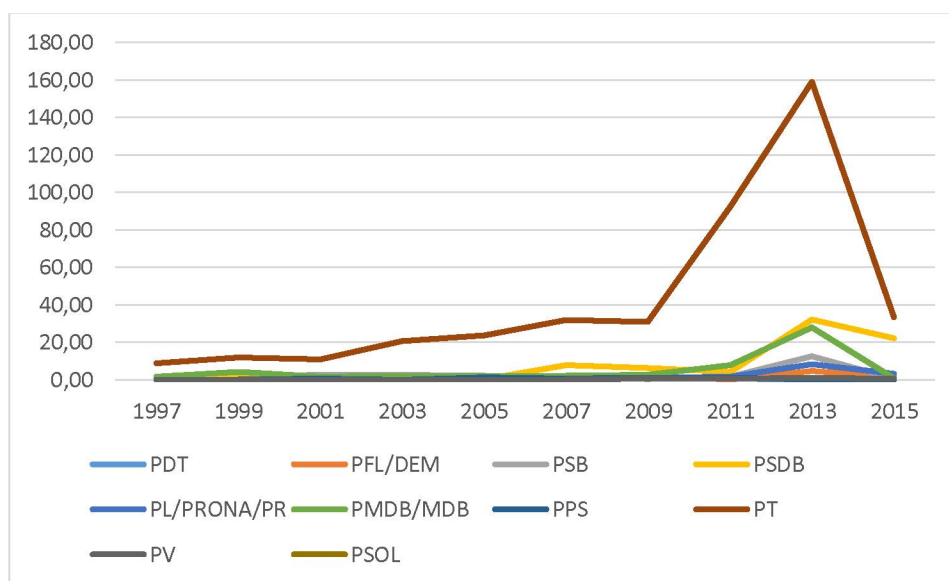
Fonte: elaboração própria a partir do TSE.

Gráfico 24. Outros recursos recebidos pelos partidos políticos em anos eleitorais (em milhões de Reais deflacionados para julho de 2020)



Fonte: elaboração própria a partir do TSE.

Gráfico 25. Outros recursos recebidos pelos partidos políticos em anos não eleitorais (em milhões de Reais deflacionados para julho de 2020)



Fonte: elaboração própria a partir do TSE.

**ANEXO 3 – Demonstrativo de receitas e despesas no Plano de Contas publicado na
Resolução do TSE nº 19.768, de 17 de dezembro de 1996**

16/08/2018

Resolução nº 19.768/1996

▪	
▪	
4	RECEITAS
41	RECEITAS DO PARTIDO POLÍTICO
411	RECEITAS DA DIREÇÃO NACIONAL
411.01	DOAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES
411.01.01	De pessoas físicas
411.01.02	De pessoas jurídicas
▪	
411.02	FUNDO PARTIDÁRIO
411.02.01	Quotas recebidas
411.03	RECEITAS FINANCEIRAS
411.03.01	Variáveis Monetárias Ativas
411.03.02	Renda de aplicações
411.04	OUTRAS RECEITAS
411.04.01	Vendas de bens de uso
42	RECEITAS DO PARTIDO POLÍTICO
421	RECEITAS DA DIREÇÃO ESTADUAL
421.01	DOAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES
421.01.01	De pessoas físicas
421.01.02	De pessoas jurídicas
421.02	FUNDO PARTIDÁRIO
421.02.01	Quotas recebidas
421.03	RECEITAS FINANCEIRAS
421.03.01	Receitas de Aplicações Financeiras
421.04	OUTRAS RECEITAS
421.04.01	Vendas de bens de uso
▪	
43	RECEITAS DO PARTIDO POLÍTICO
431	RECEITAS DA DIREÇÃO MUNICIPAL
431.01	DOAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES
431.01.01	De pessoas físicas
431.01.02	De pessoas jurídicas
431.02	FUNDO PARTIDÁRIO
431.02.01	Quotas recebidas
431.03	RECEITAS FINANCEIRAS
431.03.01	Receitas de Aplicações Financeiras
431.04	OUTRAS RECEITAS
431.04.01	Vendas de bens de uso
432	RECEITAS DA CANDIDATURA PARA:
432.01	DOAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES
432.01.01	Recursos Próprios
432.01.02	De pessoas físicas
432.01.03	De pessoas jurídicas
432.02	FUNDO PARTIDÁRIO
432.02.01	Quotas recebidas
432.03	RECEITAS FINANCEIRAS
432.03.01	Variáveis Monetárias Ativas
432.03.02	Renda de aplicações
432.04	OUTRAS RECEITAS
432.04.01	Vendas de bens de uso
▪	
▪	

MODELO 01
-
DEMONSTRATIVO DE RECEITAS E DESPESAS
-

Partido	Contas
Órgão de Execução	Contas
Plano de Contas	Contas
1 TOTAL DAS RECEITAS	-
1.1 - Fundos Partidários	-
1.1.1 - Contas Partidárias	-

<http://www.tse.jus.br/legislacao-tse/res/1996/RES197681996.htm>

12/18

1.2 - Total das Contribuições Estatutárias			
1.2.1 - Contribuições de Parlamentares			
1.2.2 - Contribuições de Filiais			
1.3 - Total das Doações			
1.3.1 - Pessoas Físicas			
1.3.2 - Pessoas Jurídicas			
1.4 - Total de Receitas destinadas por Lei			
1.5 - Total de Transferências Financeiras Recebidas			
1.6 - Total de Receitas Financeiras			
1.7 - Total de Receitas de Venda de Bens de Uso			
1.8 - Total de Outras Receitas (especificar)			
Título da Conta	R. PARTIDÁRIO	OU RECURSOS	TOTAL-R\$
2 - TOTAL DAS DESPESAS-			
2.1 - Despesas Operacionais			
2.1.1 - Despesas Administrativas			
2.1.1.1 - Taxas (água, luz, T.R. etc)			
2.1.1.2 - Aluguis			
2.1.1.3 - Honorários profissionais			
2.1.1.4 - Locações de bens imóveis			
2.1.1.5 - Despesas postais			
2.1.1.6 - Materiais de expediente			
2.1.1.7 - Despesas com veículos			
2.1.1.8 - Serviços prestados por terceiros			
2.1.1.9 - Materiais impressos			
2.1.1.10 - Telecomunicações			
2.1.1.11 - Despesas com manutenção e reparo			
2.1.1.12 - Outras despesas (especificar)			
2.1.1.13 - Pessoal			
2.1.1.13.1 - Folha de Pagamento			
2.1.1.13.2 - Encargos Sociais e Trabalhistas			
2.1.1.14 - Encargos sociais			
2.1.2 - Outras Despesas Operacionais			
2.1.2.1 - Propaganda doutrinária e política			
2.1.2.2 - Despesas com alistamento			
2.1.2.3 - Despesas de campanhas eleitorais			
2.1.2.3.1 - Despesas de viagens			
2.1.2.3.2 - Locações de bens móveis			
2.1.2.3.3 - Despesas postais			
2.1.2.3.4 - Materiais de expediente			
2.1.2.3.5 - Despesas com veículos			
2.1.2.3.6 - Serviços prestados por terceiros			
2.1.2.3.7 - Materiais impressos			
2.1.2.3.8 - Outras despesas (especificar)			
2.1.2.4 - Despesas com criação ou manutenção de instituto ou fundação de pesquisa ou de doutrinação e educação política			
2.1.2.5 - Despesas de caráter eleitoral			
2.1.2.5.1 - Programas de rádio			
2.1.2.5.2 - Programas de televisão			
2.1.2.5.3 - Despesas com comitê			
2.1.2.5.4 - Propaganda			
2.1.2.5.5 - Publicações			
2.1.2.5.6 - Comícios			
2.1.2.5.7 - Outras atividades de campanha			
2.1.2.5.8 - Outras despesas (especificar)			
2.1.2.6 - Transferências Financeiras			
2.2 - Despesas não operacionais			
2.2.1 - Perda na venda de bens de uso			
2.2.2 - Outras despesas não operacionais (especificar)			
3 - RESULTADO (1-2)			

Local _____ Data _____

Assinatura do Presidente

Assinatura do Contabilista

CRC nº _____

ANEXO 4 – Demonstrativo de receitas e despesas no Plano de Contas publicado na
Instrução Normativa do TSE, nº 04, de 07 de julho de 1997



**TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO**

INSTRUÇÃO NORMATIVA SCI Nº 04, de 07 de julho de 1997.

Atualiza o Plano de Contas
Simplificado das Agremiações
Partidárias.

O Secretário de Controle Interno do Tribunal Superior Eleitoral, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo art. 23 da Resolução TSE nº 19.768, de 17 de dezembro de 1996, RESOLVE:

Art. 1º Atualizar o Plano de Contas Simplificado e as peças contábeis previstas nos incisos II a IV do art. 6º da Resolução TSE nº 19.768, de 17 de dezembro de 1996, conforme os Anexos desta Instrução Normativa.

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 07 de julho de 1997.

SALATIEL GOMES DOS SANTOS
Secretário de Controle Interno

De acordo. Publique-se.

NEY NATAL DE ANDRADE COELHO
Diretor-Geral da Secretaria

35

1

3.0.0.0.00.00.00	DESPESAS
3.1.0.0.00.00.00	DESPESAS OPERACIONAIS
3.1.1.0.00.00.00	DESPESAS EFETUADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS
3.1.1.1.00.00.00	DESPESAS ADMINISTRATIVAS
3.1.1.1.01.00.00	DESPESAS COM PESSOAL
3.1.1.1.01.01.00	Salários e Ordenados
3.1.1.1.01.02.00	Férias
3.1.1.1.01.03.00	13º Salário
3.1.1.1.01.04.00	Previdência Social
3.1.1.1.01.05.00	FGTS
3.1.1.1.01.06.00	Pis s/ folha de pagamento
3.1.1.1.01.07.00	Seguro de Vida de Empregados
3.1.1.1.01.08.00	Auxílio-alimentação
3.1.1.1.01.09.00	Auxílio-transporte
3.1.1.1.01.10.00	Assistência Médica e Social
3.1.1.1.01.11.00	Rescisão de Contrato de Trabalho
3.1.1.1.01.12.00	Treinamentos e Cursos
3.1.1.1.01.13.00	Lanches e Refeições
3.1.1.1.01.14.00	Outras Despesas com Pessoal (especificar)
3.1.1.1.02.00.00	ALUGUÉIS E CONDOMÍNIOS
3.1.1.1.02.01.00	Locação de Bens Móveis
3.1.1.1.02.02.00	Locação de Bens Imóveis
3.1.1.1.02.03.00	Taxas de Condomínios
3.1.1.1.03.00.00	DESPESAS COM TRANSPORTES E VIAGENS
3.1.1.1.03.01.00	Passagens e Condições
3.1.1.1.03.02.00	Diárias
3.1.1.1.03.03.00	Frete e Carretos
3.1.1.1.03.04.00	Outras Despesas com Transportes e Viagens (especificar)
3.1.1.1.04.00.00	SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS
3.1.1.1.04.01.00	Serviços Contábeis
3.1.1.1.04.02.00	Serviços de Processamento de dados
3.1.1.1.04.03.00	Consultoria Jurídica
3.1.1.1.04.04.00	Segurança e Vigilância
3.1.1.1.04.05.00	Outros Serviços Técnicos e Profissionais (especificar)
3.1.1.1.04.06.00	Encargos Sociais (especificar)
3.1.1.1.05.00.00	MATERIAL DE CONSUMO
3.1.1.1.05.01.00	Material de Expediente
3.1.1.1.05.02.00	Materiais Impressos
3.1.1.1.05.03.00	Material de Processamento de Dados
3.1.1.1.05.04.00	Material de Copa e Cozinha
3.1.1.1.05.05.00	Material de Limpeza e Produtos e Higiene
3.1.1.1.05.06.00	Outros Materiais de Consumo (especificar)
3.1.1.1.06.00.00	SERVIÇOS E UTILIDADES
3.1.1.1.06.01.00	Energia Elétrica
3.1.1.1.06.02.00	Água e Esgoto

MAJALBONFIMAN000

7

3.1.1.1.06.03.00	Telecomunicações
3.1.1.1.06.04.00	Despesas Postais
3.1.1.1.06.05.00	Taxa de Limpeza Pública
3.1.1.1.06.06.00	Outros Serviços e Utilidades (especificar)
3.1.1.1.07.00.00	IMPOSTOS E TAXAS
3.1.1.1.07.01.00	IPTU
3.1.1.1.07.02.00	IPVA
3.1.1.1.07.03.00	Taxas Municipais
3.1.1.1.07.04.00	Outros Impostos e Taxas (especificar)
3.1.1.1.08.00.00	DESPESAS GERAIS
3.1.1.1.08.01.00	Fotocópias, Reprografias, Autenticações e Encadernações
3.1.1.1.08.02.00	Revistas, Jornais, Editais, Publicações e Registros
3.1.1.1.08.03.00	Seguros
3.1.1.1.08.04.00	Manutenção, Conservação e Reparos de Bens
3.1.1.1.08.05.00	Despesas Judiciais
3.1.1.1.08.06.00	Donativos e Contribuições
3.1.1.1.08.07.00	Combustíveis, Óleos e Lubrificantes
3.1.1.1.08.08.00	Medicamentos
3.1.1.1.08.09.00	Depreciação
3.1.1.1.08.10.00	Amortização
3.1.1.1.08.11.00	Outras Despesas Gerais (especificar)
3.1.1.1.09.00.00	TRANSFERÊNCIAS EFETUADAS
3.1.1.1.09.01.00	Transferência Efetuada - a Direção Nacional
3.1.1.1.09.02.00	Transferência Efetuada - a Direção Estadual
3.1.1.1.09.03.00	Transferência Efetuada - a Direção Municipal
3.1.1.1.09.04.00	Transferência Efetuada - a Candidato
3.1.1.1.09.05.00	Transferência Efetuada - a Comitês Financeiros
3.1.1.2.00.00.00	DESPESAS COM FINS ELEITORAIS
3.1.1.2.01.00.00	PROPAGANDA DOCTRINÁRIA E POLÍTICA
3.1.1.2.02.00.00	DESPESAS COM CRIAÇÃO OU MANUTENÇÃO DE INSTITUTO OU FUNDAÇÃO DE PESQUISA OU DE DOCTRINAÇÃO E EDUCAÇÃO POLÍTICA
3.1.1.2.03.00.00	DESPESAS COM ALISTAMENTO
3.1.1.2.04.00.00	DESPESAS COM SEMINÁRIOS E CONVENÇÕES
3.1.1.2.05.00.00	DESPESAS COM CAMPANHAS ELEITORAIS
3.1.1.2.05.01.00	Despesas de Rádio e Televisão
3.1.1.2.05.02.00	Despesas com Comitês Financeiros
3.1.1.2.05.03.00	Despesas com Comícios
3.1.1.2.05.04.00	Despesas com Eventos Promocionais
3.1.1.2.05.05.00	Pesquisas e Testes Pré-eleitorais
3.1.1.2.05.06.00	Propaganda e Publicidade
3.1.1.2.05.07.00	Cachês de Artistas ou Animadores
3.1.1.2.05.08.00	Exposições, Convenções, Conferências e Congressos
3.1.1.2.05.09.00	Produção de Audiovisuais

2014-2015 - 2016 - 2017

8

3.1.1.2.05.10.00
3.1.1.2.05.10.01
3.1.1.2.05.10.02
3.1.1.2.05.10.03
3.1.1.2.05.10.04
3.1.1.2.05.10.05
3.1.1.2.05.10.06
3.1.1.2.05.10.07
3.1.1.2.05.10.08
3.1.1.2.05.10.09
3.1.1.2.05.10.10
3.1.1.2.05.10.11
3.1.1.2.05.10.12
3.1.1.2.05.10.13
3.1.1.2.05.10.14

3.1.1.2.05.11.00
3.1.1.2.05.11.01
3.1.1.2.05.11.02
3.1.1.2.05.11.03

3.1.1.2.05.12.00
3.1.1.2.05.12.01
3.1.1.2.05.12.02
3.1.1.2.05.12.03
3.1.1.2.05.12.04

3.1.1.2.05.13.00
3.1.1.2.05.13.01
3.1.1.2.05.13.02
3.1.1.2.05.13.03
3.1.1.2.05.13.04
3.1.1.2.05.13.05
3.1.1.2.05.13.06

3.1.1.2.05.14.00
3.1.1.2.05.14.01
3.1.1.2.05.14.02
3.1.1.2.05.14.03
3.1.1.2.05.14.04
3.1.1.2.05.14.05
3.1.1.2.05.14.06

3.1.1.2.05.15.00
3.1.1.2.05.15.01
3.1.1.2.05.15.02
3.1.1.2.05.15.03
3.1.1.2.05.15.04
3.1.1.2.05.15.05
3.1.1.2.05.15.06

3.1.1.2.05.16.00
3.1.1.2.05.16.01

DESPESAS COM PESSOAL

Salários e Ordenados
Férias
13º Salário
Previdência Social
FGTS
Pia s/folha de pagamento
Seguro de Vida de Empregados
Auxílio-alimentação
Auxílio-transporte
Assistência Médica e Social
Rescisão de Contrato de Trabalho
Treinamentos e Cursos
Lanches e Refeições
Outras Despesas com Pessoal (especificar)

ALUGUÉIS E CONDOMÍNIOS

Locação de Bens Móveis
Locação de Bens Imóveis
Taxas de Condomínios

DESPESAS COM TRANSPORTES E VIAGENS

Passagens e Conduções
Diárias
Fretes e Carretos
Outras Despesas com Transportes e Viagens (especificar)

SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS

Serviços Contábeis
Serviços de Processamento de dados
Consultoria Jurídica
Segurança e Vigilância
Outros Serviços Técnicos e Profissionais
Encargos Sociais (especificar)

MATERIAL DE CONSUMO

Material de Expediente
Materiais Impressos
Material de Processamento de Dados
Material de Copa e Cozinha
Material de Limpeza e Produtos e Higiene
Outros Materiais de Consumo (especificar)

SERVIÇOS E UTILIDADES

Energia Elétrica
Água e Esgoto
Telecomunicações
Despesas Postais
Taxa de Limpeza Pública
Outros Serviços e Utilidades (especificar)

IMPOSTOS E TAXAS

IPU

3.1.2.1.01.14.00	Outras Despesas com Pessoal (especificar)
3.1.2.1.02.00.00	ALUGUÉIS E CONDOMÍNIOS
3.1.2.1.02.01.00	Locação de Bens Móveis
3.1.2.1.02.02.00	Locação de Bens Imóveis
3.1.2.1.02.03.00	Taxas de Condomínios
3.1.2.1.03.00.00	DESPESAS COM TRANSPORTES E VIAGENS
3.1.2.1.03.01.00	Passagens e Condições
3.1.2.1.03.02.00	Diárias
3.1.2.1.03.03.00	Fretes e Carretos
3.1.2.1.03.04.00	Outras Despesas com Transportes e Viagens (especificar)
3.1.2.1.04.00.00	SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS
3.1.2.1.04.01.00	Serviços Contábeis
3.1.2.1.04.02.00	Serviços de Processamento de dados
3.1.2.1.04.03.00	Consultoria Jurídica
3.1.2.1.04.04.00	Segurança e Vigilância
3.1.2.1.04.05.00	Outros Serviços Técnicos e Profissionais (especificar)
3.1.2.1.04.06.00	Encargos Sociais (especificar)
3.1.2.1.05.00.00	MATERIAL DE CONSUMO
3.1.2.1.05.01.00	Material de Expediente
3.1.2.1.05.02.00	Materiais Impressos
3.1.2.1.05.03.00	Material de Processamento de Dados
3.1.2.1.05.04.00	Material de Copa e Cozinha
3.1.2.1.05.05.00	Material de Limpeza e Produtos e Higiene
3.1.2.1.05.06.00	Outros Materiais de Consumo (especificar)
3.1.2.1.06.00.00	SERVIÇOS E UTILIDADES
3.1.2.1.06.01.00	Energia Elétrica
3.1.2.1.06.02.00	Água e Esgoto
3.1.2.1.06.03.00	Telecomunicações
3.1.2.1.06.04.00	Despesas Postais
3.1.2.1.06.05.00	Taxa de Limpeza Pública
3.1.2.1.06.06.00	Outros Serviços e Utilidades (especificar)
3.1.2.1.07.00.00	IMPOSTOS E TAXAS
3.1.2.1.07.01.00	IPTU
3.1.2.1.07.02.00	IPVA
3.1.2.1.07.03.00	Taxas Municipais
3.1.2.1.07.04.00	Outros Impostos e Taxas (especificar)
3.1.2.1.08.00.00	DESPESAS GERAIS
3.1.2.1.08.01.00	Fotocópias, Reprografias, Autenticações e Encadernações
3.1.2.1.08.02.00	Revistas, Jornais, Editais, Publicações e Registros
3.1.2.1.08.03.00	Seguros
3.1.2.1.08.04.00	Manutenção, Conservação e Reparos de Bens
3.1.2.1.08.05.00	Despesas Judiciais
3.1.2.1.08.06.00	Combustíveis, Óleos e Lubrificantes
3.1.2.1.08.07.00	Medicamentos
3.1.2.1.08.08.00	Depreciação
3.1.2.1.08.09.00	Amortização
3.1.2.1.08.10.00	Outras Despesas Gerais (especificar)

BALANÇO GERAL 2007

11

3.1.2.1.09.00.00	TRANSFERÊNCIAS EFETUADAS
3.1.2.1.09.01.00	Transferência Efetuada - a Direção Nacional
3.1.2.1.09.02.00	Transferência Efetuada - a Direção Estadual
3.1.2.1.09.03.00	Transferência Efetuada - a Direção Municipal
3.1.2.1.09.04.00	Transferência Efetuada - a Candidatos
3.1.2.1.09.05.00	Transferência Efetuada - a Comitês Financeiros
3.1.2.2.00.00.00	DESPESAS COM FINS ELEITORAIS
3.1.2.2.01.00.00	PROPAGANDA DOCTRINÁRIA E POLÍTICA
3.1.2.2.02.00.00	DESPESAS COM CRIAÇÃO OU MANUTENÇÃO DE INSTITUTO OU FUNDAÇÃO DE PESQUISA OU DE DOCTRINAÇÃO E EDUCAÇÃO POLÍTICA
3.1.2.2.03.00.00	DESPESAS COM ALISTAMENTO
3.1.2.2.04.00.00	DESPESAS COM SEMINÁRIOS E CONVENÇÕES
3.1.2.2.05.00.00	DESPESAS COM CAMPANHAS ELEITORAIS
3.1.2.2.05.01.00	Despesas de Rádio e Televisão
3.1.2.2.05.02.00	Despesas com Comitês Financeiros
3.1.2.2.05.03.00	Despesas com Comícios
3.1.2.2.05.04.00	Despesas com Eventos Promocionais
3.1.2.2.05.05.00	Pesquisas e Testes Pré-eleitorais
3.1.2.2.05.06.00	Propaganda e Publicidade
3.1.2.2.05.07.00	Cachês de Artistas ou Animadores
3.1.2.2.05.08.00	Exposições, Convenções, Conferências e Congressos
3.1.2.2.05.09.00	Produção de Audiovisuais
3.1.2.2.05.10.00	DESPESAS COM PESSOAL
3.1.2.2.05.10.01	Salários e Ordenados
3.1.2.2.05.10.02	Férias
3.1.2.2.05.10.03	13º Salário
3.1.2.2.05.10.04	Previdência Social
3.1.2.2.05.10.05	FGTS
3.1.2.2.05.10.06	Pis e/ou folha de pagamento
3.1.2.2.05.10.07	Seguro de Vida de Empregados
3.1.2.2.05.10.08	Auxílio-alimentação
3.1.2.2.05.10.09	Auxílio-transporte
3.1.2.2.05.10.10	Assistência Médica e Social
3.1.2.2.05.10.11	Rescisão de Contrato de Trabalho
3.1.2.2.05.10.12	Treinamentos e Cursos
3.1.2.2.05.10.13	Lanches e Refeições
3.1.2.2.05.10.14	Outras Despesas com Pessoal (especificar)
3.1.2.2.05.11.00	ALUGUÉIS E CONDOMÍNIOS
3.1.2.2.05.11.01	Locação de Bens Móveis
3.1.2.2.05.11.02	Locação de Bens Imóveis
3.1.2.2.05.11.03	Taxas de Condomínios

PLANO ORÇAMENTAL 2017

3.1.2.2.05.12.00
3.1.2.2.05.12.01
3.1.2.2.05.12.02
3.1.2.2.05.12.03
3.1.2.2.05.12.04

3.1.2.2.05.13.00
3.1.2.2.05.13.01
3.1.2.2.05.13.02
3.1.2.2.05.13.03
3.1.2.2.05.13.04
3.1.2.2.05.13.05
3.1.2.2.05.13.06

3.1.2.2.05.14.00
3.1.2.2.05.14.01
3.1.2.2.05.14.02
3.1.2.2.05.14.03
3.1.2.2.05.14.04
3.1.2.2.05.14.05
3.1.2.2.05.14.06

3.1.2.2.05.15.00
3.1.2.2.05.15.01
3.1.2.2.05.15.02
3.1.2.2.05.15.03
3.1.2.2.05.15.04
3.1.2.2.05.15.05
3.1.2.2.05.15.06

3.1.2.2.05.16.00
3.1.2.2.05.16.01
3.1.2.2.05.16.02
3.1.2.2.05.16.03
3.1.2.2.05.16.04

3.1.2.2.05.17.00
3.1.2.2.05.17.01
3.1.2.2.05.17.02
3.1.2.2.05.17.03
3.1.2.2.05.17.04
3.1.2.2.05.17.05
3.1.2.2.05.17.06
3.1.2.2.05.17.07
3.1.2.2.05.17.08
3.1.2.2.05.17.09
3.1.2.2.05.17.10

3.1.2.2.05.18.00
3.1.2.2.05.18.01
3.1.2.2.05.18.02
3.1.2.2.05.18.03
3.1.2.2.05.18.04

DESPESAS COM TRANSPORTES E VIAGENS

Passagens e Conduções
Diárias
Fretes e Carretos
Outras Despesas com Transportes e Viagens (especificar)

SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS

Serviços Contábeis
Serviços de Processamento de dados
Consultoria Jurídica
Segurança e Vigilância
Outros Serviços Técnicos e Profissionais (especificar)
Encargos Sociais (especificar)

MATERIAL DE CONSUMO

Material de Expediente
Materiais Impressos
Material de Processamento de Dados
Material de Copa e Cozinha
Material de Limpeza e Produtos e Higiene
Outros Materiais de Consumo (especificar)

SERVIÇOS E UTILIDADES

Energia Elétrica
Água e Esgoto
Telecomunicações
Despesas Postais
Taxa de Limpeza Pública
Outros Serviços e Utilidades (especificar)

IMPOSTOS E TAXAS

IPTU
 IPVA
 Taxas Municipais
 Outros Impostos e Taxas (especificar)

DESPESAS GERAIS

Fotocópias, Reprografias, Autenticações e Encadernações
Revistas, Jornais, Editais, Publicações e Registros
Seguros
Manutenção, Conservação e Reparos de Bens
Despesas Judiciais
Combustíveis, Óleos e Lubrificantes
Medicamentos
Depreciação
Amortização
Outras Despesas Gerais (especificar)

TRANSFERÊNCIAS EFETUADAS

Transferência Efetuada - a Direção Nacional
Transferência Efetuada - a Direção Estadual
Transferência Efetuada - a Direção Municipal
Transferência Efetuada - a Candidatos

4.0.0.0.00.00.00	RECEITAS
4.1.0.0.00.00.00	RECEITAS OPERACIONAIS
4.1.1.0.00.00.00	RECEITAS DE DOAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES
4.1.1.1.00.00.00	DOAÇÕES
4.1.1.1.01.00.00	Doações - Pessoas Físicas
4.1.1.1.02.00.00	Doações - Pessoas Jurídicas
4.1.1.2.00.00.00	CONTRIBUIÇÕES
4.1.1.2.01.00.00	Contribuições de Parlamentares
4.1.1.2.02.00.00	Contribuições de Filiados
4.1.1.2.03.00.00	Contribuições de Simpatizantes
4.1.2.0.00.00.00	RECEITAS DO FUNDO PARTIDÁRIO
4.1.2.1.00.00.00	COTAS RECEBIDAS
4.1.3.0.00.00.00	RECEITAS DESTINADAS POR LEI (especificar)
4.1.4.0.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS
4.1.4.1.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DIVERSAS
4.1.4.1.01.00.00	Transferências Recebidas - da Direção Nacional
4.1.4.1.02.00.00	Transferências Recebidas - da Direção Estadual
4.1.4.1.03.00.00	Transferências Recebidas - da Direção Municipal
4.1.4.1.04.00.00	Transferências Recebidas - dos Comitês Financeiros
4.1.4.1.05.00.00	Transferências Recebidas - de Candidatos
4.1.5.0.00.00.00	RECEITAS FINANCEIRAS
4.1.5.1.00.00.00	RECEITAS DIVERSAS
4.1.5.1.01.00.00	Juros Recebidos
4.1.5.1.02.00.00	Multas Recebidas
4.1.5.1.03.00.00	Descontos Obtidos
4.1.5.1.04.00.00	Rendas de Aplicações Financeiras de Recursos Próprios
4.1.5.1.05.00.00	Outras Receitas Financeiras (especificar)
4.1.6.0.00.00.00	SOBRAS DE CAMPANHAS
4.1.6.1.00.00.00	SOBRAS DIVERSAS
4.1.6.1.01.00.00	Câmara Municipal
4.1.6.1.02.00.00	Prefeitura Municipal
4.1.6.1.03.00.00	Assembleia Legislativa
4.1.6.1.04.00.00	Governo Estadual
4.1.6.1.05.00.00	Câmara dos Deputados
4.1.6.1.06.00.00	Senado Federal
4.1.6.1.07.00.00	Presidência da República
4.1.7.0.00.00.00	OUTRAS RECEITAS
4.1.7.1.00.00.00	OUTRAS RECEITAS DIVERSAS
4.1.7.1.01.00.00	Venda de Materiais de Divulgação

PLANO DE CONTAS 2019

4.1.7.1.02.00.00	Taxas de Inserção
4.1.7.1.03.00.00	Receitas de Aluguéis
4.1.7.1.04.00.00	Venda de Publicações
4.1.7.1.05.00.00	Renda de Cartões de Crédito
4.1.7.1.06.00.00	Outras Receitas (especificar)
4.2.0.0.00.00.00	RECEITAS NÃO OPERACIONAIS
4.2.1.0.00.00.00	LUCRO NA ALIENAÇÃO DO ATIVO PERMANENTE
4.2.2.0.00.00.00	OUTRAS RECEITAS NÃO OPERACIONAIS (especificar)

ANEXO 5 – Demonstrativo de receitas e despesas no Plano de Contas publicado na Portaria do TSE nº 521, de 18 de outubro de 2011

3.	DESPESAS
3.1.	DESPESAS OPERACIONAIS
3.1.1.	DESPESAS EFETUADAS COM FUNDO PARTIDÁRIO
3.1.1.01.	DESPESAS ADMINISTRATIVAS
3.1.1.01.01.	DESPESAS COM PESSOAL
3.1.1.01.01.01.	Salários e Ordenados
3.1.1.01.01.02.	Férias
3.1.1.01.01.03.	13º Salário
3.1.1.01.01.04.	Previdência Social
3.1.1.01.01.05.	FGTS
3.1.1.01.01.06.	PIS sobre folha de pagamento
3.1.1.01.01.07.	Seguro de Vida de Empregados
3.1.1.01.01.08.	Alimentação do Trabalhador
3.1.1.01.01.09.	Auxílio-transporte
3.1.1.01.01.10.	Assistência Médica e Social
3.1.1.01.01.11.	Rescisão de Contrato de Trabalho
3.1.1.01.01.12.	Estagiários
3.1.1.01.01.13.	Outras Despesas com Pessoal (especificar, criando contas)
3.1.1.01.02.	ALUGUÉIS E CONDOMÍNIOS
3.1.1.01.02.01.	Locação de Bens Móveis
3.1.1.01.02.02.	Locação de Bens Imóveis
3.1.1.01.02.03.	Taxas de Condomínios
3.1.1.01.03.	DESPESAS COM TRANSPORTES E VIAGENS
3.1.1.01.03.01.	Passagens aéreas
3.1.1.01.03.02.	Fretes e Carretos
3.1.1.01.03.03.	Fretamento de Aeronaves
3.1.1.01.03.04.	Combustíveis, Óleos e Lubrificantes
3.1.1.01.03.05.	Transporte Rodoviário de Passageiros (Urbanos, Interestaduais e Intermunicipais)
3.1.1.01.03.06.	Pedágios e Serviços de Táxi
3.1.1.01.03.07.	Hospedagens e Estadias
3.1.1.01.03.08.	Outras Despesas com Transportes e Viagens (especificar, criando contas)



Portaria TSE nº 521, 18.10.2011.

3.1.1.01.04.	SERVIÇOS TÉCNICO-PROFISSIONAIS
3.1.1.01.04.01.	Serviços Contábeis
3.1.1.01.04.02.	Serviços de Informática
3.1.1.01.04.03.	Serviços de Consultoria Jurídica
3.1.1.01.04.04.	Encargos Sociais
3.1.1.01.04.05.	Outros Serviços Técnicos e Profissionais (especificar, criando contas)
3.1.1.01.05.	MATERIAL DE CONSUMO
3.1.1.01.05.01.	Materiais de Expediente
3.1.1.01.05.02.	Materiais Impressos
3.1.1.01.05.03.	Materiais de Informática
3.1.1.01.05.04.	Materiais de Copa e Cozinha
3.1.1.01.05.05.	Materiais de Limpeza e Higiene
3.1.1.01.05.06.	Outros Materiais de Consumo (especificar, criando contas)
3.1.1.01.06.	MATERIAIS PARA COMERCIALIZAÇÃO/DISTRIBUIÇÃO
3.1.1.01.06.01.	Materiais de Divulgação destinados à comercialização
3.1.1.01.06.02.	Outros Materiais (especificar, criando contas)
3.1.1.01.07.	SERVIÇOS E UTILIDADES
3.1.1.01.07.01.	Energia Elétrica
3.1.1.01.07.02.	Água e Esgoto
3.1.1.01.07.03.	Telecomunicações
3.1.1.01.07.04.	Serviços Postais
3.1.1.01.07.05.	Segurança e Vigilância
3.1.1.01.07.06.	Serviços de Limpeza
3.1.1.01.07.07.	Cópias, encadernações e serviços similares
3.1.1.01.07.08.	Serviços Cartorários
3.1.1.01.07.09.	Outros Serviços e Utilidades (especificar, criando contas)
3.1.1.01.08.	TRIBUTOS
3.1.1.01.08.01.	IPRU
3.1.1.01.08.02.	IPVA
3.1.1.01.08.03.	Taxas
3.1.1.01.08.04.	Outros tributos (especificar, criando contas)
3.1.1.01.09.	DESPESAS GERAIS
3.1.1.01.09.01.	Assinaturas e aquisições de periódicos
3.1.1.01.09.02.	Publicações
3.1.1.01.09.03.	Seguros
3.1.1.01.09.04.	Manutenção, Conservação e Reparos de Bens
3.1.1.01.09.05.	Despesas Judiciais
3.1.1.01.09.06.	Outras Despesas Gerais (especificar, criando contas)
3.1.1.01.10.	TRANSFERÊNCIAS EFETUADAS
3.1.1.01.10.01.	TRANSFERÊNCIAS EFETUADAS - RECURSOS FINANCEIROS
3.1.1.01.10.01.01.	Direção Nacional (especificar, criando contas)
3.1.1.01.10.01.02.	Direção Estadual (especificar, criando contas)
3.1.1.01.10.01.03.	Direção Municipal (especificar, criando contas)
3.1.1.01.10.01.04.	Candidato (especificar, criando contas)
3.1.1.01.10.01.05.	Comitê Financeiro (especificar, criando contas)
3.1.1.01.10.02.	TRANSFERÊNCIAS EFETUADAS - RECURSOS ESTIMÁVEIS EM DINHEIRO
3.1.1.01.10.02.01.	Direção Nacional (especificar, criando contas)
3.1.1.01.10.02.02.	Direção Estadual (especificar, criando contas)
3.1.1.01.10.02.03.	Direção Municipal (especificar, criando contas)
3.1.1.01.10.02.04.	Candidato (especificar, criando contas)
3.1.1.01.10.02.05.	Comitê Financeiro (especificar, criando contas)
3.1.1.01.11.	DESPESAS COM DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO
3.1.1.01.11.01.	Depreciação
3.1.1.01.11.02.	Amortização
3.1.1.02.	DESPESAS COM FINS DOUTRINÁRIOS E/OU POLÍTICOS
3.1.1.02.01.	PROPAGANDA DOUTRINÁRIA E POLÍTICA

Portaria TSE nº 521, 18.10.2011.

3.1.1.02.01.01.	Despesas com Rádio e Televisão
3.1.1.02.01.02.	Despesas com Eventos Promocionais
3.1.1.02.01.03.	Despesas com Produções de Audiovisuais
3.1.1.02.01.04.	Despesas com Pesquisas de Opinião Pública
3.1.1.02.01.05.	Outros (especificar, criando contas)
3.1.1.02.02.	DESPESAS COM CRIAÇÃO E/OU MANUTENÇÃO DE FUNDAÇÃO DE PESQUISA OU DE DOCTRINAÇÃO E EDUCAÇÃO POLITICA
3.1.1.02.02.01.	(a especificar, criando contas)
3.1.1.02.03.	DESPESAS COM ALISTAMENTO
3.1.1.02.03.01.	(a especificar, criando contas)
3.1.1.02.04.	DESPESAS COM SEMINÁRIOS, CONGRESSOS E CONVENÇÕES
3.1.1.02.04.01.	Despesas com Seminários
3.1.1.02.04.02.	Despesas com Congressos
3.1.1.02.04.03.	Despesas com Convenções Partidárias
3.1.1.03.	DESPESAS COM FINS ELEITORAIS
3.1.1.03.01.	DESPESAS COM PESSOAL
3.1.1.03.01.01.	Salários e Ordenados
3.1.1.03.01.02.	Férias
3.1.1.03.01.03.	13º Salário
3.1.1.03.01.04.	Previdência Social
3.1.1.03.01.05.	FGTS
3.1.1.03.01.06.	PIS sobre folha de pagamento
3.1.1.03.01.07.	Seguro de Vida de Empregados
3.1.1.03.01.08.	Alimentação do Trabalhador
3.1.1.03.01.09.	Auxílio-transporte
3.1.1.03.01.10.	Assistência Médica e Social
3.1.1.03.01.11.	Rescisão de Contrato de Trabalho
3.1.1.03.01.12.	Estagiários
3.1.1.03.01.13.	Outras Despesas com Pessoal (especificar, criando contas)
3.1.1.03.02.	ALUGUÉIS E CONDOMÍNIOS
3.1.1.03.02.01.	Locação de Bens Móveis
3.1.1.03.02.02.	Locação de Bens Imóveis
3.1.1.03.02.03.	Taxas de Condomínios
3.1.1.03.03.	DESPESAS COM TRANSPORTES E VIAGENS
3.1.1.03.03.01.	Passagens aéreas
3.1.1.03.03.02.	Frete e Carretos
3.1.1.03.03.03.	Fretamento de Aeronaves
3.1.1.03.03.04.	Combustíveis, Óleos e Lubrificantes
3.1.1.03.03.05.	Transporte Rodoviário de Passageiros (Urbanos, Interestaduais e Intermunicipais)
3.1.1.03.03.06.	Pedágios e Serviços de Táxi
3.1.1.03.03.07.	Hospedagens e Estádias
3.1.1.03.03.08.	Outras Despesas com Transportes e Viagens (especificar, criando contas)
3.1.1.03.04.	SERVIÇOS TÉCNICO-PROFISSIONAIS
3.1.1.03.04.01.	Serviços Contábeis
3.1.1.03.04.02.	Serviços de Informática
3.1.1.03.04.03.	Serviços de Consultoria Jurídica
3.1.1.03.04.04.	Encargos Sociais
3.1.1.03.04.05.	Outros Serviços Técnicos e Profissionais (especificar, criando contas)
3.1.1.03.05.	MATERIAL DE CONSUMO
3.1.1.03.05.01.	Materiais de Expediente
3.1.1.03.05.02.	Materiais Impressos
3.1.1.03.05.03.	Materiais de Informática
3.1.1.03.05.04.	Materiais de Copa e Cozinha
3.1.1.03.05.05.	Materiais de Limpeza e Higiene
3.1.1.03.05.06.	Outros Materiais de Consumo (especificar, criando contas)
3.1.1.03.06.	SERVIÇOS E UTILIDADES

Portaria TSE nº 521, 18.10.2011.

3.1.1.03.06.01.	Energia Elétrica
3.1.1.03.06.02.	Água e Esgoto
3.1.1.03.06.03.	Telecomunicações
3.1.1.03.06.04.	Serviços Postais
3.1.1.03.06.05.	Segurança e Vigilância
3.1.1.03.06.06.	Serviços de Limpeza
3.1.1.03.06.07.	Cópias, encadernações e serviços similares
3.1.1.03.06.08.	Serviços Cartorários
3.1.1.03.06.09.	Outros Serviços e Utilidades (especificar, criando contas)
3.1.1.03.07.	TRIBUTOS
3.1.1.03.07.01.	IPTU
3.1.1.03.07.02.	IPVA
3.1.1.03.07.03.	Taxas
3.1.1.03.07.04.	Outros tributos (especificar, criando contas)
3.1.1.03.08.	DESPESAS GERAIS
3.1.1.03.08.01.	Assinaturas e aquisições de periódicos
3.1.1.03.08.02.	Publicações
3.1.1.03.08.03.	Seguros
3.1.1.03.08.04.	Manutenção, Conservação e Reparos de Bens
3.1.1.03.08.05.	Despesas Judiciais
3.1.1.03.08.06.	Outras Despesas Gerais (especificar, criando contas)
3.1.1.03.09.	TRANSFERÊNCIAS EFETUADAS
3.1.1.03.09.01.	TRANSFERÊNCIAS EFETUADAS - RECURSOS FINANCEIROS
3.1.1.03.09.01.01	Direção Nacional (especificar, criando contas)
3.1.1.03.09.01.02	Direção Estadual (especificar, criando contas)
3.1.1.03.09.01.03	Direção Municipal (especificar, criando contas)
3.1.1.03.09.01.04	Candidato (especificar, criando contas)
3.1.1.03.09.01.05	Comitê Financeiro (especificar, criando contas)
3.1.1.03.09.02.	TRANSFERÊNCIAS EFETUADAS - RECURSOS ESTIMÁVEIS EM DINHEIRO
3.1.1.03.09.02.01	Direção Nacional (especificar, criando contas)
3.1.1.03.09.02.02	Direção Estadual (especificar, criando contas)
3.1.1.03.09.02.03	Direção Municipal (especificar, criando contas)
3.1.1.03.09.02.04	Candidato (especificar, criando contas)
3.1.1.03.09.02.05	Comitê Financeiro (especificar, criando contas)
3.1.1.03.10.	DESPESAS DIVERSAS
3.1.1.03.10.01.	Despesas de Rádio e Televisão
3.1.1.03.10.02.	Despesas com Comitês Financeiros
3.1.1.03.10.03.	Despesas com Comícios
3.1.1.03.10.04.	Despesas com Eventos Promocionais
3.1.1.03.10.05.	Pesquisas e Testes Pré-eleitorais
3.1.1.03.10.06.	Propaganda e Publicidade
3.1.1.03.10.07.	Convenções Eleitorais
3.1.1.03.10.08.	Produção de Audiovisuais
3.1.1.03.10.09.	Outras despesas de campanha eleitoral (especificar criando contas)
3.1.1.04.	ENCARGOS FINANCEIROS
3.1.1.04.01.	DESPESAS FINANCEIRAS
3.1.1.04.01.01.	Comissões e Taxas Bancárias
3.1.1.04.01.02.	Correção Monetária de Obrigações
3.1.1.04.01.03.	IRF sobre rendimentos de aplicações financeiras
3.1.1.04.01.04.	Outras Despesas Financeiras (especificar, criando contas)
3.1.1.05.	DESPESAS COM CRIAÇÃO E/OU MANUTENÇÃO DE PROGRAMAS DE PROMOÇÃO E DIFUSÃO DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES
3.1.1.05.01.	(a especificar criando contas)
3.1.1.05.02.	Multa (Art. 44, V, § 5º da Lei 9.096/95)
3.1.1.06.	OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS
3.1.1.06.01.	Provisão para Perdas

Portaria TSE nº 521, 18.10.2011.

3.1.1.06.02.	Outras Despesas Operacionais (especificar, criando contas)
3.1.2.	DESPESAS EFETUADAS COM OUTROS RECURSOS
3.1.2.01.	DESPESAS ADMINISTRATIVAS
3.1.2.01.01.	DESPESAS COM PESSOAL
3.1.2.01.01.01.	Salários e Ordenados
3.1.2.01.01.02.	Férias
3.1.2.01.01.03.	13º Salário
3.1.2.01.01.04.	Previdência Social
3.1.2.01.01.05.	FGTS
3.1.2.01.01.06.	PIS sobre folha de pagamento
3.1.2.01.01.07.	Seguro de Vida de Empregados
3.1.2.01.01.08.	Alimentação do Trabalhador
3.1.2.01.01.09.	Auxílio-transporte
3.1.2.01.01.10.	Assistência Médica e Social
3.1.2.01.01.11.	Rescisão de Contrato de Trabalho
3.1.2.01.01.12.	Estagiários
3.1.2.01.01.13.	Outras Despesas com Pessoal (especificar, criando contas)
3.1.2.01.02.	ALUGUÉIS E CONDOMÍNIOS
3.1.2.01.02.01.	Locação de Bens Móveis
3.1.2.01.02.02.	Locação de Bens Imóveis
3.1.2.01.02.03.	Taxas de Condomínios
3.1.2.01.03.	DESPESAS COM TRANSPORTES E VIAGENS
3.1.2.01.03.01.	Passagens aéreas
3.1.2.01.03.02.	Frete e Carretos
3.1.2.01.03.03.	Fretamento de Aeronaves
3.1.2.01.03.04.	Combustíveis, Óleos e Lubrificantes
3.1.2.01.03.05.	Transporte Rodoviário de Passageiros (Urbanos, Interestaduais e Intermunicipais)
3.1.2.01.03.06.	Pedágios e Serviços de Táxi
3.1.2.01.03.07.	Hospedagens e Estadias
3.1.2.01.03.08.	Diárias
3.1.2.01.03.09.	Outras Despesas com Transportes e Viagens (especificar, criando contas)
3.1.2.01.04.	SERVIÇOS TÉCNICO-PROFISSIONAIS
3.1.2.01.04.01.	Serviços Contábeis
3.1.2.01.04.02.	Serviços de Informática
3.1.2.01.04.03.	Serviços de Consultoria Jurídica
3.1.2.01.04.04.	Encargos Sociais
3.1.2.01.04.05.	Outros Serviços Técnicos e Profissionais (especificar, criando contas)
3.1.2.01.05.	MATERIAL DE CONSUMO
3.1.2.01.05.01.	Materiais de Expediente
3.1.2.01.05.02.	Materiais Impressos
3.1.2.01.05.03.	Materiais de Informática
3.1.2.01.05.04.	Materiais de Copa e Cozinha
3.1.2.01.05.05.	Materiais de Limpeza e Higiene
3.1.2.01.05.06.	Outros Materiais de Consumo (especificar, criando contas)
3.1.2.01.06.	MATERIAIS PARA COMERCIALIZAÇÃO/DISTRIBUIÇÃO
3.1.2.01.06.01.	Materiais de Divulgação destinados à comercialização
3.1.2.01.06.02.	Outros Materiais (especificar, criando contas)
3.1.2.01.07.	SERVIÇOS E UTILIDADES
3.1.2.01.07.01.	Energia Elétrica
3.1.2.01.07.02.	Água e Esgoto
3.1.2.01.07.03.	Telecomunicações
3.1.2.01.07.04.	Serviços Postais
3.1.2.01.07.05.	Segurança e Vigilância
3.1.2.01.07.06.	Serviços de Limpeza
3.1.2.01.07.07.	Cópias, encadernações e serviços similares
3.1.2.01.07.08.	Serviços Cartorários



Portaria TSE nº 521, 18.10.2011.

3.1.2.01.07.09.	Outros Serviços e Utilidades (especificar, criando contas)
3.1.2.01.08.	TRIBUTOS
3.1.2.01.08.01.	IPJU
3.1.2.01.08.02.	IPVA
3.1.2.01.08.03.	Taxas
3.1.2.01.08.04.	Outros tributos (especificar, criando contas)
3.1.2.01.09.	DESPESAS GERAIS
3.1.2.01.09.01.	Assinaturas e aquisições de periódicos
3.1.2.01.09.02.	Publicações
3.1.2.01.09.03.	Seguros
3.1.2.01.09.04.	Manutenção, Conservação e Reparos de Bens
3.1.2.01.09.05.	Despesas Judiciais
3.1.2.01.09.06.	Donativos e Contribuições
3.1.2.01.09.07.	Outras Despesas Gerais (especificar, criando contas)
3.1.2.01.10.	TRANSFERÊNCIAS EFETUADAS
3.1.2.01.10.01.	TRANSFERÊNCIAS EFETUADAS - RECURSOS FINANCEIROS
3.1.2.01.10.01.01	Direção Nacional (especificar, criando contas)
3.1.2.01.10.01.02	Direção Estadual (especificar, criando contas)
3.1.2.01.10.01.03	Direção Municipal (especificar, criando contas)
3.1.2.01.10.01.04	Candidato (especificar, criando contas)
3.1.2.01.10.01.05	Comitê Financeiro (especificar, criando contas)
3.1.2.01.10.02.	TRANSFERÊNCIAS EFETUADAS - RECURSOS ESTIMÁVEIS EM DINHEIRO
3.1.2.01.10.02.01	Direção Nacional (especificar, criando contas)
3.1.2.01.10.02.02	Direção Estadual (especificar, criando contas)
3.1.2.01.10.02.03	Direção Municipal (especificar, criando contas)
3.1.2.01.10.02.04	Candidato (especificar, criando contas)
3.1.2.01.10.02.05	Comitê Financeiro (especificar, criando contas)
3.1.2.01.11.	DESPESAS COM DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO
3.1.2.01.11.01.	Depreciação
3.1.2.01.11.02.	Amortização
3.1.2.02.	DESPESAS COM FINS DOUTRINÁRIOS E/OU POLÍTICOS
3.1.2.02.01.	PROPAGANDA DOUTRINÁRIA E POLÍTICA
3.1.2.02.01.01.	Despesas com Rádio e Televisão
3.1.2.02.01.02.	Despesas com Eventos Promocionais
3.1.2.02.01.03.	Despesas com Produções de Audiovisuais
3.1.2.02.01.04.	Despesas com Pesquisas de Opinião Pública
3.1.2.02.01.05.	Outros (especificar, criando contas)
3.1.2.02.02.	DESPESAS COM CRIAÇÃO E/OU MANUTENÇÃO DE FUNDAÇÃO DE PESQUISA OU DE DOUTRINAÇÃO E EDUCAÇÃO POLÍTICA
3.1.2.02.02.01.	(a especificar, criando contas)
3.1.2.02.03.	DESPESAS COM ALISTAMENTO
3.1.2.02.03.01.	(a especificar, criando contas)
3.1.2.02.04.	DESPESAS COM SEMINÁRIOS, CONGRESSOS E CONVENÇÕES
3.1.2.02.04.01.	Despesas com Seminários
3.1.2.02.04.02.	Despesas com Congressos
3.1.2.02.04.03.	Despesas com Convenções Partidárias
3.1.2.03.	DESPESAS COM FINS ELEITORAIS
3.1.2.03.01.	DESPESAS COM PESSOAL
3.1.2.03.01.01.	Salários e Ordenados
3.1.2.03.01.02.	Férias
3.1.2.03.01.03.	13º Salário
3.1.2.03.01.04.	Previdência Social
3.1.2.03.01.05.	FGTS
3.1.2.03.01.06.	PIS sobre folha de pagamento
3.1.2.03.01.07.	Seguro de Vida de Empregados
3.1.2.03.01.08.	Alimentação do Trabalhador

Portaria TSE nº 521, 18.10.2011.

3.1.2.03.01.09.	Auxílio-transporte
3.1.2.03.01.10.	Assistência Médica e Social
3.1.2.03.01.11.	Rescisão de Contrato de Trabalho
3.1.2.03.01.12.	Estagiários
3.1.2.03.01.13.	Outras Despesas com Pessoal (especificar, criando contas)
3.1.2.03.02.	ALUGUÉIS E CONDOMÍNIOS
3.1.2.03.02.01.	Locação de Bens Móveis
3.1.2.03.02.02.	Locação de Bens Imóveis
3.1.2.03.02.03.	Taxas de Condomínios
3.1.2.03.03.	DESPESAS COM TRANSPORTES E VIAGENS
3.1.2.03.03.01.	Passagens e Conduções
3.1.2.03.03.02.	Fretes e Carretos
3.1.2.03.03.03.	Fretamento de Aeronaves
3.1.2.03.03.04.	Combustíveis, Óleos e Lubrificantes
3.1.2.03.03.05.	Transporte Rodoviário de Passageiros (Urbanos, Interestaduais e Intermunicipais)
3.1.2.03.03.06.	Outras Despesas com Transportes e Viagens (especificar, criando contas)
3.1.2.03.04.	SERVIÇOS TÉCNICO-PROFISSIONAIS
3.1.2.03.04.01.	Serviços Contábeis
3.1.2.03.04.02.	Serviços de Informática
3.1.2.03.04.03.	Serviços de Consultoria Jurídica
3.1.2.03.04.04.	Encargos Sociais
3.1.2.03.04.05.	Outros Serviços Técnicos e Profissionais (especificar, criando contas)
3.1.2.03.05.	MATERIAL DE CONSUMO
3.1.2.03.05.01.	Materiais de Expediente
3.1.2.03.05.02.	Materiais Impressos
3.1.2.03.05.03.	Materiais de Informática
3.1.2.03.05.04.	Materiais de Copa e Cozinha
3.1.2.03.05.05.	Materiais de Limpeza e Higiene
3.1.2.03.05.06.	Outros Materiais de Consumo (especificar, criando contas)
3.1.2.03.06.	SERVIÇOS E UTILIDADES
3.1.2.03.06.01.	Energia Elétrica
3.1.2.03.06.02.	Água e Esgoto
3.1.2.03.06.03.	Telecomunicações
3.1.2.03.06.04.	Serviços Postais
3.1.2.03.06.05.	Segurança e Vigilância
3.1.2.03.06.06.	Serviços de Limpeza
3.1.2.03.06.07.	Cópias, encadernações e serviços similares
3.1.2.03.06.08.	Serviços Cartorários
3.1.2.03.06.09.	Outros Serviços e Utilidades (especificar, criando contas)
3.1.2.03.07.	TRIBUTOS
3.1.2.03.07.01.	IPU
3.1.2.03.07.02.	IPVA
3.1.2.03.07.03.	Taxas
3.1.2.03.07.04.	Outros tributos (especificar, criando contas)
3.1.2.03.08.	DESPESAS GERAIS
3.1.2.03.08.01.	Assinaturas e aquisições de periódicos
3.1.2.03.08.02.	Publicações
3.1.2.03.08.03.	Seguros
3.1.2.03.08.04.	Manutenção, Conservação e Reparos de Bens
3.1.2.03.08.05.	Despesas Judiciais
3.1.2.03.08.06.	Donativos e Contribuições
3.1.2.03.08.07.	Outras Despesas Gerais (especificar, criando contas, exceto juros e multas)
3.1.2.03.09.	TRANSFERÊNCIAS EFETUADAS
3.1.2.03.09.01.	TRANSFERÊNCIAS EFETUADAS - RECURSOS FINANCEIROS
3.1.2.03.09.01.01	Direção Nacional (especificar, criando contas)
3.1.2.03.09.01.02	Direção Estadual (especificar, criando contas)

3.1.2.03.09.01.03	Direção Municipal (especificar, criando contas)
3.1.2.03.09.01.04	Candidato (especificar, criando contas)
3.1.2.03.09.01.05	Comitê Financeiro (especificar, criando contas)
3.1.2.03.09.02	TRANSFERÊNCIAS EFETUADAS - RECURSOS ESTIMÁVEIS EM DINHEIRO
3.1.2.03.09.02.01	Direção Nacional (especificar, criando contas)
3.1.2.03.09.02.02	Direção Estadual (especificar, criando contas)
3.1.2.03.09.02.03	Direção Municipal (especificar, criando contas)
3.1.2.03.09.02.04	Candidato (especificar, criando contas)
3.1.2.03.09.02.05	Comitê Financeiro (especificar, criando contas)
3.1.2.03.10	DESPESAS DIVERSAS
3.1.2.03.10.01	Despesas de Rádio e Televisão
3.1.2.03.10.02	Despesas com Comitês Financeiros
3.1.2.03.10.03	Despesas com Comícios
3.1.2.03.10.04	Despesas com Eventos Promocionais
3.1.2.03.10.05	Pesquisas e Testes Pré-eleitorais
3.1.2.03.10.06	Propaganda e Publicidade
3.1.2.03.10.07	Convenções Eleitorais
3.1.2.03.10.08	Produção de Audiovisuais
3.1.2.03.10.09	Outras despesas de campanha eleitoral (especificar criando contas, exceto juros e multas)
3.1.2.04	ENCARGOS FINANCEIROS
3.1.2.04.01	DESPESAS FINANCEIRAS
3.1.2.04.01.01	Juros
3.1.2.04.01.02	Multas
3.1.2.04.01.03	Comissões e Taxas Bancárias
3.1.2.04.01.04	Correção Monetária de Obrigações
3.1.2.04.01.05	IRF sobre rendimentos de aplicações financeiras
3.1.2.04.01.06	Outras Despesas Financeiras (especificar, criando contas)
3.1.2.05	DESPESAS COM CRIAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PROGRAMAS DE PROMOÇÃO E DIFUSÃO DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES
3.1.2.05.01	(a especificar, criando contas)
3.1.2.05.02	Multa (Art. 44, V, § 5º, da Lei 9.096/1995)
3.1.2.06	OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS
3.1.2.06.01	Provisão para Perdas
3.1.2.06.02	Outras Despesas Operacionais (especificar, criando contas)
3.2	DESPESAS NÃO-OPERACIONAIS
3.2.1	PERDA NA ALIENAÇÃO DE BENS DE USO
3.2.1.01	PERDA NA ALIENAÇÃO DE BENS DE USO – FUNDO PARTIDÁRIO (especificar, criando contas)
3.2.1.02	PERDA NA ALIENAÇÃO DE BENS DE USO – OUTROS RECURSOS (especificar, criando contas)
3.2.2	OUTRAS DESPESAS NÃO-OPERACIONAIS
3.2.2.01	OUTRAS DESPESAS NÃO OPERACIONAIS - FUNDO PARTIDÁRIO (especificar, criando contas)
3.2.2.02	OUTRAS DESPESAS NÃO OPERACIONAIS - OUTROS RECURSOS (especificar, criando contas)
4	RECEITAS
4.1	RECEITAS OPERACIONAIS
4.1.1	RECEITAS OPERACIONAIS - FUNDO PARTIDÁRIO
4.1.1.01	COTAS RECEBIDAS
4.1.1.01.01	Cotas recebidas em Recursos Financeiros
4.1.1.02	RECEITAS DE SOBRAS DE CAMPANHA - FINANCEIRAS - FUNDO PARTIDÁRIO – A PARTIR DO PLEITO DE 2010
4.1.1.02.01	Sobras de Campanha - Candidatos
4.1.1.02.02	Sobras de Campanha – Comitês
4.1.1.02.03	Sobras de Campanha – Partidos Políticos
4.1.1.03	RECEITAS DE SOBRAS DE CAMPANHA - BENS PERMANENTES ESTIMÁVEIS - FUNDO PARTIDÁRIO – A PARTIR DO PLEITO DE 2010
4.1.1.03.01	Sobras de Campanha - Candidatos
4.1.1.03.02	Sobras de Campanha – Comitês
4.1.1.03.03	Sobras de Campanha – Partidos Políticos



14

Portaria TSE nº 521, 18.10.2011.

4.1.2.07.01.	Sobras de Campanha - Candidatos
4.1.2.07.02.	Sobras de Campanha - Comitês
4.1.2.07.03.	Sobras de Campanha - Partidos Políticos
4.1.3.	OUTRAS RECEITAS
4.1.3.01.	OUTRAS RECEITAS DIVERSAS
4.1.3.01.01.	Venda de Materiais de Divulgação
4.1.3.01.02.	Taxas de Inscrição
4.1.3.01.03.	Aluguéis
4.1.3.01.04.	Venda de Publicações
4.1.3.01.05.	Rendimentos de Cartões de Crédito
4.1.3.01.06.	Receitas com Eventos Realizados
4.1.3.01.07.	Outras Receitas Operacionais (especificar, criando contas)
4.2.	RECEITAS NÃO-OPERACIONAIS
4.2.1.	LUCRO NA ALIENAÇÃO DE BENS DE USO
4.2.1.01.	LUCRO NA ALIENAÇÃO DE BENS DE USO - FUNDO PARTIDÁRIO (especificar, criando contas)
4.2.1.02.	LUCRO NA ALIENAÇÃO DE BENS DE USO - OUTROS RECURSOS (especificar, criando contas)
4.2.2.	OUTRAS RECEITAS NÃO-OPERACIONAIS
4.2.2.01.	OUTRAS RECEITAS NÃO OPERACIONAIS - FUNDO PARTIDÁRIO (especificar, criando contas)
4.2.2.02.	OUTRAS RECEITAS NÃO OPERACIONAIS - OUTROS RECURSOS (especificar, criando contas)
5.	APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
5.1.	APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - FUNDO PARTIDÁRIO
5.1.1.	RESULTADO DO EXERCÍCIO
5.1.1.01.	Resultado Apurado no Exercício
5.2.	APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - OUTROS RECURSOS
5.2.1.	RESULTADO DO EXERCÍCIO
5.2.1.01.	Resultado Apurado no Exercício

ANEXO 6 – Demonstrativo de receitas e despesas no Plano de Contas publicado na

Portaria do TSE nº 28, de 26 de janeiro de 2015

3.0.01.01.02.	Supervisão da Gestão do Exercício
3.	DESPESAS
3.1.	DESPESAS DA ATIVIDADE PARTIDÁRIA
3.1.1.	DESPESAS EFETUADAS COM FUNDO PARTIDÁRIO
3.1.1.01.	DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS - FUNDO PARTIDÁRIO
3.1.1.01.01.	PESSOAL
3.1.1.01.01.01.	Salários e ordenados

3.1.1.01.01.02.	Férias
3.1.1.01.01.03.	13º salário
3.1.1.01.01.04.	Previdência social
3.1.1.01.01.05.	FGTS
3.1.1.01.01.06.	PIS sobre folha de pagamento
3.1.1.01.01.07.	Seguro de vida de empregados
3.1.1.01.01.08.	Alimentação do trabalhador
3.1.1.01.01.09.	Auxílio-transporte
3.1.1.01.01.10.	Assistência médica e social
3.1.1.01.01.11.	Rescisão de contrato de trabalho
3.1.1.01.01.12.	Estagiários
3.1.1.01.01.13.	Outras despesas com pessoal
3.1.1.01.02.	ALUGUÉIS E CONDOMÍNIOS
3.1.1.01.02.01.	Locação de bens móveis
3.1.1.01.02.02.	Locação de bens imóveis
3.1.1.01.02.03.	Taxas de condomínios
3.1.1.01.03.	DESPESAS COM TRANSPORTES E VIAGENS
3.1.1.01.03.01.	Passagens aéreas
3.1.1.01.03.02.	Hospedagens e estadias
3.1.1.01.03.03.	Fretamento de aeronaves
3.1.1.01.03.04.	Combustíveis, óleos e lubrificantes
3.1.1.01.03.05.	Transporte rodoviário de passageiros
3.1.1.01.03.06.	Serviços de táxi
3.1.1.01.03.07.	Fretes e carretos
3.1.1.01.03.08.	Pedágios
3.1.1.01.03.09.	Outras despesas com transportes e viagens
3.1.1.01.04.	SERVIÇOS TÉCNICO-PROFISSIONAIS
3.1.1.01.04.01.	Serviços contábeis
3.1.1.01.04.02.	Serviços de informática
3.1.1.01.04.03.	Serviços de consultoria jurídica
3.1.1.01.04.04.	Encargos sociais
3.1.1.01.04.05.	Outros serviços técnicos e profissionais

3.1.1.01.11.02.	Amortização
3.1.1.02.	PROPAGANDA DOCTRINÁRIA E POLÍTICA - FUNDO PARTIDÁRIO
3.1.1.02.01.	PROPAGANDA INSTITUCIONAL
3.1.1.02.01.01.	Despesas de rádio e televisão
3.1.1.02.01.02.	Despesas com eventos promocionais
3.1.1.02.01.03.	Despesas com produções de audiovisuais
3.1.1.02.01.04.	Despesas com pesquisas de opinião pública
3.1.1.02.01.05.	Outras despesas com propaganda doutrinária e política
3.1.1.02.02.	DESPESAS COM CRIAÇÃO E MANUTENÇÃO DE FUNDAÇÃO DE PESQUISA OU DE DOCTRINAÇÃO E EDUCAÇÃO POLÍTICA
3.1.1.02.02.01.	Fundação partidária
3.1.1.02.03.	DESPESAS COM ALISTAMENTO
3.1.1.02.03.01.	Despesas com alistamento
3.1.1.02.04.	DESPESAS COM SEMINÁRIOS, CONGRESSOS E CONVENÇÕES
3.1.1.02.04.01.	Despesas com seminários
3.1.1.02.04.02.	Despesas com congressos
3.1.1.02.04.03.	Despesas com convenções partidárias
3.1.1.03.	DESPESAS COM FINS ELEITORAIS - FUNDO PARTIDÁRIO
3.1.1.03.01.	PESSOAL
3.1.1.03.01.01.	Salários e ordenados
3.1.1.03.01.02.	Férias
3.1.1.03.01.03.	13º salário
3.1.1.03.01.04.	Previdência social
3.1.1.03.01.05.	FGTS
3.1.1.03.01.06.	PIS sobre folha de pagamento
3.1.1.03.01.07.	Seguro de vida de empregados
3.1.1.03.01.08.	Alimentação do trabalhador
3.1.1.03.01.09.	Auxílio-transporte
3.1.1.03.01.10.	Assistência médica e social
3.1.1.03.01.11.	Rescisão de contrato de trabalho
3.1.1.03.01.12.	Estagiários
3.1.1.03.01.13.	Outras despesas com pessoal
3.1.1.03.02.	ALUGUÉIS E CONDOMÍNIOS
3.1.1.03.02.01.	Locação de bens móveis
3.1.1.03.02.02.	Locação de bens imóveis
3.1.1.03.02.03.	Taxas de condomínios
3.1.1.03.03.	DESPESAS COM TRANSPORTES E VIAGENS
3.1.1.03.03.01.	Passagens aéreas
3.1.1.03.03.02.	Hospedagens e estadias
3.1.1.03.03.03.	Fretamento de aeronaves
3.1.1.03.03.04.	Combustíveis, óleos e lubrificantes
3.1.1.03.03.05.	Transporte rodoviário de passageiros
3.1.1.03.03.06.	Serviços de táxi
3.1.1.03.03.07.	Frete e carretos
3.1.1.03.03.08.	Pedágios
3.1.1.03.03.09.	Outras despesas com transportes e viagens
3.1.1.03.04.	SERVIÇOS TÉCNICO-PROFISSIONAIS
3.1.1.03.04.01.	Serviços contábeis
3.1.1.03.04.02.	Serviços de informática
3.1.1.03.04.03.	Serviços de consultoria jurídica
3.1.1.03.04.04.	Encargos sociais
3.1.1.03.04.05.	Outros serviços técnicos e profissionais
3.1.1.03.05.	MATERIAL DE CONSUMO
3.1.1.03.05.01.	Materiais de expediente
3.1.1.03.05.02.	Materiais impressos
3.1.1.03.05.03.	Materiais de informática
3.1.1.03.05.04.	Materiais de copa e cozinha
3.1.1.03.05.05.	Materiais de limpeza
3.1.1.03.05.06.	Outros materiais de consumo
3.1.1.03.06.	MATERIAIS PARA COMERCIALIZAÇÃO / DISTRIBUIÇÃO
3.1.1.03.06.01.	Materiais de divulgação destinados à comercialização
3.1.1.03.06.02.	Outros materiais para distribuição

3.1.1.01.05.	MATERIAL DE CONSUMO
3.1.1.01.05.01.	Materiais de expediente
3.1.1.01.05.02.	Materiais impressos
3.1.1.01.05.03.	Materiais de informática
3.1.1.01.05.04.	Materiais de copa e cozinha
3.1.1.01.05.05.	Materiais de limpeza
3.1.1.01.05.06.	Outros materiais de consumo
3.1.1.01.06.	MATERIAIS PARA COMERCIALIZAÇÃO / DISTRIBUIÇÃO
3.1.1.01.06.01.	Materiais de divulgação destinados à comercialização
3.1.1.01.06.02.	Outros materiais para distribuição
3.1.1.01.07.	SERVIÇOS E UTILIDADES
3.1.1.01.07.01.	Energia elétrica
3.1.1.01.07.02.	Água e esgoto
3.1.1.01.07.03.	Telecomunicações e internet
3.1.1.01.07.04.	Serviços postais
3.1.1.01.07.05.	Segurança e vigilância
3.1.1.01.07.06.	Serviços de limpeza
3.1.1.01.07.07.	Cópias, encadernações e serviços similares
3.1.1.01.07.08.	Serviços cartorários
3.1.1.01.07.09.	Outros serviços e utilidades
3.1.1.01.08.	TRIBUTOS
3.1.1.01.08.01.	IPTU
3.1.1.01.08.02.	IPVA
3.1.1.01.08.03.	Taxas
3.1.1.01.08.04.	Outros tributos
3.1.1.01.09.	DESPESAS GERAIS
3.1.1.01.09.01.	Assinaturas e aquisições de periódicos
3.1.1.01.09.02.	Publicações
3.1.1.01.09.03.	Seguros
3.1.1.01.09.04.	Manutenção, conservação e reparos de bens
3.1.1.01.09.05.	Despesas judiciais
3.1.1.01.09.06.	Outras despesas gerais
3.1.1.01.10.	TRANSFERÊNCIAS EFETUADAS - RECURSOS FINANCEIROS
3.1.1.01.10.01.	Direção Nacional
3.1.1.01.10.02.	Direção Estadual
3.1.1.01.10.03.	Direção Municipal
3.1.1.01.10.04.	Candidato
3.1.1.01.10.05.	Comitê financeiro
3.1.1.01.11.	DESPESAS COM DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO
3.1.1.01.11.01.	Depreciação

3.1.1.03.07.	SERVIÇOS E UTILIDADES
3.1.1.03.07.01.	Energia elétrica
3.1.1.03.07.02.	Água e esgoto
3.1.1.03.07.03.	Telecomunicações e internet
3.1.1.03.07.04.	Serviços postais
3.1.1.03.07.05.	Segurança e vigilância
3.1.1.03.07.06.	Serviços de limpeza
3.1.1.03.07.07.	Cópias, encadernações e serviços similares
3.1.1.03.07.08.	Serviços cartorários
3.1.1.03.07.09.	Outros serviços e utilidades

3.1.1.03.08.	TRIBUTOS
3.1.1.03.08.01.	IPTU
3.1.1.03.08.02.	IPVA
3.1.1.03.08.03.	Taxas
3.1.1.03.08.04.	Outros tributos
3.1.1.03.09.	DESPESAS GERAIS
3.1.1.03.09.01.	Assinaturas e aquisições de periódicos
3.1.1.03.09.02.	Publicações
3.1.1.03.09.03.	Seguros
3.1.1.03.09.04.	Manutenção, conservação e reparos de bens
3.1.1.03.09.05.	Despesas judiciais
3.1.1.03.09.06.	Outras despesas gerais
3.1.1.03.10.	DESPESAS DIVERSAS
3.1.1.03.10.01.	Despesas de rádio e televisão
3.1.1.03.10.02.	Despesas com instalação de comitês financeiros e de campanha
3.1.1.03.10.03.	Despesas com comícios e militância de rua
3.1.1.03.10.04.	Despesas com eventos promocionais
3.1.1.03.10.05.	Pesquisas e testes pré-eleitorais
3.1.1.03.10.06.	Propaganda e publicidade
3.1.1.03.10.07.	Convenções eleitorais
3.1.1.03.10.08.	Produção de audiovisuais
3.1.1.03.10.09.	Outras despesas de campanha eleitoral
3.1.1.03.11.	ASSUNÇÃO DE DÍVIDAS DE CAMPANHA - FUNDO PARTIDÁRIO
3.1.1.03.11.01.	Dívidas de candidatos
3.1.1.03.11.02.	Dívidas de comitês financeiros
3.1.1.03.11.03.	Dívidas de diretórios partidários
3.1.1.03.12.	TRANSFERÊNCIAS EFETUADAS - RECURSOS FINANCEIROS
3.1.1.03.12.01.	Direção Nacional
3.1.1.03.12.02.	Direção Estadual
3.1.1.03.12.03.	Direção Municipal
3.1.1.03.12.04.	Candidato
3.1.1.03.12.05.	Comitê financeiro
3.1.1.04.	ENCARGOS FINANCEIROS - FUNDO PARTIDÁRIO
3.1.1.04.01.	DESPESAS FINANCEIRAS
3.1.1.04.01.01.	Comissões e tarifas bancárias
3.1.1.04.01.02.	Atualização monetária de empréstimos e financiamentos
3.1.1.04.01.04.	Outras despesas financeiras
3.1.1.05.	DESPESAS COM CRIAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PROGRAMAS DE PROMOÇÃO E DIFUSÃO DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES - FUNDO PARTIDÁRIO
3.1.1.05.01.	AÇÕES, PROGRAMAS E PROJETOS - MULHERES
3.1.1.05.01.01.	Despesas com pessoal - mulheres
3.1.1.05.01.02.	Aluguéis e condomínios - mulheres
3.1.1.05.01.03.	Despesas com transportes e viagens - mulheres
3.1.1.05.01.04.	Serviços técnico-profissionais - mulheres
3.1.1.05.01.05.	Material de consumo - mulheres
3.1.1.05.01.06.	Materiais para comercialização / distribuição - mulheres
3.1.1.05.01.07.	Serviços e utilidades - mulheres
3.1.1.05.01.08.	Propaganda doutrinária e política - mulheres
3.1.1.05.01.09.	Despesas com alistamento - mulheres
3.1.1.05.01.10.	Despesas com seminários, congressos e convenções - mulheres
3.1.1.05.01.11.	Outras despesas para participação da mulher na política
3.1.1.06.	OUTRAS DESPESAS - FUNDO PARTIDÁRIO
3.1.1.06.01.	PERDAS COM ATIVOS
3.1.1.06.01.01.	Provisão para perdas
3.1.1.06.01.02.	Perda na alienação de bens
3.1.1.06.01.03.	Sinistros, roubos e outras perdas

3.1.1.06.01.03.	Sinistros, roubos e outras perdas
3.1.1.06.02.	TRANSFERÊNCIAS EFETUADAS - RECURSOS ESTIMÁVEIS EM DINHEIRO ORIUNDOS DE FUNDO PARTIDÁRIO
3.1.1.06.02.01.	Direção Nacional
3.1.1.06.02.02.	Direção Estadual
3.1.1.06.02.03.	Direção Municipal
3.1.1.06.02.04.	Candidato
3.1.1.06.02.05.	Comitê financeiro
3.1.2.	DESPESAS EFETUADAS COM OUTROS RECURSOS
3.1.2.01.	DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS - OUTROS RECURSOS
3.1.2.01.01.	PESSOAL
3.1.2.01.01.01.	Salários e ordenados
3.1.2.01.01.02.	Férias
3.1.2.01.01.03.	13º salário
3.1.2.01.01.04.	Previdência social
3.1.2.01.01.05.	FGTS
3.1.2.01.01.06.	PIS sobre folha de pagamento

3.1.2.01.01.07.	Seguro de vida de empregados
3.1.2.01.01.08.	Alimentação do trabalhador
3.1.2.01.01.09.	Auxílio-transporte
3.1.2.01.01.10.	Assistência médica e social
3.1.2.01.01.11.	Rescisão de contrato de trabalho
3.1.2.01.01.12.	Estagiários
3.1.2.01.01.13.	Outras despesas com pessoal
3.1.2.01.02.	ALUGUÉIS E CONDOMÍNIOS
3.1.2.01.02.01.	Locação de bens móveis
3.1.2.01.02.02.	Locação de bens imóveis
3.1.2.01.02.03.	Taxas de condomínios
3.1.2.01.03.	DESPESAS COM TRANSPORTES E VIAGENS
3.1.2.01.03.01.	Passagens aéreas
3.1.2.01.03.02.	Hospedagens e estadias
3.1.2.01.03.03.	Fretamento de aeronaves
3.1.2.01.03.04.	Combustíveis, óleos e lubrificantes
3.1.2.01.03.05.	Transporte rodoviário de passageiros
3.1.2.01.03.06.	Serviços de táxi
3.1.2.01.03.07.	Fretes e carretos
3.1.2.01.03.08.	Pedágios
3.1.2.01.03.09.	Outras despesas com transportes e viagens
3.1.2.01.04.	SERVIÇOS TÉCNICO-PROFISSIONAIS
3.1.2.01.04.01.	Serviços contábeis
3.1.2.01.04.02.	Serviços de informática
3.1.2.01.04.03.	Serviços de consultoria jurídica
3.1.2.01.04.04.	Encargos sociais
3.1.2.01.04.05.	Outros serviços técnicos e profissionais
3.1.2.01.05.	MATERIAL DE CONSUMO
3.1.2.01.05.01.	Materiais de expediente
3.1.2.01.05.02.	Materiais impressos
3.1.2.01.05.03.	Materiais de informática
3.1.2.01.05.04.	Materiais de copa e cozinha
3.1.2.01.05.05.	Materiais de limpeza
3.1.2.01.05.06.	Outros materiais de consumo
3.1.2.01.06.	MATERIAIS PARA COMERCIALIZAÇÃO / DISTRIBUIÇÃO
3.1.2.01.06.01.	Materiais de divulgação destinados à comercialização
3.1.2.01.06.02.	Outros materiais para distribuição
3.1.2.01.07.	SERVIÇOS E UTILIDADES
3.1.2.01.07.01.	Energia elétrica
3.1.2.01.07.02.	Água e esgoto
3.1.2.01.07.03.	Telecomunicações e internet
3.1.2.01.07.04.	Serviços postais
3.1.2.01.07.05.	Segurança e vigilância
3.1.2.01.07.06.	Serviços de limpeza
3.1.2.01.07.07.	Cópias, encadernações e serviços similares
3.1.2.01.07.08.	Serviços cartorários
3.1.2.01.07.09.	Outros serviços e utilidades
3.1.2.01.08.	TRIBUTOS

3.1.2.01.09.	DESPESAS GERAIS
3.1.2.01.09.01.	Assinaturas e aquisições de periódicos
3.1.2.01.09.02.	Publicações
3.1.2.01.09.03.	Seguros
3.1.2.01.09.04.	Manutenção, conservação e reparos de bens
3.1.2.01.09.05.	Despesas judiciais
3.1.2.01.09.06.	Outras despesas gerais
3.1.2.01.10.	TRANSFERÊNCIAS EFETUADAS - RECURSOS FINANCEIROS
3.1.2.01.10.01.	Direção Nacional
3.1.2.01.10.02.	Direção Estadual
3.1.2.01.10.03.	Direção Municipal
3.1.2.01.10.04.	Candidato
3.1.2.01.10.05.	Comitê financeiro
3.1.2.01.11.	DESPESAS COM DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO
3.1.2.01.11.01.	Depreciação
3.1.2.01.11.02.	Amortização
3.1.2.02.	PROPAGANDA DOUTRINÁRIA E POLÍTICA - OUTROS RECURSOS
3.1.2.02.01.	PROPAGANDA INSTITUCIONAL
3.1.2.02.01.01.	Despesas de rádio e televisão
3.1.2.02.01.02.	Despesas com eventos promocionais

3.1.2.02.01.03.	Despesas com produções de audiovisuais
3.1.2.02.01.04.	Despesas com pesquisas de opinião pública
3.1.2.02.01.05.	Outras despesas com propaganda doutrinária e política
3.1.2.02.02.	DESPESAS COM CRIAÇÃO E MANUTENÇÃO DE FUNDAÇÃO DE PESQUISA OU DE DOUTRINAÇÃO E EDUCAÇÃO POLÍTICA
3.1.2.02.02.01.	Fundação partidária
3.1.2.02.03.	DESPESAS COM ALISTAMENTO
3.1.2.02.03.01.	Despesas com alistamento
3.1.2.02.04.	DESPESAS COM SEMINÁRIOS, CONGRESSOS E CONVENÇÕES
3.1.2.02.04.01.	Despesas com seminários
3.1.2.02.04.02.	Despesas com congressos
3.1.2.02.04.03.	Despesas com convenções partidárias
3.1.2.03.	DESPESAS COM FINS ELEITORAIS - OUTROS RECURSOS
3.1.2.03.01.	PESSOAL
3.1.2.03.01.01.	Salários e ordenados
3.1.2.03.01.02.	Férias
3.1.2.03.01.03.	13º salário
3.1.2.03.01.04.	Previdência social
3.1.2.03.01.05.	FGTS
3.1.2.03.01.06.	PIS sobre folha de pagamento
3.1.2.03.01.07.	Seguro de vida de empregados
3.1.2.03.01.08.	Alimentação do trabalhador
3.1.2.03.01.09.	Auxílio-transporte
3.1.2.03.01.10.	Assistência médica e social
3.1.2.03.01.11.	Rescisão de contrato de trabalho
3.1.2.03.01.12.	Estagiários
3.1.2.03.01.13.	Outras despesas com pessoal
3.1.2.03.02.	ALUGUÉIS E CONDOMÍNIOS
3.1.2.03.02.01.	Locação de bens móveis
3.1.2.03.02.02.	Locação de bens imóveis
3.1.2.03.02.03.	Taxas de condomínios
3.1.2.03.03.	DESPESAS COM TRANSPORTES E VIAGENS
3.1.2.03.03.01.	Passagens aéreas
3.1.2.03.03.02.	Hospedagens e estadias
3.1.2.03.03.03.	Fretamento de aeronaves
3.1.2.03.03.04.	Combustíveis, óleos e lubrificantes
3.1.2.03.03.05.	Transporte rodoviário de passageiros
3.1.2.03.03.06.	Serviços de táxi
3.1.2.03.03.07.	Fretes e carretos

3.1.2.03.03.	DESPESAS COM TRANSPORTES E VIAGENS
3.1.2.03.03.01.	Passagens aéreas
3.1.2.03.03.02.	Hospedagens e estadias
3.1.2.03.03.03.	Fretamento de aeronaves
3.1.2.03.03.04.	Combustíveis, óleos e lubrificantes
3.1.2.03.03.05.	Transporte rodoviário de passageiros
3.1.2.03.03.06.	Serviços de táxi
3.1.2.03.03.07.	Fretes e carretos
3.1.2.03.03.08.	Pedágios
3.1.2.03.03.09.	Outras despesas com transportes e viagens
3.1.2.03.04.	SERVIÇOS TÉCNICO-PROFISSIONAIS
3.1.2.03.04.01.	Serviços contábeis
3.1.2.03.04.02.	Serviços de informática
3.1.2.03.04.03.	Serviços de consultoria jurídica
3.1.2.03.04.04.	Encargos sociais
3.1.2.03.04.05.	Outros serviços técnicos e profissionais
3.1.2.03.05.	MATERIAL DE CONSUMO
3.1.2.03.05.01.	Materiais de expediente
3.1.2.03.05.02.	Materiais impressos
3.1.2.03.05.03.	Materiais de informática
3.1.2.03.05.04.	Materiais de copa e cozinha
3.1.2.03.05.05.	Materiais de limpeza
3.1.2.03.05.06.	Outros materiais de consumo
3.1.2.03.06.	MATERIAIS PARA COMERCIALIZAÇÃO / DISTRIBUIÇÃO
3.1.2.03.06.01.	Materiais de divulgação destinados à comercialização
3.1.2.03.06.02.	Outros materiais para distribuição
3.1.2.03.07.	SERVIÇOS E UTILIDADES
3.1.2.03.07.01.	Energia elétrica
3.1.2.03.07.02.	Água e esgoto
3.1.2.03.07.03.	Telecomunicações e internet
3.1.2.03.07.04.	Serviços postais
3.1.2.03.07.05.	Segurança e vigilância
3.1.2.03.07.06.	Serviços de limpeza
3.1.2.03.07.07.	Cópias, encadernações e serviços similares
3.1.2.03.07.08.	Serviços cartorários
3.1.2.03.07.09.	Outros serviços e utilidades
3.1.2.03.08.	TRIBUTOS
3.1.2.03.08.01.	IPTU
3.1.2.03.08.02.	IPVA
3.1.2.03.08.03.	Taxas
3.1.2.03.08.04.	Outros tributos

3.1.2.03.09.	DESPESAS GERAIS
3.1.2.03.09.01.	Assinaturas e aquisições de periódicos
3.1.2.03.09.02.	Publicações
3.1.2.03.09.03.	Seguros
3.1.2.03.09.04.	Manutenção, conservação e reparos de bens
3.1.2.03.09.05.	Despesas judiciais
3.1.2.03.09.06.	Outras despesas gerais
3.1.2.03.10.	DESPESAS DIVERSAS
3.1.2.03.10.01.	Despesas de rádio e televisão
3.1.2.03.10.02.	Despesas com instalação de comitês financeiros e de campanha
3.1.2.03.10.03.	Despesas com comícios e militância de rua
3.1.2.03.10.04.	Despesas com eventos promocionais
3.1.2.03.10.05.	Pesquisas e testes pré-eleitorais
3.1.2.03.10.06.	Propaganda e publicidade
3.1.2.03.10.07.	Convenções eleitorais
3.1.2.03.10.08.	Produção de audiovisuais
3.1.2.03.10.09.	Outras despesas de campanha eleitoral
3.1.2.03.11.	ASSUNÇÃO DE DÍVIDAS DE CAMPANHA
3.1.2.03.11.01.	Dívida de candidatos
3.1.2.03.11.02.	Dívidas de comitês financeiros
3.1.2.03.11.03.	Dívidas de diretórios partidários
3.1.2.03.12.	TRANSFERÊNCIAS EFETUADAS - RECURSOS FINANCEIROS
3.1.2.03.12.01.	Direção Nacional
3.1.2.03.12.02.	Direção Estadual

3.1.2.03.12.04.	Candidato
3.1.2.03.12.05.	Comitê financeiro
3.1.2.04.	ENCARGOS FINANCEIROS - OUTROS RECURSOS
3.1.2.04.01.	DESPESAS FINANCEIRAS
3.1.2.04.01.01.	Comissões e tarifas bancárias
3.1.2.04.01.02.	Atualização monetária de empréstimos e financiamentos
3.1.2.04.01.04.	Outras despesas financeiras
3.1.2.05.	DESPESAS COM CRIAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PROGRAMAS DE PROMOÇÃO E DIFUSÃO DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES - OUTROS RECURSOS
3.1.2.05.01.	AÇÕES, PROGRAMAS E PROJETOS - MULHERES
3.1.2.05.01.01.	Despesas com pessoal - mulheres
3.1.2.05.01.02.	Aluguéis e condomínios - mulheres
3.1.2.05.01.03.	Despesas com transportes e viagens - mulheres
3.1.2.05.01.04.	Serviços técnico-profissionais - mulheres
3.1.2.05.01.05.	Material de consumo - mulheres
3.1.2.05.01.06.	Materiais para comercialização / distribuição - mulheres
3.1.2.05.01.07.	Serviços e utilidades - mulheres
3.1.2.05.01.08.	Propaganda doutrinária e política - mulheres
3.1.2.05.01.09.	Despesas com alistamento - mulheres
3.1.2.05.01.10.	Despesas com seminários, congressos e convenções - mulheres
3.1.2.05.01.11.	Outras despesas para participação da mulher na política
3.1.2.06.	OUTRAS DESPESAS - OUTROS RECURSOS
3.1.2.06.01.	PERDAS COM ATIVOS
3.1.2.06.01.01.	Provisão para perdas
3.1.2.06.01.02.	Perda na alienação de bens
3.1.2.06.01.03.	Sinistros, roubos e outras perdas
3.1.2.06.02.	TRANSFERÊNCIAS EFETUADAS - RECURSOS ESTIMÁVEIS EM DINHEIRO conforme a fonte de recursos originária
3.1.2.06.02.01.	Direção Nacional
3.1.2.06.02.02.	Direção Estadual
3.1.2.06.02.03.	Direção Municipal
3.1.2.06.02.04.	Candidato
3.1.2.06.02.05.	Comitê financeiro
4.	RECEITAS
4.1.	RECEITAS DA ATIVIDADE PARTIDÁRIA
4.1.1.	RECEITAS - FUNDO PARTIDÁRIO
4.1.1.01.	FUNDO PARTIDÁRIO - DIREÇÃO NACIONAL
4.1.1.01.01.	Cotas recebidas em recursos financeiros
4.1.1.01.01.01.	Tribunal Superior Eleitoral
4.1.1.01.04.	DOAÇÕES PARA CAMPANHAS ELEITORAIS
4.1.1.01.04.03.	Recebidas da Direção Nacional
4.1.1.01.04.04.	Recebidas de direções estaduais
4.1.1.01.04.05.	Recebidas de direções municipais
4.1.1.01.04.06.	Recebidas de candidatos
4.1.1.01.04.07.	Recebidas de comitês financeiros
4.1.1.01.04.08.	Recebidas de outros partidos políticos
4.1.1.02.	SOBRAS DE CAMPANHA

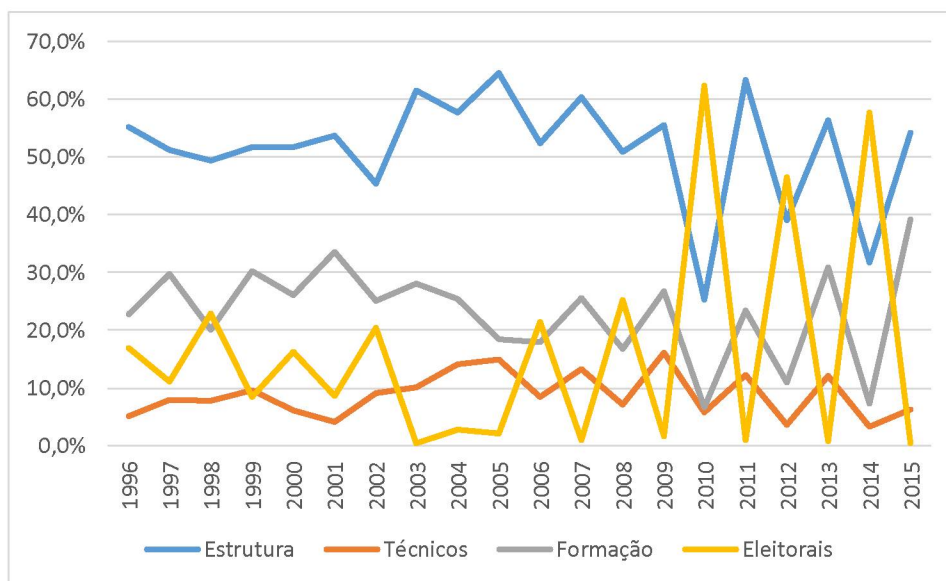
4.1.1.02.01.	SOBRAS FINANCEIRAS DE CAMPANHA - FUNDO PARTIDÁRIO
4.1.1.02.01.01.	Sobras financeiras de campanha - candidatos
4.1.1.02.01.02.	Sobras financeiras de campanha - comitês financeiros
4.1.1.02.01.03.	Sobras financeiras de campanha - partidos políticos
4.1.1.02.02.	SOBRAS DE CAMPANHA - BENS PERMANENTES ESTIMÁVEIS EM DINHEIRO - FUNDO PARTIDÁRIO
4.1.1.02.02.01.	Sobras de campanha estimáveis em dinheiro - candidatos
4.1.1.02.02.02.	Sobras de campanha estimáveis em dinheiro - comitês financeiros
4.1.1.02.02.03.	Sobras de campanha estimáveis em dinheiro - partidos políticos
4.1.1.03.	TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS - FUNDO PARTIDÁRIO
4.1.1.03.01.	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS FINANCEIROS
4.1.1.03.01.01.	Recebidas da Direção Nacional
4.1.1.03.01.02.	Recebidas de direções estaduais
4.1.1.03.01.03.	Recebidas de direções municipais
4.1.1.04.	OUTRAS RECEITAS - FUNDO PARTIDÁRIO
4.1.1.04.01.	JUROS E OUTRAS RENDAS

4.1.1.04.01.01.	Rendimentos de aplicações financeiras
4.1.1.04.01.02.	Descontos obtidos
4.1.1.04.01.03.	Outras receitas financeiras
4.1.1.04.02.	OUTRAS RECEITAS DIVERSAS
4.1.1.04.02.01.	Receitas com eventos realizados
4.1.1.04.02.02.	Taxas de inscrição
4.1.1.04.02.03.	Outras receitas diversas
4.1.1.04.03.	TRANSFERENCIAS INTRAPARTIDARIAS DE RECURSOS ESTIMAVEIS EM DINHEIRO - OBRIGACOES ASSUMIDAS
4.1.1.04.03.01.	Recebidas da Direção Nacional
4.1.1.04.03.02.	Recebidas de direções estaduais
4.1.1.04.03.03.	Recebidas de direções municipais
4.1.1.04.04.	GANHOS COM ATIVOS
4.1.1.04.04.01.	Ganho na alienação de bens
4.1.1.04.04.02.	Aluguéis
4.1.1.04.04.03.	Venda de materiais de divulgação
4.1.1.04.04.04.	Venda de publicações
4.1.1.04.04.05.	Outros ganhos
4.1.2.	RECEITAS - OUTROS RECURSOS
4.1.2.01.	DOAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES
4.1.2.01.01.	DOAÇÕES DE PESSOAS FÍSICAS
4.1.2.01.01.01.	Em recursos financeiros
4.1.2.01.01.02.	Em recursos estimáveis em dinheiro
4.1.2.01.02.	DOAÇÕES DE PESSOAS JURÍDICAS
4.1.2.01.02.01.	Em recursos financeiros
4.1.2.01.02.02.	Em recursos estimáveis em dinheiro
4.1.2.01.03.	CONTRIBUIÇÕES
4.1.2.01.03.01.	De parlamentares
4.1.2.01.03.02.	De filiados
4.1.2.01.03.03.	Outras contribuições
4.1.2.01.04.	DOAÇÕES PARA CAMPANHAS ELEITORAIS
4.1.2.01.04.01.	Pessoas físicas
4.1.2.01.04.02.	Pessoas jurídicas
4.1.2.01.04.03.	Recebidas da Direção Nacional
4.1.2.01.04.04.	Recebidas de direções estaduais
4.1.2.01.04.05.	Recebidas de direções municipais
4.1.2.01.04.06.	Recebidas de candidatos
4.1.2.01.04.07.	Recebidas de comitês financeiros
4.1.2.01.04.08.	Recebidas de outros partidos políticos
4.1.2.02.	SOBRAS DE CAMPANHA
4.1.2.02.01.	SOBRAS FINANCEIRAS DE CAMPANHA - OUTROS RECURSOS
4.1.2.02.01.01.	Sobras financeiras de campanha - candidatos
4.1.2.02.01.02.	Sobras financeiras de campanha - comitês financeiros
4.1.2.02.01.03.	Sobras financeiras de campanha - partidos políticos
4.1.2.02.02.	SOBRAS DE CAMPANHA - BENS PERMANENTES ESTIMAVEIS EM DINHEIRO - OUTROS RECURSOS
4.1.2.02.02.01.	Sobras de campanha estimáveis em dinheiro - candidatos
4.1.2.02.02.02.	Sobras de campanha estimáveis em dinheiro - comitês financeiros
4.1.2.02.02.03.	Sobras de campanha estimáveis em dinheiro - partidos políticos
4.1.2.03.	TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS - OUTROS RECURSOS
4.1.2.03.01.	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS FINANCEIROS
4.1.2.03.01.01.	Recebidas da Direção Nacional
4.1.2.03.01.02.	Recebidas de direções estaduais
4.1.2.03.01.03.	Recebidas de direções municipais
4.1.2.04.	OUTRAS RECEITAS - OUTROS RECURSOS
4.1.2.04.01.	JUROS E OUTRAS RENDAS

4.1.2.04.01.01.	Rendimentos de aplicações financeiras
4.1.2.04.01.02.	Descontos obtidos
4.1.2.04.01.03.	Outras receitas financeiras
4.1.2.04.02.	OUTRAS RECEITAS DIVERSAS
4.1.2.04.02.01.	Receitas com eventos realizados
4.1.2.04.02.02.	Taxas de inscrição
4.1.2.04.02.03.	Outras receitas diversas
4.1.2.04.03.	TRANSFERENCIAS INTRAPARTIDARIAS DE RECURSOS ESTIMAVEIS EM DINHEIRO - OBRIGACOES ASSUMIDAS
4.1.2.04.03.01.	Recebidas da Direção Nacional
4.1.2.04.03.02.	Recebidas de direções estaduais
4.1.2.04.03.03.	Recebidas de direções municipais
4.1.2.04.04.	GANHOS COM ATIVOS
4.1.2.04.04.01.	Ganho na alienação de bens
4.1.2.04.04.02.	Aluguéis
4.1.2.04.04.03.	Venda de materiais de divulgação
4.1.2.04.04.04.	Venda de publicações
4.1.2.04.04.05.	Outros ganhos
5.	SUPERÁVIT OU DÉFICIT DO EXERCÍCIO
5.1.	RESULTADO DO EXERCÍCIO
5.1.1.	APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - FUNDO PARTIDÁRIO
5.1.1.01.	Apuração do resultado do exercício - Fundo Partidário
5.1.1.01.01.	Apuração do resultado do exercício - Fundo Partidário
5.1.1.01.01.01.	Conta de encerramento de receitas e despesas oriundas de Fundo Partidário
5.2.	RESULTADO DO EXERCÍCIO
5.2.1.	APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - OUTROS RECURSOS
5.2.1.01.	Apuração do resultado do exercício - Outros Recursos
5.2.1.01.01.	Apuração do resultado do exercício - Outros Recursos
5.2.1.01.01.01.	Conta de encerramento de receitas e despesas oriundas de Outros Recursos

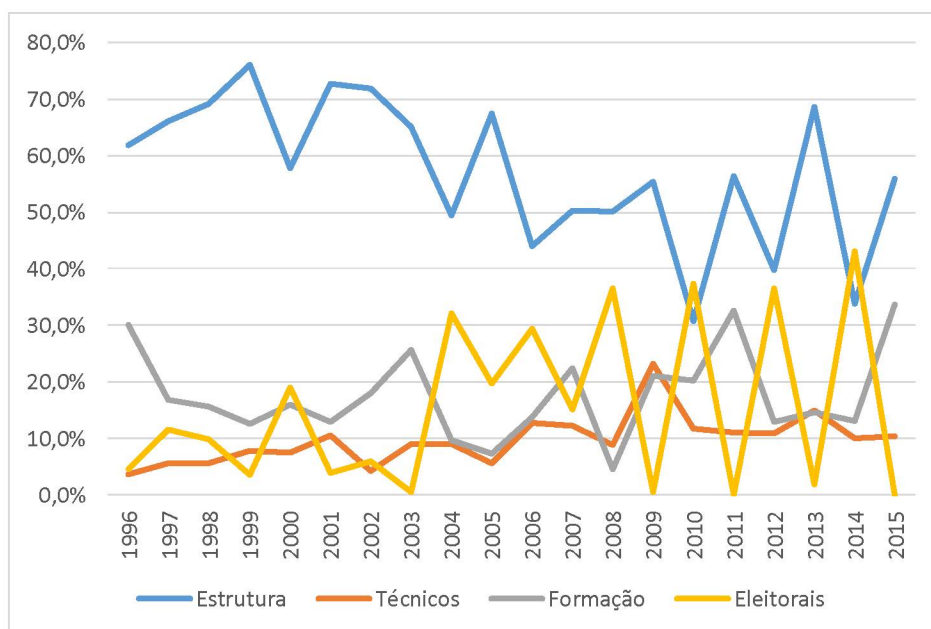
ANEXO 7 – Gráficos adicionais do Capítulo 4

Gráfico 26. Gastos partidários dos partidos dependentes do Fundo Partidário (em %)



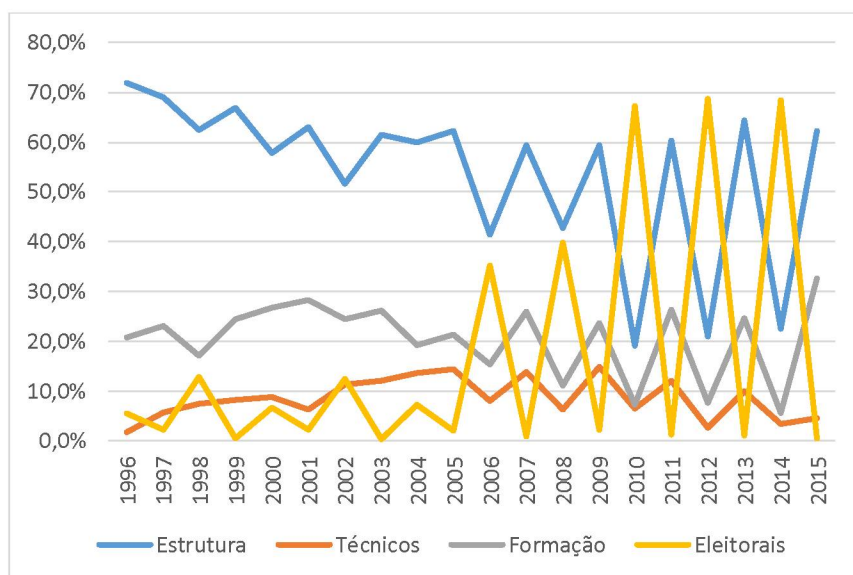
Fonte: elaboração própria a partir dos dados da prestação de contas anual dos partidos/Arquivo TSE.

Gráfico 27. Gastos partidários dos partidos menos dependentes do Fundo Partidário (em %)



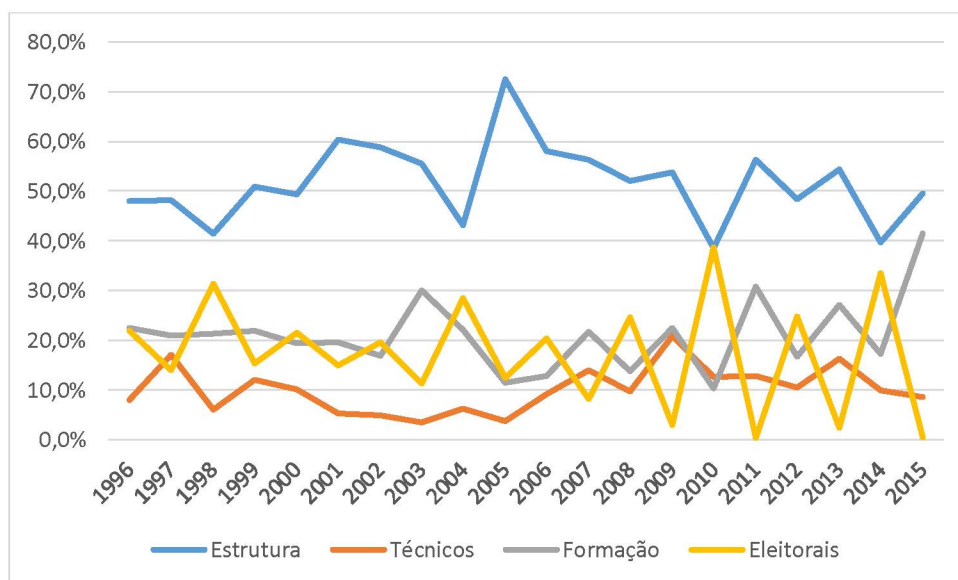
Fonte: elaboração própria a partir dos dados da prestação de contas anual dos partidos/Arquivo TSE.

Gráfico 28. Gastos partidários dos partidos que recebem a maior parte do Fundo Partidário (em %)



Fonte: elaboração própria a partir dos dados da prestação de contas anual dos partidos/Arquivo TSE.

Gráfico 29. Gastos partidários dos demais partidos (em %)



Fonte: elaboração própria a partir dos dados da prestação de contas anual dos partidos/Arquivo TSE.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, O. E. DO. **As transformações na organização interna do Partido dos Trabalhadores entre 1995 e 2009**. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2013.

AMARAL, O. Ainda conectado: o PT e seus vínculos com a sociedade. **Opinião Pública**, v. 17, n. 1, p. 1–44, 2011.

AMES, B. **Os entraves da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: FGV, 2003.

ANDRÉ, A. et al. Party nomination strategies in flexible-list systems: Do preference votes matter? **Party Politics**, v. 23, n. 5, p. 589–600, 2017.

BIEZEN, I. VAN; KOPECKY, P. The cartel party and the state: Party-state linkages in European democracies. **Party Politics**, v. 20, n. 2, p. 170–182, 2014.

BLUMENBERG, M. S. **Ausgabenstrukturen Demokratischer Parteien im Internationalen Vergleich**. [s.l.] Verlag Dr. Kovač, 2013.

BLUMENBERG, M. S. **A comparative analysis of the spending structure of political parties**. A comparative analysis of the spending structure of political parties. **Anais...Provence: RC 20 PSA Meeting**, 2015

BOLOGNESI, B. et al. Como os partidos distribuem o dinheiro: estrutura organizacional e recursos eleitorais em 2014 no Brasil. **Colômbia Internacional**, 2020.

BOLOGNESI, B.; PERISSINOTTO, R. M.; CODATO, A. Reclutamiento político en Brasil. Mujeres, negros y partidos en las elecciones federales de 2014. **Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales**, v. 61, n. 226, p. 183–212, 2016.

BORZ, G.; JANDA, K. “Contemporary trends in party organization: Revisiting intra-party democracy”. **Party Politics**, p. 135406881875460, 2018.

BOURDOUKAN, A. Y. **O Bolso e a Urna: financiamento político em perspectiva comparada**. [s.l: s.n.].

BRAGA, M. DO S. S. Organizações partidárias e seleção de candidatos no estado de São Paulo. **Opinião Pública**, v. 14, n. 2, p. 454–485, 2008.

BRASIL. **Código Eleitoral - Lei n. 4.737, de 15 de julho de 1965**. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/legislacao/codigo-eleitoral/codigo-eleitoral-1/sumarios/sumario-codigo-eleitoral-lei-nb0-4.737-de-15-de-julho-de-1965>>. Acesso em: 23 set. 2020.

BRASIL. **[Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de documentação, 2019**. [s.l: s.n.].

BRASIL. LEI N. 9.096 de 19 de setembro de 1995. 1995.

BRASIL. **Portal da Transparência**. Disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br/orcamento?ano=2020>>.

BRUHN, K. Party Finance in Latin America. **Oxford Research Encyclopedia of Politics**, n. November, p. 1–28, 2019.

CAMPOS, M. M.; PEIXOTO, V. DE M. Inovação institucional pendular: análise da regulação da participação privada no custeio do sistema político brasileiro (1946 a 2015). **Revista Teoria & Sociedade**, v. 23, n. 2, p. 15–48, 2015.

CARVALHO, J. M. DE. **Cidadania no Brasil – o longo caminho**. 7a ed. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CASAS-ZAMORA, K. **Paying for democracy: political finance and state funding for parties**. Colchester, UK: ECPR Press, 2005.

CASAS-ZAMORA, K. Political finance and State funding systems: An overview. n. May, p. 1–33, 2008.

CLIFT, B.; FISHER, J. Comparative party finance reform: The cases of France and Britain. **Party Politics**, v. 10, n. 6, p. 677–699, 2004.

CODATO, A.; BOLOGNESI, B.; ROEDER, K. M. **A nova direita brasileira: uma análise da dinâmica partidária e eleitoral do campo conservador in As Direitas**. 1a. ed. São Paulo, SP: [s.n.].

CORDES, D. DIE FINANZIERUNG DER POLITISCHEN PARTEIEN DEUTSCHLANDS , ÖSTERREICHS UND DER NIEDER- von der Carl von Ossietzky Universität Oldenburg - Fachbereich 3 Sozialwissenschaften – zur Erlangung einer Doktorin der Wirtschafts- und Sozialwissenschaften (Dr . rer. 1966.

DOWNS, A. **Uma Teoria Econômica da Democracia**. São Paulo: EDUSP, 1999.

DUVERGER, M. Os Partidos Políticos. In: 6a. ed. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1970. p. 465.

FIGUEIREDO, A. C.; LIMONGI, F. **Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional**. [s.l: s.n.].

FIGUEIREDO, A. C.; LIMONGI, F. **Executivo e legislativo na nova ordem constitucional**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999b.

FIGUEIREDO FILHO, D. B. Gastos eleitorais: os determinantes das eleições? Estimando a influência dos gastos de campanha. **Revista Urutágua**, n. 8, p. 1–18, 2002.

FISCH, A. T. V. **Eficiência do gasto eleitoral e organização partidária**. Caxambu: 40º Encontro Anual da ANPOCS, 2016

FISCH, A. T. V. **Como os candidatos gastam? Uma análise dos gastos de campanha para deputado federal de 2002 a 2014**. 42º Encontro Anual da ANPOCS. **Anais...**2018Disponível em: <<http://e-journal.uajy.ac.id/14649/1/JURNAL.pdf>>

FISCH, A. T. V. **The cost of elections: articles on the campaign expenditure for**

federal representatives in Brazil. [s.l.] Fundação Getúlio Vargas, 2019.

GEYIKÇI, Ş. Y. Party institutionalization and democratic consolidation: Turkey and Southern Europe in comparative perspective. **Party Politics**, v. 21, n. 4, p. 527–538, 2015.

GIAMBIAGI, F.; ALÉM, A. C. **Finanças Públicas: teoria e prática no Brasil** São Paulo Elsevier Editora Ltda., 2011.

GUARNIERI, F. A força dos partidos “fracos”. **Dados**, v. 54, n. 1, p. 235–258, 2011.

HAGEVI, M. Follow the money: Public subsidies and the changing intra-party balance of power between different faces of the party organisation—the case of Sweden. **Representation**, v. 0, n. 0, p. 1–17, 2018.

HEARD, A. **The Cost of Democracy.** Chapel Hill NC: University of North Carolina, 1960.

HEIDENHEIMER, A. J. Comparative Party Finance: Notes on Practices and Toward a Theory. **The Journal of Politics**, v. 25, n. 04, p. 790, 1963.

HEILER, J. G.; VIANA, J. P. S. L.; SANTOS, R. D. DOS. O custo da política subnacional: a forma como o dinheiro é gasto importa? Relação entre receita, despesas e sucesso eleitoral. **Opinião Pública**, v. 22, n. 1, p. 56–92, 2016a.

HEILER, J. G.; VIANA, J. P. S. L.; SANTOS, R. D. DOS. O custo da política subnacional: a forma como o dinheiro é gasto importa? Relação entre receita, despesas e sucesso eleitoral. **Opinião Pública**, v. 22, n. 1, p. 56–92, 2016b.

HELLMANN, O. A Historical Institutional Approach to Political Party Organization: The Case of South Korea. **Government and Opposition**, v. 46, n. 4, p. 464–484, 2011.

HUNTINGTON, S. P. **A ordem política nas sociedades em mudança.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975.

JACOBSON, G. C. A Collective Dilemma Solved: The distribution of Party Campaign Resources in the 2006 and 2008 Congressional Elections. **Election Law Journal**, v. 9, n. 4, 2010.

JANDA, K. **A conceptual framework for the comparative analysis of political parties:** 01-002. Los Angeles: [s.n.].

JANDA, K. A comparative analysis of party organizations: the United States, Europe, and the world. **The Party Symbol**, p. 339–358, 1980.

JANDA, K. Concepts to data: the problem of political parties. **European Political Data Newsletter**, v. 53, p. 13–23, 1984.

KATZ, R. S.; MAIR, P. The Evolution of Party Organizations in Europe: The Three Faces of Party Organization. **The American Review of Politics**, v. 14, p. 593–617, 1993.

KATZ, R. S.; MAIR, P. How parties organize. p. 388, 1994.

KATZ, R. S.; MAIR, P. Changing Models of Party Organization and Party Democracy: The Emergence of the Cartel Party. **Party Politics**, v. 1, n. 1, p. 5–28, 1995.

KATZ, R. S.; MAIR, P. Cadre, catch-all or cartel? A rejoinder. **Party Politics**, v. 2, n. 4, p. 525–534, 1996.

KATZ, R. S.; MAIR, P. The Cartel Party Thesis: A Restatement. **Perspectives on Politics**, v. 7, n. 04, p. 753, 1 dez. 2009.

KECK, M. E. **A lógica da diferença: O Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira**. São Paulo: Editora Ática, 1991.

KINZO, M. D. G. **Oposição e Autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966-1979)** São Paulo Vértice, , 1988.

KINZO, M. D. G. Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-1985. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 19, n. 54, p. 23–40, 2004.

KIRCHHEIMER, O. **The Transformation of the Western European Party Systems In: political Parties and Political Development**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1966.

KIRCHHEIMER, O. A transformação dos sistemas partidários da Europa Ocidental. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 7, p. 349–385, 2012.

KRAUSE, S.; REBELLO, M. M.; SILVA, J. G. DA. O perfil do financiamento dos partidos brasileiros (2006-2012): p. 247–272, 2015.

KROUWEL, A. **The catch-all party in Western Europe 1945-1990 A study in arrested development**. [s.l.: s.n.].

LAMOUNIER, B., & MENEGUELLO, R. **Partidos políticos e consolidação democrática: o caso brasileiro**. São Paulo, SP: Brasiliense, 1986.

MAINWARING, S. P. Democracia presidencialista multipartidária: o caso do Brasil. **Lua Nova**, v. 28/29, p. 21–74, 1993.

MAINWARING, S. P. **Sistemas Partidários em novas democracias: o caso do Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2001a.

MAINWARING, S. P. **Sistemas Partidários em novas democracias: o caso do Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: FGV, 2001b.

MANCUSO, W. P. Investimento eleitoral no Brasil: balanço da literatura e agenda de pesquisa. 2011.

MARCELINO, D. Sobre dinheiro e eleições: um estudo dos gastos de campanha para o Congresso Nacional em 2002 e 2006. **Ceppac**, v. Mestrado, p. 123, 2010.

MAYER, R. Tipologias partidárias : considerações sobre sua aplicação na América Latina.

n. March, 2018.

MELO, P. V. T. P. DE. O PMDB e a sua manutenção no centro do jogo político: de catch all a cartel. p. 205, 2013.

MENDILOW, J.; PHÉLIPPEAU, E. **Handbook of Political Party Funding**. [s.l.] Edward Elgar Publishing, 2018.

MENEGUELLO, R. **PT: A formação de um partido 1979-1982**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br>>.

MICHELS, R. **Para uma sociologia dos partidos políticos na democracia moderna**. Lisboa: Antígona, 2001.

NASSMACHER, K.-H. Structure and impact of public subsidies to political parties in Europe: the examples of Austria, Italy, Sweden and West Germany. In: **Comparative Political Finance in the 1980s**. [s.l: s.n.]. p. xii, 274 p.

NASSMACHER, K.-H. **The Funding of Party Competition: Political Finance in 25 Democracies**. Baden-Baden: Nomos, 2009.

OVERACKER, L. **Money in Elections**. New York: Macmillan, 1932.

OVERACKER, L. Campaign Funds in the Presidential Election of 1936. **American Political Science Review**, v. 31, n. 03, p. 473–498, 2 jun. 1937.

OVERACKER, L. LABOR'S POLITICAL CONTRIBUTIONS. **Political Science Quarterly**, v. 54, n. 1, p. 56–68, 1939.

OVERACKER, L. Campaign Finance in the Presidential Election of 1940. **American Political Science Association**, v. 35, n. 4, p. 701–727, 1941.

PALTIEL, K. Z. Public financing abroad: contrasts and effects. In: MALBIN, M. J. (Ed.). **Parties, Interest Groups, and Campaign Finance Laws**. Washington DC: American Enterprise Institute for Public Policy Research, 1980.

PANEBIANCO, A. **Modelos de Partido. Organização e poder nos partidos políticos**. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2005.

PINTO-DUSCHINSKY, M. Financing Politics: A Global View. **Journal of Democracy**, v. 13, n. 4, p. 69–86, 2002.

PINTO-DUSCHINSKY, M. B. **British Political Finance 1830–1980**. Washington DC: American Enterprise Institute, 1981.

PIZZIMENTI, E. The evolution of party funding in Italy: A case of inclusive cartelisation? **Modern Italy**, v. 22, n. 1, p. 71–85, 2017.

Political parties and party systems. In: [s.l: s.n.]. p. 38–63.

POWER, T. J.; ZUCCO JR., C. **O Congresso por ele mesmo: autopercepções da classe**

política brasileira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

PRZEWORSKI, A. **Democracia e Mercado no Leste Europeu e na América Latina.** Rio de Janeiro, RJ: Relume-Dumará, 1994.

RIBEIRO, P. F. Organização e poder nos partidos brasileiros: uma análise dos estatutos. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 10, p. 225–265, 2013a.

RIBEIRO, P. F. **El modelo de partido cartel y el sistema de partidos de Brasil.** Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br>>.

RIBEIRO, P. J. F. Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005. p. 307, 2008.

ROSE, R.; MACKIE, T. Do parties persist or fail? The big trade-off facing organizations. In: LAWSON, K. & MERKL, P. (Ed.). . **When Parties Fail.** Princeton: Princeton University Press, 1988.

SANTOS, D. A. DOS. **O que pode contar o estatuto de um partido? Um estudo sobre o partido cartel com base nas transformações estatutárias verificadas no Partido dos Trabalhadores (1980-2015).** [s.l.] Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2020.

SARTORI, G. **Partidos e Sistemas Partidários.** Brasília: Universidade de Brasília, 1982.

SCARROW, S. E. Party subsidies and the freezing of party competition: Do cartel mechanisms work? **West European Politics**, v. 29, n. 4, p. 619–639, 2006.

SCARROW, S. E.; WEBB, P.; POGUNTKE, T. (EDS.). **Organizing Political Parties. Representation, participaton, and power.** Oxford: Oxford University Press, 2017.

SMULDERS, J.; MADDENS, B. Spending Levels of Political Parties: An Explanation Based on a Multilevel Analysis. **Government and Opposition**, p. 1–26, 2017.

SMULDERS, J.; MADDENS, B. How and why do political parties differ in their spending patterns? An empirical analysis of expenditure on party payroll staff. **International Political Science Review**, 2018.

SOUZA, M. DO C. C. DE. A Nova República Brasileira: sob a Espada de Dâmocles. In: STEPAN, A. (Ed.). . **Democratizando o Brasil.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SPECK, B.; MANCUSO, W. “Street fighters” e “media stars”: estratégias de campanha e sua eficácia nas eleições brasileiras de 2014. **Cadernos Adenauer**, v. XVIII, n. 4, p. 121–138, 2017.

SPECK, B. W.; CAMPOS, M. M. Incentivos para a fragmentação e a nacionalização do sistema partidário a partir do horário eleitoral gratuito no Brasil. **Teoria e Pesquisa**, v. 23, n. 2, p. 12–40, 2014.

SPECK, B. W.; MANCUSO, W. P. O que faz a diferença? Gastos de campanha, capital político, sexo e contexto municipal nas eleições para prefeito em 2012. **Cadernos Adenauer**, v.

XIV, n. 2, p. 109–126, 2013.

TALJAARD, R. Paying for Politics. In: BUTLER, A. (Ed.). . **Paying for Politics: party funding and political change in South Africa and the Global South**. Sunnyside, South Africa: Jacana Media Ltd, 2010. p. 284.

TAROUCO, G. D. S.; MADEIRA, R. M. Os partidos brasileiros segundo seus estudiosos: análise de um expert survey. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, v. 15, n. 1, p. 24, 2015.

TSE, T. S. E. **Resolução n. 19.768, de 17 de dezembro de 1996**. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/legislacao-tse/res/1996/RES197681996.htm>>.

TSE, T. S. E. **Distribuição do FEFC 2020**. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/arquivos/tse-recalculo-do-fefc-para-as-eleicoes-2020-em-17-06-2020/rybena_pdf?file=http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/arquivos/tse-recalculo-do-fefc-para-as-eleicoes-2020-em-17-06-2020/at_download/file>.

TSE, T. S. E. **Distribuição do Fundo Partidário TSE**. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/partidos/fundo-partidario-1/fundo-partidario>>.

VAN BIEZEN, I.; KOPECKÝ, P. The Paradox of Party Funding: The Limited Impact of State Subsidies on Party Membership. **Organizing Political Parties. Representation, Participation, and Power**, p. 84–105, 2017.

WEBB, P. D.; KEITH, D. Assessing the Strength of Party Organizational Resources: A Survey of the Evidence from the Political Party Database. In: SCARROW, S. E.; WEBB, P. D.; POGUNTKE, T. (Eds.). . **Organizing Political Parties Representation, Participation, and Power**. Oxford: Oxford University Press, 2017.

WEBER, M. **Economia e Sociedade. Fundamentos da sociologia compreensiva** Brasília Editora Universidade de Brasília, , 2000a.

WEBER, M. **Economia e Sociedade. Fundamentos da sociologia compreensiva** Brasília Universidade de Brasília, , 2000b.

WILLIAMS, R. **Party Finance and Political Corruption**. [s.l: s.n.].